

2024

volume 27 | número 1 | jan-abr.

 NOVOS
CADERNOS
NAEA



VOLUME 27 • NÚMERO 1 • JANEIRO-ABRIL 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

Diretor Geral: Armin Mathis • Diretora Adjunta: Mirleide Chaar Bahia

NOVOS CADERNOS NAEA

Publicação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA

Periodicidade quadrimestral, volume 27, número 1, janeiro-abril

Print ISSN: 1516-6481 – Eletrônica ISSN: 2179-7536 – DOI: 10.5801/S21797536

EDITORA CIENTÍFICA

Mirleide Chaar Bahia – NAEA/UFPA

COMISSÃO EDITORIAL • NAEA

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior • Geografia | Francisco de Assis Costa • Economia

Luís Eduardo Aragón Vaca • Geografia | Oriana Trindade • Economia

Silvio Figueiredo • Sociologia | Edna Castro • Sociologia

CONSELHO EDITORIAL

Alfredo Wagner Berno de Almeida, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Brasil

Andréa Luisa Zhouri, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Ana Maria Araújo, Universidad de la República, Montevideo, Uruguay

Celio Bermann, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Cesar Barreira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil

Christian Azaïs, Université de Picardie Jules Verne, Paris, França

Clóvis Cavalcanti, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Brasil

German Palacio, Universidad Nacional de Colômbia, Leticia, Colômbia

Edna Maria Ramos de Castro, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil

Eduardo José Viola, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

Emilio F. Moran, Michigan State University, East Lansing, Estados Unidos da América do Norte

Geraldo Magela Costa, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Henri Acelrad, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, Brasil

Helóisa Soares de Moura Costa, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Ignacy Sachs, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França

José Ricardo Garcia Pereira Ramalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

José Vicente Tavares dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Marcel Bursztyn, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

Marcelo Sampaio Carneiro, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil

Maria Manuel Baptista, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal

Marilene Corrêa da Silva Freitas, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil

Martin Coy, Universität Innsbruck, Innsbruck, Áustria

Paola Bolados Garcia, Universidad de Valparaíso, Valparaíso, Chile

Pedro Roberto Jacobi, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Pierre Salama, Centre d'Économie de Paris-Nord CEPN, Paris, França

Pierre Teisserenc, Université Paris XIII, Villetaneuse, França

Raymundo Heraldo Maués, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil

EQUIPE TÉCNICA

Assistentes editoriais: Rafaela Santos Carneiro e Helbert Michel Pampolha de Oliveira

Revisão textual: Albano Rita Gomes

Editoração eletrônica: Ione Sena

Capa: Andrea Pinheiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
NOVOS CADERNOS NAEA • VOLUME 27, NÚMERO 1 • p. 1-390 • JANEIRO-ABRIL • 2024
Print ISSN: 1516-6481 – Eletrônica ISSN: 2179-7536 – DOI: 10.5801/S21797536

A Revista Novos Cadernos NAEA é um periódico quadrimestral, de caráter interdisciplinar, dedicado à publicação de trabalhos científicos e acadêmicos sobre temas relevantes às áreas do desenvolvimento, sociedade, economia e meio ambiente, com o objetivo de fomentar o diálogo entre as diversas áreas do conhecimento e suas competências, de pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa do Brasil e do exterior.

A revista publica textos originais e inéditos em português, espanhol, inglês e francês. Adota a avaliação anônima por pares (*peer review*) para trabalhos submetidos às seções: artigos originais e de revisão, resenhas, notas de pesquisa, conferências e, eventualmente, dossiês temáticos, volumes especiais e/ou suplementos.

INDEXADORES

Latindex – Crossref – Portal de Periódicos da CAPES – Google Scholar – Research Bib – e-Revistas/Plataforma Open Access de Revistas Científicas Electrónicas Españolas y Latinoamericanas – Directory of Open Access Journals (DOAJ) – DRJI – Directory of Research Journal Indexing

IDENTIFICADORES

Universal Impact Factor – Journal For Free – Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet – Livre Diretório Luso-Brasileiro IBICT – Sumarios.org – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal – Microsoft Academic Search – Library of Congress/HLAS Online – Elektronische Zeitschriftenbibliothek (EZB) – Georgetown University Library – SEER IBICT – Cibera: Iberoamérica/España/Portugal – Library Catalog – University of Texas at Austin – WordCat – Diadorim – Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras

CONTATOS

Núcleo de Altos de Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará
Rua Augusto Corrêa, nº 1, Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto, bairro do Guamá
CEP: 66.075-900, Belém, Pará, Brasil
Tel.: (+55 91) 3201 8515
E-mail: revistanovoscadernosnaea@gmail.com

SUBMISSÃO DE ARTIGOS

<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn>
Homepage da NAEA: <http://www.naea.ufpa.br/>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Novos Cadernos NAEA, v. 27, n. 1 – janeiro-abril, 2024 – Belém. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 2024.

Quadrimestral

ISSN Print 1516-6481

ISSN Eletrônico 2179-7536

DOI: 10.5801/S21797536

O vol. 1, nº 1 desta Revista foi publicado em junho de 1998. 1. Desenvolvimento – Periódicos. 2. Meio Ambiente – Periódicos. 3. Amazônia – Periódicos.

CDD 338.9811

© Copyright/Direitos de cópia para este número: NAEA/UFPA
Título e textos amparados pela Lei 5.988, de 14 de dezembro de 1973.



Ministério
da Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 1 • janeiro-abril 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536

SUMÁRIO

Editorial

Artigos

- 15 **A pressão pelo avanço da mineração na faixa de fronteira da Amazônia Legal (2003-2022)**
The pressure for the advancement of mining in the legal Amazon border strip (2003-2022)
Rhuan Muniz Sartore Fernandes
- 39 **Comunidade quilombola Vista Alegre: expansão da área do centro de lançamento de Alcântara e ameaças de deslocamento compulsório**
Quilombola Vista Alegre community: expansion of the Alcântara launch center area and threats of compulsory displacement
Ilnar Fernandes Feitoza e Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior
- 65 **A degradação da Amazônia e a dimensão ambiental da crise da democracia no Brasil**
The Amazon degradation and the environmental dimension of the crisis of democracy in Brazil
Cyro Assahira e Evandro Mateus Moretto
- 93 **Emergência climática na Amazônia: agroecologia e conhecimentos tradicionais contra os modelos empresariais de conservação**
Climate emergency in the Amazon: agroecology and traditional knowledge versus corporate conservation models
Sabrina Nascimento e Simy Almeida Correa
- 125 **Segurança alimentar e nutricional de professores e pais de alunos de uma escola em Tucumã-Pa**
Food and nutritional security of teachers and parents of students at a school in Tucumã-Pa
Ellen Cristina Borges do Santos, Johnny Amaral Lima, Vitoria Maximo, Maria Luzinete Rodrigues da Silva e Marcia Maria Hernandes de Abreu de Oliveira Salgueiro
- 139 **Coleta seletiva em alguns municípios do estado do Pará, Brasil**
Selective collection in some municipalities of state of Pará, Brazil
Samara Avelino de Souza França e Raphael Tobias de Vasconcelos Barros

- 163 Agricultura familiar ribeirinha, desenvolvimento e sustentabilidade na Amazônia: ilhas do Combu, Murutucu e Grande**
Riverside family farming, development, and sustainability in the Amazon: islands of Combu, Murutucu and Grande
Silvio Kanner Farias e Gilson da Silva Costa
- 187 El impacto de la inversión en salud pública sobre el logro de objetivos en la atención primaria de salud**
O impacto do investimento em saúde pública no alcance dos objetivos da atenção primária à saúde
Josué de Lima Carvalho e Tania Suely Azevedo Brasileiro
- 215 Informalidade empresarial e padrão de vida: uma análise no contexto de cidades da Amazônia paraense**
Business informality and standard of living: an analysis in the context of cities in the Amazon of Pará
Luís Flávio Maia Lima
- 239 Estratégias de reprodução social nas elites paraenses: trajetórias sociais do grupo de parentesco Gama Lobo**
Social reproduction strategies in paraense elites: social trajectories of the Gama Lobo kinship group
Fábio Fonseca de Castro
- 271 Sítio Benjamin: um engenho nas cercanias da Belém oitocentista**
Sítio Benjamin: a mill in the surroundings of the nineteenth-century Belém
Lucas Monteiro de Araújo
- 297 Belém por outros ângulos: construções de paisagens de fronteira através do audiovisual**
Belém from the otherside: constructions of border landscapes through audiovisual
Victória Ester Tavares da Costa e Flávio Leonel Abreu da Silveira
- 327 Evolução histórico-jurídica do direito das mulheres ao acesso à posse da terra urbana no Brasil**
Historical-legal evolution of women's right to access urban land tenure in Brazil
Thayanna Paula Neves Barros
- 355 Desafios dos migrantes para a ocupação e vivências na agrovila Leonardo D'Vinci, na rodovia transamazônica, na década de 1970**
Forest on the ground, feet on the road, hands in the hoe: the daily life of agrovillage Leonardo D'Vinci in the transamazonian, in the 1970s
Pedro Sérgio Santos da Costa, César Martins de Souza e José Antônio Herrera

Resenha

- 381 BOLLE, Willi. Boca do Amazonas: sociedade e cultura em Dalcídio Jurandir.** São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019. 352 p.
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior e Gabriel Carvalho da Silva Leite



NOVOS CADERNOS NAEA

EDITORIAL

EDITORIAL

Iniciando as edições da Revista Novos Cadernos NAEA (NCNAEA) no ano de 2024, apresentamos o volume 27, número 1, que traz artigos com temáticas e discussões de áreas do conhecimento distintas. Nesta oportunidade, são apresentados catorze artigos, agregados em três grupos temáticos, além de uma resenha.

O primeiro grupo temático reúne quatro trabalhos que tangenciam debates sobre: *Fronteira amazônica e processos minerários; Comunidade quilombola e deslocamento compulsório; Degradação da Amazônia e a crise da democracia; e Emergência climática na Amazônia, agroecologia e conhecimentos tradicionais.*

Assim, o artigo de Rhuan Muniz Sartore Fernandes, denominado “A pressão pelo avanço da mineração na faixa de fronteira da Amazônia Legal (2003-2022)”, investiga a distribuição espacial e as características do avanço da mineração na Faixa de Fronteira da Amazônia Legal, no período analisado, indicando a situação dos processos minerários voltados para a região, bem como os principais interessados em sua realização.

Em “Comunidade quilombola Vista Alegre: expansão da área do centro de lançamento de Alcântara e ameaças de deslocamento compulsório”, Ilnar Fernandes Feitoza e Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior realizam levantamentos sobre a autossuficiência/dependência da comunidade com relação ao mar e à terra, bem como sobre a situação de insegurança quanto à sua permanência, no que se refere à disputa territorial entre quilombolas alcantarenses e o Estado brasileiro.

Já os autores Cyro Assahira e Evandro Mateus Moretto, no trabalho “A degradação da Amazônia e a dimensão ambiental da crise da democracia no Brasil”, tratam sobre o cenário de crise da democracia no Brasil a partir da perspectiva ambiental, mostrando que os processos de degradação ambiental decorrem de múltiplas variáveis que vão de encontro às iniciativas que visam à sua contenção na região amazônica.

Encerrando este conjunto de trabalhos, temos o texto “Emergência climática na Amazônia: agroecologia e conhecimentos tradicionais contra os modelos empresariais de conservação”, de Sabrina Nascimento e Simy Almeida Correa, no qual as autoras problematizam o estado atual do debate realizado por organizações comunitárias e movimentos sociais e sindicais sobre a importância de suas experiências no atual contexto de emergência climática, tecendo uma análise de suas críticas sobre as propostas de conservação das florestas baseadas na mercantilização da natureza e dos bens comuns, como o mercado de carbono.

O segundo grupo, por sua vez, abarca cinco contribuições em torno de questões referentes à *Segurança alimentar e nutricional e condições socioeconômicas*; à *Coleta seletiva e resíduos sólidos*; à *Agricultura familiar ribeirinha e sustentabilidade na Amazônia*; ao *Impacto do investimento em saúde pública*; e à *Informalidade empresarial e padrão de vida na Amazônia*.

Em “Segurança alimentar e nutricional de professores e pais de alunos de uma escola em Tucumã-Pa”, Ellen Cristina Borges do Santos, Johnny Amaral Lima, Vitoria Maximo, Maria Luzinete Rodrigues da Silva e Marcia Maria Hernandez de Abreu de Oliveira Salgueiro, objetivam avaliar a segurança alimentar e nutricional de professores e pais de alunos de uma escola privada em Tucumã-Pará, estabelecendo correlações com as condições socioeconômicas desses agentes.

No trabalho denominado “Coleta seletiva em alguns municípios do estado do Pará, Brasil”, Samara Avelino de Souza França e Raphael Tobias de Vasconcelos Barros buscam analisar como tem sido realizada a Coleta Seletiva no contexto de alguns municípios paraenses; iniciativa essa cuja expansão, segundo os autores, mostrou-se lenta e empreendida principalmente por catadores autônomos que atuam nos lixões, mas que vem sendo integrada às ações de educação ambiental nos municípios.

Em seguida, Silvio Kanner Farias e Gilson da Silva Costa, em “Agricultura familiar ribeirinha, desenvolvimento e sustentabilidade na Amazônia: ilhas do Combu, Murutucu e Grandé”, abordam as relações conceituais entre as categorias agricultura familiar e agricultura familiar ribeirinha, tendo em vista as condições agronômicas, econômicas, ecológicas e socioculturais dos ribeirinhos das ilhas em estudo.

No que diz respeito à contribuição “El impacto de la inversión en salud pública sobre el logro de objetivos en la atención primaria de salud”, Josué de Lima Carvalho e Tania Suely Azevedo Brasileiro tratam sobre o impacto do investimento em saúde no Brasil e suas relações com as metas estipuladas para

a Atenção Primária à Saúde (APS), as quais, segundo a literatura mobilizada pelos autores, parecem estar sendo cumpridas em sua maioria.

No fechamento deste bloco, tem-se o artigo “Informalidade empresarial e padrão de vida: uma análise no contexto de cidades da Amazônia paraense”, de Luís Flávio Maia Lima, que, problematizando a informalidade no Brasil e, em particular, na Região Metropolitana de Belém (RMB), objetiva caracterizar e parametrizar uma categoria relacionada a trabalhadores informais que revelam características próprias. Denominando-a como “informal empresarial, o autor aponta que sua configuração precisa ser discutida em suas especificidades.

O terceiro e último conjunto de artigos traz cinco contribuições que abordam as seguintes temáticas: *Reprodução social nas elites paraenses*; *Engenhos nas cercanias de Belém*; *Paisagens de fronteira e audiovisual*; *Regularização fundiária e direito à moradia*; e *Assentamentos rurais, migração e Transamazônica*.

O artigo “Estratégias de reprodução social nas elites paraenses: trajetórias sociais do grupo de parentesco Gama Lobo”, de Fábio Fonseca de Castro, fornece uma indagação acerca da forma social das elites amazônicas e sobre as peculiaridades de suas estratégias de reprodução social, mostrando que as trajetórias de certos grupos analisados se organizam a partir de processos de diminuição de riscos, mas também de óbices à reprodução dos aparelhos sociais de elite.

Na sequência, Lucas Monteiro de Araújo, no texto denominado “Sítio Benjamin: um engenho nas cercanias da Belém oitocentista”, propõe-se a desvelar a existência dessa propriedade, destacando sua possível localização hoje, bem como expor aspectos relativos à vida e ao trabalho naquele que foi um conhecido engenho de arroz oitocentista.

Victória Ester Tavares da Costa e Flávio Leonel Abreu da Silveira, por sua vez, apresentam o trabalho “Belém por outros ângulos: construções de paisagens de fronteira através do audiovisual”, a fim de discutir produções audiovisuais realizadas em Belém do Pará e como elas modificam e são modificadas pela cidade.

Logo depois, em “Evolução histórico-jurídica do direito das mulheres ao acesso à posse da terra urbana no Brasil”, Thayanna Paula Neves Barros traz uma análise do contexto histórico no Brasil que estruturou o acesso à propriedade da terra sob critérios excludentes, pautados em marcadores sociais de gênero, raça e classe, obstaculizando o acesso das mulheres à terra e à sua posse segura, direito que, apenas recentemente, foi fomentado pelas leis e políticas públicas de habitação e regularização fundiária.

Encerramos este terceiro grupo temático com o trabalho de Pedro Sérgio Santos da Costa, César Martins de Souza e José Antônio Herrera, intitulado “Desafios dos migrantes para a ocupação e vivências na agrovila Leonardo D’Vinci, na rodovia transamazônica, na década de 1970”. Nele, os autores apresentam os desafios e dificuldades que os moradores desta agrovila enfrentaram depois do projeto de construção da rodovia Transamazônica, enfatizando as transformações nas paisagens e nas práticas sociais fomentadas no bojo desse processo.

Por fim, tem-se a resenha de Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior e Gabriel Carvalho da Silva Leite sobre o livro de Willi Bolle, intitulado *Boca do Amazonas: sociedade e cultura em Dalcídio Jurandir*, publicado em 2019 pelas Edições Sesc São Paulo. A obra resenhada consiste no último volume de uma trilogia que encerra a elaboração de uma topografia cultural do Brasil, partindo da metrópole/megacidade paulistana, por meio do sertão, até a Amazônia.

Mantendo a tradição da Revista Novos Cadernos NAEA, os resultados de estudos aqui apresentados ampliam as possibilidades de diálogos interdisciplinares, eixo prioritário da revista, de forma a contribuir com o enriquecimento de diversos olhares e abordagens sobre a sociedade contemporânea, seu cotidiano e o desenvolvimento.

Mirleide Char Bahia
Editora da Revista



NOVOS CADERNOS NAEA

ARTIGOS





Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 1 • jan-abr. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536



A PRESSÃO PELO AVANÇO DA MINERAÇÃO NA FAIXA DE FRONTEIRA DA AMAZÔNIA LEGAL (2003-2022)

THE PRESSURE FOR THE ADVANCEMENT OF MINING IN THE LEGAL AMAZON BORDER STRIP (2003-2022)

Rhuan Muniz Sartore Fernandes  

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Durante o ciclo neoextrativista na América Latina, uma de suas principais facetas é a tendência de avanço da fronteira produtiva para territórios antes interditados pelo ponto de vista do capital. A Faixa de Fronteira é um desses territórios especialmente protegidos no caso brasileiro, e quando falamos do subsolo amazônico essa questão ganha ainda mais relevância. Este trabalho teve como objetivo geral investigar a distribuição espacial e as características do avanço da mineração na Faixa de Fronteira da Amazônia Legal no período entre 2003 e 2022. Para atingir os objetivos propostos, a operacionalização do trabalho usou da base disponibilizada pela Agência Nacional de Mineração (ANM). Os resultados preliminares apontam para uma maior quantidade de processos minerários em fase de requerimento e 42% de todo o universo, buscando pesquisar ou lavrar o ouro. Empresas juniores, subsidiárias de grandes empresas e cooperativas garimpeiras se destacam entre as principais interessadas.

Palavras-chave: mineradoras; ouro; empresas juniores; fronteira amazônica; processos minerários.

ABSTRACT

During the neoextractivist cycle in Latin America, one of its main facets is the trend of advancing the productive frontier into territories previously restricted from a capital perspective. The Border Strip is one of these specially protected territories in the Brazilian case, and when it comes to the Amazonian subsoil, this issue becomes even more relevant. This study aimed to investigate the spatial distribution and characteristics of mining expansion in the Legal Amazon Border Strip between 2003 and 2022. To achieve the proposed objectives, the operationalization of the study utilized the database made available by the National Mining Agency (ANM). Preliminary results indicate a higher number of mining processes in the requesting phase, with 42% of the entire universe focusing on gold exploration or exploitation. Junior companies, subsidiaries of large corporations, and artisanal mining cooperatives stand out among the main interested parties.

Keywords: mining companies; gold; junior companies; Amazon border; mining processes.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a literatura tem destacado novos contornos dos processos extrativistas na América Latina, que teriam assumido, a partir dos anos 2000, um ritmo acelerado de expansão para territórios antes interditados do ponto de vista do capital (Svampa, 2019; Wanderley, 2017). A elevação da demanda por *commodities* minerais, associada ao aumento ou queda de preços, seria o principal propulsor desse movimento de expansão das fronteiras de exploração, um processo denominado neoextrativismo.

Trata-se de territórios antes inviáveis em termos políticos e econômicos, seja por questões logísticas, seja por restrições legislativas. É o caso no Brasil das Unidades de Conservação, das Terras Indígenas e da Faixa de Fronteira¹, objeto desta proposta de pesquisa, que pretende investigar o avanço da mineração na Faixa de Fronteira da Amazônia brasileira com os países vizinhos nos últimos vinte anos.

O neoextrativismo vem sendo abordado por diversos autores e autoras da América Latina, para tratar do modelo de desenvolvimento econômico baseado na exploração intensiva de recursos naturais visando a sua exportação com pouca ou nenhuma agregação de valor (Acosta, 2011; Santos; Milanez, 2013; Gudynas, 2015; Svampa, 2019). Para Gudynas (2010), o extrativismo é mais que um modo de apropriação, mas um modo de produção caracterizado tradicionalmente como atividade econômica de exploração direta da natureza para obtenção de bens vegetais, animais ou minerais com pouco ou nenhum beneficiamento. Foi a forma de incorporação das periferias globais ao sistema capitalista. O neoextrativismo seria, assim, uma reconfiguração do extrativismo. Uma das grandes distinções entre o velho e o “novo” é o papel do Estado, que ora surge como regulador e em outros momentos, como desregulador. Além disso, o papel do capital especulativo é agora essencial para entender os diferentes ciclos neoextrativistas.

A Faixa de Fronteira foi criada ainda no Império (Steiman, 2002) e já possuiu diversas dimensões de largura da Faixa que foram sendo modificadas desde o Segundo Império (66 km) por sucessivas Constituições Federais (Brasil, 1934, 1937, 1946) até a atual (Brasil, 1988), que ratificou

¹ Regulamentada pela Lei nº 6.634, de 1979 (Brasil, 1979), e ratificada pela Constituição de 1988 (Brasil, 1988), a Faixa de Fronteira é a faixa interna de 150 km de largura, paralela ao limite político internacional do Brasil com os países vizinhos, sujeita a restrições de uso do solo que serão tratadas adiante. A parte da Faixa de Fronteira que se sobrepõe à Amazônia Legal, recorte espacial deste trabalho, compreende um arco que se estende do Amapá ao Mato Grosso, passando pelos estados do Pará, Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia.

sua largura em 150 km, paralela à linha divisória terrestre do território nacional (Brasil, 1979). Ao longo dos 16.723 km do limite político, a região faz fronteira com os seguintes vizinhos sul-americanos: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Internamente, a região abrange 27% do território brasileiro, que se sobrepõe a 11 estados e 588 municípios, onde vivem mais de 10 milhões de habitantes, sobretudo nas cidades-gêmeas.

Para melhor organizar essa região tão extensa e diversa do território brasileiro, trabalhos anteriores, tal como, a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (Brasil, 2005; Neves, 2016), dividiram a Faixa de Fronteira do Brasil em três grandes arcos: O primeiro, o Arco Norte que compreende a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas e os Estados de Roraima e Acre (totalmente situados na Faixa de Fronteira). O segundo é o Arco Central, que compreende a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O terceiro é o Arco Sul, que inclui a fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além dos três arcos há também a presença de dezessete sub-regiões.

Os processos minerários assumem contornos específicos na Faixa de Fronteira. De acordo com a Lei nº 6.634/1979 (Brasil, 1979), o aproveitamento de recursos minerais ali situados está condicionado ao assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional (CDN), exceto quando as substâncias requeridas forem de emprego imediato na construção civil, conforme o artigo 1º, da Portaria nº 23/2000 (Brasil, 2000) do Ministério de Minas e Energia. Além disso, entre as condições que devem ser cumpridas para obtenção do assentimento prévio, destacamos que (i) pelo menos 51% do capital deve pertencer a brasileiros; (ii) pelo menos 2/3 dos trabalhadores devem ser brasileiros, e (iii) a administração e gerência da empresa deve ter maioria de brasileiros.

As restrições legislativas impostas ao desenvolvimento da mineração na região são alvo constante de críticas por empresários do setor e de seus representantes no Congresso Nacional, que reiteradamente apresentam propostas visando à flexibilização do marco legal. Entre seus principais argumentos está a contribuição do setor para o PIB nacional, que ademais seria uma alavanca potencial da economia, gerando empregos e arrecadação via impostos (Belther, 2017).

Importante salientar que a escolha do recorte espacial remete à condição inerente da Faixa de Fronteira como área vedada à mineração,

exceto com assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional. Além disso, em realizados anteriormente (Fernandes, 2021, 2022) pude perceber que a mineração tem se expandido e ganhado novos contornos em seu avanço para a Amazônia Legal, assim, é necessário que seja analisada a região de Faixa de Fronteira que está sobreposta a região de planejamento. Um importante indicador é dado pelo próprio número de processos minerários ativos na Faixa de Fronteira, em que 37% tramitam sobrepostos à Amazônia Legal. Além do fator quantitativo, há contornos específicos a esses processos que precisam ser identificados e analisados, objetivo este que o trabalho irá perseguir.

No que concerne ao recorte temporal, o ano de 2003 representa o momento de início de *boom* das *commodities*. Tal período tem impacto no desempenho do setor mineral a ponto de justificar o avanço para as fronteiras da exploração de minérios, como é o caso não apenas da Amazônia Legal como um todo, mas seus territórios especialmente protegidos. Além disso, é também o momento de estabelecimento do modelo de desenvolvimento neoextrativista na América Latina como nos retrata a bibliografia, já mencionada anteriormente. Este avanço é evidenciado também no número de processos minerários ativos sobrepostos à região escopo do trabalho, em que 69% dos processos minerários que tramitam atualmente foram protocolados a partir de 2003.

Embora a temática do avanço da mineração para territórios especialmente protegidos já possua uma bibliografia substancial, é possível observar uma lacuna na produção bibliográfica relativa ao recorte espacial da Faixa de Fronteira. Isso também se aplica às estratégias de atuação dos diferentes atores no interesse e na extração de minerais metálicos na região e às articulações existentes entre eles. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo geral compreender a distribuição espacial da exploração mineral recente na região da Faixa de Fronteira da Amazônia Legal;

Para atingirmos os objetivos propostos, a operacionalização do trabalho parte do levantamento, análise e sistematização de dados quantitativos, qualitativos e espaciais (vetoriais). O primeiro deles deriva da base disponibilizada pela Agência Nacional de Mineração (ANM), o Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE). A plataforma SIGMINE disponibiliza dados de todos os processos minerários ativos que incidem no território nacional desde 1934 e atualizados até dezembro de 2022. A datação, presente na planilha *Excel* disponibilizada pela ANM, nos informa o ano em que o processo foi protocolado, mesmo que tenha havido outros

eventos posteriores. Caso nós quiséssemos ter acesso aos últimos eventos, precisaríamos realizar uma consulta individual e exaustiva à plataforma online da agência.

Até a data do download (31 de dezembro de 2022) eram 226.208 em todo o Brasil, 13.548 em toda a Faixa de Fronteira e 4.979 na região escopo deste trabalho. Entre as informações disponíveis estão: ano, área, número do processo, fase, último evento, nome do requerente, substância, tipo de uso e unidade da federação.

Além dos processos minerários ativos, a ANM também disponibiliza uma base de dados com aqueles processos minerários que não estão mais ativos. Entretanto, não são todas as informações que estão presentes, somente: área, número do processo e ano². Portanto, para que seja identificado o autor do processo minerário é necessário consultar de forma manual e individual a base de dados online do SIGMINE, um processo exaustivo que só será realizado pontualmente para alguns casos, se necessário. Entretanto, ainda assim esse dado conversa diretamente com o objetivo onde pretendemos analisar as estratégias dos requerentes. Além disso, é um dos “termômetros” para medir a pressão sob a Faixa.

Os meandros da tramitação dos processos minerários são complexos para leigos, tornando a sua dinâmica ilegível para a população em geral. Uma das tarefas dos pesquisadores é justamente descrever tais dinâmicas e torná-las legíveis ao conjunto da população, razão pela qual, ao longo da pesquisa, se tornou interessante utilizar a classificação da WWF (2018) e já adaptada em outros trabalhos (Fernandes, 2021, 2022) em disponibilidade, requerimentos e títulos autorizativos. Embora seja importante compreender os aspectos envolvidos na tramitação dos processos minerários, tal classificação facilita a compreensão dos estágios dos processos minerários e seus riscos.

O presente trabalho, que faz parte de uma reflexão mais ampla que vem sendo desenvolvida no âmbito da dissertação de mestrado do autor deste artigo, se prenderá a descrever e apresentar como a mineração legal busca avançar sobre a Faixa de Fronteira da Amazônia Legal. Neste sentido, utilizando dados que nos informam sobre a tramitação de processos minerários na ANM, este trabalho informa sobre a espacialidade e a temporalidade deste avanço, bem como de qual maneira os processos minerários funcionam como uma espécie de pressão sob a região escopo do

² É importante mencionar que o ano apresentado na planilha dos processos minerários inativos é o ano em que o processo foi protocolado e não cancelado.

estudo. Além disso, serão apresentados quais atores e minérios são os mais recorrentes no universo dos processos minerários que tramitam na Faixa de Fronteira da Amazônia Legal entre os anos de 2003 e 2022.

2 O PANORAMA DA MINERAÇÃO NA FAIXA DE FRONTEIRA DA AMAZÔNIA LEGAL: DADOS E DISCUSSÕES

Propostas para flexibilizar a mineração na Faixa de Fronteira, visando o fim do assentimento prévio do CDN e a liberação da atuação de mineradoras de capital majoritariamente estrangeiro, já vêm sendo apresentadas desde os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) (Fernandes, 2021), mas passaram a ganhar mais apoio nos governos posteriores (Beck, 2019; Secretário [...], 2020). Um dos argumentos utilizados pelos interessados em minerar na Faixa de Fronteira é o de que a facilitação da operação de grandes mineradoras ocasionaria uma gradual redução do garimpo ilegal, hipótese questionada por Wanderley (2015).

O Quadro 1, a seguir, reúne e ilustra alguns dos mais recorrentes argumentos favoráveis (em verde) e contrários (em vermelho) de diferentes atores acerca da flexibilização da mineração em Faixa de Fronteira.

Quadro 1 – Argumentos contrários e favoráveis à flexibilização da mineração em Faixa de Fronteira

| Contrários | Favoráveis |
|---|---|
| Boa parte da Faixa de Fronteira, principalmente, na Amazônia Legal está sobreposta a UCs e TIs. | Críticas à extensão atual da Faixa (150 km), que possui área suficiente para se tornar o 3º maior país da América do Sul. |
| Região carece de infraestrutura para receber mineração industrial. | Incidência de 2.482 ocorrências minerárias catalogadas, incluindo jazidas de Ouro e minerais Terras Raras. |
| Região deixaria de ser uma camada adicional de proteção a UCs e TIs. | Crítica à estrutura modesta do CDN, que pode tornar o tempo de requerimento de pesquisa até 15x maior dentro da Faixa de Fronteira. |
| Fronteira do desmatamento avançaria para regiões bem preservadas de floresta. | Incompatibilidade nas restrições ao capital estrangeiro se comparado à legislação do restante do território. |

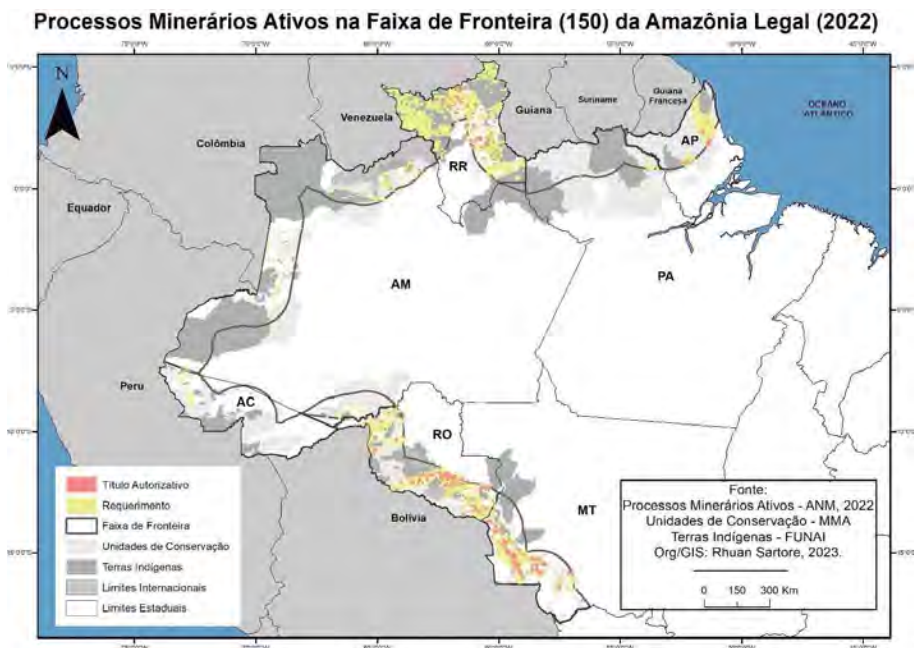
Organizado pelo autor, em 2023, com base em Fernandes (2021).

Entre os argumentos utilizados para esse fim são comuns menções à magnitude da região como a de que “se fosse um país, a Faixa de

Fronteira seria o 3º maior país da América do Sul” ou à sua riqueza mineral única, como “a presença de 2.482 ocorrências minerais catalogadas pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais” ou à demora no andamento dos processos ali situados, como “o tempo para ser concedido um alvará de pesquisa poder ser até 15 vezes maior do que fora da faixa” e ainda as que se referem à perda de oportunidade de captação de recursos estrangeiros frente a condicionantes que se afirmam “serem mais rigorosos do que a legislação vigente no restante do território brasileiro”.

Entendemos que a Faixa de Fronteira não se limita a sua extensão de 150km proposta de forma institucional a partir a Lei nº 6.634/1979 (Brasil, 1979). Entretanto, os processos minerários ativos sofrem contornos específicos apenas quando estão sobrepostos à Faixa de Fronteira *stricto sensu* (Mapa 1).

Mapa 1 – Processos Minerários Ativos na Faixa de Fronteira (150 km) da Amazônia Legal (2022)

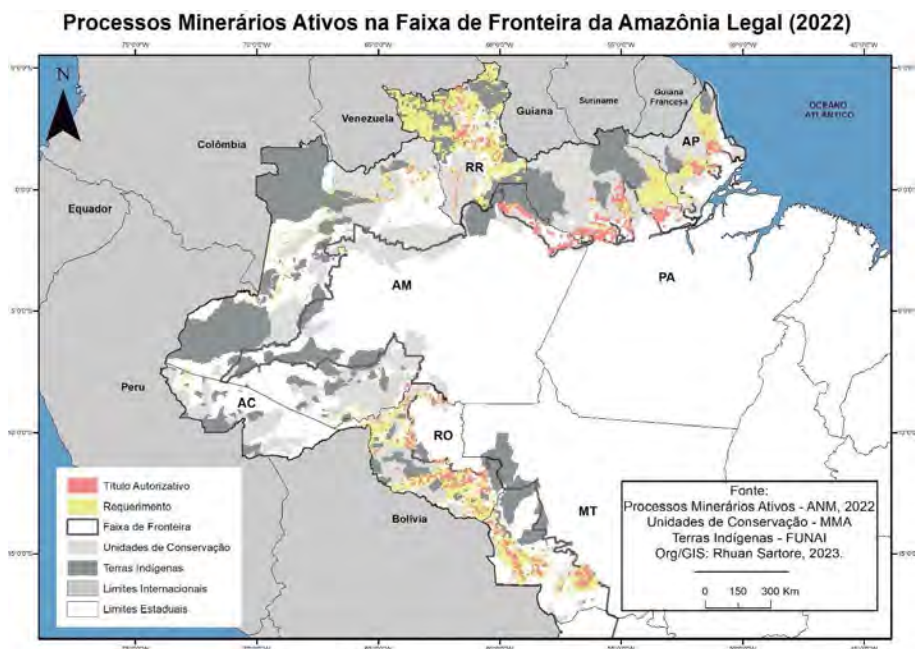


Trabalhando com a Faixa de Fronteira institucional (150km), o mapa evidencia a clara predominância de requerimentos frente aos títulos autorizativos, mas também é possível depreender alguns outros importantes padrões de distribuição dos processos. A concentração de processos nos estados de Mato Grosso (24%), Rondônia (30%) e Roraima (24%) nos chama atenção, assim como, a sobreposição de muitos desses Requerimentos com

outros territórios especialmente protegidos presentes na Faixa de Fronteira: como as Unidades de Conservação (3.620.637 ha) e Terras Indígenas (5.881.051 ha).

Ainda assim, sabemos que os impactos³ de um empreendimento de mineração, não se limita à extensão de 150km a partir do limite político internacional. Dessa forma, analisaremos todos os processos minerários que estão sobrepostos à Faixa de Fronteira da Amazônia Legal⁴ (Mapa 2).

Mapa 2 – Processos Minerários Ativos em toda a região da Faixa de Fronteira da Amazônia Legal (2022)



Agora já trabalhando com toda a extensão dos municípios, totalmente ou parcialmente inseridos na região escopo do trabalho, o mapa evidencia a clara predominância de requerimentos frente aos títulos autorizativos, mas também é possível depreender alguns outros importantes padrões de distribuição dos processos. A concentração de processos nos estados de Mato Grosso (34%), Rondônia (28%) e Roraima (16%) nos chama atenção,

³ Como não é objetivo direto deste trabalho, tratamos aqui de impactos no sentido mais amplo possível da palavra, dos impactos ambientais aos econômico-financeiros.

⁴ A Amazônia Legal abrange 59% do território brasileiro, compreendendo integralmente oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), além de parte do estado do Maranhão, totalizando uma extensão de 5,0 milhões de quilômetros quadrados.

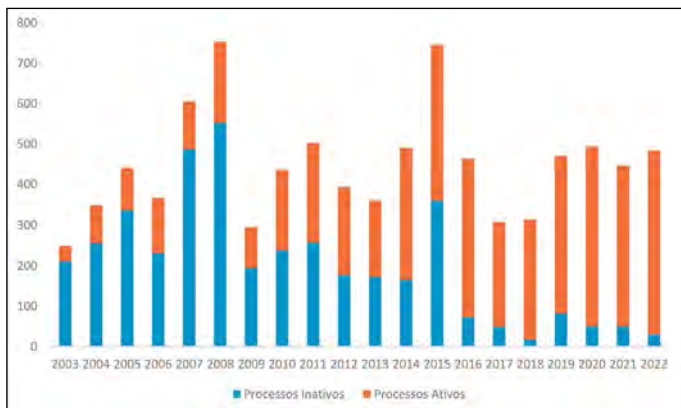
assim como a sobreposição de muitos desses requerimentos com outros territórios especialmente protegidos presentes na Faixa de Fronteira: como as Unidades de Conservação (11.549.767 ha) e Terras Indígenas (6.650.094 ha). Além disso, é possível perceber uma concentração exacerbada de títulos autorizativos e requerimentos próximos à linha que divide a Faixa de Fronteira do restante do território brasileiro.

No mapa 2, podemos perceber algumas concentrações de processos minerários em Rondônia, nas margens da BR-364 (São Paulo – Acre), que podem estar ligadas ao eixo de dinâmica urbano-industrial. Já no Sul e no Leste do Amapá, vemos uma área atrelada à velha mineração industrial de minerais metálicos, que ainda se faz presente, mas que ainda almeja aumentar a prospecção de minérios no Estado, os requerimentos são um bom indicativo da intenção dos requerentes.

Em um contexto diferente, podemos visualizar regiões de dinâmicas isoladas que concentram processos minerários ativos, são essas: A Calha Norte do Pará, onde já uma consolidada atuação da Mineração Rio do Norte e a presença de requerimentos de outras grandes empresas do setor mineral (Vale S.A. – antiga CVRD –, Anglo American e Rio Tinto). Em Roraima, predominam os processos minerários ativos em fase de requerimento ou aqueles que já estão autorizados a pesquisas, que buscam ouro, principalmente, sob a Terra Indígena Yanomami.

Para dar conta de entender como a Faixa vem sendo pressionada pela presença de processos minerários, principalmente de requerimentos de pesquisa, a soma dos processos ativos com os inativos sobrepostos ao recorte espacial desta pesquisa (Gráfico 1) é relevante porque nos informa a variação da pressão da mineração sobre o território anualmente e por período de governo. Como explicado anteriormente, os inativos mostram que, apesar da não continuidade na tramitação, houve interesse sob aquela requerida naquele ano.

Gráfico 1 – Soma dos processos minerários ativos com os inativos sobrepostos a Faixa de Fronteira da Amazônia Legal (2003-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor, em 2023, com base em dados da ANM (2022).

A partir do Gráfico 1, é possível visualizar uma frequência de pedidos na Faixa próxima a 400 processos anuais. O gráfico evidencia a distribuição da pressão pelo subsolo ao longo do recorte temporal desta pesquisa. Pode-se perceber que temos um número superior a 100 processos minerários inativos somente nos anos anteriores a 2015. Na soma dos ativos com inativos, destacam-se os anos de 2008 e de 2015 com mais de 700 processos minerários somados.

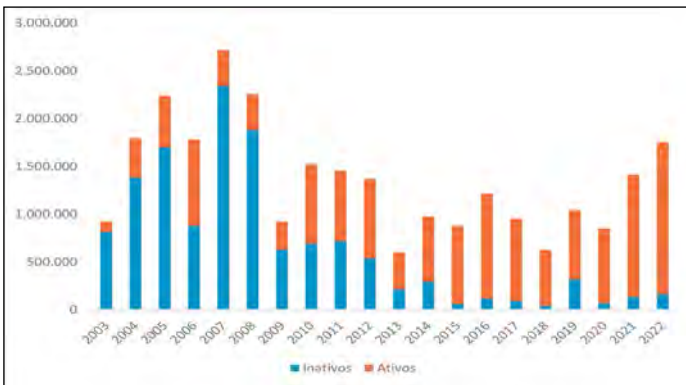
Entre os anos de 2003 a 2008, vimos uma tendência que pode estar ligada ao *boom* de *commodities* minerais que enfraquece logo após a crise financeira de 2008, em que segundo Wanderley (2017), as empresas buscaram aproveitar o aumento do preço das *commodities* para expandir suas explorações e futuras comercializações. Depois, vemos um aumento a partir dos anos de 2013, que pode estar relacionado aos momentos de pós-*boom* de *commodities* (Wanderley, 2017), onde as empresas aumentaram o seu ritmo de exploração no intuito de superar a baixa no preço dos minérios.

Sabemos que nem sempre o somatório dos processos é acompanhado por um aumento proporcional no tamanho em área, por isso é interessante realizar também a soma da área (em hectares) dos processos minerários ativos e inativos na região escopo do trabalho (Gráfico 2). O gráfico ilustra o avanço em área na soma de processos minerários ativos e inativos sob o recorte desta pesquisa. Destacam-se os anos de 2005, 2007 e 2008 com mais de 2 milhões de hectares entre os processos ativos e inativos.

Dessa forma, temos dimensão do tamanho da parcela de terra pressionada pelo interesse da mineração na região. Neste sentido, também

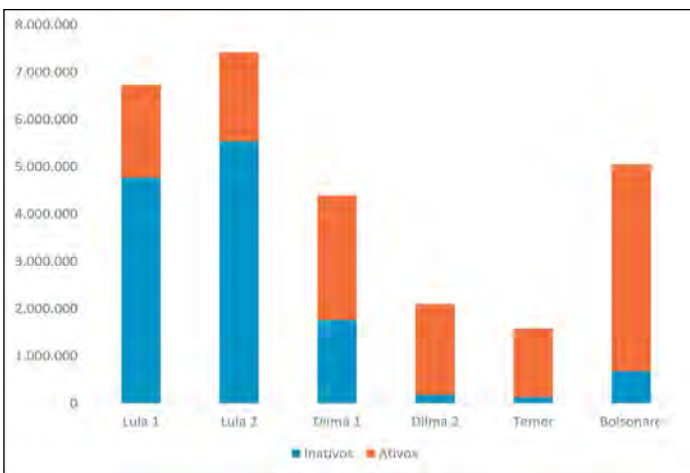
é importante entender a dinâmica a partir dos diferentes governos (Gráfico 3). A partir do gráfico, é possível visualizar que os governos que cumpriram os quatro anos, tiveram pelo menos 4 milhões de hectares quando somados os processos ativos e inativos. Além disso, chama atenção também os mais de 6 milhões de ha durante os dois primeiros governos Lula. É possível deprender também que há uma tendência de menor número de processos minerários inativos nos governos mais atuais.

Gráfico 2 – Soma da área (ha) dos processos minerários ativos e inativos na Faixa de Fronteira (150km) da Amazônia Legal



Fonte: Elaborado pelo autor, em 2023, com base em dados da ANM (2022).

Gráfico 3 – Soma da área (ha) dos processos minerários ativos e inativos na Faixa de Fronteira (150km) da Amazônia Legal por governo (2003-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor, em 2023, com base em dados da ANM (2022).

Após a análise dos recursos imagéticos e também a partir de conhecimentos prévios da tramitação de processos minerários na Faixa de Fronteira e também do *modus operandi* dos diferentes governos, é possível depreender que nos anos mais próximos a 2022 há um baixo número de processos inativos pela lentidão na tramitação destes. Além da demanda pelo assentimento prévio do CDN, o sucateamento da ANM faz com que a tramitação dos processos minerários sob a Faixa seja muito lenta, como já explorado na introdução deste trabalho.

Ademais, como não há uma automatização na base de dados do SIGMINE vinculado à ANM, processos minerários que não atendem as exigências e/ou estão sobrepostos a territórios vedados à mineração, não são automaticamente cancelados. Ou seja, aqueles processos que constam como ativos atualmente podem vir a ser configurados como inativos em um futuro breve. Principalmente, quando sobrepostos a territórios especialmente protegidos, como é o caso da Faixa de Fronteira.

Como apresentado na introdução, os processos minerários ganham novos contornos ao tramitarem sobrepostos a Faixa de Fronteira *stricto sensu*. Ao contrário do restante do território brasileiro, incluindo aqui a Amazônia Legal, na Faixa o número de Requerimentos é bem superior ao número de títulos autorizativos. Conforme nos evidencia a tabela 1, dos 4.979 processos minerários ativos que tramitam na Faixa de 150km: 3.582 estão em fases ligadas a requerimento (72%), 1.110 são títulos autorizativos (22%) e 284 estão em fase de disponibilidade (6%).

Tabela 1 – Processos Minerários Ativos por fase na Faixa de Fronteira (150km) da Amazônia Legal (2003-2022)

| Fase | Nº de processos ativos |
|--------------------------------------|------------------------|
| Requerimento de Pesquisa | 2136 |
| Requerimento de Lavra Garimpeira | 1031 |
| Autorização de Pesquisa | 643 |
| Licenciamento | 368 |
| Requerimento de Licenciamento | 269 |
| Disponibilidade | 177 |
| Apto para Disponibilidade | 107 |
| Requerimento de Registro de Extração | 59 |
| Requerimento de Lavra | 57 |
| Registro de Extração | 53 |
| Direito de Requerer a Lavra | 30 |
| Lavra Garimpeira | 28 |
| Concessão de Lavra | 18 |
| Dado Não Cadastrado | 3 |
| Total Geral | 4.979 |

Fonte: Elaborado pelo autor, em 2023, com base em SIGMINE (ANM, 2022).

A Tabela 1, portanto, evidencia o predomínio dos requerimentos (em amarelo), quando o requerente detém apenas a expectativa do direito de minerar, frente aos títulos autorizativos (em vermelho), quando já está autorizada a lavra ou a pesquisa sobre a área requerida e a disponibilidade (em roxo), quando uma área volta a ser disponível após ter sido outorgada por terceiros, mas que não foram concretizadas. Dessa forma, é possível depreender que a maior parte dos processos minerários ativos na região escopo do trabalho ainda se dão como forma de interesse aos minérios requeridos.

O panorama das fases se modifica também quando contemplarmos toda região da Faixa de Fronteira da Amazônia Legal. O que já era visível na comparação entre os mapas 1 e 2, é ilustrado a partir da Tabela 2. Percebemos que o percentual de títulos autorizativos (36%) ainda é menor que o de requerimentos (58%), entretanto, significativamente superior ao do recorte espacial anterior. Principalmente, quando tratamos do número de autorizações de pesquisa e de lavra garimpeira. Dessa forma, é possível depreender que a maior parte dos processos minerários ativos na região escopo do trabalho ainda se dão como forma de interesse aos minérios requeridos. Há um número significativo de autorizações de pesquisa e lavra garimpeira, o que sugere que a região vem também tendo a expansão da atividade garimpeira e que novos projetos minerais podem ser viabilizados em breve.

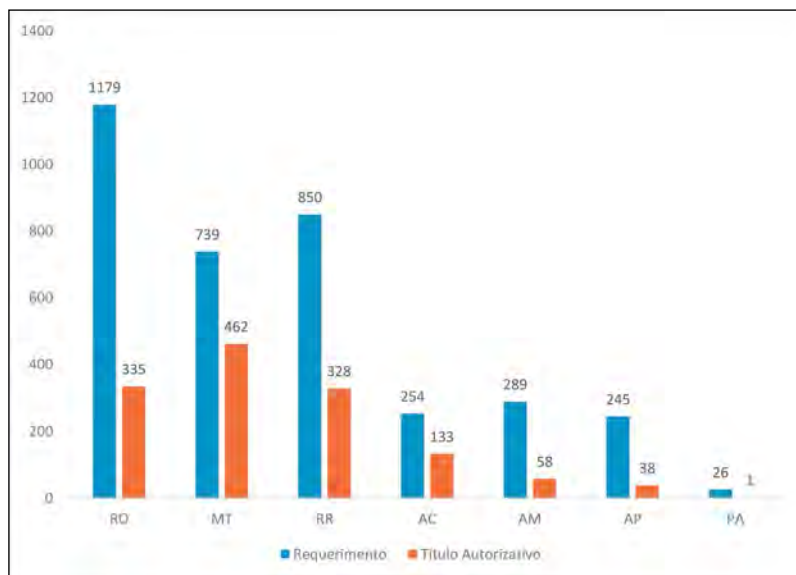
Tabela 2 – Processos Minerários Ativos por fase na Faixa de Fronteira da Amazônia Legal (2003-2022)

| Fase | Nº de processos ativos |
|--------------------------------------|------------------------|
| Requerimento De Pesquisa | 2755 |
| Autorização De Pesquisa | 2038 |
| Requerimento De Lavra Garimpeira | 1836 |
| Lavra Garimpeira | 591 |
| Licenciamento | 522 |
| Disponibilidade | 359 |
| Requerimento De Licenciamento | 315 |
| Apto Para Disponibilidade | 184 |
| Requerimento De Lavra | 171 |
| Requerimento De Registro De Extração | 84 |
| Registro De Extração | 74 |
| Direito De Requerer A Lavra | 49 |
| Concessão De Lavra | 33 |
| Dado Não Cadastrado | 3 |
| Total Geral | 9.014 |

Fonte: Elaborado pelo autor, em 2023, com base em SIGMINE (ANM, 2022).

Trabalhando agora somente com aqueles processos que estão ativos no sistema da ANM, é possível perceber que, mesmo com um maior interesse, materializado pelos processos minerários ativos sob o subsolo do Estado de Rondônia, é no Mato Grosso onde já temos a atividade de mineração consolidada, materializada através dos títulos autorizativos (Gráfico 4). Neste sentido, pode-se inferir que tal realidade é reforçada por ser uma fronteira mais ocupada e mais conectada à dinâmica urbano-industrial.

Gráfico 4 – Processos Minerários Ativos por fase e Estado da Faixa de Fronteira (150km) da Amazônia Legal (2003-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor, em 2023, com base em SIGMINE (ANM, 2022).

O Gráfico 4 ilustra a distribuição de requerimentos (em azul) e títulos autorizativos na região escopo do trabalho. É possível perceber uma quantidade significativa no interesse do subsolo do Estado de Rondônia. Entretanto, Mato Grosso é o estado com maior número de substância sendo pesquisada e/ou lavrada, o que pode ser explicado pelo fato da região de fronteira do Estado estar mais próxima à dinâmica urbano-industrial, mas também pela menor sobreposição de Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

É importante mencionar e distinguir, dentro do universo dos títulos autorizativos ativos presentes no Gráfico 4, o que já está sendo lavrado, o que está somente autorizado a se pesquisar e até aquela lavra ligada a minerais da construção civil ou que foram disponibilizados pela ANM. Neste sentido, a tabela 3 nos informa que, mesmo o Estado do Mato Grosso

tendo um maior número de títulos autorizativos ativos, Rondônia tem um número maior de minas ligadas à mineração industrial e até mesmo lavras garimpeiras em operação.

Tabela 3 – Títulos Autorizativos ativos por fase de tramitação na Faixa de Fronteira (150km) da Amazônia Legal

| UF | Lavra ⁱ | Pesquisa | Outros |
|----|--------------------|----------|--------|
| AC | 5 | 51 | 77 |
| AM | 1 | 17 | 32 |
| AP | 1 | 20 | 17 |
| MT | 12 | 250 | 138 |
| PA | 0 | 0 | 0 |
| RO | 20 | 166 | 146 |
| RR | 7 | 139 | 149 |

ⁱ Concessão de Lavra e Lavra Garimpeira; Pesquisa: Autorização de Pesquisa; Outros: Disponibilidade, Licenciamento e Registro de Extração

Fonte: Elaborado pelo autor, em 2023, com base em ANM (2022).

A partir da tabela acima, é possível depreender que os Estados de Rondônia e Mato Grosso se destacam no número títulos autorizativos ativos em fase lavra. Além disso, é possível perceber a grande importância das autorizações de pesquisa dentro do universo dos títulos autorizativos e também da extração de minerais ligados à construção civil ou ainda àquelas áreas que foram disponibilizadas pela ANM, que compõem a coluna “outros”.

A essa altura, o leitor deve estar se perguntando o que chama atenção no subsolo da Faixa de Fronteira da Amazônia Legal? Através dos dados disponibilizados pela ANM, é possível levantar que na região escopo do trabalho, atualmente, há o interesse por 63 substâncias distintas.

A Tabela 4 ilustra a quantidade de processos ativos referente às dez principais substâncias protocoladas na região. É possível perceber o interesse em substâncias ligadas à construção civil (areia, argila, granito, cascalho, mármore). Além disso, nos minerais críticos e estratégicos a “transição energética” (Milanez, 2021), tais como: cobre, estanho, cassiterita e o tântalo. Entretanto, há um único minério responsável por 42% de todos os processos minerários ativos, o ouro (Tabela 4). Este minério chegou a sua cotação recorde⁵ durante a pandemia de Covid-19, por ser considerado um ativo seguro em períodos de crise.

⁵ A maior cotação foi atingida em agosto de 2020, chegando a \$ 2.072 dólares por onça-troy, a medida utilizada no mercado que representa quase 31 gramas.

Tabela 4 – Número de Processos Minerários Ativos das dez principais substâncias protocoladas na Faixa de Fronteira (150km) da Amazônia Legal (2003-2022)

| Dez Principais Substâncias | Nº de Processos Ativos |
|----------------------------|------------------------|
| Ouro* | 2104 |
| Areia | 620 |
| Cassiterita | 399 |
| Argila | 203 |
| Granito | 196 |
| Cascalho | 183 |
| Minério De Cobre | 179 |
| Mármore | 133 |
| Minério De Tântalo | 96 |
| Minério De Estanho | 87 |

Fonte: Elaborado pelo autor, em 2023, com base em SIGMINE (ANM, 2022).

Neste sentido, é importante que seja distinguido aqueles municípios que historicamente produzem minerais ligados à construção daqueles onde mineradoras e/ou cooperativas garimpeiras pesquisam e lavram minerais metálicos, preciosos e importantes para a “transição energética”. Neste segundo grupo, com minérios de maior valor agregado, encontra-se o maior interesse das mineradoras estrangeiras, aquelas responsáveis por pressionar pela futura flexibilização da atividade de mineração na Faixa de Fronteira.

Como já mencionado na introdução, a partir dos dados disponibilizados em conjunto pela ANM, só é possível ter ciência dos requerentes dos processos minerários, quando estamos tratando dos ativos. Neste sentido, analisaremos aqueles interessados em processos minerários que permanecem ativos. Iremos nos ater somente aqueles que estão sobrepostos à faixa de 150km, por ser sobre essa o *lobby* pela flexibilização da mineração. Dessa forma, a partir da tabela 5, chega a hora de traçarmos um panorama dos principais interessados e detentores de processos minerários ativos na Faixa de Fronteira da Amazônia Legal.

Tabela 5 – Principais requerentes de processos minerários ativos na Faixa de Fronteira (150km) da Amazônia Legal (2003-2022)

| Dez principais requerentes | Nº de Processos Ativos |
|---|------------------------|
| Mineração Santa Elina Indústria E Comércio S.A. | 188 |
| Cooperativa dos Garimpeiros do Rio Madeira – Coogarima | 164 |
| Claumilde Filgueira de Vasconcelos | 94 |
| Cooperativa dos Garimpeiros e Mineradores Do Brasil | 75 |
| Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Pontes e Lacerda – Compel | 68 |
| Cooperativa dos Garimpeiros da Amazônia – Coogam | 64 |
| Ezequiel Alves | 60 |
| Rio Grande Mineração S.A. | 49 |
| Cooperativa Garimpeira Mineradora Nacional | 49 |
| Amazon Stone S.A. | 45 |

Fonte: Elaborado pelo autor, em 2023, com base em SIGMINE (ANM, 2022).

Na lista, percebemos a presença de 3 empresas mineradoras, 2 pessoas físicas e 5 cooperativas garimpeiras entre os principais requerentes. Os dez principais requerentes representam 17% de todos os Processos Minerários ativos que tramitam na Faixa de Fronteira da Amazônia Legal. Desses que compõem a tabela 5, percebemos que não há a presença de nenhuma gigante do setor mineral, mas sim a presença relevante de cooperativas garimpeiras, pessoas físicas e mineradoras menos conhecidas.

A mineradora Santa Elina, que ocupa primeiro lugar no *ranking*, é uma empresa ligada ao polêmico empresário Paulo Carlos de Brito Filho⁶. Este empresário possui participação em diversas outras mineradoras com processos minerários ativos sob a Faixa de Fronteira da Amazônia Legal e que possuem poucos requerimentos fora da Faixa de Fronteira e de outros territórios especialmente protegidos (UCs e TIs), o que indica a intencionalidade de apostar em uma futura regulamentação das atividades nestes territórios⁷.

Um dos questionamentos que me fiz ao manipular os dados do SIGMINE era onde estariam as *major companys*? Como o *ranking* anterior só nos traz

⁶ Como consta na reportagem veiculada pelo Repórter Brasil, Paulo tem participação entre outras mineradoras com requerimentos sobrepostos a Faixa de Fronteira, tais como: Rio Grande, Silvana, Acará, Icana, Irajá, Tarauacá e Apoena (Rossi; Lobato; Camargos, 2022).

⁷ Temos entendido esse tipo de atuação como uma forma de estratégia destas empresas em sua colocação no setor mineral e venho me debruçando sobre tal na minha futura dissertação de Mestrado.

os dez principais requerentes e 17% dos processos, não devemos desprezar, portanto, os outros 1.376 requerentes que detém o restante (83%) dos Processos Minerários Ativos. Neste sentido, é importante ressaltar a presença de mineradoras conhecidas entre os requerentes, sejam elas de grande ou médio porte ou ainda, empresas juniores, são elas: Votorantim Metais S.A. (38), Serra da Borda Mineração (37 processos), Mineração Apoená (33 processos), Mineração Guanhães (33 processos) e a Nexa S.A. (25 processos).

Apesar de não ser o objetivo central deste trabalho, cabe apresentar brevemente o que são as mineradoras entendidas como empresas juniores. Tais mineradoras são caracterizadas não por ter como maior negócio o jazimento das lavras, mas sim a busca por novos locais de prospecção, principalmente para uma futura revenda. Neste sentido, essas empresas arcam com os riscos e eventuais prejuízos de não encontrarem uma mina rentável e com as polêmicas por requisitarem em territórios especialmente protegidos. Assim, as *majors* podem fugir do desgaste de sua reputação e dar prosseguimento a suas campanhas de *greenwashing*. As empresas juniores, tais como: a Mineração Santa Elina e a Rio Grande Mineração, ambas subsidiárias vinculadas a canadense Aura Minerals, vêm manifestando um recorrente interesse em garantir autorizações de pesquisa na Faixa de Fronteira, o que foi levantado através dos dados de processos minerários ativos.

É importante mencionar, que empresas como a Vale S.A. e Anglo American, gigantes do setor mineral, abriram mão recentemente de processos minerários ativos que sobrepunham a Faixa de Fronteira da Amazônia Legal e também Terras Indígenas (Pamplona, 2021; Angelo, 2021). Entretanto, estas ainda se fazem presentes nos requerimentos ou títulos autorizativos sobrepostos a Faixa de Fronteira da Amazônia Legal, através de suas subsidiárias. No caso da Vale S.A., a Mineração Rio do Norte, sua subsidiária, opera um dos principais empreendimentos de Bauxita do Brasil, em Oriximiná – PA. Já a Anglo American, que detém participação nas mineradoras Tanagra e Itamaracá, permanece interessada em pesquisar e lavar minérios na região.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou iluminar a discussão sobre como a Faixa de Fronteira, sobretudo em sua parcela sobreposta a Amazônia Legal, está também inserida dentro de uma ótica neoextrativista de expansão das fronteiras produtivas.

Os resultados deste trabalho apontaram para a presença de 4.979 processos minerários ativos protocolados sob a Faixa de Fronteira da Amazônia Legal de 2003 até a data de levantamento dos dados. Os números são ainda maiores (9.014) quando nos atentamos a toda a extensão territorial dos municípios sobrepostos a Faixa de Fronteira da Amazônia Legal. Os mais de 4 mil processos sobrepostos à faixa *stricto sensu* (150km) estão distribuídos de tal forma: 3.582 estão em fases ligadas a requerimento (72%), 1.110 são títulos autorizativos (22%) e 284 estão em fase de disponibilidade (6%). Ademais, foi possível perceber que na extensão da Faixa de Fronteira que esta não está sobreposta à faixa de 150, há uma maior concentração de títulos autorizativos.

É de se ressaltar também o papel dos processos minerários inativos. A partir da análise de sua distribuição temporal, foi possível perceber que este dado serviu como uma espécie de “termômetro” da pressão sobre a Faixa de Fronteira da Amazônia Legal. Tal inferência é realizada a partir do somatório dos processos, ativos e inativos, distribuídos pelos 20 anos que recobrem o recorte temporal desta pesquisa. Dessa forma, a presença de processos minerários sob tal região dialoga com discursos neoextrativistas de que para que tal região experimente o crescimento econômico, seu subsolo deve ser explorado.

Podemos perceber, portanto, que estamos sob duas dimensões de fronteira. A primeira, quando tratamos sob a atividade mineradora na região amazônica dentro da Faixa de Fronteira da Amazônia Legal. Já a segunda, quando abordamos o avanço da mineração para um território com condições especiais a pesquisa e/ou lavra de minérios.

Além disso, ficou evidente qual a substância que motiva a expansão da fronteira de mineração. O ouro, representando 42% dos processos minerários ativos é o minério que interessa os mais diferentes atores ligados à mineração na Faixa de Fronteira da Amazônia Legal. Dessa forma, enquanto a atividade não é flexibilizada para empresas majoritariamente estrangeiras, nem há a flexibilização da atividade em outros territórios especialmente protegidos (UCs e TIs), são as subsidiárias de grandes empresas, empresas juniores e as cooperativas garimpeiras que lideram o interesse na mineração da região.

Caso a atividade de mineração nesta região seja flexibilizada, podemos ver uma “camada adicional” de proteção a outros territórios especialmente protegidos ser desmanchada. Além disso, o avanço da fronteira mineral para regiões que concebem as partes mais bem preservadas do bioma amazônico, em sua porção brasileira, seria incentivado. Ademais, poderíamos estar reforçando a inserção subordinada do Brasil e, conseqüentemente, da Amazônia Legal como fornecedores de produtos primários para o restante

do mundo. Enquanto isso, como em outras regiões mineradas do Brasil e do restante da América Latina, os sujeitos que habitam os arredores das minas e dos outros fixos ligados à mineração, pouco se beneficiariam da presença da atividade.

AGRADECIMENTOS

Este artigo é resultante de pesquisas realizadas no Mestrado em Geografia da UFRJ, onde possuo bolsa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Agradeço, portanto, à CAPES pelo financiamento que propicia além da elaboração da minha dissertação, trabalhos como este. Além disso, como toda pesquisa científica é um esforço coletivo, agradeço a todos meus companheiros do Grupo Retis. Em especial, a minha orientadora Rebeca Steiman, leitora crítica dos meus trabalhos e grande colaboradora no esforço de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. *In*: GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. **Más alla del desarrollo**. Quito: AbyaYala:Fundación Rosa Luxemburg, 2011. p. 83-119.
- ANGELO, M. O que está por trás da desistência temporária da Vale de minerar em terras indígenas. **Observatório da Mineração**, [s. l.], 22 set. 2021. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/o-que-esta-por-tras-da-desistencia-temporaria-da-vale-em-minerar-em-terras-indigenas/>. Acesso em: 16 nov. 2022.
- ANM. Sistema de Informação Geográfica da Mineração. **Agência Nacional de Mineração**, Belém, 2022. Disponível em: <https://geo.anm.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=6a8f5ccc4b6a4c2bba79759aa952d908>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- BECK, M. No Canadá, ministro de Minas e Energia diz que avalia liberar mineração em terra indígena. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 mar. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/no-canada-ministro-de-minas-energia-diz-que-avalia-liberar-mineracao-em-terra-indigena-23499219> Acesso em: 10 nov. 2022.

BELTHER, J. **Alterações na Legislação sobre Mineração em Faixa de Fronteira: visão empresarial**. Brasília, DF: Votorantim, 2017. 17 slides, color. Disponível em: http://www.adimb.com.br/site/VII/palestras/08_Jones_Belther.pdf. Acesso em: 08 nov. 2022.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1934]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 14 maio. 2022.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1937]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 14 maio. 2022

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1946]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 14 maio. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979**. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1979]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm. Acesso em: 03 dez. 2022.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Portaria nº 23, de 3 de fevereiro de 2000**. Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, [2000]. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/portarias/2000/portaria-n-23-2000.pdf/view>. Acesso em: 12 maio 2022.

BRASIL. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2005.

FERNANDES, R. M. S. **A Faixa de Fronteira como nova frente de exploração mineral: um panorama através dos processos minerários**. 2021. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/15269>. Acesso em: 18 jun. 2022.

FERNANDES, R. M. S. A política mineral do governo Bolsonaro para a Amazônia Legal: Um balanço a partir dos processos minerários ativos. **AMBIENTES: revista de geografia e ecologia política**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 149-172, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/29781>. Acesso em: 11 maio 2022.

GUDYNAS, E. Estado Compensador y Nuevos Extractivismos: las ambivalencias del progresismo sudamericano. **Nueva sociedad: democracia y política en América Latina**, Buenos Aires, n. 237, 2010. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/estado-compensador-y-nuevos-extractivismos-las-ambivalencias-del-progresismosudamericano>. Acesso em: 02 jul. 2021.

GUDYNAS, E. **Extractivismos: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza**. Cochabamba: CEDIB/CLAES, 2015.

MILANEZ, Bruno. Crise climática, extração de minerais críticos e seus efeitos para o Brasil. 2021. **Caderno Diálogos dos Povos**. DOI: <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.16903480>. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/prov0462.pdf>

NEVES, A. J. *et al.* (org.). **Segurança pública nas fronteiras, diagnóstico socioeconômico e demográfico: Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Cidadania/Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

PAMPLONA, N. Vale decide devolver processos de mineração em terras indígenas. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 set. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/09/vale-decide-devolver-processos-de-mineracao-em-terras-indigenas.shtml>. Acesso em 16 nov. 2022.

ROSI, M.; LOBATO, G.; CAMARGOS, D. O caçador de jazidas: quem é o empresário que lidera a corrida pelo ouro em terras indígenas. **Repórter Brasil**, São Paulo, 09 maio 2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/05/o-cacador-de-jazidas-quem-e-o-empresario-que-lidera-a-corrida-pelo-ouro-em-terras-indigenas/>. Acesso em: 15 maio 2022.

SANTOS, R.; MILANEZ, B. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós-Ciências Sociais**, São Luís, v. 10, n. 19, p. 119-14, 2013.

SECRETÁRIO Vidigal se reúne com embaixador norte-americano para tratar de assuntos do setor mineral. **Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral**, Brasília, DF, 08 maio 2020. Disponível em: https://antigo.mme.gov.br/web/guest/secretarias/geologia-mineracao-e-transformacao-mineral/noticias/-/asset_publisher/Idc0DUAr9UAE/content/secretario-vidigal-se-reune-com-embaixador-norte-americano-para-tratar-de-assuntos-do-setor-mineral?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fantigo.mme.gov.br%2Fweb%2Fguest%2Fsecretarias%2Fgeologia-mineracao-e-transformacao-mineral%2Fnoticias%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_Idc0DUAr9UAE%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_count%3D1%26_101_INSTANCE_Idc0DUAr9UAE_cur%3D3%26_101_INSTANCE_Idc0DUAr9UAE_keywords%3D%26_101_INSTANCE_Idc0DUAr9UAE_advancedSearch%3Dfalse%26_101_INSTANCE_Idc0DUAr9UAE_delta%3D30%26p_r_p_564233524_resetCur%3Dfalse%26_101_INSTANCE_Idc0DUAr9UAE_andOperator%3Dtrue. Acesso em: 10 dez. 2022

STEIMAN, R. **A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**. 2002. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019.

WANDERLEY, L. J. **Geografia do Ouro na Amazônia brasileira: uma análise a partir da porção meridional**. 2015. 302 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.gomiam.org/wp-content/uploads/2015/08/Geografia-do-Ouro-na-Amazônia-Tese-Luiz-Jardim-Wanderley-2.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2022.

WANDERLEY, L. J. Do Boom ao Pós Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. **Versos - Textos para Discussão PoEMAS**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2017.

WWF. **Mineração na Amazônia Legal e Áreas Protegidas: situação dos direitos minerários e sobreposições**. São Paulo: WWF Brasil, 2018. Disponível em: https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/mineracao_na_amazonia_legal_web.pdf. Acesso em: 07 jun. 2020.

Submissão: 07/08/2023 • Aprovação: 19/02/2024





Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 1 • jan-abr. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536





COMUNIDADE QUILOMBOLA VISTA ALEGRE: EXPANSÃO DA ÁREA DO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA E AMEAÇAS DE DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO

QUILOMBOLA VISTA ALEGRE COMMUNITY: EXPANSION OF THE ALCÂNTARA LAUNCH CENTER AREA AND THREATS OF COMPULSORY DISPLACEMENT

Ilnar Fernandes Feitoza  

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior  

Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil

RESUMO

A expansão econômica, mecanismo historicamente utilizado pelo capitalismo para sair de crises, pode atingir a comunidade quilombola Vista Alegre, localizada em Alcântara, Maranhão, que possui biodiversidade que garante segurança alimentar para suas famílias pela pesca artesanal e agricultura familiar. Desde o início da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), nos anos 1980, e, especialmente no governo Bolsonaro, que assinou com os EUA o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) para expansão e aluguel do CLA, seus moradores se encontram ameaçados de deslocamento compulsório. Por meio de trabalho de campo, o objetivo do artigo consiste em não só apresentar o resultado de entrevistas realizadas com 11 famílias em outubro de 2020, discutindo sua autossuficiência/dependência com relação ao mar e à terra, visto que 100% dos entrevistados têm excedente da produção para comercializar e 90,91% vendem pescados, como também levantar a situação de insegurança quanto à permanência da comunidade, além de contribuir com o debate sobre a disputa territorial entre quilombolas alcantarenses e o Estado brasileiro, apesar do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) reconhecer 78,1 mil hectares como território quilombola através da publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

Palavras-chave: Estado brasileiro; comunidade quilombola; deslocamento compulsório; espoliação.

ABSTRACT

Economic expansion, a mechanism historically used by capitalism to escape crises, can reach the Vista Alegre quilombola community, located in Alcântara, Maranhão, which has biodiversity that guarantees food security for their families through artisanal fishing and family farming. Since the beginning of the implementation of the Alcântara Launch Center (CLA), in the 1980s, and, especially during the Bolsonaro government, which signed the Technological Safeguards Agreement (AST) with the USA for the expansion and rental of the CLA, its residents have found themselves threatened with compulsory displacement. Through fieldwork, the objective of the article is not only to present the results of interviews carried out with 11 families in October 2020, discussing their self-sufficiency/dependence on the sea and land, given that 100% of those interviewed have a surplus of production to be sold and 90.91% sell fish, as well as raising the situation of insecurity regarding the permanence of the community, in addition to contributing to the debate on the territorial dispute between quilombolas from Alcantara and the Brazilian State, despite the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) recognize 78.1 thousand hectares as quilombola territory through the publication of the Technical Identification and Delimitation Report (RTID).

Keywords: Brazilian state; quilombola community; compulsory displacement; spoliation.

1 INTRODUÇÃO

O município de Alcântara tem uma extensão territorial de 1.168,246 km² e população estimada, em 2022, de 18.467 pessoas, sendo 29,82% na área urbana e 70,72% no meio rural (IBGE, 2023). De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2024), a fundação de Alcântara é de data incerta, mas há registros de que, desde 1612, havia ali um aglomerado de aldeias indígenas com o nome de Tapuitapera. Foi um importante centro agrícola e comercial, chegando a competir com a capital do Maranhão, São Luís, até meados do século XIX, quando as grandes fazendas escravagistas entraram em decadência econômica e as famílias que ficaram no território, em sua maioria afrodescendentes, passaram a trabalhar com agricultura comunitária, caça e pesca.

Em 12 de setembro de 1980, o Governo do Estado do Maranhão publicou o Decreto nº 7.820 (Maranhão, 1980), declarando uma área de 52.000 ha para fins de desapropriação e instalação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), também conhecido como Centro Espacial de Alcântara (CEA), Base Espacial de Alcântara ou, simplesmente, a Base. Em 1º de março de 1983, o Decreto Federal nº 88.136 (Brasil, 1983) criou, no Ministério da Aeronáutica, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) para executar atividades de lançamentos de foguetes e satélites. Em 8 de agosto de 1991 (Brasil, 1991), o Governo Federal aumentou para 62.000 ha a área destinada ao CLA. Atualmente, o CLA ocupa uma área de aproximadamente 8.000 ha, incluindo instalações e zonas de segurança.

Para que a Base fosse implantada, 312 famílias, que formavam 21 comunidades quilombolas e fazem parte de um grande território étnico (Almeida, 2006), foram deslocadas compulsoriamente e sem as devidas indenizações para sete agrovilas, que são vilas residenciais com casas de alvenaria e algumas edificações de uso comunitário (escola, igreja, posto de saúde, casa de farinha). Essas agrovilas receberam moradores de diferentes povoados que tiveram seus modos de vida completamente desestruturados (Lopes, 2020; Andrade, 2014; Rocha, 2006; Souza Filho, 2013).

Segundo Almeida (1996), deslocamento compulsório diverge sobremaneira do que se entende por mudança, transferência de lugar. Trata-se de uma imposição irreversível dos mais fortes sobre os mais fracos. O autor define o termo como:

o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos (Almeida, 1996, p. 30).

O deslocamento compulsório não deve ser confundido com uma mudança de lugar ou reassentamento de famílias, pois se trata de algo que impõe muito sofrimento psíquico e emocional, já que o atingido não escolheu mudar, não tem interesse, não demandou e, se pudesse, evitaria (Magalhães, 2007). Esse tipo de deslocamento implica em mudar de um local com modo de produzir estruturado, com inserção social e cultural, com história e memórias construídas por antepassados, inclusive cemitérios. Esse conceito aplica-se ao conflito territorial instalado em Alcântara, pois, para que o CLA fosse implantado, quilombolas tiveram que deixar suas casas, hortas, roças, cemitérios, quintais frutíferos e floridos, além de rápido e fácil acesso aos locais de pesca.

De acordo com o laudo antropológico publicado por Almeida (2006), Alcântara foi considerado, segundo padrões capitalistas da época, um município economicamente próspero até o final do século XIX, porém com economia baseada em atividades agrícolas realizadas a partir do esforço laboral de escravizados africanos e destinadas à produção para a exportação. A crise econômica que se deu pela queda internacional do preço do algodão e endividamentos dos donos das fazendas, provocou o abandono do município pelos grandes proprietários rurais e o aumento significativo dos quilombos já existentes. Com isso, houve a constituição de identificação do território alcantareense como terra de preto, terra de caboclo e terra de santo, terras de índio, terras da pobreza.

A comunidade Vista Alegre situa-se a cerca de 60 quilômetros da cidade de Alcântara, é formada por 44 famílias e possui aproximadamente 130 pessoas. A maioria delas é evangélica. A comunidade é caracterizada como terra de caboclo, por ser formada predominantemente por pessoas com a cor da pele mais clara. Segundo Almeida (2006), os denominados caboclos, hoje, se aproximam da categoria preto, embora a designação cabocla sugira uma aproximação com a definição considerada legítima, ou seja, branco e, por conseguinte, um afastamento de tudo que possa reforçar ligações e analogias com escravizados.

Entretanto, as dessemelhanças não se sustentam quando povoados das terras de caboclos são atingidos pelos mesmos dispositivos jurídicos

que afetam os demais agentes sociais, como deslocamentos compulsórios e indenizações. Por meio desses dispositivos, a ação do Estado homogeneiza os diferentes agrupamentos sociais de Alcântara e submete-os aos mesmos constrangimentos sofridos pelos pretos:

Esses embates, conflitos e ameaças de eterno retorno marcam as tensões do processo de territorialização em curso. A autonomia de decisão sobre o que produzir, como, onde e quando, lançando mão de que recursos naturais, aproxima pretos e caboclos, fixa um estilo de vida que tem na denominada roça sua viga mestra e chega a absorver os prepostos dos proprietários absenteístas. Produzir e reproduzir esse sistema, mantendo uma vida social há pelo menos dez gerações nas terras das ordens religiosas, ou sete nas antigas fazendas de algodão, ou quase cinco gerações nos antigos engenhos de açúcar, sem subordinação a terceiros, significa a consolidação, em datas diferentes, daquelas diversas territorialidades mencionadas e, por extensão, do território das comunidades remanescentes de quilombo (Almeida, 2006, p. 92).

Vista Alegre está situada onde pode ocorrer expansão da área do CLA, pois localiza-se no litoral de Alcântara e está dentro do território desapropriado pelos decretos que preveem a expansão do CLA, visando atender demandas do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) firmado com os Estados Unidos, em 2019. Como o Estado brasileiro intenciona/precisa deslocar compulsoriamente várias comunidades, as famílias, a exemplo das que formam Vista Alegre, vivem atualmente a incerteza sobre sua permanência em seus lugares de vida e produção.

Essas famílias sabem que aquelas que foram deslocadas obrigatoriamente para as agrovilas na década de 1980, enfrentaram muitas dificuldades para conseguir alimentos. Sofreram com a limitação dos recursos naturais, a baixa produtividade ou infertilidade do solo, além da dificuldade para a realização da pesca devido à distância do mar, manguezais, rios e igarapés e restrições impostas pela Força Aérea Brasileira (FAB), conhecida localmente como a Aeronáutica, responsável pelo CLA e gerenciamento das agrovilas. Por isso, temem pelo futuro e, dessa vez, não há promessa nem de “transferência” para agrovilas.

Além disso, são cientes de que o deslocamento ocorrido nos anos de 1980 implicou em insegurança alimentar, necessidade de venda de mão de obra para garantia do sustento e migração para as periferias de Alcântara e/ou São Luís. E sabem que as famílias deslocadas para as agrovilas foram proibidas de fazer reformas ou ampliação em suas casas (puxadinho) para os filhos recém-casados, prática comum quando viviam nos seus territórios de origem.

Embora, desde 2008, corram ações na Justiça, já que os moradores da região pedem titulação de terras por meio do programa de regularização de áreas quilombolas e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tenha expedido o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), peça integrante do processo 54.230.002401/2006-13, publicado no Diário Oficial da União (DOU), em 4 de novembro de 2008, seção 3, folhas 110 (Inkra, 2008a), e Memorial Descritivo, de 05 de novembro de 2008, folhas 127, mesma seção (Inkra, 2008b), nos quais reconhece uma área de 78,1 mil hectares, que corresponde a 64,24% do território municipal, como território quilombola, os quilombolas de Alcântara vivem sob constante ameaça e insegurança quanto à manutenção de seus modos de vida e da permanência nas comunidades constituídas e reconhecidas pelo Estado brasileiro, como é o caso de Vista Alegre.

A base de lançamentos é mantida por recursos federais e operada pela FAB. De acordo com o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial da FAB, o CLA possui uma posição geográfica estratégica e privilegiada, uma vez que se encontra a 2º18' sul da Linha do Equador, sendo um dos fatores favoráveis para lançamento de foguetes de sondas e satélites, pois permitiria uma economia de 30% no combustível necessário (FAB, 2014).

O Departamento também apresenta outros pontos que considera como estratégicos para transformar o CLA em um dos centros espaciais mais competitivos do mundo: condições favoráveis de segurança para lançamentos nas fases iniciais da trajetória; condições climáticas, com regime de chuvas bem definido, ventos toleráveis e pequenas variações de temperatura; estabilidade geológica; baixa densidade demográfica; facilidades de suporte logístico, devido à proximidade da capital do estado, São Luís, situada a 95 km, por terra (FAB, 2014).

Durante a presidência de Jair Bolsonaro, o Governo Federal brasileiro movido por princípios neoliberais das vantagens comparativas, pelo interesse em estreitar relações econômicas com os Estados Unidos da América (EUA) e pelo desprezo nutrido pelas minorias do país, como é o caso dos quilombolas, publicou o Decreto nº 10.220, no dia 5 de fevereiro de 2020, regulamentando o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) entre o Brasil e os EUA, que estava em vigência desde 16 de dezembro de 2019, para impulsionar os lançamentos de dispositivos aeroespaciais a partir do CLA. Esse acordo protege as tecnologias americanas, pois determina que qualquer país possa lançar objetos espaciais no CLA, desde que possua componentes de procedência estadunidense.

O acordo firmado com os EUA impulsionou o Estado brasileiro a publicar, no dia 27 de março de 2020, a Resolução nº 11, com deliberações do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro para que o Ministério da Defesa providenciasse, por meio do Comando da FAB, a execução de deslocamento de famílias localizadas nos 12,4 mil hectares demandados para iniciar a nova fase de atividades firmadas no acordo com os EUA.

Segundo informações do *site* da Rádio Senado, o mercado de lançamento de satélites movimenta US\$ 5 bilhões por ano em todo o planeta (Brasil, 2019a). De acordo com o Ministério da Ciência e Tecnologia Inovações e Comunicações: “Com a aprovação do AST, o Brasil pode se inserir nesse mercado, mesmo com a meta conservadora de ocupar 1% do volume de negócios espacial global (US\$ 10 bilhões por ano a partir de 2040) e consolidará o Brasil como um forte player do segmento de lançamentos. Assim, o país alavancará todo o seu programa espacial” (Brasil, 2019b).

Segundo informações publicadas no portal da Secretaria Geral da Presidência da República, o governo brasileiro entendia que, ao participar desse mercado internacional de lançamentos de satélites, o CLA poderia contribuir para o desenvolvimento do município de Alcântara e do País, já que possibilitaria proveitos pela via tecnológica na área espacial. Com isso, “é prevista melhoria generalizada das condições de vida da população local, abrangendo ganhos em infraestrutura de transportes, saúde, educação e geração de empregos” (Brasil, 2021).

Mas, um antigo ditado popular, apropriado neste contexto: “nem tudo que reluz é ouro”. Pesquisadores que estudam megaprojetos, globalização econômica e funcionamento orgânico do capitalismo alertam para suas crises e a expansão do capital como forma de solução. Robinson (2019) afirma que o capitalismo global enfrenta uma crise orgânica envolvendo uma dimensão estrutural, de superacumulação, e uma dimensão política, de legitimidade e hegemonia, que está se aproximando de uma crise geral. Para saírem da crise, governos e grandes corporações econômicas procuram diversos mecanismos capazes de gerar novas fontes de receitas e lucros.

Dentre esses mecanismos, verificam-se ondas contínuas de investimento no setor de tecnologia supervalorizada, que está na vanguarda do capitalismo global e impulsiona a digitalização e a economia de todo o mundo. Para Robinson (2019), a economia global se baseia cada vez mais no desenvolvimento e implantação de sistemas de guerra, controle

social e repressão, como um meio de obter lucro e continuar a acumular capital. O autor denomina esse mecanismo de acumulação militarizada ou acumulação por repressão.

Diante do cenário atual de crise multidimensional do capitalismo (ambiental, sanitária, alimentar, energética e financeira) e considerando a expansão do neofascismo e a guerra na Europa, é preciso atenção aos movimentos dos principais agentes capitalistas para retomada do crescimento econômico. De acordo com a ONU (2022), em 2021, a fome no planeta cresceu mais de 20% e atinge 193 milhões de pessoas em 53 países e territórios. Essa situação deve ser agravada devido às guerras entre Rússia e Ucrânia, de Israel contra os palestinos e outras menos midiáticas; às mudanças climáticas e aos choques econômicos.

Nesse contexto, é premente revisar as abordagens sobre as crises do capitalismo e os mecanismos utilizados pelo capital para enfrentá-las, assim como estudar o modo como vivem populações que permanecem à margem da padronização do sistema e do chamado progresso, como acontece em Alcântara.

O presente artigo objetiva apresentar novos desdobramentos do conflito territorial instalado naquele Município desde os anos de 1980, entre o Estado e as comunidades quilombolas, a partir de trabalho de campo realizado na comunidade de Vista Alegre. Pretende também discutir autossuficiência/dependência das famílias dessa comunidade em relação ao mar e à terra e arrazoar sobre a insegurança instalada quanto à permanência no lugar, uma vez que as famílias dessa comunidade se encontram ameaçadas de deslocamento compulsório diante do novo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas.

Para a elaboração do artigo, revisitamos teorias que tratam da expansão do capitalismo e a espoliação de pessoas e lugares inerentes à dinâmica do sistema, consultamos o laudo antropológico, elaborado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, em 2006 (Almeida, 2006), bem como percorremos o processo 54.230.002401/2006-13 protocolado no Incra (Incra, 2008a, 2008b), que trata da identificação, delimitação, reconhecimento e titulação de terras habitadas por quilombolas em Alcântara. Para o embasamento empírico, realizamos entrevistas com 11 famílias em outubro de 2020, na comunidade quilombola Vista Alegre, distante 60 km da cidade de Alcântara.

2 ESPOLIAÇÃO E AS CRISES DO CAPITALISMO

Harvey (2005) utiliza os pressupostos de Rosa Luxemburgo sobre acumulação do capital para refletir sobre o avanço do capitalismo em novos espaços geográficos. Luxemburgo (1970) defende que esse fenômeno apresenta duplo aspecto: um que está relacionado com o mercado de bens, compra e venda de mercadorias, inclusive da mão de obra, e o outro que diz respeito às relações entre o capitalismo e os modos de produção pré-capitalistas¹ que surgiram no cenário internacional com o colonialismo.

Luxemburgo (1970, p. 398) afirma que esses dois lados da acumulação do capital estão “ligados organicamente... e só a reunião de tais aspectos permite o curso histórico do capital”. Nesse sentido, Harvey (2005) esclarece que os espaços geográficos locais que permanecem fora do capitalismo, quando apanhados pela sua expansão, adentram no sistema pela incursão do capital e do Estado, os quais utilizam de qualquer meio para romper resistências: “o uso da força, da fraude, da opressão, da pilhagem, sem nenhum esforço para ocultá-las” (Harvey, 2005, p. 115).

Em busca de compreender a dinâmica de expansão do capitalismo, Luxemburgo (1970) ressalta sua tendência a crises e identifica que a estabilização do sistema acontece pela incorporação de algo externo a ele. Assim, locais com presença de formações sociais não capitalistas, como é o caso de Alcântara (que conta com ampla zona rural e um pequeno núcleo urbano com rede de comércio precária para bens e serviços, como supermercados, poucas lojas de vestuário, de móveis e de itens de consumo, duas agências bancárias e uma casa lotérica), são alvos que o sistema procura e identifica, especialmente, quando possui alguma característica capaz de absorver recursos sobreacumulados e gerar maior lucratividade. É o que o capital espera com a ampliação do CLA, já que locais como esse proporcionam uma maneira eficaz para amenização das crises, pois têm forças produtivas materiais e humanas que poderão ser exploradas.

Os estudos de Harvey (2005) ratificam a tese de Luxemburgo (1970) e acrescentam novas conjecturas que ajudam a compreender como se passa a acumulação capitalista no século XXI, especialmente com o advento da globalização. O autor substitui o conceito de acumulação primitiva

¹ Seguindo esses autores, mantemos o uso da categoria modos de produção pré-capitalistas para denominar formas de organização econômica, social e política não capitalistas, mas concordamos com as críticas a este uso, pois traz implícita a eliminação de outras formas de organização societária e desqualifica possibilidades de resistência e proposição de alternativas.

ou original de Marx (2015), que já era criticado por Luxemburgo, por acumulação por espoliação. Harvey (2005) defende que as características da acumulação primitiva, tratadas por Marx (2015), permanecem presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. Porém, não se trata de uma acumulação na origem do capitalismo, mas se impõe e se modifica ao longo do tempo, mantendo seu vigor expansionista. De forma semelhante, Lander (2016, p. 216) afirma que “os povos e culturas seja de indígenas ou de camponeses de todo o planeta estão ameaçadas pelo avanço permanente de acumulação capitalista por despossessão”.

Distinguindo-se de Harvey (2005), Brandão (2010), ao analisar a expansão capitalista contemporânea no Brasil, entende que há uma acumulação primitiva permanente que determina os padrões fundiários, reafirmando direitos perversos e excludentes e destituindo amplas massas humanas dos círculos de poder, propriedade e riqueza. Brandão (2010) defende que o Brasil é, para o capital, uma enorme plataforma territorial-econômica que conjuga alta e fácil valorização para o capital financeiro, marcado pela exclusão dos menos favorecidos, depredação da cultura e degradação ambiental. A acumulação permanente no país destrói o modo de viver das pessoas, suas histórias e o meio ambiente.

Com base nas atualizações conceituais sobre acumulação do capital defendidas por Luxemburgo (1988), Harvey (2005) e Brandão (2010), é possível pensar que, se o Estado brasileiro se apropriar de mais terras ocupadas pelas comunidades quilombolas para expansão da área do CLA, aniquilará os modos de vida de várias comunidades que lá vivem, como é o caso da comunidade Vista Alegre.

A implantação do CLA na década de 1980 levou os quilombolas alcantarenses a vivenciarem a experiência traumática do deslocamento compulsório de 21 comunidades, alertando para o que poderia acontecer com as demais. As consequências locais quanto à atuação do CLA também instigou pesquisadores acadêmicos a investigarem os efeitos antropológicos, sociais e econômicos que a remoção forçada impôs aos quilombolas (Almeida, 1996, 2006; Lopes, 2020; Andrade, 2014; Rocha, 2006; Souza Filho, 2013).

Com o conflito, foram criados movimentos sociais de resistência às ações do CLA, como o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE) e Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara (Momtra) e houve o fortalecimento do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Alcântara. Movimentos e STTR contam com o apoio de uma rede de profissionais, como pesquisadores, juristas, jornalistas, de religiosos e de

organizações sociais que se solidarizam com a população quilombola, além de agentes vinculados ao próprio estado, como as Defensorias Públicas Federal e Estadual, os Ministérios Públicos Federal e Estadual e o Conselho Nacional de Direitos Humanos.

3 VISTA ALEGRE, MODO DE VIDA E AMEAÇAS DE DESLOCAMENTO

Vista Alegre é uma comunidade alcantareense composta por 47 famílias e certificada como quilombo, conforme processo nº 01420.001033/2004-21, da Fundação Cultural Palmares (FCP, 2021); portaria publicada no DOU na data de 12 de dezembro de 2004 e processo do INCRA nº 54230.002401/2006-13, em fase parcial de titulação (Incra, 2008a, 2008b).

Nos primeiros contatos informais que tivemos, em 2019, residentes demonstraram preocupação com a possibilidade de expansão da área do CLA. Com o propósito de apreender a compreensão que moradores tinham do processo, aconteceram outras visitas à comunidade e, em uma delas, em outubro de 2020, foram realizadas entrevistas para obtenção de informações mais sistematizadas, a fim de entender como vivem, em que trabalham, de onde obtêm recursos para a sobrevivência, o que produzem, se há excedente produtivo e como se sentem em relação à possível expansão da área do CLA para aquele território. A amostra utilizada, como afirmamos anteriormente, foi composta de 11 famílias, ou seja, 23,4% do total de moradores da comunidade. Todas as entrevistas citadas como fonte primária neste trabalho foram obtidas na referida amostra.

Cabe salientar que as visitas se deram em meio à pandemia, mas sempre obedecendo aos protocolos sanitários recomendados pelos infectologistas. Durante as entrevistas, soube-se que quase todos os moradores da comunidade haviam sido infectados e que nenhum faleceu.

No questionário, primeiramente, buscou-se obter informações como idade, grau de escolaridade, religião, número de filhos, quantidade de pessoas que moram no domicílio, número de anos que habitam na localidade. A seguir, levantamos informações produtivas, econômicas e sociais, como volume de produção, excedente produtivo, comercialização e receitas provenientes de programas sociais, com a finalidade de conhecer a origem de seus recursos materiais. Por fim, sondou-se sobre como se sentem vivendo lá, o que pensam sobre a expansão da área do CLA e questionamos sobre as preocupações com a situação atual.

A maioria das 11 pessoas entrevistadas, 54,55% (6), está na faixa etária de 41 a 50 anos; 18,18% (2) encontram-se na faixa de 61 a 70 anos. Cada uma das últimas 3 pessoas representa 9,09% (1) da amostra, alocadas respectivamente nas faixas de 20 a 30 anos, 31 a 40 anos e 51 a 60 anos.

Quanto à escolaridade, 63,64% (7) não completaram o ensino fundamental. 9,09% (1) cursaram o primeiro ano, 27,27% (3) completaram o quinto ano e 27,27% (3) chegaram até o sexto. O ensino médio foi concluído por 27,27% (3) dos entrevistados e apenas 9,09% (1) concluíram o ensino superior.

O número de filhos variou entre 1 e 11, sendo que 45,45% (5) afirmaram possuir de 1 a 3 filhos; 36,36% (4) afirmaram ter de 4 a 6 filhos; 9,09% (1) declararam ter 7 filhos e 9,09% (1), 11. Com relação ao tempo em que habitam Vista Alegre, o número variou de 15 a 48 anos. 45,45% (5) moram lá de 15 a 25 anos; 27,27% (3), de 26 a 35 anos; outros 27,27% (3) estão na comunidade há mais de 36 anos e 27,27% (3) nasceram no local.

No que tange à produção de alimentos, verificamos que as famílias cultivam uma significativa variedade de frutas, legumes, hortaliças, além de pescarem peixes e mariscos e a maioria cria galináceos, obtendo, assim, carne e ovos. Dessa maneira, suprem, em grande parte, suas necessidades de consumo de vitaminas, proteínas e carboidratos.

Das 11 famílias consultadas, somente 9,09% (1) não produzem mandioca e não pescam camarão e peixe; assim, 90,91% (10) dispõem desses alimentos. 63,64% (7) criam galinhas e, anualmente, plantam feijão. 54,55% (6) cultivam coco e 45,45% (5) dispõem de limão, caju, manga de seus quintais e plantam melancia. 18,18% (2) plantam milho e 9,09% (1) plantam maxixe, batata doce, juçara (palmeira semelhante ao açaí e muito utilizada na alimentação e artesanato) e cria suínos. Por fim, nenhuma cria bovinos, caprinos e nem planta arroz. Observamos que, proximamente às casas, existe um extenso plantio de palmeiras de juçara cultivado por 36,36% (4).

Com relação ao excedente de produção de alimentos, verificamos que 100% (11) das famílias produzem excedente de alimentos que comercializam em outros locais, como na cidade de Alcântara, agrovilas, São João do Corte, Bequimão e/ou São Luís. Há ainda os que vendem na própria comunidade para alguns moradores que atuam como compradores e revendedores. Assim, se constata que, além de garantir o atendimento de suas necessidades de alimentos, as famílias entrevistadas produzem para mercados próximos e participam da circulação de mercadorias.

Apenas uma senhora viúva pensionista não tem excedente de peixe para comercialização; assim, 90,91% (10) atendem à demanda familiar e ainda

vendem o excedente. Com relação ao camarão, 36,36 % (4) têm excedente para comercialização, enquanto, melancia e coco são comercializados por 27,27% (3) e milho, juçara e galináceos são vendidos por 9,09% (1).

Ao serem indagados sobre membros das famílias que trabalham de forma assalariada para ajudar nas despesas, 27,27% (3) afirmaram positivamente. Das pessoas que trabalham fora, uma é professora concursada e atende à própria comunidade, ministrando aulas na comunidade vizinha chamada de Ponta da Areia. A segunda delas trabalha em roças de terceiros em troca de diárias e outra tem o emprego de babá. O trabalho assalariado, assim, não compõe parte fundamental do ingresso de renda na comunidade e, portanto, a sobrevivência familiar é garantida em grande medida com a realização de uma economia polivalente e de características tradicionais.

Com relação a rendimentos por meio de programas governamentais, 100% (11) obtêm alguma renda advinda de benefícios assistenciais. 81,81% (9) são beneficiárias do Programa Bolsa Família (na época denominado Renda Brasil); 27,27% (3) são pensionistas e 9,09% (1) são aposentadas. Registramos, ainda, que uma das famílias pensionistas recebe também Bolsa Família e, inclusive, a aposentada.

Com o propósito de saber o que pensam e sentem sobre o local onde moram, perguntamos o que significa morar em Vista Alegre. As respostas foram variadas, mas, em todas elas, percebemos uma noção de viver bem, de pertencimento e contentamento por habitar aquele lugar. Dona Sônia (48 anos) responde: “É muito importante para mim, porque é o lugar onde criei meus filhos. Representa trabalho e fartura, pesca e caça”². Seu Pedro responde que gosta porque é um lugar calmo e tranquilo. Dona Cristina (34 anos) afirma que “é um lugar muito bom, maravilhoso, o que produz aqui dá pra viver”³. Dona Ivaneide declara: “É um lugar muito bom, a vida é muito tranquila, é bom viver aqui”⁴.

Seu Raimundo (40 anos), por sua vez, explica: “Tenho tudo aqui, moro na beira do mar, posso pescar peixe e camarão sempre que quero”⁵. Dona Conceição (67 anos) diz: “Representa muita coisa, porque vim pra Vista Alegre numa missão de Deus, deixei tudo para trás, o povoado significa pra mim a igreja de Deus”⁶. O senhor Francisco (63 anos) justifica: “É onde está minha raiz e raiz que se muda de um local para outro murcha, é muito difícil

² Entrevista de pesquisa concedida por Dona Sônia, em 15 de outubro de 2020.

³ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Cristina, em 15 de outubro de 2020.

⁴ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Ivaneide, em 15 de outubro de 2020.

⁵ Entrevista de pesquisa concedida pelo Seu Raimundo, em 15 de outubro de 2020.

⁶ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Conceição, em 15 de outubro de 2020.

recuperar. Pela minha vontade, só saio de Vista Alegre morto”⁷. E seu Valdeci é claro em sua definição: “É o jardim do Éden”⁸. Para seu Orlando, “Vista Alegre significa sustento, pesca, trabalho, sobrevivência”⁹. Dona Jucimeire (42 anos) responde: “Acho bom”¹⁰. E, por fim, Seu Osvaldo (45 anos) resume: “É bom, é um privilégio. Significa amar a terra”¹¹.

Esses depoimentos demonstram que há a construção de um modo de vida local em que a produção da sobrevivência física não está dissociada de valores sociais, culturais e religiosos, porque foram constituídos ao longo do tempo e profundamente relacionados com o território. Lugar de criar os filhos, trabalho e fartura, calma e tranquilidade, Igreja de Deus e Jardim do Éden, sobrevivência, privilégio e amor à terra são termos que se imbricam em descrições do lugar carregadas de afetividade e de percepção prazerosa das formas de trabalho e de convivência.

Os territórios das comunidades quilombolas de Alcântara, considerados atrasados, fora dos padrões de desenvolvimento social, organizacional, político e econômico, com lógicas produtivas e culturais diferentes das desenvolvidas nas sociedades diretamente organizadas pelo capital, em algum momento, passam a ser objeto de interesse e cobiça. No caso, o Estado brasileiro e os capitalistas do mercado aeroespacial querem ocupar o território espoliando quilombolas por meio do deslocamento compulsório.

Mignolo (2017) concebe que a colonialidade é constituída pela modernidade e vice-versa, não havendo, assim, modernidade sem colonialidade. A modernidade constrói-se sobre práticas econômicas carregadas de ostracismo social. Essas práticas dispensam pessoas ao se utilizarem de justificativas supostamente científicas, como a teoria da superioridade e da inferioridade de determinadas raças humanas. Para o autor, a modernidade é um empreendimento que nasce na Europa como se fosse o vale do sol, mas esconde o lado mais obscuro de suas conquistas sobre outras civilizações: a colonização e os artifícios perversos dos quais esse sistema é prenhe. Atualmente, percebe-se a continuidade de práticas coloniais.

A entrevista seguiu com uma pergunta sobre a possibilidade de serem beneficiados pela expansão das atividades na Base. Nas entrevistas, 81,81% (9) afirmam que não acreditam nessa hipótese, enquanto 9,09% (1) dizem não saber e 9,09% (1) afirmam que o projeto pode trazer benefícios para alguns

⁷ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Francisco, em 15 de outubro de 2020.

⁸ Entrevista de pesquisa concedida pelo Seu Valdeci, em 15 de outubro de 2020.

⁹ Entrevista de pesquisa concedida pelo Seu Orlando, em 15 de outubro de 2020.

¹⁰ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Jucimeire, em 15 de outubro de 2020.

¹¹ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Osvaldo, em 15 de outubro de 2020.

e prejuízos para outros, simultaneamente, e declaram que os interesses do Brasil estão em primeiro lugar. Alguns deles expõem a razão de não acreditarem em benefícios. Seu Osvaldo diz: “O lugar onde eu vivo não tem dinheiro que pague”¹². E seu Orlando, com o olhar preocupado, declara: “Vai trazer problema, confusão e desassossego para o povo”¹³. Seu Francisco diz que não e explica a razão: “Na época da implantação da Base seus conhecidos que se mudaram para as agrovilas receberam muitas promessas que não foram cumpridas”¹⁴. Dona Conceição, um pouco mais otimista, acredita que devem ser ofertados empregos para alguns e vai trazer benefícios para o país em primeiro lugar. Ela afirma que “Se houver expansão da área da Base vai trazer alguns prejuízos e alguns benefícios, mas os interesses do Brasil estão em primeiro lugar”¹⁵. No entanto, ela mesmo admite que “estamos bem assentados aqui, todos têm suas plantas, casa, moradia. Mudar a forma de vida será um caos”¹⁶.

Na pergunta seguinte, procuramos compreender como os moradores suspeitam que podem ser prejudicados pela expansão da área da Base. Seu Osvaldo pergunta: “Para onde vamos? Onde vamos morar, em que vamos trabalhar? Aqui nós sabemos”¹⁷. Dona Sônia explica: “Será muito difícil para nós, porque nós vivemos da pesca e umas plantações, ouvi dizer que nas terras da agrovila não nasce nem limão e as terras daqui são muito boas”¹⁸. A jovem Stefane (20 anos) afirma: “Com certeza, não existe outro lugar como Vista Alegre pra viver”¹⁹. Dona Cristina pensa um pouco e responde: “Como a renda maior dos moradores vem da pesca, será um grande prejuízo, mas se aumentassem os trabalhos na Base sem remover as comunidades, poderia ajudar”²⁰.

Uma das professoras da comunidade, Dona Ivaneide afirma que os moradores sofreriam muito: “Porque todos os moradores da comunidade vivem da pesca e agricultura, se acontecer de tirar a gente daqui, vamos sofrer um grande impacto econômico e emocional. O impacto não será só financeiro, nós amamos o lugar onde vivemos”²¹. Seu Francisco faz uma comparação: “Quando se muda uma raiz de um lugar ela sofre até se acabar,

¹² Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Osvaldo, em 15 de outubro de 2020.

¹³ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Orlando, em 15 de outubro de 2020.

¹⁴ Entrevista de pesquisa concedida pelo Seu Francisco, em 15 de outubro de 2020.

¹⁵ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Conceição, em 15 de outubro de 2020.

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Osvaldo, em 15 de outubro de 2020.

¹⁸ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Sônia, em 15 de outubro de 2020.

¹⁹ Entrevista de pesquisa concedida por Stefane, em 15 de outubro de 2020.

²⁰ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Cristina, em 15 de outubro de 2020.

²¹ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Ivaneide, em 15 de outubro de 2020.

eu trabalho também com mudas de plantas, sei bem o que isso significa, ela não sobrevive, se não cuidar muito”²².

Com seu Osvaldo, a conversa ocorreu na frente da casa com vista para o mar, uma paisagem tão bonita em que se perde a concentração. Ao ser indagado, ele coça a cabeça, olha para o mar e responde: “Se acontecer a expansão da área da Base, vai trazer muito desassossego, mesmo que traga dinheiro vai inquietar muito e não tem dinheiro que pague isso aqui”²³. Dona Conceição, mesmo sendo otimista em algumas respostas, afirma: “Traz mais prejuízo do que benefício, porque aqui vivemos sossegados”²⁴. Seu Valdeci não tem dúvidas: “Acredito que só vai trazer prejuízo, vamos perambular pelo mundo de um lugar para outro, vamos para um lugar onde não conhecemos ninguém”²⁵. Dona Jucimeire, que trabalha como babá em São José de Ribamar, diz que não sabe responder à questão, mas pergunta: “Para onde vão levar o povo”²⁶?

Andrade, Souza Filho e Coelho (2013), que investigam o conflito instalado em Alcântara, afirmam que o deslocamento provoca uma morte social desses grupos devido à desestruturação do modo de vida, da identidade étnica, além das perdas “de sistemas de conhecimento nativo e de classificação da natureza (sua etnociência), de práticas agrícolas, celebrações, danças, ofícios e modos de fazer, lugares, elementos de um patrimônio imaterial” (Andrade; Souza Filho; Coelho, 2013, p. 78). Esse patrimônio que deveria ser protegido pelo Estado é destruído por suas práticas.

Na pergunta seguinte, procuramos saber o quanto a comunidade está informada sobre as condições de vida nas agrovilas criadas. Questionamos se conhecem alguém que foi remanejado para agrovila na fase da implantação do CLA. Da amostra, 90,91% (10) disseram que conheciam e 9,09% (1) disseram que não tinha conhecimento.

Indagamos o que as pessoas que moram nas agrovilas dizem. Dona Sônia responde: “Eles dizem que foram enganados pelas autoridades da Base”²⁷. Stefane responde que os remanejados reclamam, dizem que não têm lugar para trabalhar, vivem da roça e a terra não é boa. Dona Cristina esclarece: “Eles dizem que foi a pior coisa que aconteceu na vida deles. Moram na agrovila Peru, só faltam chorar. A terra é o único lugar que eles

²² Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Francisco, em 15 de outubro de 2020.

²³ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Osvaldo, em 15 de outubro de 2020

²⁴ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Conceição, em 15 de outubro de 2020.

²⁵ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Valdeci, em 15 de outubro de 2020.

²⁶ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Jucimeire, em 15 de outubro de 2020

²⁷ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Sônia, em em 15 de outubro de 2020

têm pra trabalhar e lá nem a areia presta”²⁸. Dona Ivaneide conta que dizem que sofreram e continuam sofrendo porque antes plantavam e pescavam, agora, a terra da agrovila não é boa, além de ficar distante do mar. Tentaram se acostumar com a vida lá, mas não conseguiram. Seu Raimundo afirma: “Conheço vários, é só sofrimento. Não pescam mais, só ganham sol, poeira e mais nada”²⁹. Seu Francisco diz que, pelo que comentam, o governo prometeu um milhão de coisas e nada cumpriu. Conta que um amigo que mora na agrovila Marudá entrou na Justiça para reparação de danos, mas o processo até hoje não foi julgado. Seu Osvaldo afirma: “Todos reclamam, ninguém se acostumou. O governo, os representantes da Aeronáutica enganaram, mentiram, prometeram e não cumpriram, usaram do sistema para enganar pessoas necessitadas”³⁰.

Já Dona Conceição diz que conhece várias pessoas que moram nas agrovilas, mas desconhece alguém que diga que foi bom ter saído do litoral; alguns choram quando se lembram de onde moravam, os jovens se adaptam mais facilmente, mas os idosos sofrem muito. O senhor Valdeci diz que conhece várias pessoas que mudaram para as agrovilas Peru, Pepital, Cajueiro, Marudá, nenhum diz que é bom viver lá, são sofridos, só ficam lá porque não têm para onde ir. Dona Sandra explica sobre o grande sofrimento para as famílias que mudaram, pois, segundo ela, “a Base prometeu um ano de pagamento de salário e nunca deu. As pessoas se mudaram iludidas porque iam receber uma casa cimentada, depois quiseram voltar para as casas antigas e não puderam porque já tinham sido derrubadas”³¹.

Essas percepções de pessoas de Vista Alegre são semelhantes às constatações dos estudos de Rocha (2006) sobre a mudança dos moradores das antigas localidades Santa Rosa, Pepital, Pedro Marinho e Camaleão para a agrovila Pepital, durante a primeira fase da remoção forçada das famílias para implantação do CLA. As pessoas que se mudaram passaram a viver num “entre lugar” na agrovila Pepital.

Segundo Rocha (2006), a partir do dia da mudança, aquele novo lugar, por ser precarizado em vários aspectos, não favoreceu a readaptação. Sofriam de desorientação, não sabiam o que, nem como fazer as coisas. O modo de vida antigo foi desestruturado. Os sujeitos perderam as condições de sua forma de organização social, suas festas, religiosidade e saberes, sendo a transformação mais prejudicial à mudança do campesinato de uso comum das

²⁸ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Cristina, em 15 de outubro de 2020.

²⁹ Entrevista de pesquisa concedida pelo Seu Raimundo, em 15 de outubro de 2020.

³⁰ Entrevista de pesquisa concedida pelo Seu Osvaldo, em 15 de outubro de 2020

³¹ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Sandra, em 15 de outubro de 2020.

terras para campesinato parcelar, pois escasseou sobremaneira as condições sociais e de reprodução das famílias. A autora explica que, nos seus territórios de origem, a terra representava um bem comum e não era comercializável, era a fonte de onde se extraía a maior parte do alimento necessário.

Esse novo lugar é vazio de sentimentos, singularidades e identidades, completamente oposto ao lugar de onde vieram. As condições de sobrevivência estavam abaladas e, com isso, as incertezas se instalaram. Rocha (2006, p. 82) destaca a fala de Dona Leandra ao descrever a agrovila: “Sem árvore, sem nada, só o sol, no verão muito sol, muita poeira... não tinha um pé de árvore pra fazer sombra, [...] galinha morreu, porco morreu, nós saímos do nosso lugar e passamos aqui uns cinco ou mais anos sofrendo”.

A pesquisadora revela ainda que o projeto efetivado pela Aeronáutica violentou essas famílias de várias formas: os moradores enfrentaram a improdutividade do solo na agrovila, a pesca ficou quase impossível devido à distância até o mar e a criação de animais foi prejudicada por causa da proximidade das casas. Uma alternativa encontrada foi vender a força de trabalho como mão de obra em outros locais distantes da agrovila. Além disso, na época das chuvas, as casas ficavam alagadas, pois foram construídas em locais muito baixos, e as festas tradicionais, como a de São Benedito, Santa Tereza e o Carnaval, também foram prejudicadas.

O conhecimento das experiências vividas pelas comunidades vizinhas que passaram por deslocamento e a constatação de que suas vidas não melhoraram, fazem com que as notícias, quase sempre incertas, de expansão da Base aumentem as preocupações de quem vive em Vista Alegre.

Na pergunta seguinte, procuramos compreender se, de fato, os moradores se sentem ameaçados e preocupados com a expansão da área da Base. Todos os entrevistados afirmaram que consideram essa expansão uma ameaça para a comunidade e que se preocupam com o tema. Seu João diz que fica pensando para onde serão levados, que lugar será esse. Dona Sônia declara que de vez em quando se pergunta: “Como vou sair daqui e levar meus filhos para outro local sem ter um prego?”³². Stefane responde que fica pensando no que as pessoas dizem: “Esse lugar já é da Base”³³. Dona Cristina indaga: “Se a Base chegar e remover nós daqui, como vai ser?”³⁴. Dona Ivaneide diz que se preocupa muito porque Vista Alegre é uma das áreas ameaçadas pela Base. Seu Raimundo esclarece que sabe que, se sair dali, será só para sofrer junto com os filhos. Na fala de seu Francisco, que é o Presidente da Associação de Moradores da comunidade, percebemos uma

³² Entrevista de pesquisa concedida por Dona Sônia, em 15 de outubro de 2020.

³³ Entrevista de pesquisa concedida por Stefane, em 15 de outubro de 2020.

³⁴ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Cristina, em 15 de outubro de 2020.

forte aflição e ansiedade, por ele responder com várias perguntas: “Como vai se dar esse processo? Como vamos reagir? O que vamos fazer?”³⁵.

Seu Osvaldo revela que sente uma forte ameaça, fica pensando para onde vão e o que vão ganhar com isso e, ao mesmo tempo, responde: “nada, só sofrimento”³⁶. E continua: “Se o governo fosse mais preocupado com o povo, mudasse e desse uma boa escola, seria bom, mas não é isso que vai acontecer. Pobre é coisa judiada, só Deus pra cuidar”³⁷. Seu Valdeci, um dos pensionistas, afirma que se preocupa porque sabe da dificuldade que muitos moradores irão enfrentar e explica que sua esposa sofre muito quando toca no assunto da Base, por isso evita conversar sobre o assunto em casa. Seu Orlando diz que se preocupa muito porque só sabe pescar e, em Vista Alegre, tem uma grande riqueza que é o mar.

A preocupação dos moradores de Vista Alegre é procedente. Para muitos planejadores do Estado brasileiro, um município organizado nos moldes de Alcântara, com mais de 60% do seu território ocupado por comunidades quilombolas, representa um atraso e precisa ser modernizado. Segundo Andrade (2014), vários setores do Estado, em diferentes governos federais e estaduais, dão justificativas “econômicas, tecnológicas, geopolíticas e de segurança nacional” para controlar a faixa litorânea livre da presença humana, “tentando reservar todo o litoral de Alcântara para implantação de empreendimentos aeroespaciais” (Andrade, 2014, p. 3), enquanto os atingidos lutam e resistem para garantir a manutenção de seu território e, conseqüentemente, dos seus modos de vida. Souza Filho (2013, p. 62) complementa: “Nesse caso, o Estado, valendo-se da violência legítima vem definindo os termos das representações cartográficas para, por meio deles, assegurar a tão desejada reserva de território para negociação no mercado internacional de empreendimentos aeroespaciais”.

Com relação à participação da comunidade em algum movimento social contra a expansão do CLA, todos afirmam ser convidados para as reuniões promovidas pelo STTR ou pelo MABE. Nessas ocasiões, representantes da comunidade comparecem, especialmente seu Francisco, o Presidente da Associação dos Moradores. Sobre reuniões na própria comunidade para tratar do assunto, disseram que conversam informalmente quando se encontram, mas, até outubro de 2020, não houve reunião específica para tratarem do assunto.

³⁵ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Francisco, em 15 de outubro de 2020.

³⁶ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Osvaldo, em 15 de outubro de 2020.

³⁷ *Idem.*

O estudo realizado por Rocha (2006) enfatiza a importância da organização das comunidades em movimentos sociais, associação de moradores e sindicatos, pois, devido ao apoio de movimentos sociais, as famílias da agrovila Pepital conquistaram alguns benefícios após confrontos e resistência às regras impostas pela Aeronáutica. Como exemplo, cita que conseguiram autorização para a construção de 11 casas para os filhos recém-casados, com os recursos que possuíam, dentro da agrovila. Esse tipo de construção, mesmo que não fosse totalmente vedado, somente poderia acontecer se seguissem o modelo das casas construídas pelo Estado e as famílias não dispunham de recursos para tal fim.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As famílias, da comunidade quilombola Vista Alegre, vivem sob constante insegurança de permanecerem na localidade, pois podem ser deslocadas compulsoriamente pelo Estado brasileiro. O argumento dos militares da FAB que comandam CLA é o de que é necessário expandir a área para atender demandas do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) firmado entre o Governo brasileiro o Governo dos Estados Unidos.

As famílias de Vista Alegre utilizam a terra e o mar para garantirem segurança alimentar para todos que vivem lá. Por meio das 11 entrevistas, soubemos que 90,91% (10 famílias) dispõem de mandioca, peixe e camarão; 63,64% (7) criam galinhas, 54,55% (6) plantam feijão e cultivam coco e 45,45% (5) dispõem de limão, caju, manga de seus quintais e plantam melancia. Na comunidade, existe um extenso plantio de palmeiras de juçara, que é cultivado por 36,36% das famílias, ou seja, 4.

Com relação ao excedente de produção de alimentos, verificamos que 100% (11) das famílias produzem excedente de alimentos que comercializam em outros locais, como na cidade de Alcântara, agrovilas, São João do Corte, Bequimão e/ou São Luís. Há ainda os que vendem na própria comunidade para alguns moradores que atuam como compradores e revendedores.

A partir das respostas dadas pelos entrevistados, percebemos que os quilombolas, de Vista Alegre, possuem um nível de conhecimento e de acesso a informações maior do que existia na primeira fase do deslocamento compulsório (Rocha, 2006). A maioria quase absoluta da amostra não se ilude com o novo acordo firmado entre o Brasil e os Estados Unidos para exploração do CLA, pois 90,9% (10 entrevistados) estão cientes das perdas que envolvem o deslocamento compulsório, por melhor que seja a oferta do Governo.

O mercado aeroespacial opera com a tecnologia mais moderna criada pelo capitalismo. É muito lucrativo e ambicionado por empresários mais providos financeiramente no sistema e pelos diferentes Estados do globo, mas essa modernidade é carregada de hostilidade e precarização para os menos favorecidos. As atividades de lançamento no CLA não trouxeram melhorias para a população alcantarenses, ao contrário, quando o Estado brasileiro anunciou um novo acordo comercial para explorar a Base de Alcântara, encheu as mentes dos quilombolas de aflição, desespero e desilusão.

O que vai acontecer com as pessoas que vivem em Vista Alegre e demais famílias das comunidades quilombolas de Alcântara não é possível prever. O que se sabe é que o Estado brasileiro e o capital são coercitivos e persuasivos. O Estado tem a capacidade de impor e legitimar interesses em nome do capital. Já o capital tem habilidade de se expandir, desapropriar e espoliar trabalhadores, apossando-se dos recursos territoriais e produtivos com o apoio do aparato estatal.

Mas esse processo é composto por três forças: Estado, capital e trabalhadores e, a última, é oposta, em seus interesses mais amplos, às duas primeiras. Por isso, existem tensões, contratempos e derrotas aos interesses dos que dominam, uma vez que os trabalhadores têm capacidade de organização estratégica, de mobilização, de união e de solidariedade. Com o apoio de outros trabalhadores que se encontram nos órgãos estatais favoráveis à causa, como promotores e defensores do Ministério Público e nos vários níveis do legislativo, como também os meios de comunicação e outras entidades sensíveis à questão, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) ou o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), alguns interesses do Estado e do capital podem ser frustrados, e o lado mais desfavorecido nesse jogo de forças, poderá obter vitórias que fazem toda a diferença em suas vidas.

Enquanto esse artigo está sendo redigido, iniciou-se, no dia 24 de abril de 2023, o julgamento do Estado brasileiro na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA), por violação dos direitos territoriais e humanos dos quilombolas de Alcântara no caso dos deslocamentos compulsórios para instalação do CLA. A Corte entendeu que, após ser acionada por organismos de defesa de direitos humanos e pelos próprios quilombolas e emitir duas recomendações não acatadas ao Estado brasileiro de que fosse feita a titulação do território quilombola, a reparação financeira dos deslocados e um pedido público de desculpas, ainda ocorreu a assinatura do Acordo de Salvaguardas com os EUA, criando as condições de manutenção e ampliação das violações dos direitos (Fróes, 2023).

O julgamento está em andamento e não se tem ainda uma previsão de seus resultados, porém é mais um passo na luta territorial dos quilombolas de Alcântara e mais um sinal de esperança para a comunidade de Vista Alegre. Sabemos que a vida que o homem foi capaz de inventar nesse planeta é dinâmica e consiste em conflitos e lutas. Como diz a canção do saudoso Raul Seixas: “é de batalhas que se vive a vida”.

Está claro que a classe dominante do capitalismo precisa subjugar as classes oprimidas e conta com o apoio do Estado. Todavia as pesquisas mostram que a organização social e a resistência dos trabalhadores tecem enredos e conquistas, deixando como resultado, para além do preto e do branco, uma paleta de tons e nem todos são cinzas. Assim, os trabalhos científicos e os trabalhos desenvolvidos pelos movimentos sociais, como o MABE ou o Momtra, junto com comunidades quilombolas de Alcântara, são imprescindíveis, porque ajudam na informação da população local e na obtenção de instrumentos para a resistência em seus territórios.

O que se pode afirmar é que, nesse cenário, há um litígio por um interesse comum: a terra e que as disputas acabam pela vitória de uma das partes envolvidas na luta ou pela entrega consensual do objeto pleiteado. Nesse caso, percebe-se que tanto o Estado brasileiro quanto as famílias da comunidade Vista Alegre entendem que desistir significa perder excessivamente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. *Travessia*, São Paulo, n. 25, p. 30-35, maio/ago. 1996.

ALMEIDA, A. W. B. **Os quilombolas e a Base de lançamento de foguetes de Alcântara**: laudo antropológico. Brasília, DF: MMA, 2006. v. 1.

ANDRADE, M. P. Resistência Camponesa e dinâmicas de mediação em Alcântara – reflexões sobre a disputa territorial entre quilombolas e o Estado Brasileiro. *In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS*, 6., 2014, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: [s.n.], 2014. p. 1-15.

ANDRADE, M. P.; SOUZA FILHO, B.; COELHO, L. O. S. **Informação técnica:** impactos das ações indicadas pela CCAF para a reprodução material e social dos quilombolas de Alcântara e a manutenção da sua identidade étnica. Análise das informações da Nota 119/2011/CCAF/AGU, relativas à alteração do perímetro do território quilombola de Alcântara. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2013. Mimeografado. Disponível em: https://site-antigo.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/info_tecn_mpf_2_-_corredores.pdf. Acesso em: 31 ago. 2023.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. *In:* ALMEIDA, A. W. B. *et al.* (org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 39-69.

BRASIL. **Decreto nº 241, de 8 de agosto de 1991**. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras e respectivas benfeitorias necessárias à implantação, pelo Ministério da Aeronáutica, do Centro de Lançamento de Alcântara, em Alcântara, no Maranhão. Brasília, DF: Presidência da República, [1991]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior_a_2000/1991/Dnn241.htm. Acesso em: 28 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 88.136, de 1º de março de 1983**. Cria o Centro de Lançamento de Alcântara e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1983]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-88136-1-marco-1983-438606-norma-pe.html>. Acesso em: 21 fev. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 11, de 26 de março de 2020**. Publica as deliberações do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro na Sétima Reunião Plenária. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-11-de-26-de-marco-de-2020-249996300>. Acesso em 27/02/2021.

BRASIL. Acordo com os EUA veta uso militar da Base de Alcântara, esclarece ministro. **Senado Federal**, Brasília, DF, 28 mar. 2019a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/03/28/acordo-com-os-eua-veta-uso-militar-da-base-de-alcantara-esclarece-ministro>. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL. Comissão irá elaborar Programa de Desenvolvimento Integrado do Centro Espacial de Alcântara. **Secretaria Geral**, Brasília, DF, 19 fev. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2020/agosto/comissao-ira-elaborar-programa-de-desenvolvimento-integrado-do-centro-espacial-de-alcantara>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Conhecendo o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas: Brasil e Estados Unidos**. Brasília, DF: MTIC, 2019b. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2019/11/Entenda-o-AST.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

FAB. Centro de Lançamento de Alcântara – Operações. **Força Aérea Brasileira**, Brasília, DF, 12 mar. 2014. Disponível em: <https://www2.fab.mil.br/cla/index.php/vantagens2>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FCP. Certificação Quilombola, processo nº 01420.001033/2004-21. **Fundação Cultural Palmares**, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-ma-05022021.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2021.

FRÓES, R. Quilombolas de Alcântara são ouvidos em julgamento contra o Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos: 'Ganhamos títulos de miseráveis'. **G1 Maranhão**, São Luís, 26 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/04/26/quilombolas-de-alcantara-sao-ouvidos-em-julgamento-contra-o-brasil-na-corte-interamericana-de-direitos-humanos-ganhamos-titulos-de-miseraveis.ghtml>. Acesso em: 13 maio 2023.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

IBGE. Cidades: Alcântara. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/alcantara/panorama>. Acesso em: 13 maio 2023.

INCRA. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), processo 54.230.002401/2006-13. Diário Oficial da União (DOU), seção 3, folhas 110, 4 de novembro de 2008a.

INCRA. Memorial Descritivo, processo 54.230.002401/2006-13. Diário Oficial da União (DOU), seção 3, folhas 127, 05 de novembro de 2008b.

IPHAN. História - Alcântara (MA). **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1437/>. Acesso em: 24 fev. 2024.

- LANDER, E. **Descolonizar o imaginário**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.
- LOPES, D. C. S. **A atemporalidade do colonialismo**: contribuições para entender a luta das comunidades quilombolas de Alcântara e a Base Espacial. São Luís: UEMA/PPGCSPA/ PNCSA, 2020.
- LUXEMBURGO, R. **A acumulação de capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MAGALHÃES, S. B. **Lamento e Dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia, Universidade Federal do Pará, Belém; École Doctorale Vivant et Sociétés, Paris, 2007.
- MARANHÃO. **Decreto nº 7.820, de 12 de setembro de 1980**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, [1980]. Disponível em <http://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=2543>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.
- ONU. Fome cresceu mais de 20% no mundo e atinge 193 milhões de pessoas. **Organização das Nações Unidas**, Genebra, 4 maio 2022. Ajuda humanitária. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/05/1788102>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- ROBINSON, W. I. Global capitalist crisis and twenty-first century fascism: beyond the Trump hype. **Science & Society**, [s. l.], Vol. 83, No. 2, p. 481-509, Apr. 2019.
- ROCHA, A. T. F. **A festa inacabada**: implantação do Centro de Lançamento de Alcântara e a constituição de sujeitos liminares. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.
- SOUZA FILHO, B. **Os novos capitães do mato**. São Luís: EDUFMA, 2013.





Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 1 • jan-abr. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536





A DEGRADAÇÃO DA AMAZÔNIA E A DIMENSÃO AMBIENTAL DA CRISE DA DEMOCRACIA NO BRASIL

THE AMAZON DEGRADATION AND THE ENVIRONMENTAL DIMENSION OF THE CRISIS OF DEMOCRACY IN BRAZIL

Cyro Assahira  

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil

Evandro Mateus Moretto  

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

A Amazônia se encontra no cerne dos debates políticos e socioambientais do Brasil. Assim, cada cenário democrático do país tem implicado em diferentes dinâmicas de exploração e conservação da região. A democracia do país entrou em um período de rupturas a partir do ano de 2016. Em 2019, retrocessos democráticos se aprofundaram, evidenciando a conjuntura da crise da democracia. Esta pesquisa analisa o cenário de crise da democracia no Brasil a partir da perspectiva ambiental. Para isso, utilizamos teorias de crise das democracias contemporâneas para delimitar e trazer à tona os principais componentes do caso brasileiro. Em seguida, levantamos fatos históricos associados aos processos de degradação socioambiental. Apontamos que a crise da democracia ocorre no decorrer de duas fases. A conjuntura atingiu, de forma decisiva, mecanismos e atores envolvidos com a contenção da degradação da Amazônia. Nossas discussões indicam que os processos de degradação ambiental emergidos durante a conjuntura de crise da democracia não são resultantes de acontecimento isolados, mas da conformação de um cenário composto por múltiplos eventos que podem interagir entre si.

Palavras-chave: democracia; crise da democracia; autocracia; ciências ambientais; Amazônia.

ABSTRACT

The Amazon is at the core of political and socio-environmental debates in Brazil, thus each democratic scenario in the country has implied different dynamics of exploration and conservation in the region. The country's democracy entered a period of erosion and ruptures from 2016 onwards. In 2019, democratic setbacks began to occur on several fronts, evidencing the crisis of democracy conjuncture. This research aims to analyze the scenario of democracy erosion in Brazil from the environmental perspective. We used the crisis of democracy theories to delimit and bring to light the main components of the Brazilian case. Then, we raise historical facts associated with the degradation processes of the Amazon. Our discussions indicate that the crisis of democracy occurs throughout two phases. The conjuncture decisively affected the main mechanisms and actors involved in containing the degradation of the Amazon. The processes of environmental degradation, which emerged during the crisis of democracy, are not the result of a single isolated event. Instead, they resulted from multiple interacting events that can interact with each other.

Keywords: democracy; crisis of democracy; autocracy; environmental sciences; Amazon.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia é um território socialmente construído, em diversos momentos, por disputas e conflitos que tende a induzir novos processos de transformação (Mello, 2002). De acordo com o contexto democrático, as dinâmicas de exploração da região sofrem diferentes direcionamentos, sendo possível identificar marcantes diferenças entre os períodos de predominância do projeto democrático-participativo e aqueles sob influência da perspectiva autoritária (Becker, 1990; Mello-Théry, 2011, 2019).

Depois de três décadas sob a gestão autoritária militar, a formalização da democracia brasileira ocorre com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, o que resulta na implementação de um arranjo institucional democrático híbrido, no qual, formas de participação focadas na escolha de representantes políticos, coexistem com modalidades de participação direta dos cidadãos nos processos de formulação de políticas públicas (Alvarez; Dagnino; Escobar, 2001; Avritzer, 2002, 2012; Dagnino, 2004; Gohn, 2019).

Mesmo diante de limites, da abertura democrática até a primeira década de 2000, é possível discutir a existência de um panorama de avanços incrementais nas políticas ambientais, com o fortalecimento da legislação ambiental e o aparelhamento do Estado com órgãos de proteção e fiscalização ambiental (Mello-Théry, 2003; Becker, 2005; Loureiro; Saisse; Cunha, 2013; Carvalho, 2015; Gusmão; Borges, 2020).

No campo da participação social direta, as garantias democráticas de manifestação, organização e associação contribuíram para a expansão e revitalização da sociedade civil (Dagnino, 2002; Avritzer; Navarro, 2003). Na esteira dos processos impulsionados pela democratização, caracterizando-se pelo caráter multissetorial e diversidade de pautas defendidas em defesa do meio ambiente, o movimento ambientalista foi consolidado (Alonso; Costa; Maciel, 2007; Gohn, 2013; Acselrad, 2010).

Contudo, em meados da década de 2010, após um período de relativa estabilidade e inovações nas arenas de participação social direta, o país se deparou com um período de crise política e ciclos de protestos que acarretaram a conformação de uma conjuntura de impasses e rupturas na democracia (Avritzer, 2016; Gohn, 2019). No ano de 2016, ocorre a consolidação do processo de *impeachment* da presidenta (Dilma Rousseff), a posse de seu vice-presidente (Michel Temer) e a implementação de um projeto político sem legitimação popular, gerando processos que fragilizaram o institucional democrático (Santos; Guarnieri, 2016; Goldstein, 2016; Avritzer, 2017; Nunes; Melo, 2017; Søndergaard, 2021).

A partir de 2019, com o início da gestão de Jair Bolsonaro, a perspectiva de retrocessos democráticos e a degradação das relações políticas se aprofundaram a partir de medidas tomadas de dentro das instituições democráticas e pela retórica autoritária do então presidente (Goldstein, 2019; Avritzer; Kerche; Marona, 2021; Milhorange, 2022; Nobre, 2022).

Em meio a essa conjuntura, os processos de degradação da Amazônia foram intensificados por diversas frentes, desencadeando o agravamento dos eventos de garimpo ilegal, incêndios florestais, conflitos com povos indígenas, extração seletiva ilegal de madeira de forma ilegal e o aumento do desmatamento florestal (Mello-Théry, 2019; Adams *et al.*, 2020; Ferrante; Fearnside, 2020; Rajão *et al.*, 2021; Siqueira-Gay; Sanchez, 2021; Kleinschmit; Ziegert; Walther, 2021).

Dado esse contexto, o objetivo deste estudo é analisar a conjuntura de crise da democracia a partir da dimensão ambiental. Especificamente, apresentaremos elementos sobre a contribuição da conjuntura de retrocessos democráticos contribuiu na conformação de um cenário desfavorável para a proteção da Amazônia brasileira. No primeiro momento deste artigo, focamo-nos em reconhecer o cenário de crise da democracia pela literatura acadêmica. Para tanto, apoiamo-nos em dois quadros analíticos distintos e complementares (Levitsky; Ziblatt, 2018; Przeworski, 2020). Em seguida, a partir de levantamento bibliográfico, apresentamos processos e fatos históricos que estão associados tanto com a corrosão da democracia como com a fragilização dos mecanismos de proteção da Amazônia brasileira.

2 A CRISE DAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS

O termo “crise da democracia” é usualmente utilizado para descrever as conjunturas em que são desencadeados, tanto no campo subjetivo (por exemplo no que diz respeito ao posicionamento dos cidadãos em relação à democracia) como no objetivo (tal como a degradação do arranjo institucional democrático), processos que podem gerar o colapso de uma democracia consolidada (Castaldo, 2018; Levitsky; Ziblatt, 2018; Przeworski, 2020).

Apesar de existir uma ampla literatura descrevendo eventos de rupturas democráticas pela tomada do poder com o uso das forças armadas (e.g. Linz; Stepan, 1979; Pérez-Liñan; Polga-Hecimovich, 2017), o campo teórico que discute a erosão das democracias a partir de acontecimentos legitimados pelas próprias instituições democráticas é relativamente recente. Nesse contexto, os debates apresentados por Levitsky e Ziblatt

(2018) na publicação *Como as democracias morrem* e Przeworski (2020) em *Crises da Democracia* são tratados importantes referenciais para identificar conjunturas de crise da democracia (Corbett, 2020; Avritzer; Rennó, 2021; Vicente, 2021; Nobre, 2022).

Levitsky e Ziblatt (2018) construíram um quadro analítico para compreender como as democracias consolidadas entram em uma conjuntura de crise. Para os autores, a degradação das democracias contemporâneas tem em seu cerne: a eleição, por vias democráticas, de líderes populistas com inclinações autoritárias.

Estes representantes políticos orquestram o desmantelamento da democracia de dentro do quadro institucional que foram escolhidos para gerir. Nesse processo, o fim da democracia não é imediato e explícito, ocorre em etapas e o arranjo institucional democrático é mantido. Nas palavras dos autores, “[...] constituições e outras instituições nominalmente democráticas restam vigentes. As pessoas ainda votam. Autocratas eleitos mantêm um verniz de democracia enquanto correm da sua essência” (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 17).

Com base na análise de experiências históricas, Levitsky e Ziblatt (2018) determinaram quatro principais indicadores que, caso sejam encontrados no líder eleito, podem indicar na iminência de uma conjuntura de desmantelamento da democracia. Para os autores, a crise da democracia é desencadeada por líderes políticos que: (1) rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas, assumindo com elas compromisso débil – tentam, por exemplo, minar a legitimidade das eleições, recusando-se a aceitar os resultados eleitorais; (2) negam a legitimidade de seus oponentes políticos – por exemplos, descrevem seus rivais como subversivos à ordem constitucional existente e afirmam que constituem uma ameaça, seja à segurança nacional ou ao modo de vida predominante; (3) toleram e encorajam a violência – como exemplo, possuem laços com forças paramilitares ou milícias, estimulam seus partidários a ataques contra oponentes políticos e elogiam atos significativos de violência política no passado ou em outros lugares do mundo; (4) apresentam a propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive da mídia – apoiam, por exemplo, leis ou políticas restritivas às liberdades civis.

Com conexões a este debate, Przeworski (2020) desenvolveu a sua teoria de crise da democracia considerando a visão minimalista de democracia, ou seja, no cerne da sua análise encontra-se o processo eleitoral. Para o autor a democracia é entendida como “um arranjo político no qual

as pessoas escolhem governos por meio de eleições e têm uma razoável possibilidade de remover governos de que não gostem” (Przeworski, 2020, p. 29). Diante dessa concepção, ele investigou a crise da democracia a partir das violações nas pré-condições para que as eleições sejam competitivas ou provoquem consequências para quem quer que esteja no poder.

3 A CRISE DA DEMOCRACIA NO BRASIL (2016-2022): CONEXÕES COM O DEBATE TEÓRICO

As mudanças na conjuntura democrática do Brasil a partir da segunda metade da década de 2010 têm sido discutidas no decorrer de duas distintas fases ou momentos, sendo possível traçar conexões com os debates sobre a crise das democracias contemporâneas. A primeira fase, que se inicia em 2016, tem como marcos o impeachment de Dilma Rousseff, a posse de Michel Temer e a implementação de um projeto político diferente daquele que passou pela legitimação do processo eleitoral. A segunda fase, começa em 2019 com a posse de Jair Bolsonaro para o cargo de presidente, sendo caracterizada pela fragilização das instituições democráticas e o dismantelamento das políticas participativas.

Entre os anos de 2015 e 2016, o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff foi consolidado em meio a uma conjuntura de ciclos de protestos, queda de popularidade da presidenta e de seu partido, denúncias de corrupção e uma relação conflituosa com o Congresso Nacional (Goldstein, 2016; Veiga; Dutt-Ross; Martins, 2020).

No período em que o processo de impeachment se desenvolvia, havia uma disputa de narrativas em relação a sua legitimidade. De um lado, defendia-se a legalidade e o alinhamento aos ritos constitucionais; do outro, discutia-se a fragilidade da acusação do crime de responsabilidade (uma infração técnica da Lei de Responsabilidade Fiscal) e o interesse de representantes políticos nas casas legislativas em consolidar a destituição da presidenta em favor de interesses próprios (Singer *et al.*, 2016; Nunes; Melo, 2017).

Diversas problemáticas foram expostas no julgamento, em ambas as casas do parlamento, os debates não se focaram no material probatório da acusação e a tipificação do crime de responsabilidade foi pouco debatida; um panorama que não é admitido em um Estado Democrático de Direito (Prandi; Carneiro, 2017; Lima; Verbicaro, 2022).

O debate de que o impeachment se tratou de uma forma ilegal para a tomada do poder, ganhou força nos anos seguintes; o acontecimento passou

a ser tratado como um “golpe parlamentar” (Oliveira; Lima, 2017; Kozicki, Chueiri, 2019; Conceição, 2021; Silva, 2021).

Como principais desenlaces do evento, destacaram-se: o impasse generalizado no balanço de forças políticas, a implementação de políticas dissociadas do que foi decidido pelas eleições e a interrupção de um projeto político que tinha como uma das suas bases, a ampliação dos direitos sociais (Singer *et al.*, 2016; Avritzer, 2017; Biroli; Miguel, 2017; Lucena; Previtali; Lucena, 2017; Lima; Verbicaro, 2022).

Com a posse de Michel Temer para o cargo de presidente, a influência de setores conservadores, neoliberais, militares e ruralistas – muitos deles ligados ao projeto político que perdeu a disputa presidencial anterior – foi amplificada. Os acordos políticos se tornaram-se desbalanceados em favor desses setores. Assim, uma série de medidas impopulares e com impacto negativo no campo social foram tomadas (Santos; Guarnieri, 2016; Braz, 2017; Nunes; Melo, 2017; Goldstein, 2019; Søndergaard, 2021).

O panorama descrito apresenta dois eixos principais de conexão com as teorias de crise da democracia: a presença de um presidente não eleito e a implementação de um projeto político divergente daquele que havia sido discutido no processo eleitoral.

Para Przeworski (2020), a democracia pressupõe que as pessoas escolham seus governos por meio de eleições e que o voto possa ser utilizado para retirar governos não aprovados. Embora o presidente empossado com a destituição de Dilma Rousseff tenha sido eleito como vice-presidente, o projeto político implementado se destoou daquele que foi utilizado na campanha política que o elegeu (Souza; Hoff, 2019; Souza; Soares, 2019). Além do mais, o *impeachment* trouxe a subjetividade de que um instrumento extraordinário poderia ser usado com frequência para a anulação dos resultados das eleições e a tomada do poder poderia ser realizada pela via não eleitoral (Biroli; Miguel, 2017; Moraes; Nascimento, 2018).

Durante a primeira fase da crise da democracia, de forma concomitante com a preparação para as eleições presidenciais que ocorreriam em 2018, o processo eleitoral foi constrangido com o impedimento do candidato que liderava as intenções de voto, Luiz Inácio Lula da Silva. Posteriormente, o julgamento que impossibilitou a sua candidatura foi tratado como parcial e um caso de *lawfare* (Carvalho; Fonseca, 2019; Salgado; Gabardo, 2021).

Para Levitsky e Ziblatt (2018), as principais causas das crises democráticas estão situadas em ações de presidentes eleitos que carregam o perfil de políticos *outsiders* com discursos populistas. Com muitas décadas

envolvidas na política e pouca popularidade na sociedade, Michel Temer não se encaixava neste perfil (De Oficial [...], 2016). Em sua gestão, a roupagem democrática, ao menos em nível retórico, ainda era presente e a sua baixa popularidade nos mais variados grupos sociais indicava a distância da perspectiva populista. Por outro lado, a fragilização da democracia partindo de dentro do quadro institucional, assim como preconizava os autores, já estava sendo sinalizada desde o início do processo de *impeachment*.

O ano de 2019 marcou o início da segunda fase da crise da democracia, um período em que as mais variadas abordagens analíticas e metodológicas convergem para descrever a conjuntura de erosão da democracia (e.g. Avritzer; Kerche; Marona, 2021; Rocha; Medeiros, 2021, Almada *et al.*, 2022). Daquele momento em diante, além das análises qualitativas, indicadores sobre a qualidade da democracia apontavam o Brasil como uma das principais nações sob processo de erosão democrática (Boese *et al.*, 2022).

Naquele ano, Jair Bolsonaro, um líder populista pertencente ao espectro político de extrema direita, por meio de eleições livres e diretas, assumiu o cargo de presidente do Brasil e posicionou-se como o elemento central de uma conjuntura política e social de proeminentes processos de degradação do quadro institucional democrático e das arenas de participação direta da sociedade (Avritzer; Kerche; Marona, 2021).

Pela retórica presidencial, a disposição em minar a legitimidade do processo eleitoral e as ameaças de violar a CF/1988 tornaram-se temas de debates públicos, reverberando no posicionamento de setores aliados e em mobilizações de seus apoiadores nas redes sociais e em protestos de rua (Silva; Lopes, 2021).

Assim, colocando em dúvida a confiabilidade de todo o processo de escolha de representantes políticos, o sistema eleitoral do país foi alvo de constantes ataques retóricos, com acusações não provadas de sua vulnerabilidade a erros na contagem de votos (TSE, 2022).

Com o uso massivo de redes sociais e a disseminação de informações falsas, o presidente adotou a tática de fortalecer a polarização política e reforçar o conflito com adversários políticos (Souza; Leite, 2020; Viscardi, 2020). Negando a legitimidade de seus oponentes políticos, os arroubos autocráticos e, em alguns casos, beligerantes do presidente, foram expressos contra as entidades da sociedade civil, a mídia, o poder Legislativo, o Supremo Tribunal Federal e qualquer outro setor capaz de realizar alguma forma de controle sobre as suas ações (Avritzer, 2020; Mello, 2021; Nicoletti; Flores, 2022).

A tática de enfraquecer as conquistas sociais inscritas na CF/1988 com ações partindo de dentro do arranjo institucional, sem a supressão formal dos seus pressupostos e instituições, também foi evidenciada nas ações dos ministros cujas agendas implementaram desvios dos objetivos basais de suas pastas, rompendo com políticas construídas incrementalmente desde a democratização, perspectiva evidenciada nas áreas do meio ambiente, educação e saúde (Barberia; Gomez, 2020; Abessa; Famá; Buruaem, 2019; Avritzer; Kerche; Marona, 2021).

A tolerância e o engajamento com a violência tornaram-se um traço recorrente na retórica presidencial. Os feitos das ditaduras militares do passado foram exaltados com elogios frequentes para militares que participaram de censuras, torturas e assassinatos (Mazui, 2019; Almada, 2021). Além de ser um indicador de encorajamento à violência, o apoio a ditadores e medidas repressivas do passado também podem ser associados com a propensão do presidente em restringir liberdades civis de oponentes (Levitsky; Ziblatt, 2018).

A participação social direta, passou por um intenso processo de degradação, com arenas participativos institucionalizados voltados a políticas sociais, direitos humanos, defesa de minorias e meio ambiente foram dissolvidos, desativados ou ocupados por setores aliados (Koupak *et al.*, 2021; Mussoi; Quadros, 2022; Bezerra *et al.*, 2024). Neste sentido, destacam-se, pela via do Decreto 9.759 de 11 de abril de 2019 (que seria revogado pelo Decreto nº 11.372 de 11 de abril de 2019), as extinções da Política Nacional de Participação Social (PNPS) e do Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), ocasionando a extinção de centenas de colegiados como conselhos, comitês, mesas, comissões e fóruns (Motta, 2019).

Para Przeworski (2020), a democracia pressupõe que os cidadãos possam escolher seus governos por meio de eleições e que as próprias eleições possam ser usadas para retirar governos não aprovados. Desde o início da gestão Bolsonaro, o presidente disseminou o discurso de questionar o sistema eleitoral e de ameaçar não aceitar os resultados de eleições futuras (Lupion, 2022). Embora, efetivamente, o discurso não tenha gerado mudanças institucionais no sistema eleitoral, no campo subjetivo, tornou-se uma das bandeiras políticas entre seus apoiadores (Lupa [...], 2022).

4 A CRISE DA DEMOCRACIA E A DEGRADAÇÃO DA DIMENSÃO AMBIENTAL

Na primeira fase da crise da democracia (2016-2018); ações legislativas, infralegislativas e cortes orçamentários estiveram no cerne do processo de degradação do quadro institucional voltado à proteção ambiental. Dentre as medidas de maior impacto, destaca-se a modificação do texto constitucional pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC 241), que, entre seus diversos desdobramentos, congelou o orçamento da área do meio ambiente por 20 anos, atingindo instituições responsáveis pela fiscalização e gestão ambiental, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes (ICMBio) (Pereira *et al.*, 2019).

Na área de pesquisa e educação superior, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) sofreu um corte de 40% no orçamento entre os anos de 2016 e 2017. Em 2018, mesmo sob pressão da opinião pública, foi registrado um novo corte, desta vez de 19% (Angelo, 2017). Assim, a crise operacional foi instaurada nos institutos de pesquisa federais e em programas com foco na região amazônica, colocando em risco décadas de pesquisas científicas e projetos de conservação ambiental, como foi o caso do maior programa de pesquisa na área do meio ambiente do país, o Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) (Fernandes *et al.*, 2017; Magnusson *et al.*, 2018).

Em troca de apoio político, pautas ambientais abandonadas foram retomadas e diversas medidas legislativas foram concebidas com o intuito de favorecer setores historicamente associados com o desmatamento na Amazônia (Rochedo *et al.*, 2018).

Pela via de Decreto Presidencial, como uma forma de anistia aos infratores ambientais, permitiu-se que as multas por degradação ambiental fossem convertidas em serviços de recuperação e preservação, favorecendo o setor ruralista na consecução de créditos rurais com bancos que tinham como exigência a lisura com o sistema de justiça ambiental (Bragança, 2017). Também foram tomadas medidas legislativas que reduziram o poder de fiscalização e controle em relação às atividades geradoras de grande impacto ambiental negativo, tal como a PEC 65, que eliminou a obrigação da licença ambiental para a construção de obras públicas (Fearnside, 2016; Pereira *et al.*, 2019).

Contudo, mesmo diante das medidas institucionais indicando a degradação das políticas ambientais, na primeira fase da crise da

democracia, ainda estava presente a retórica do governo federal de pontuar objetivos sustentáveis, tanto na política nacional quanto nas negociações internacionais (Hochstetler, 2021; Schwertner, 2021). O comprometimento com a agenda ambiental internacional foi pontuado em episódios como a ratificação do Acordo de Paris (Nobre, 2016). Além do mais, o diálogo entre governo federal e as entidades ambientalistas da sociedade civil foi mantido, com registros de mesas de diálogos entre o Ministro do Meio Ambiente e Organizações Não Governamentais (ONGs) ambientalistas para discutirem a pauta ambiental (Moraes, 2016).

Na segunda fase da crise da democracia (2019-2022), a partir do início do mandato de Jair Bolsonaro, com posicionamentos públicos de negacionismo aos trabalhos científicos, dados de desmatamento da Amazônia e relatórios de mudanças climáticas, os elementos autoritários e anti-ambientalistas tornaram-se dimensões características da retórica presidencial (Fearnside, 2019; Aguiar; Monteiro; Batista, 2022).

Na esteira da fragilização das políticas ambientais e do crescente aumento do desmatamento, o quadro institucional voltado à área ambiental foi submetido a um sistemático processo de degradação, interrompendo e/ou debilitando as estratégias implementadas desde a CF/1988 para a governança ambiental na Amazônia (Adams *et al.*, 2020; Schwertner, 2021; Athayde *et al.*, 2022).

Como uma das primeiras medidas da gestão de Bolsonaro, o reconhecimento de novas terras indígenas, a regularização de terras quilombolas e a criação de novas unidades de conservação foram congeladas e o zoneamento ecológico-econômico desapareceu da lei que o normatizou (Mello-Théry, 2019). Mesmo sem um corpo técnico preparado, o Ministério da Agricultura acumulou as funções de identificar, delimitar e demarcar terras indígenas e quilombolas, que eram da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (Brasil, 2019a).

Nos anos seguintes, o processo de desmonte foi intensificado, atingindo órgãos e políticas responsáveis pelo controle do desmatamento. O principal programa orientador da contenção do desmatamento na Amazônia, o PPCDam, foi abandonado sem maiores explicações e substituído por ações genéricas que desconsideravam as medidas que haviam demonstrado eficiência nos anos anteriores (Martins, 2022). A estratégia de dar prioridade na fiscalização e à gestão ambiental nos municípios que mais contribuem com o desmatamento foi desmontada, implicando tanto no aumento do

desmatamento, como na diminuição da aplicação de multas ambientais nessas áreas (Muniz *et al.*, 2020).

No IBAMA e no ICMBio, por meio de medidas administrativas, os cargos de diretoria foram deixados vagos ou ocupados por membros das Forças Armadas, ou policiais militares, sem experiência prévia na área ambiental, porém, obedientes ao projeto político do governo federal, gerando um contexto de perda de capacidade operacional e de assédio institucional aos servidores e técnicos ambientais (Araújo, 2020; Ascema, 2021; Milhorange, 2022).

Em meio à pressão da opinião pública e de órgãos internacionais com relação ao aumento do desmatamento e dos incêndios florestais que estavam sendo registrados na Amazônia nos anos de 2019 e 2020, em 2021 o Congresso Nacional liberou verba extra para que esses órgãos ampliassem o poder fiscalizatório. Contudo, refletindo o alinhamento dos cargos de diretoria com o projeto político do governo federal¹, o IBAMA utilizou apenas 41% dos recursos financeiros disponíveis para a fiscalização, deixando a maior parte da verba disponibilizada em hiato. De forma semelhante, no ICMBio foram liquidados não mais do que 73% do orçamento para fiscalização e controle de incêndios em áreas protegidas (Observatório do Clima, 2021).

A burocratização para a aplicação de multas foi alargada, acrescentando novos passos para que o infrator fosse punido. Uma dessas medidas foi a criação de um núcleo de conciliação ambiental que deveria decidir pela aplicação, ajuste ou pela anulação da multa após o pronunciamento da Procuradoria-Geral Federal (Prizibiszki, 2019).

Paralelamente, o sistema de aplicação de multas também foi atingido. Em relatório produzido pela Controladoria-Geral da União (2021), constatou-se que, em 2020, os agentes ambientais ficaram impedidos de formalizar os autos de infração por 8 meses em decorrência de decisão tomada sem justificativa administrativa pela Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (Diplan).

Entre 2019 e 2020, mesmo com o aumento do desmatamento, que naquele momento era a maior dos últimos 12 anos, foi registrada a diminuição nos autos por infração ambiental de 43,5% em relação ao período de 2012-2018 (Rajão *et al.*, 2021). No ano de 2021, ano de maior taxa de

¹ A diminuição das multas ambientais foi uma das promessas de campanha e parte do projeto político de Bolsonaro. Em discurso realizado para o setor agrícola em 2019 o presidente afirmou que “não tem mais o IBAMA atrapalhando quem quer produzir, acabou essa brincadeira” (Bispo, 2022). Em discurso para o mesmo setor em 2021, o presidente comemorou a redução de 80% das multas do IBAMA (Em evento [...], 2022).

desmatamento para todo o período de crise da democracia, foi registrado o menor número de multas ambientais dos últimos 20 anos (Estadão, 2021).

O principal sistema de monitoramento da Amazônia foi impactado com medidas de desmonte no Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE). No ano de 2021, a Instituição sofreu um corte orçamentário de 18% em relação ao ano anterior, implicando na paralisação de parte das suas atividades (Narciso, 2021). O valor reservado para o monitoramento da Amazônia não seria suficiente para todo o ano de 2022. Os problemas financeiros somaram-se a problemas anteriores, como a necessidade de contratação de novos técnicos (Vasconcelos, 2021; Moutinho, 2021).

Também em 2021, foi registrado um importante passo no enfraquecimento do sistema de licenciamento e avaliação ambiental do país com a aprovação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 3.729/2004 (Brasil, 2021). Como uma clara desvirtuação dos preceitos democráticos de fiscalização e controle das políticas públicas, os próprios proponentes da obra se tornariam os responsáveis por emitir uma declaração de adesão e comprometimento aos critérios estabelecidos pelo órgão ambiental. Assim, no processo de licenciamento, não estariam presentes os debates públicos, estudos técnicos e o controle por parte dos órgãos ambientais (Athayde *et al.*, 2022; Ruaro; Ferrante; Fearnside, 2021).

Em meio ao cenário de degradação democrática, a homologação de novas Áreas Protegidas (APs) foi suspensa e muitas das consolidadas perderam parte da sua capacidade de conter o desmatamento. Entre os anos de 2019 e 2020, foram registrados significativos aumentos do desmatamento em diversas categorias de APs: em Terras Indígenas, 42,54%; nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, o aumento foi de 53,15% e nas de Proteção Integral, 57,41% (Souza, 2020). Entre os anos de 2020 e 2021, ocorreu o corte de 61,5% no orçamento previsto para o apoio à gestão, criação e implementação de APs federais (Werneck *et al.*, 2021). Em 2021, o programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) foi suspenso, comprometendo as ações de fiscalização em 117 UCs amazônicas (Menegassi, 2021).

As arenas de participação social que estavam sendo estabelecidas desde a democratização, foram submetidas a um profundo processo de desmonte, sendo aquelas voltadas à temática ambiental, as mais afetadas (Bezerra *et al.*, 2024). Nesse contexto, destacam o Decreto nº 9.086, de 28 de maio de 2019 (Brasil, 2019b), que gerou cortes nas cadeiras destinadas às entidades da sociedade civil no Conselho Nacional do Meio Ambiente

(CONAMA)² e o Decreto nº 10.142, de novembro de 2019 (Brasil, 2019c), que excluiu a participação da sociedade civil da Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa (Conaveg).

A limitação da participação da sociedade também ocorreu pela restrição do acesso às informações ambientais produzidas e armazenadas por órgãos do governo federal. Em levantamento realizado por Imaflora, ISA e Artigo 19 (2020), foi revelado que em 2019 houve a redução de 78%, em relação a 2017-2018, no número de respostas satisfatórias aos pedidos de acesso à informação. Em 2020, entre os 10 órgãos federais responsáveis pelo gerenciamento de bases de dados associados com políticas ambientais, apenas três haviam cumprido o requisito legal de possuir os dados abertos.

Paralelamente, ocorreram estratégias de sufocamento financeiro das atividades desempenhadas pelas entidades da sociedade civil ambientalista, tais como a limitação do acesso das ONGs aos recursos do Fundo Amazônia (Figueiredo, 2019).

No campo retórico, grupos indígenas e ONGs ambientalistas foram acusados, sem provas, de serem os responsáveis pelas queimadas e desmatamentos, criando uma narrativa que retirava a responsabilidades dos processos de degradação da região (Na ONU [...], 2020; Schmitt, 2020).

As Áreas Protegidas (APs) na Amazônia, especialmente as Terras Indígenas, são áreas cobiçadas para as atividades de mineração e garimpo (Walker *et al.*, 2009; Siqueira-Gay; Sánchez, 2021). Desde o ano de 2016, o Governo Federal tem flexibilizado as normas ambientais em favor de atividades extrativistas nessas áreas. Na segunda fase da *crise da democracia*, dando continuidade às medidas legislativas tomadas na primeira fase da crise, ocorreram novos esforços em direção à legalização do garimpo e à flexibilização das restrições da atividade em APs e Terras Indígenas (TIs). Pela via do Projeto de Lei 191/20, tentou-se regulamentar a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas por indivíduos e empresas não indígenas (Siqueira-Gay *et al.*, 2020; Villén-Pérez *et al.*, 2022). Nesse mesmo contexto, o Decreto nº 10.966 teve o intuito de legalizar o garimpo “artesanal”, sendo emitido após o aumento da atividade, na Bacia do Tapajós, ter repercutido na imprensa (Pontes, 2022).

O panorama de acenos legislativos, de fragilização da fiscalização ambiental, de impunidades aos infratores ambientais e a alta no valor do ouro, gerou uma nova “corrida ao ouro” na região da Amazônia,

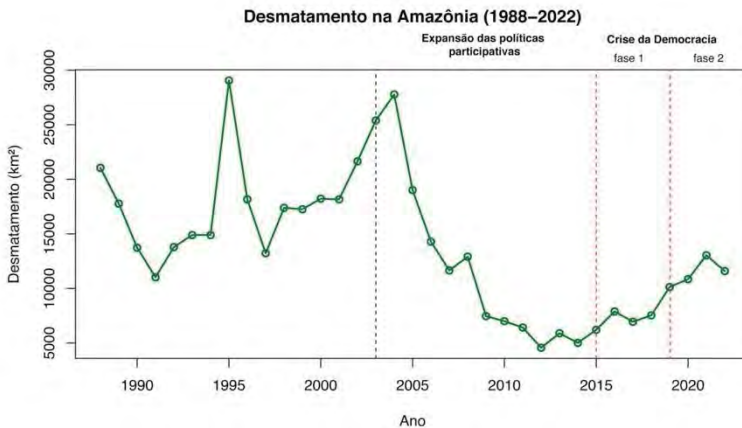
² O Decreto foi suspenso em 17 de dezembro de 2021 por decisão do Supremo Tribunal Federal (Brasil, 2021).

impulsionando diversas frentes de degradação ambiental. Nesse contexto ocorre um aumento de 90% entre os anos de 2017 e 2020 no desmatamento associado com atividades de mineração (Diele-Viegas; Pereira; Rocha, 2020; Siqueira-Gay; Sánchez, 2021).

5 CONCLUSÃO

Cada momento político do Brasil tem resultado em dinâmicas ambientais próprias na Amazônia (Lemos; Roberts, 2008; Becker, 2005, 2010; Mello-Théry, 2011, 2019). Se as taxas de desmatamento oscilaram sem formar um padrão na primeira década pós CF/1988, a partir de 2003, ao longo do período em que diversos trabalhos discutem como um momento de expansão das políticas participativas e melhora na qualidade democrática do país (e.g. Avritzer, 2009; Gohn, 2019; Boese *et al.*, 2022), foi notável a tendência de diminuição até o ano de 2012. Por outro lado, no período em que discutimos a crise da democracia, a tendência no aumento das taxas de desmatamento foi consolidada (Figura 1).

Figura 1 – Série temporal indicando a evolução da taxa de desmatamento na Amazônia no decorrer do período democrático



Fonte: INPE (2022).

Embora não seja possível indicar a relação de causa e efeito a partir das discussões do presente artigo, demonstramos que os retrocessos democráticos e a intensificação das frentes de degradação ambiental na Amazônia encontram-se na mesma arena de debates, com diversos vínculos conceituais e factuais. Corroborando com essa perspectiva, em estudo

quantitativo realizado por Gatti *et al.* (2023), verificou-se que, em decorrência da fragilização dos mecanismos de aplicação das leis ambientais, ocorreu o aumento nas médias anuais de emissão de carbono entre os anos de 2019 e 2020 se comparadas com as médias anuais entre os anos de 2010 e 2018.

As discussões realizadas neste estudo sugerem que os processos de degradação ambiental que vindos à tona durante a crise da democracia não são resultantes de acontecimentos isolados, e sim, da conformação de um cenário composto por múltiplos eventos que podem interagir entre si, configurando uma conjuntura que atingiu de forma decisiva os principais mecanismos e atores envolvidos na proteção da Amazônia. As reflexões obtidas neste estudo alertam sobre as problemáticas da conjuntura de crise da democracia sobre a preservação socioambiental da Amazônia e trazem argumentos teóricos e factuais acerca donexo entre democracia e meio ambiente.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e do Programa de Ciência Ambiental (PROCAM) do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE-USP).

REFERÊNCIAS

ABESSA, D.; FAMÁ, A.; BURUAEM, L. The systematic dismantling of Brazilian environmental laws risks losses on all fronts. **Nature Ecology and Evolution**, [s. l.], Vol. 3, No. 4, p. 510-511, 2019.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ADAMS, C. *et al.* Governança ambiental no Brasil: acelerando em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável ou olhando pelo retrovisor? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 25, n. 81, p. 1-13, 2020.

AGUIAR, C. G. B.; MONTEIRO, P. O.; BATISTA, A. J. Negacionismo e mudanças climáticas. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 15, p. 59-71, 2022.

ALMADA, M. P. *et al.* A transparência do Executivo Federal brasileiro: uma comparação entre os governos Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro. **Opinião Pública**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 169-199, 2022.

ALMADA, P. E. R. O negacionismo na oposição de Jair Bolsonaro à Comissão Nacional da Verdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 36, n. 106, p. 1-21, 2021.

ALONSO, A.; COSTA, V.; MACIEL, D. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista Brasileiro. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 151-167, 2007.

ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR (org.). **A sociedade civil se organiza na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

ANGELO, C. Brazilian scientists reeling as federal funds slashed by nearly half. **Nature**, [s. l.], Vol. 539, No. 1, p. 1-2, 2016.

ARAÚJO, S. M. V. G. Environmental Policy in the Bolsonaro Government: The Response of Environmentalists in the Legislative Arena. **Brazilian Political Science Review**, [s. l.], Vol. 14, No. 2, p. 14, 2020.

ASCEMA. **Cronologia de um desastre anunciado: ações do Governo Bolsonaro para desmontar as políticas de Meio Ambiente no Brasil**. Brasília, DF: Ascema Nacional, 2021. Disponível em: <https://cdn.biodiversidadla.org/content/download/168331/1245806/file/Cronologia%20de%20um%20desastre%20anunciado.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

ATHAYDE, S. *et al.* Viewpoint: The far-reaching dangers of rolling back environmental licensing and impact assessment legislation in Brazil. **Environmental Impact Assessment Review**, [s. l.], Vol. 94, e106742, 2022.

AVRITZER, L. **Democracy and the Public Space in Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

AVRITZER, L. (org.). **Experiências Nacionais de Participação Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

AVRITZER, L. The different designs of public participation in Brazil: deliberation, power sharing and public ratification. **Critical Policy Studies**, [s. l.], Vol. 6, No. 2, p. 113-127, 2012.

AVRITZER, L. **Impasses da Democracia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AVRITZER, L. The Rousseff impeachment and the crisis of democracy in Brazil. *Critical Policy Studies*, [s. l.], Vol. 11, No. 3, p. 352-357, 2017.

AVRITZER, L. A crise da democracia e a ascensão do populismo de direita no Brasil. In: PINTO, A. C.; GENTILE, F. (org.). **Populismo: teoria e caos**. Fortaleza: Edmeta, 2020. p. 145-156.

AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (org.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003.

AVRITZER, L.; RENNÓ, L. The Pandemic and the Crisis of Democracy in Brazil. *Journal of Politics in Latin America*, [s. l.], Vol. 13, No. 3, p. 442-457, 2021.

BARBERIA, L.; GÓMEZ, E. J. Political and institutional perils of Brazil's COVID-19 crisis. *Lancet*, [s. l.], Vol. 396, No. 10248, p. 367, 2020.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, B.K. Geopolítica da Amazônia. *Geopolítica na Amazônia. Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BEZERRA, C. P.; ALMEIDA, D. R.; LAVALLE, A. G.; DOWBOR, M. Entre a Desinstitucionalização e a Resiliência: Participação Institucional no Governo Bolsonaro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 67, n. 5, p. 1-49, 2024.

BIROLI, F.; MIGUEL, L.F. (org.). **Encruzilhadas da democracia**. Porto Alegre: Zouk, 2017.

BISPO, F. Campanha de Bolsonaro recebeu R\$ 3,1 milhões de infratores ambientais. *Infoamazonia*, [s. l.], 05 out. 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/05/campanha-de-bolsonaro-recebeu-r-31-milhoes-de-infratores-ambientais/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BOESE, V. A. *et al.* **Autocratization Changing Nature? Democracy Report 2022**. Gothenburg: V-Dem Institute, 2022. Disponível em: https://www.v-dem.net/documents/19/dr_2022_ipyOpLP.pdf. Acesso em 18 mar. 2023.

BORGES, A. Com desmatamento em alta, gestão Bolsonaro tem menor nº de multas ambientais em 20 anos. *Estadão*, São Paulo, 09 nov. 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/com-desmatamento-em-alta-gestao-bolsonaro-tem-menor-numero-multas-ambientais-em-vinte-anos/>. Acesso em: 15 de mar. 2023.

BRAGANÇA, D. Temer assina decreto que dá desconto de até 60% em multas ambientais. *O Eco*, São Paulo, 22 out. 2017. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/temer-assina-decreto-que-da-desconto-de-ate-60-em-multas-ambientais/>. Acesso em 07 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.806, de 28 de maio de 2019**. Altera o Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama. Brasília, DF: Presidência da República, [2019c]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9806.htm. Acesso em: 6 mar. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3.729 de jun. 2004**. Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências. Brasília, DF: Câmaras dos Deputados, [2004]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/257161>. Acesso em: 31 de mar. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei 191**. Regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2019a]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2236765>. Acesso em 6 de mar. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, DF: Presidência da República, [2019b]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm. Acesso em: 6 mar. 2023.

BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *Serviço Social & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 128, n. 128, p. 85-103, 2017.

CARVALHO, C. A.; FONSECA, M. G. C. Violência em acontecimentos políticos: jornalismo e lawfare no caso Lula. *Galáxia*, São Paulo, v. spe1, p. 100-112, 2019.

CARVALHO, L. E. Direito, ambiente e emancipação social. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 645-676, 2015.

CASTALDO, A. A crise da democracia: uma revisão seletiva do debate acadêmico atual. **Relações Internacionais**, [s. l.], n. 59, p. 9-27, 2018.

CONCEIÇÃO, A. G. Brasil: O golpe de 2016, o governo Bolsonaro e as forças armadas. **Pontos de Interrogação**: revista de crítica cultural, Alagoinhas, v. 11, n. 1, p. 45-61, 2021.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Relatório de Apuração**: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – Exercício 2020. Brasília, DF: CGU, 2021. Disponível em: <https://infoamazonia.org/wp-content/uploads/2021/12/Relatório-CGU.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2023.

CORBETT, J. The deconsolidation of democracy: Is it new and what can be done about it? **Political Studies Review**, [s. l.], Vol. 18, No. 2, p. 178-188, 2020.

DAGNINO, E. (org.). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**: um balanço necessário. São Paulo: Paz e Terra/Unicamp, 2002.

DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? *In*: MATO, D. (org.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FaCes/Universidad de Venezuela, 2004. p. 95-110.

DE OFICIAL de gabinete a presidente: o discreto currículo político de Michel Temer. **UOL Notícias**, São Paulo, 10 maio 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2016/05/10/de-oficial-de-gabinete-a-presidente-o-discreto-curriculo-politico-de-michel-temer.htm>. Acesso em: 17 fev. 2023.

DIELE-VIEGAS, L. M.; PEREIRA, E. J. A. L.; ROCHA, C. F. D. The new Brazilian gold rush: Is Amazonia at risk? **Forest Policy and Economics**, [s. l.], v. 119, e102270, 2020.

EM EVENTO, Bolsonaro comemora redução de 80% das multas do IBAMA. **O Eco**, São Paulo, 18 jan. 2021. Disponível em: <https://oeco.org.br/salada-verde/em-evento-bolsonaro-comemora-reducao-de-80-das-multas-do-ibama/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

FEARNSIDE, P. M. Brazilian politics threaten environmental policies. *Science*, [s. l.], Vol. 353, No. 6301, p. 746-748, 2016.

FEARNSIDE, P. M. Os números do desmatamento são reais apesar da negação do presidente Bolsonaro. *Amazônia Real*, Manaus, 03 ago. 2019. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/os-numeros-do-desmatamento-sao-reais-apesar-da-negacao-do-presidente-bolsonaro>. Acesso em: 8 de mar. 2023.

FERNANDES, G. Q. *et al.* Dismantling Brazil's Science threatens global biodiversity heritage. *Perspective in Ecology and Conservation*, [s. l.], Vol. 15, p. 239-243, 2017.

FERRANTE, L.; FEARNSIDE, P. M. Brazil threatens Indigenous Lands. *Nature*, [s. l.], Vol. 368, No. 6490, p. 481-482, 2020.

FIGUEIREDO, P. Ministro do Meio Ambiente diz ter analisado ¼ dos contratos do Fundo Amazônia e verificado inconsistências. *G1*, São Paulo, 17 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/05/17/ministro-do-meio-ambiente-diz-ter-analisado-14-dos-contratos-do-fundo-amazonia-e-verificado-inconsistencias.ghtml>. Acesso em: 08 mar. 2023.

GATTI, L. V. *et al.* Increased Amazon carbon emissions mainly from decline in law enforcement. *Nature*, [s. l.], Vol. 521, p. 318-323, 2023.

GOHN, M. G. Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. *Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, 2013.

GOHN, M. G. *Participação e democracia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2019.

GOLDSTEIN, A. A. La tormenta perfecta: crisis e impeachment en el segundo mandato de Dilma Rousseff. *Análisis Político*, Bogotá, v. 29, n. 88, p. 90-104, 2016.

GOLDSTEIN, A. A. The New Far-Right in Brazil and the Construction of a Right-Wing Order. *Latin America Perspectives*, [s. l.], v. 46, n. 4, p. 245-262, 2019.

GUSMÃO, P. P.; BORGES, M. P. B. (Des)construção da gestão ambiental no Brasil: De Paulo Nogueira Neto (1973) a Ricardo Salles (2020). *Ambientes: revista de geografia e ecologia política*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 218-277, 2020.

HOCHSTETLER, K. O meio ambiente no Governo Bolsonaro. *In*: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (org.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 271-286.

IMAFLORES; ISA; ARTIGO 19. **Mapeamentos dos retrocessos de transparência e participação social na política ambiental brasileira – 2019 e 2020**. São Paulo: Imaflora, 2020.

INPE. Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. **Coordenação Geral de Observação da Terra – INPE**, São José dos Campos, 2022. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em: 14 abr. 2022.

KLEINSCHMIT, D.; ZIEGERT, R.F.; WALTHER, L. Framing Illegal Logging and Its Governance Responses in Brazil – A Structured Review of Diagnosis and Prognosis. **Frontiers in Forests and Global Change**, [s. l.], Vol. 4, p. 1-13, 2021.

KOUPAK, K. *et al.* Democracia e participação em xeque no governo Bolsonaro 1 Democracy and participation at risk in the Bolsonaro government. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, ES, v. 9, n. 1, p. 45-67, 2021.

KOZICKI, K.; CHUEIRI, V. K. Impeachment: a arma nuclear constitucional. **Lua Nova**, São Paulo, v. 108, n. 11, p. 157-176, 2019.

LEMOS, M. C.; ROBERTS, J. T. Environmental policy-making networks and the future of the Amazon. **Philosophical Transactions of Royal Society**, [s. l.], Vol. 362, p. 1897-1902, 2008.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMA, G. F. B. S.; VERBICARO, L. P. S. P. O impeachment de 2016 e a expropriação constitucional do voto no Brasil: Consequências à democracia brasileira. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, Ijuí, v. 10, n. 19, p. 1-19. 2022.

LINZ, J.; STEPAN, A. **The breakdown of democratic regimes**. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1979.

LOUREIRO, C. F. B.; SAISSE, M. V.; CUNHA, C. C. Histórico da educação ambiental no âmbito federal da gestão ambiental pública: um panorama da divisão do IBAMA à sua reconstrução no ICMBio. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 28, p. 57-73, 2013.

LUCENA, C.; PREVITALI, F. S.; LUCENA, L. **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

LUPA: bolsonaristas usam afirmações falsas contra urnas. **FOLHA**. São Paulo, 10 nov. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/11/lupa-bolsonaristas-usam-afirmacoes-falsas-para-colocar-em-duvida-resultado-das-eleicoes.shtml>. Acesso em: 30 mar. 2023.

LUPION, B. Em reunião com embaixadores, Bolsonaro questiona urnas e TSE. **DW**, São Paulo, 19 de jul. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/em-reunião-com-embaixadores-bolsonaro-questiona-urnas-e-tse/a-62518117>. Acesso em: 14 fev. 2023.

MAGNUSSON, W. E. *et al.* Effects of Brazil's political crisis on the science needed for biodiversity conservation. **Frontiers in Ecology and Evolution**, [s. l.], Vol. 6, p. 1-5, 2018.

MARTINS, P. S. V. (org.). **Desmatamento em Unidades de Conservação: uma análise da governança ambiental e climática a partir do PPCDAM**. Pará: Terra de Direitos, 2022.

MAZUI, G. Bolsonaro chama coronel Brilhante Ustra de 'herói nacional'. **G1**. Brasília, DF, 08 de ago. de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/08/bolsonaro-chama-coronel-ustra-de-heroi-nacional.ghtml>. Acesso em: 10 maio 2023.

MELLO, N. A. **Políticas territoriais na Amazônia brasileira: conflitos entre conservação ambiental e desenvolvimento. 1970-2000**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MELLO-THÉRY, N. A. Contradições territoriais: signos do modelo aplicado na Amazônia. **Sociedade e Estado**, São Paulo, v. 18, n. 1-2, p. 339-360, 2003.

MELLO-THÉRY, N. A. **Território e gestão ambiental na Amazônia**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2011.

MELLO-THÉRY, N. A. Perspectivas ambientais 2019: retrocessos na política governamental. **Confins**: revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia, Paris, n. 501, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/21182>. Acesso em: 14 jun. 2022.

MELLO, R. A. Bolsonaro e o jornalismo em conflito midiático. **Revista de Estudos de Linguagem**, Belo Horizonte, v. 29, n. 4, p. 2485-2508, 2021.

MENEGASSI, D. Programa ARPA, que apoia unidades de conservação na Amazônia, é suspenso. **O Eco**, São Paulo, 11 abr. 2021. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/programa-arpa-que-apoia-unidades-de-conservacao-na-amazonia-e-suspenso/>. Acesso em: 09 mar. 2023.

MILHORANCE, C. Policy dismantling and democratic regression in Brazil under Bolsonaro: Coalition politics, ideas, and underlying discourses. **Review of Policy Research**, [s. l.], Vol. 39, No. 6, p. 752-770, 2022.

MORAES, M. Sarney Filho retoma diálogo com ONGs. **Instituto Socioambiental**, Brasília, DF, 08 jun 2016. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/sarney-filho-retoma-dialogo-com-ongs>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MORAES; F. M.; NASCIMENTO, F. Impeachment e democracia. *In*: WERLE, D. L. *et al.* (org.). **Justiça, Teoria Crítica e Democracia**: volume II. Florianópolis: Nefiponline/UFSC, 2018. p. 257-284.

MOTTA, C. Extinção dos conselhos afeta participação social nas políticas públicas. **Rede Brasil Atual**, Brasília, DF, 12 de abr. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/decreto-de-bolsonaro-extingue-orgaos-de-participacao-popular/>. Acesso em: 02 fev. 2023.

MOUTINHO, S. First Brazilian-made satellite watches the Amazon. **Science**, [s. l.], v. 371, n. 6533, p. 975, 2021.

MUNIZ, B. *et al.* Governo Bolsonaro reduz multas em municípios onde desmatamento cresce. **A Pública**, São Paulo, 20 ago. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/08/governo-bolsonaro-reduz-multas-em-municipios-onde-desmatamento-cresce/>. Acesso em: 08 mar. 2023.

MUSSOI, H. G.; QUADROS, D. G. Erosão democrática e legalismo autocrático. **Revista de Estudos Institucionais**, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 582-606, 2022.

NA ONU, Bolsonaro ataca ONGs e critica cobiça estrangeira. **DW**, São Paulo, 01 out. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/na-onu-bolsonaro-ataca-ongs-e-critica-cobiça-estrangeira-pela-amazônia/a-55113089>. Acesso em: 8 de mar. 2023.

NARCISO, F. A. Cortes no Orçamento do INPE e os impactos nos estudos climáticos. **USP – AUN**, São Paulo, 01 jun. 2021. Disponível em: <https://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2021/07/01/cortes-no-orcamento-do-inpe-e-os-impactos-nos-estudos-climaticos/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

NICOLETTI, J.; FLORES, A. M. M. Violence against journalists on Jair Bolsonaro's youtube channel: analysis of the first 100 days of the Covid-19 pandemic in Brazil. **Brazilian Journalism Research**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 4-35, 2022.

NOBRE, N. Brasil ratifica Acordo de Paris sobre Mudança do Clima. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 12 set. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/497879-brasil-ratifica-acordo-de-paris-sobre-mudanca-do-clima/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

NOBRE, M. **Limits of democracy: from the June 2013 Uprisings in Brazil to the Bolsonaro Government**. Cambridge: Springer, 2022.

NUNES, F.; MELO, C.R. Impeachment, Political Crisis and Democracy in Brazil. **Revista de Ciência Política**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 281-304, 2017.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **A conta chegou: terceiro ano de destruição sob Jair Bolsonaro**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://cdn.biodiversidadla.org/content/download/175528/1287624/file/A%20conta%20chegou%20-%20O%20terceiro%20ano%20de%20destruição%20ambiental%20sob%20Jair%20Bolsonaro.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2023.

OLIVEIRA, R.; LIMA, F.C. O golpe parlamentar de 2016, o aprendizado dos golpes do século XX e os desdobramentos do golpe: um ensaio sobre história imediata do Brasil. **Trama Interdisciplinar**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 139-149, 2017.

PEREIRA, E. J. A. L. *et al.* Policy in Brazil (2016–2019) threaten conservation of the Amazon rainforest. **Environmental Science & Policy**, [s. l.], Vol. 100, p. 8-12, 2019.

PÉREZ-LIÑÁN, A.; POLGA-HECIMOVICH, J. Explaining military coups and impeachments in Latin America. **Democratization**, [s. l.], Vol. 24, No. 5, p. 839-858, 2017.

PONTES, N. Decreto sobre mineração pode gerar catástrofe na Amazônia. **DW**, São Paulo, 16 fev. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/decreto-sobre-mineracao-pode-gerar-catastrofe-na-amazonia/a-60794565/>. Acesso em: 25 fev. 2023.

PRANDI, R.; CARNEIRO, J.L. EM NOME DO PAI: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 33, n. 96, p. 1-22, 2017.

PRZIBISCZKI, C. Governo institui anistia prévia a criminosos ambientais. **O Eco**, São Paulo, 14 abr. 2019. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/governo-institui-anistia-previa-a-criminosos-ambientais/>. Acesso em: 6 mar. 2023.

PRZEWORSKI, A. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RAJÃO R. *et al.* Dicotomia da impunidade do desmatamento ilegal. **Policy Brief**, [s. l.], p. 1-12, jun. 2021.

ROCHA, C.; MEDEIROS, J. Jair Bolsonaro and the Dominant Counter publicity. **Brazilian Political Science Review**, [s. l.], Vol. 15, No. 3, p. 15, 2021.

ROCHEDO, P. R. R. *et al.* The threat of political bargaining to climate mitigation in Brazil. **Nature Climate Change**, [s. l.], Vol. 8, No. 8, p. 695-698, 2018.

RUARO, R.; FERRANTE, L.; FEARNside, L. Brazil doomed environmental licencing. **Science**, [s. l.], Vol. 372, No. 6546, p. 1049-1050, 2021.

SALGADO, E. D.; GABARDO, E. The role of judicial branch in Brazilian rule of the law erosion. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 731-769, 2021.

SANTOS, E.; GUARNIERI, F. From Protest to Parliamentary Coup: An Overview of Brazil's Recent History. **Journal of Latin American Cultural Studies**, [s. l.], v. 25, n. 4, p. 485-494, 2016.

SCHMITT, G. Bolsonaro chama ONGs de 'câncer' e entidades contra-atacam. **O Globo**, São Paulo, 04 set. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-chama-ongs-de-cancer-entidades-contra-atacam-24624003>. Acesso em: 8 mar. 2023.

SCHWERTNER, C. H. Amazônia em Foco: Uma Análise das Políticas Brasileiras de Preservação da Região. **Revista Perspectiva**: reflexões sobre a temática internacional, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 9-32, 2021.

SILVA, S. A. Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 119-126, 2021.

SILVA, E. F.; LOPES, M. S. “Acabou, porra!”: Jair Bolsonaro e a retórica do populismo autoritário. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 17, n. 34, p. 125-149, 2021.

SINGER, A. *et al.* **Por que gritamos golpe?**: para entender o Impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

SIQUEIRA-GAY, J. *et al.* Proposed Legislation to Mine Brazil’s Indigenous Lands Threatens Amazon Forests and Their Valuable Ecosystem Services. **One Earth**, [s. l.], v. 3, p. 356-362, 2020.

SIQUEIRA-GAY, J.; SANCHEZ, L. E. The outbreak of illegal gold mining in the Brazilian Amazon boosts deforestation. **Regional Environmental Change**, [s. l.], Vol. 21, No. 2021, p. 1-5, 2021.

SØNDERGAARD, N. Reforming in a democratic vacuum: the authoritarian neoliberalism of the Temer administration from 2016 to 2018. **Globalizations**, [s. l.], Vol. 18, p. 568-583, 2021.

SOUZA, A. A. Desmatamento em 2020: Amazônia legal e suas áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas). **Instituto Socioambiental**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/desmatamento-em-2020-amazonia-legal-e-suas-areas-protegidas-unidades-de>. Acesso em: 7 mar. 2023.

SOUZA, G.; SOARES, M. G. M. Contrarreformas e Recuo Civilizatórios: Um Breve Balanço do Governo Temer. **SER Social**, Brasília, DF, v. 21, n. 44, p. 11-28, 2019.

SOUZA, J. A.; LEITE, M. Discurso político, ethos e legitimidade: uma análise de discursos de posse do governo Bolsonaro. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 54, n. 8, p. 1-21, 2020.

SOUZA, M. B.; HOFF, T. S. O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular. **Urbe**: revista brasileira de gestão urbana, São Paulo, n. 11, e20180023, 2019.

TSE. Fato ou Boato publicou quase 200 esclarecimentos contra fake News em 2022. **Notícias Tribunal Regional-GO**, Brasília, DF, 19 nov. 2022. Disponível em: <https://www.tre-go.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Novembro/fato-ou-boato-publicou-quase-200-esclarecimentos-contra-fake-news-em-2022>. Acesso em: 04 fev. 2023.

VASCONCELOS, Y. INPE Under pressure. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 306, ago. 2021.

VEIGA, L.; DUTT-ROSS, S.; MARTINS, F. B. Os efeitos da economia e da Operação Lava-Jato na popularidade da Presidente Dilma Rousseff no período pré-impedimento. **Revista de Sociologia e Política**, Florianópolis, v. 27, n. 72, p. 1-21, 2020.

VICENTE, M. Challenges and threats posed by Covid-19 on democracy: the European union case. **Observatório Político**, [s. l.], n. 101, p. 1-16, 2021.

VILLÉN-PÉREZ, S. *et al.* Mining threatens isolated Indigenous peoples in the Brazilian Amazon. **Global Environmental Change**, [s. l.], Vol. 72, No. 102398, 2022.

VISCARDI, J. M. Fake News, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 59, n. 2, p. 1134-1157, 2020.

WALKER, R. *et al.* Protecting the Amazon with protected areas. **PNAS**, [s. l.], v. 106, n. 26, p. 10582-10586, 2009.

WERNECK, F.; SORDI, J.; ARAÚJO, S.; ANGELO, C. **“Passando a boiada”: o segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro**. Brasília, DF: Observatório do Clima, 2021. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/03/Passando-a-boiada-1.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2023.





Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 1 • jan-abr. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536





EMERGÊNCIA CLIMÁTICA NA AMAZÔNIA: AGROECOLOGIA E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS CONTRA OS MODELOS EMPRESARIAIS DE CONSERVAÇÃO

CLIMATE EMERGENCY IN THE AMAZON: AGROECOLOGY AND TRADITIONAL KNOWLEDGE VERSUS CORPORATE CONSERVATION MODELS

Sabrina Mesquita do Nascimento  

Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados
(GETTAM/NAEA/UFPa), Belém, PA, Brasil

Simy Almeida Correa  

Coordenadora Executiva do Fundo Dema (Federação de Órgãos para Assistência Social
e Educacional-FASE), Belém, PA, Brasil

RESUMO

O presente artigo foi elaborado a partir da sistematização do I Encontro Paraense de Agroecologia, realizado em Santarém, região Oeste do Pará, em março de 2023. Com o tema “Agroecologia, tecendo redes por soberania alimentar e popular nos territórios amazônicos”, o encontro reuniu cerca de 200 pessoas de diversas organizações e movimentos sociais da Amazônia paraense vindas de todas as regiões do estado. Durante o encontro, foi possível a escuta de uma série de experiências comunitárias e práticas agroecológicas que, conectadas aos direitos territoriais, revelam-se como possibilidades exitosas de conservação das florestas e da biodiversidade. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é analisar o estado atual do debate realizado por organizações comunitárias e movimentos sociais e sindicais sobre a importância de suas experiências no atual contexto de emergência climática, tecendo uma análise de suas críticas sobre as propostas de conservação das florestas baseadas na mercantilização da natureza e dos bens comuns, como o mercado de carbono. A partir disso, foi possível constituir um conjunto de perspectivas que orientam a ação política dos sujeitos que vivem em territórios ameaçados e identificar estratégias de difusão dessas práticas, como forma de autodefesa e garantia de soberania alimentar e territorial, e justiça climática.

Palavras-chave: emergência climática; agroecologia; sociobiodiversidade; Amazônia.

ABSTRACT

This article is based on the systematization of the 1st Para Meeting of Agroecology, held in Santarém, in the western region of Pará, in March 2023. With the theme “Agroecology, weaving networks for food and popular sovereignty in the Amazon territories”, the meeting brought together around 200 people from various organizations and social movements in the Para Amazon from all regions of the state. During the meeting, it was possible to listen to a series of community experiences and agro-ecological practices which, when connected to territorial rights, reveal themselves as successful possibilities for conserving forests and biodiversity. In this sense, the aim of this article is to analyze the current state of the debate by community organizations, social movements and trade unions on the importance of their experiences in the current context of the climate emergency, by analyzing their criticism of forest conservation proposals based on the commodification of nature and common goods, such as the carbon market. From this, it was possible to put together a set of perspectives that guide the political action of people living in threatened territories and to identify strategies for disseminating these practices as a form of self-defense and a guarantee of food and territorial sovereignty and climate justice.

Keywords: climate emergency; agroecology; sociobiodiversity; Amazon.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo foi constituído com base na sistematização do I Encontro Paraense de Agroecologia, realizado em Santarém, região Oeste do Pará, no período de 22 a 25 de março de 2023. O encontro foi organizado coletivamente pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e Fundo Dema, Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará (FETAGRI), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR-STM), Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (FEAGLE) e Instituto de Agroecologia Latino americano-Amazônico (IALA). A sistematização do Encontro foi realizada a pedido do comitê gestor do Fundo Dema para efeito de avaliação de projetos comunitários desenvolvidos no âmbito da Chamada Pública Unificada Amazônia Agroecológica, uma parceria entre o Fundo Dema, a FASE e o Fundo Amazônia, iniciada no ano de 2019.

Com o tema “Agroecologia, tecendo redes por soberania alimentar e popular nos territórios Amazônicos”, o I Encontro Paraense de Agroecologia reuniu cerca de 200 pessoas de diversas organizações e movimentos sociais da Amazônia paraense vindas de diferentes territórios das regiões do Baixo Amazonas/Tapajós, BR-163 da Transamazônica/Xingu, do Baixo Tocantins/Nordeste paraense e Sudeste do Pará. O encontro também contou com a presença de pesquisadores e jornalistas. Um dos principais objetivos do encontro foi fomentar uma rede estadual em torno da agroecologia que, a partir do evento, passou a ser denominada de Articulação Paraense de Agroecologia (Fundo Dema, 2023).

Nesse sentido, a proposição do evento foi reunir conhecimentos e práticas de todos os territórios presentes para o fortalecimento de uma rede de lutas em defesa das florestas e seus povos a partir de uma perspectiva da Agroecologia. Uma Carta Compromisso foi assinada por 81 organizações de diversas naturezas, entre movimentos sociais, sindicatos, conselhos, comitês, cooperativas, associações, fóruns, institutos, entre outros. Comunidades sem representações constituídas formalmente também compõem o documento, assim como entidades estaduais, regionais e nacionais.

Durante todo o encontro, foi possível a escuta de uma série de experiências comunitárias que tem como base os conhecimentos de manejo e produção de povos indígenas, quilombolas, agricultores familiares, agroextrativistas, assentados de reforma agrária, entre outros grupos

tradicionais, que têm sido de suma importância no combate ao avanço das frentes de exploração predatória na Amazônia paraense. Conectados à luta por direitos territoriais, suas experiências revelam-se, historicamente, como práticas exitosas de conservação das florestas e da biodiversidade. Nesse sentido, o artigo analisa o estado atual do debate realizado por organizações comunitárias e movimentos sociais e sindicais, sobre a importância de suas experiências no atual contexto de emergência climática, tecendo uma análise de suas críticas sobre as atuais propostas de conservação das florestas baseadas na mercantilização da natureza e dos bens comuns, como o mercado de carbono. Esse foi um dos temas fundamentais do encontro, conforme será mostrado ao longo do texto.

O acúmulo das experiências nos territórios resulta na formulação de uma crítica de raiz epistêmica em que as organizações comunitárias expõem as inconsistências dos modelos econômicos apresentados como alternativa ao atual estágio de destruição das florestas na Amazônia, que se elaboram como novas formas de apropriação (grilagem) de terras públicas e territórios tradicionalmente ocupados, e impõem a imobilização de conhecimentos e práticas tradicionais de manejo da natureza e seu direcionamento exclusivo para determinados produtos. Para as empresas, o mercado de carbono oferece esquemas possíveis de “compensação ambiental” que não se convertem, necessariamente, em benefícios efetivos no combate às mudanças climáticas, uma vez que as emissões das economias e setores mais poluidores seguem em níveis bastante elevados.

Em contrapartida, as tecnologias socioambientais comunitárias consistem em importantes instrumentos de conservação das florestas e da biodiversidade, e também de recuperação de áreas já degradadas. Pautados no bem-viver e na defesa da justiça climática, as organizações comunitárias traçam críticas aos modelos econômicos vigentes e destacam suas contribuições sobre os possíveis caminhos para a crise climática global e seus efeitos na Amazônia. São, portanto, forças políticas diferenciadas dos processos hegemônicos impostos pela ordem colonial e dos projetos desenvolvimentistas.

A publicação segue uma linha teórico-metodológica qualitativa, de perspectiva socioantropológica, baseada em uma literatura que destaca a importância histórica dos territórios tradicionalmente ocupados como frentes de resistência às ameaças que, historicamente, assolam a Amazônia. Assim, Sônia Magalhães, Alfredo Wagner de Almeida, Manuela Carneiro da Cunha, Karen Shiratori, entre outros especialistas, são algumas das referências

que dialogam acerca das experiências demonstradas ao longo do texto. A discussão teórica é complementada com uma série de dados secundários produzidos por instituições públicas, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e organizações da sociedade civil de interesse público, como o Observatório do Clima (OC) e o Instituto Socioambiental (ISA).

As informações sobre as organizações comunitárias e seus projetos de agroecologia foram, em parte, coletadas ao longo dos três dias do encontro, sendo posteriormente complementadas com a pesquisa de dados secundários disponíveis em sites e redes sociais. O Fundo Dema também forneceu dados mais específicos sobre o andamento dos projetos, muitos dos quais ainda serão substanciados com a finalização do edital Amazônia Agroecológica. Todo o encontro de agroecologia foi registrado em arquivos de áudio e vídeo, com os quais é possível atestar a veracidade das informações aqui relatadas.

Além dos momentos mais gerais, como as mesas redondas, também foram realizados oito encontros temáticos, quais sejam: 1) Sistemas Agroflorestais SAFs; 2) Criação de Abelhas; 3) Homeopatia da Terra; 4) Circuitos Curtos de Comercialização; 5) Campanha Contra os Agrotóxicos e Pela Vida; 6) Questão Agrária e Formas de Gestão Territorial na Amazônia; 7) Sementes e Sociobiodiversidade e; 8) Feminismo e Agroecologia. Em cada encontro temático, foi possível perceber o desenvolvimento de determinadas discussões e iniciativas de forma mais específica. A observação das discussões das organizações possibilitou constituir um conjunto de perspectivas que orientam a ação política dos sujeitos que vivem nesses territórios ameaçados e a identificação de estratégias de difusão dessas experiências como forma de autodefesa e garantia de soberania alimentar e territorial, e justiça climática.

Em todas as regiões do Pará representadas no encontro – Baixo Amazonas/ Tapajós; BR-163; Transamazônica/Xingu; Baixo Tocantins/ Nordeste e Sudeste –, há problemas históricos associados às disputas pela posse e uso da terra e pela exploração de recursos da natureza, como o desmatamento, garimpos e grandes projetos de infraestrutura e logística. Castro e Hébette (1989) afirmam que, sobretudo a partir da década de 1970, durante os governos militares, há uma imposição violenta de diferentes padrões econômicos de exploração que impacta a vida das diferentes populações da Amazônia. Segundo a autora são padrões que aportam novos mecanismos de apropriação da terra e processos de produção que

privilegiam uma extração maciça dos recursos naturais e uso intensivo da mão-de-obra (CASTRO, 1989).

Contudo, iremos destacar o quadro dos últimos quatro anos do governo Bolsonaro (2019-2022), que foi marcado pelo desmonte sistemático da estrutura estatal de proteção ambiental e direitos territoriais que afetou seriamente a situação de vulnerabilidade de diversos desses territórios, levando a níveis recordes de desmatamento, queimadas, garimpos ilegais e violência contra povos indígenas, quilombolas e tradicionais. Com a chegada da pandemia de Covid-19 no Brasil, a partir de março de 2020, esse desmonte ganhou proporções ainda maiores, acelerando a desregulação da proteção ambiental e territorial no Brasil, com mudanças no regramento, simplificação de normas ambientais e enfraquecimento de instrumentos de controle e combate a crimes ambientais.

Por conta desse contexto e dos efeitos da emergência climática sobre a Amazônia e seus povos, a totalidade da discussão realizada ao longo deste artigo visa reforçar a importância que as ações comunitárias de defesa dos territórios têm no atual contexto de degradação acelerada do bioma Amazônia para fazer frente às transformações socioambientais em curso com as mudanças climáticas.

2 AMAZÔNIA E SEUS POVOS FRENTE À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

No contexto da emergência climática global, a Amazônia vive uma intensificação de interesses e debates em torno da sua importância para a regulação do clima no planeta. Ao mesmo tempo, grandes setores econômicos, como o agronegócio e a mineração, mobilizam forças para manutenção do estado de avanço das frentes predatórias sobre as florestas, que seguem aceleradas em detrimento das ações que realmente garantam a conservação da Amazônia e sua sociobiodiversidade.

O quadro é urgente. Em 2022, foi publicado um estudo na Revista *Nature Climate Change* (Boulton; Lenton; Boers, 2022), mostrando que, nas duas últimas décadas, mais de 75% da área total da Amazônia sofreu perda de resiliência por conta do avanço do desmatamento e dos impactos do aquecimento global, aproximando-se do chamado **ponto de não retorno**. Esse termo é usado para explicar que a floresta está perdendo sua capacidade de recuperação/regeneração frente aos processos de degradação. Segundo a pesquisa, trata-se de um ponto de inflexão em que ocorrerá uma transição

brusca e irreversível: a floresta úmida e densa, tal como a conhecemos hoje, se transformaria em um cenário de vegetação degradada e seca, dominada por arbustos e gramíneas, muito mais suscetível a incêndios. O ponto de não retorno pode levar a Amazônia a um processo chamado de “savanização”, com consequências imprevisíveis e irreversíveis para a crise climática global. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) (Caminho [...], 2023), em áreas mais suscetíveis, cerca de dois milhões de quilômetros quadrados do bioma já estão muito próximos do ponto de não retorno.

Entre os principais efeitos, certamente destaca-se a alteração drástica dos regimes de chuva em todo o Brasil, já que a Amazônia é uma grande geradora de umidade, levada para diferentes regiões do país por meio dos rios voadores. Trata-se de um fenômeno que consiste em correntes de ventos úmidos que se formam com os vapores d’água do oceano atlântico que, ao serem transportados para o continente por ventos alísios e passarem pela Amazônia, incorporam ainda mais água proveniente do solo e das florestas, sendo conduzidos para o Centro Oeste, Sul e Sudeste do Brasil. Os rios voadores influenciam o ciclo hidrológico nacional e, também, de países fronteiriços, como o Paraguai, o Uruguai e a Argentina. De acordo com o Observatório do Clima (2023a), estima-se que os rios voadores acumulam uma quantidade de água maior do que a do próprio rio Amazonas, chegando a 20 trilhões de litros por dia.

O desmatamento afeta diretamente esse fenômeno, pois altera toda a dinâmica de umidade dos rios voadores, causando distúrbios na regulação das chuvas e no abastecimento dos rios. De acordo com o Projeto Rios Voadores (Zorzetto, 2009)¹, a floresta amazônica funciona como um tampão, pois as plantas e o solo retêm água da chuva, que depois penetra no solo e fica armazenada antes de evaporar. Sem a cobertura florestal, os ventos úmidos vindos do oceano que penetram no continente podem chegar mais rapidamente, em dois ou três dias, ao sul do país, aumentando o risco de fortes tempestades.

Já na Amazônia, o desmatamento pode provocar uma redução entre 15% a 30% das chuvas, mas, em algumas áreas, é possível constatar que essa redução das precipitações já chega a 20%. A seca extrema e o volume de

¹ Parceria entre a Universidade de São Paulo (USP), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS).

chuvas e das águas dos rios muito abaixo do normal já é uma terrível realidade em muitas regiões da Amazônia. De acordo com apuração da agência de jornalismo Amazônia Real (Farias, 2023), diversas áreas apresentaram chuvas abaixo do esperado para esta época do ano, como a região da bacia do rio Negro e Solimões (Amazonas), o oeste e o centro do Acre, o rio Branco (Roraima), o norte de Rondônia e grande parte do oeste e do norte do Pará.

Contudo, mesmo diante do atual cenário, o desmatamento na Amazônia vem passando por um absoluto descontrole em seu avanço, a exemplo do que ocorreu durante os anos do governo Bolsonaro, em que os índices de desmatamento se elevaram vertiginosamente. Entre agosto de 2019 e julho de 2020, a área desmatada nos nove estados da Amazônia Legal foi de 11.088 km², conforme mostram os dados do INPE (2024). Pará, Mato Grosso, Amazonas e Rondônia responderam por 80% do total desmatado. No ano seguinte, 2021, a escalada do desmatamento avançou para o recorde de 13.235 km² entre agosto/2020 e julho/2021. Novamente os estados do Pará, Mato Grosso, Amazonas e Rondônia concentraram a maioria do total desmatado na Amazônia Legal, com 87,25%. A maior contribuição absoluta foi do Pará, com 5.257 km² de área desmatada. Em 2022, mesmo com uma redução de 11,27 % em relação ao ano anterior, o desmatamento seguiu bastante elevado, com 11.568 km², o que corresponde a 58% do total desmatado no país inteiro. O Pará seguiu como o estado que mais desmatou, com 4.141 km², seguido do Amazonas (2.607 km²) e do Mato Grosso (1.906 km²). Em se tratando do atual estágio de eventos climáticos extremos que estão afetando a Amazônia, esses dados atestam para uma realidade bastante preocupante para a floresta e a sobrevivência de seus povos.

A chegada do fenômeno *El Niño* e o aquecimento do Atlântico Tropical Norte também respondem pelo agravamento desse quadro, levando ao recrudescimento dos períodos de estiagem e produzindo um cenário ainda mais apto a queimadas e incêndios florestais. O INPE (2024) informou que, somente nos dez primeiros dias de setembro de 2023, foram registrados ao todo 3.925 focos de queimada apenas no estado do Amazonas. No agregado do mês de setembro, o Amazonas apresentou 7.066 focos de queimadas, enquanto o estado do Pará apresentou ao todo 8.359 focos (Terra Brasilis, 2023). Em outubro de 2023, o Pará atingiu um recorde histórico, quando foram registrados pelo INPE (2024) um total de 11.378 focos de calor no Estado, o maior índice desde 2008.

A fumaça das queimadas e incêndios florestais tem dominado a paisagem de Terras Indígenas, Áreas de Proteção e diversas cidades e localidades ao longo dos estados da Amazônia Legal. No Pará, a densa fumaça que chegou a Santarém e a outras cidades no mês de outubro/2023 indicou grande quantidade de biomassa queimada. Em Manaus e região (AM), a fumaça das queimadas vem encobrando os céus de forma persistente desde meados do mês de setembro/2023.

O desmatamento e as atividades agrícolas são as principais responsáveis pela ocorrência de fogo na Amazônia. Normalmente, as queimadas são posteriores ao desmatamento e são realizadas como forma de consolidar áreas para uso em pastagens, monoculturas, garimpo, entre outros crimes ambientais, produzindo uma verdadeira cadeia de destruição e contaminação do meio ambiente. Alencar, Rodrigues e Castro (2020) apontam no Boletim do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) que 50% dos focos de calor do 1º semestre de 2020 foram registrados em imóveis rurais médios e grandes com atividades agropecuárias. Ou seja, a floresta está sendo queimada para virar pasto e plantação de soja. Por se tratar de uma floresta tropical úmida, as queimadas na Amazônia não surgem de forma espontânea no bioma e sua ocorrência está sempre associada a ações humanas. Contudo, a chegada ao ponto de não retorno também pode alterar essa condição natural da Amazônia.

Com a seca extrema dos rios e o baixo volume de chuvas que assolam várias regiões, a vida das populações de cidades e comunidades tem sido afetada em diversos aspectos. As atividades produtivas e econômicas, por exemplo, encontram-se comprometidas em várias regiões da Amazônia, assim como a navegabilidade das embarcações que abastecem as cidades e fazem o transporte de pessoas para fins de comércio, estudo e atendimento médico. Isso tem levado comunidades, aldeias e cidades inteiras ao isolamento, escassez de alimentos, afetando, sobretudo, as populações ribeirinhas, cujos modos de vida estão totalmente associados às florestas e aos fluxos socioeconômicos que passam pelos rios. A seguir, um breve compilado de textos que destacam a ocorrência da estiagem e da seca extrema e seus vários impactos em diferentes regiões da Amazônia.

Quadro 1 – Eventos climáticos extremos na Amazônia (segundo semestre de 2023, em ordem cronológica)

| Chamada | Resumo | Link para acesso |
|---|---|---|
| Seca no Amazonas deixa cidades isoladas e com escassez de alimento (22/09/2023). | O aquecimento global associado a dois fenômenos climáticos simultâneos está influenciando no agravamento da estação seca na Amazônia, sendo determinantes para o volume de chuvas muito abaixo do normal para o período, provocando escassez de alimentos e isolamento em várias cidades do Amazonas. | https://amazoniareal.com.br/seca-no-amazonas-deixa-cidades-isoladas-e-com-escassez-de-alimento/ |
| El Niño provoca seca e coloca 42 rios na Amazônia e no Pantanal em estado crítico (28/09/2023). | O fenômeno climático <i>El Niño</i> tem favorecido a seca em 38 rios na Amazônia e outros quatro no Pantanal, que devem permanecer com vazões abaixo da média histórica até pelo menos dezembro. | https://www.terra.com.br/planeta/noticias/el-nino-provoca-seca-e-coloca-42-rios-na-amazonia-e-no-pantanal-em-estado-critico,fe35741ffaacf22ab924a43f5df47bf1z88hb2u0.html?utm_source=clipboard |
| Casas flutuantes encalham em rio que secou no Amazonas; embarcações levam mais tempo em viagens (29/09/2023). | Amazonas tem seca atingindo casas flutuantes e comércio. Regiões já sentem falta de água potável e alimentos. 60 das 62 cidades do estado sofrem com a seca; 18 estão em estado de emergência. | https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/09/29/casas-flutuantes-encalham-em-rio-que-secou-no-amazonas-embarcacoes-levam-mais-tempo-em-viagens.ghtml |
| Na Amazônia, mais de 100 botos morrem por causa da seca extrema (01/10/2023). | A mortandade de botos e tucuxis se soma ao drama de comunidades sem água e suprimentos para sua sobrevivência, enquanto a estiagem tende a piorar. | https://climainfo.org.br/2023/10/02/na-amazonia-mais-de-100-botos-morrem-por-cao-da-seca-extrema/ |
| Rio Tapajós está 38 centímetros abaixo da seca histórica de Santarém (08/10/2023). | De acordo com dados da Defesa Civil, nível do Rio Tapajós chegou a 94 cm neste domingo (8). Cota histórica de 2010 é de 1,32 metro. | https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2023/10/08/rio-tapajos-esta-a-38-centimetros-da-seca-historica-de-santarem.ghtml |

| Chamada | Resumo | Link para acesso |
|---|--|---|
| Rio Madeira tem menor nível em 56 anos, diz Agência Nacional de Águas (10/10/2023). | A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) declarou, nesta terça-feira (10), em Brasília, a situação crítica de escassez de recursos hídricos no Rio Madeira, na Amazônia. A medida foi publicada em portaria no Diário Oficial da União e vale até 30 de novembro de 2023. | https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-10/rio-madeira-tem-menor-nivel-em-56-anos-diz-agencia-nacional-de-aguas |
| Santarém e outros municípios da região vivem situação de calamidade pública devido seca extrema (11/10/2023). | Municípios paraenses passam por situação de emergência pela estiagem extrema no estado. Santarém deve decretar estado de emergência para solicitar ajuda ao governo do estado e ao Governo Federal. | https://tapajosdefato.com.br/noticia/1248/santarem-e-outros-municipios-da-regiao-vivem-situacao-de-calamidade-publica-devido-seca-extrema |
| Seca na Amazônia transforma paisagem tropical em deserto (16/10/2023). | Níveis dos rios se aproximam da mínima histórica. Sem via fluvial, comunidades ribeirinhas ficam isoladas. Região sofre ainda com queimadas. | https://www.dw.com/pt-br/seca-na-amaz%C3%B4nia-transforma-paisagem-tropical-em-deserto/a-67110708 |
| Seca severa no Amazonas já afeta mais de meio milhão de pessoas, aponta Defesa Civil (16/10/2023). | Estado tem 50 municípios em situação de emergência, 10 cidades em alerta e 2 em normalidade. Cerca de 138 mil famílias são afetadas pela estiagem. | https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/10/16/seca-severa-no-amazonas-ja-afeta-mais-de-meio-milhao-de-pessoas-aponta-defesa-civil.ghtml?mc_cid=2c01606775&mc_eid=d8dc55f01c |
| MPF recomenda estudo para avaliar declaração de emergência diante da seca na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (PA) (16/10/2023). | O Ministério Público Federal (MPF) enviou recomendação à Prefeitura Municipal de Santarém, no Pará, para que seja realizado o levantamento de dados e informações sobre a estiagem na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. | https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-recomenda-estudo-para-avaliar-declaracao-de-emergencia-diante-da-seca-na-reserva-extrativista-tapajos-arapiuns-pa |

| Chamada | Resumo | Link para acesso |
|--|---|---|
| Rio Negro vive seca histórica, e São Gabriel da Cachoeira corre risco de apagão (19/10/2023). | Impactos no noroeste do Amazonas atingem serviços essenciais, com mudança de horário de atendimento em postos de saúde e escolas. Cidade passa por racionamento. | https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/rio-negro-vive-seca-historica-e-sao-gabriel-da-cachoeira-corre-risco-de |
| Mortandade de peixes em igarapé de Alenquer, no PA, preocupa comunidades ribeirinhas (19/10/2023). | Moradores acreditam que temperaturas elevadas e a chuva que caiu na região um dia antes, podem ter provocado choque térmico matando os peixes. | https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2023/10/19/video-mortandade-de-peixes-em-igarape-de-alenquer-no-pa-preocupa-comunidades-ribeirinhas.ghtml |
| Seca extrema faz rios Negro, Solimões, Amazonas e Madeira atingirem mínimas históricas (19/10/2023). | A seca extrema na Amazônia ocidental produziu níveis mínimos históricos em pontos dos rios Negro, Solimões, Amazonas e Madeira, segundo dados do Porto de Manaus, Serviço Geológico do Brasil e Defesa Civil do Amazonas. | https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/10/seca-extrema-faz-rios-negro-solimoes-amazonas-e-madeira-atingirem-minimas-historicas.shtml |
| Município com a maior população indígena do Amazonas é o primeiro a entrar em racionamento de energia por causa da seca (21/10/2023) | São Gabriel da Cachoeira, a 850 quilômetros de Manaus, é uma das 59 cidades do Amazonas em situação de emergência por causa da seca histórica que atinge o estado. | http://glo.bo/3rStxTv |
| Seca deixa comunidades indígenas isoladas após vazante histórica no Amazonas (26/10/2023). | Rio Negro está passando pela pior vazante da história em mais de cem anos. Povos indígenas do Amazonas estão sofrendo com a escassez de suprimentos e, ainda, precisam lidar com um fator extra: a fumaça das queimadas. | https://infoamazonia.org/2023/10/26/seca-deixa-comunidades-indigenas-isoladas-apos-vazante-historica-no-amazonas/ |

Organizado pelas autoras a partir de Basso (2023), Casas [...] (2023), Cavaleiro (2023), El Niño [...] (2023), Farias (2023), Hamdan (2023), MPF [...] (2023), Município [...] (2023), Na Amazônia [...] (2023), Pereira (2023), Sassine (2023), Seca [...] (2023), Sinimbú (2023), Vieira (2023) e Yared (2023).

Quanto à perda da biodiversidade provocada pelas mudanças climáticas na Amazônia, esta é uma conta que ainda precisará ser feita, mas, certamente, a grande mortandade da fauna aquática já se expressa como um dos principais efeitos do aquecimento das águas e da atmosfera. Vários episódios foram registrados nesse contexto desde o mês de setembro de 2023, a exemplo da morte de mais de 150 botos na região do lago Tefé, na cidade de Tefé (AM), médio rio Solimões, entre os meses de setembro e outubro de 2023 (ver Quadro 1).

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) classificou o acontecimento como uma grave “emergência ambiental” (Mais [...], 2023). A estiagem extrema e a seca dos rios também provocaram grande mortandade de peixes na região Oeste do Pará, rio Tapajós, afetando a segurança alimentar e a economia de diversas comunidades que consomem e comercializam esse pescado. Isso dá um forte sinal do que ainda está por vir caso as emissões de gases de efeito estufa não sejam definitivamente reduzidas e o desmatamento da Amazônia seja controlado.

3 CONTRIBUIÇÕES DE POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS PARA A CONSERVAÇÃO DAS FLORESTAS E O COMBATE À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

De acordo com a *Global Forest Watch* (As florestas [...], s.d.), as florestas representam hoje 30% da solução para regulação da temperatura global, porém, sua capacidade de absorver o carbono da atmosfera pode ser comprometida com o desmatamento para conversão em pastos, produção de *commodities* e urbanização.

O desmatamento e as mudanças no uso da terra representam as principais fontes das emissões brasileiras. O Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), do Observatório do Clima (OC), informou que, no ano de 2020, em plena pandemia de Covid-19, as emissões brasileiras de gases de efeito estufa (GEE) subiram 9,5%, sendo o maior montante de emissões desde o último recorde no ano de 2006, quando foram produzidas 2,1 bilhões de toneladas de GEE. Em 2021, seguiu-se uma tendência de aumento, com a emissão de 2,4 bilhões de toneladas brutas de GEE, o que corresponde a um aumento de 12,2% em relação a 2020 (Observatório do Clima, 2023b).

Desse total, o elevado índice de desmatamento e as mudanças no uso da terra na Amazônia e demais biomas responderam por 49% das emissões

brutas no Brasil em 2021, seguido pelo setor da agropecuária (que está diretamente ligado ao desmatamento), com 25% do total das emissões, o que corresponde a 601 milhões de toneladas de GEE despejados na atmosfera. A produção de bovinos domina as emissões do agro: a criação de bois e vacas responde por nada menos que 79,4% do total das emissões do setor (Observatório do Clima, 2023b, p. 13). A produção de grãos foi responsável por uma emissão total de 254,4 milhões de toneladas de GEE, em uma área de produção de 86,7 milhões de hectares, 3,9% maior do que em 2020. A soja teve aumento de 11% em sua produção. Somadas, as emissões por desmatamento e agropecuária responderam juntas por 74% do total emissões no Brasil em 2020. Ou seja, as mudanças no uso da terra e a destruição das florestas, com a expulsão de povos tradicionais, impactam diretamente na questão climática global hoje.

Diante desse quadro e dos riscos que ele representa, é necessário destacar a importância dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais na defesa das florestas para fazer frente à atual crise vivida na Amazônia. No estudo de Oviedo e Doblas (2022), são analisadas as determinantes espaciais e temporais das trajetórias de uso do solo nos territórios tradicionalmente ocupados e zonas de amortecimento correspondentes em todos os biomas brasileiros (Cunha; Magalhães; Adams, 2021). Os autores demonstraram que as áreas com presença de Povos Indígenas e populações tradicionais, incluindo Terras Indígenas (TI), Territórios Quilombolas (TQ), Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), são responsáveis pela proteção de cerca de 30,5% das florestas no Brasil. Se formos considerar outras categorias, como os assentamentos de reforma agrária, certamente essa contribuição será ainda maior.

Segundo os autores, há uma tendência mais elevada de aumento do desmatamento no entorno de territórios tradicionalmente ocupados, o que não ocorre no interior dos mesmos. A pressão exercida a partir do entorno se dá por múltiplos agentes, sobretudo do agronegócio, pecuária, mineração, garimpo e grandes projetos.

Na Amazônia Legal, onde a pesquisa de Oviedo e Doblas (2022) analisou um total de 960 áreas com populações tradicionais, esse efeito é bastante evidente nas TIs e nas Unidades de Conservação (UC), onde a ocupação tradicional é permitida, que apresentam os maiores índices de preservação da vegetação nativa e regeneração ambiental em comparação com o entorno.

As UCs onde a ocupação tradicional é permitida (RESEX e RDS) apresentaram os melhores resultados para os índices estudados (preservação, área em rotação, regeneração e intensidade de manejo), evidenciando o papel das populações tradicionais na proteção e regeneração ambiental [...]. Os índices de preservação e regeneração da vegetação nativa que comparam essas trajetórias no interior das áreas protegidas e seu entorno correspondente mostram uma tendência da degradação e intensidade de manejo maior no entorno dessas áreas do que no interior delas (Oviedo; Doblas, 2022, p. 1).

Segundo Oviedo e Doblas (2022), a análise das trajetórias de desmatamento demonstra a relação entre os aspectos culturais e modos de produção da terra nos territórios tradicionalmente ocupados, onde povos indígenas, quilombolas e tradicionais desenvolvem modos de produção e manejo da natureza de acordo com as condições ambientais e as características locais das florestas e da biodiversidade. Os sistemas agrícolas são de baixo impacto, realizados com base na rotatividade e alternância de pequenas áreas. Esses sistemas associados ao extrativismo e ao manejo de florestas secundárias implicam em um modelo de ocupação do território que tem grande contribuição para a manutenção da cobertura vegetal natural (Oviedo; Doblas 2022, p. 55). Isso reforça a relevância dos modos de vida e práticas de manejo sustentáveis desenvolvidas pelas populações tradicionais na conservação das florestas e na recuperação de áreas já degradadas.

Lima, Oliveira e Shiratori (2021) analisam que os conhecimentos tradicionais são, muitas vezes, inferiorizados e subestimados por certa visão cientificista que os classifica como “crença” ou “magia”, mas que, na realidade, integram um complexo “[...] corpus de conhecimentos que permitem um manejo do mundo que se orienta pelo respeito à diversidade das formas de existência, um manejo não exploratório ou predatório, mas que vai na direção da produção de diferenças” (Lima; Oliveira; Shiratori, 2021, p. 89). Segundo as autoras:

Os regimes de conhecimentos entre populações tradicionais e comunidades locais são equivalentes aos científicos em detalhamento e profundidade e, se deles diferem, não é por carecerem de operações lógicas ou intelectuais, mas pelo fato de que operam por meio de categorias concretas e sensíveis (Lévi-Strauss, 1970), que são indissociáveis de uma ética e também de uma estética apropriada. Trata-se de formas de conhecer que emergem de um engajamento corporal e sensorial com o ambiente (Ingold, 2000), saberes e práticas que são transmitidos no cotidiano e também por narrativas míticas, cantos e práticas rituais variadas (Lima; Oliveira; Shiratori, 2021, p. 20).

Tais categorias concretas e sensíveis resultam no aprofundamento do conhecimento sobre as diferentes espécies florestais e da biodiversidade e seus usos, levando à elaboração de sistemas de classificação que compreendem aspectos como alimentação, rituais e produção de medicamentos e artefatos da cultura material de povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais. Isso mostra que há uma inter-relação estreita entre elementos como a “biodiversidade, o espaço territorial, o individual e o coletivo, os conceitos e as práticas locais de bem-estar material e imaterial [...], além das complementaridades entre fauna e flora, silvestre e cultivado, alimentação e saúde, conservação e produção” (Emperaire, 2021, p. 14).

Trata-se, também, de considerar a capacidade de inovação e produção de novos saberes diante das transformações socioambientais atualmente impostas pelas mudanças climáticas, cujos efeitos são percebidos a partir dos saberes sobre os ciclos sazonais e ecológicos, demonstrando a plasticidade e a engenhosidade das formas de adaptação e resiliência dos povos tradicionais frente à crise ambiental (Lima; Oliveira; Shiratori, 2021). Na agricultura, por exemplo, as comunidades realizam o esforço de avaliar os efeitos das mudanças climáticas e elaborar reflexões sobre como o prolongamento dos períodos de estiagem pode afetar os diversos nichos ecológicos que fazem parte de seus modos de vida.

Em torno disso, vão se criando estratégias para evitar o agravamento desses efeitos nos territórios que contrabalançam o manejo das espécies de acordo com os novos ciclos provocados pelas mudanças climáticas. Considera-se, por isso, necessário debruçar o olhar de forma mais aprofundada sobre essas tecnologias de conservação e adaptação que vêm sendo desenvolvidas pelos povos da floresta como forma de reverter o quadro de degradação da Amazônia e, assim, reduzir os impactos das mudanças climáticas na região e suas consequências globais.

4 AS PERSPECTIVAS DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS SOBRE A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E A CRÍTICA À VISÃO DA NATUREZA COMO UM “NEGÓCIO”

Durante o I Encontro Paraense de Agroecologia, foi possível conhecer uma série de experiências comunitárias que vêm sendo construídas a partir dos conhecimentos tradicionais de manejo e produção e constituem-se como importantes frentes de conservação das florestas e da biodiversidade

na Amazônia paraense. A defesa dos modos de vida tradicionais no combate às atividades predatórias seguiu com uma crítica enfática à visão da natureza como um negócio, que percorreu todos os espaços do encontro.

Nesse sentido, as organizações políticas e movimentos sociais que têm feito oposição direta a atividades predatórias em seus territórios ao longo de décadas também têm se preocupado cada vez mais em enfrentar as “novas” concepções que justificam a persistência de modelos coloniais, contrapondo-se frontalmente aos grandes interesses econômicos que disputam a exploração da Amazônia. Isso inclui não só o clássico desenvolvimentismo, mas as mais recentes abordagens ligadas à chamada “economia verde” e à bioeconomia, categorias que calcam políticas climáticas baseadas em soluções econômicas, que têm como principal direcionamento o mercado de carbono. De acordo com Nunes (2022), a bioeconomia emerge como um modelo que agrega os binômios **desenvolvimento e conservação** e vem sendo mundialmente mobilizado como a grande alternativa política para a manutenção do bioma Amazônia. Para a autora, a subjetividade conservacionista da bioeconomia:

[...] atua na forma de deslocamentos do capital focando maximamente em eficiência tecno-científica para ganhos de produtividade, neutralização do carbono e produção de serviços ecossistêmicos pela biodiversidade como instrumentos de enfrentamento à crise bioclimática e ao desenvolvimento da região, mas elide do debate as relações de poder, subverte as relações ecológicas e os direitos dos principais sujeitos sociais mantenedores dos sistemas vitais biodiversos (povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares) (Nunes, 2022).

Por conta disso, a crítica à visão da natureza como um negócio esteve presente entre as principais questões pontuadas durante o encontro, sobretudo porque a bioeconomia é compreendida pelas organizações e movimentos sociais como uma concepção totalmente apropriada pelo mercado como uma nova estratégia empresarial e um modelo de conservação competitiva, que apresenta uma *falsa solução* “baseada na natureza” e:

[...] desloca a crítica dos processos e atores hegemônicos degradadores e provedores de desigualdade, transmutando-os em resultados de conservação e “ambientalistas” a serem inseridos como agentes principais de uma bioeconomia dita “vacionada” para a Amazônia (Nunes, 2022).

De acordo com o grupo Carta de Belém (2011), as Convenções de debate sobre o clima têm dado muita centralidade às propostas corporativas e soluções de mercado que ocupam o lugar de ação que deveria ser de Estados nacionais e governos, atrasando, com isso, a implementação de medidas efetivas de redução entre os principais emissores do mundo, o que, de fato, é o mais urgente em se tratando do atual estágio da emergência climática (Carta de Belém, 2011). Nesse sentido, há um pensamento hegemônico a respeito das temáticas ambientais e climáticas globais que, de acordo com Tourinho (2006, p. 13):

[...] mantém os privilégios e as estruturas do projeto de modernidade pós-capitalista cuja premissa básica é estimular, cada vez mais, processos crescentes de consumo e manutenção de estratégias de apropriação praticadas há muito e que resultam em níveis crescentes de exclusão social e de artificialização da vida humana.

A professora Maria Emília Pacheco, do Grupo Nacional de Assessoria da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e do Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), constituiu uma análise de conjuntura chamando a atenção para os novos processos de cercamento em curso na Amazônia, que, de acordo com ela, são o ponto central das atuais propostas da bioeconomia, sobretudo com evidência ao mercado de carbono. Segundo Maria Emília, existe uma predominância da atuação de grandes empresas e corporações privadas na negociação de créditos de carbono sem qualquer tipo de regulação imposta pelo Estado, ou seja, sem regras que evitem que os povos e comunidades sejam lesados em trocas desiguais. Trata-se de um processo de mercantilização dos bens comuns e da natureza, nas palavras da professora, que consiste no engessamento de práticas tradicionais em benefício de um mercado único, que transforma sistemas agroecológicos complexos em meros produtos e invisibiliza os conhecimentos tradicionais e eles associados.

Maria Emília defendeu o quanto é importante que as políticas públicas que contemplam as chamadas “cadeias produtivas da sociobiodiversidade” levem em consideração os conhecimentos tradicionais como o seu principal fundamento, e não somente os produtos em si, abstraídos de todo e qualquer processo de elaboração criativa, vivências e saberes ancestrais. Nesse sentido, as ditas “soluções baseadas na natureza” também invisibilizam os povos e o papel de seus sistemas de manejo como possibilidade real de conservação da Amazônia e sua biodiversidade, e garantia de justiça climática. As novas formas de cercamento padronizam o uso da natureza em

torno de um mercado único, que gira sobretudo em torno dos créditos de carbono, e, portanto, impõem uma “preservação” a partir do velho *modus operandi* de imobilizar os diversos usos relacionados ao manejo das florestas e sua conservação.

Isso foi enfatizado na Carta Compromisso do encontro, que afirma que os novos cercamentos reiteram as violências historicamente praticadas pelo Estado e por setores econômicos e empresariais contra os povos da Amazônia. Para as organizações signatárias do documento, as florestas não podem ser vistas exclusivamente como oportunidades de mercado, pois sua perda implica no desaparecimento das bases que sustentam os sistemas produtivos tradicionais na Amazônia (Carta Compromisso, 2023).

Fábio Pacheco, representante da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) na Amazônia, seguiu a crítica afirmando que é importante fazer o distanciamento definitivo dos mecanismos utilizados pelo agronegócio em seu enquadramento na perspectiva de uma “economia verde”, já que o *agro* visa padronizar os modelos de produção agrícola e eliminar toda a diversidade dos sistemas agroecológicos existentes. Por isso, ele reafirmou a relevância de lembrar todos os desastres socioambientais associados a esse modelo, que é baseado em extensas monoculturas, concentração de terras, no uso criminoso de agrotóxicos em processos de expansão produtiva, na expropriação de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, na contaminação do solo e das águas, e na definitiva eliminação de toda e qualquer sociobiodiversidade em vastas áreas. Este é o padrão do verdadeiro *agro*, embora haja todo um investimento midiático que visa deslocá-lo de seu papel como um dos setores hegemônicos mais degradadores da história do Brasil.

De acordo com representantes da FASE e do Fundo Dema² há diferentes visões entre as organizações sobre como tratar esses desafios e dilemas e construir novas abordagens. Durante o encontro, por exemplo, foi possível notar muita ênfase sobre a importância de se contrapor às atuais concepções de uso econômico da natureza, a partir das concepções construídas com base nos conhecimentos tradicionais e ancestrais, formas de manejo e uso sustentáveis, que vêm sendo historicamente desenvolvidos pelos povos da floresta. Nesse sentido, as organizações comunitárias demonstraram conhecer profundamente as inconsistências dos modelos apresentados como alternativa à destruição das florestas, denunciando

² Informação obtida durante o I Encontro Paraense de Agroecologia, realizado em Santarém-PA, no período de 22 a 25 de março de 2023.

que, nesse momento, assim como tem ocorrido ao longo das décadas, as populações da Amazônia têm sido excluídas de processos decisórios e da construção de estratégias concretas de defesa do bioma e de combate à emergência climática.

Por isso, a criação da Articulação Paraense de Agroecologia representa a convergência de uma pluralidade de lutas, que conecta diversas experiências, coletivos e redes, e potencializa a incidência desses grupos sobre a formulação e o fortalecimento de políticas de defesa dos territórios e de promoção de práticas agroecológicas e conhecimentos tradicionais, que têm papel fundamental na manutenção das florestas vivas e na construção de uma política climática que não seja pautada exclusivamente no mercado de carbono.

5 AGROECOLOGIA E OS MODOS DE VIDA TRADICIONAIS CONTRA A INTENSIFICAÇÃO AGRÍCOLA E OS MODELOS EMPRESARIAIS DE CONSERVAÇÃO

Durante os encontros temáticos, foi possível notar um esforço em estabelecer diferenciações radicais, com base nas experiências de cada território, entre o processo de mercantilização de bens comuns e da natureza e as tecnologias de conservação que envolvem o manejo da biodiversidade e a recuperação de áreas degradadas a partir de uma perspectiva agroecológica. Também foi bastante reafirmado nesse momento o distanciamento do modelo desenvolvimentista baseado no avanço do agronegócio e sua logística de destruição da natureza e dos territórios.

No Encontro Temático de Sistemas Agroflorestais (SAFs), conduzido pela coordenadora geral do Fundo Dema, Graça Costa, e pelo representante do Movimento Camponês Popular (MCP), Marcio Silva Ramos, foram feitos vários apontamentos que destacam a importância e a diversidade dos SAFs na Amazônia em oposição aos modelos empresariais padronizados. Nesse sentido, um dos principais questionamentos levantados foi: o que mais o conceito de SAFs pode comportar, sobretudo a partir da perspectiva da bioeconomia? De acordo com Marcio, o uso o conceito de SAFs não pode prescindir do princípio da agrobiodiversidade, que une conhecimentos sobre produção agrícola e manejo florestal, contrariando determinadas apropriações do termo para classificar arranjos baseados na introdução de espécies florestais exógenas, como o Paricá e o Eucalipto.

Nesse sentido, é preciso disputar o verdadeiro sentido dos SAFs, diferenciando os modelos comunitários daqueles desenvolvidos pelo

mercado a partir da bioeconomia, já que estes têm como finalidade principal a compensação de emissões de GEE por pagamento de serviços ambientais, enquanto os sistemas agroflorestais das comunidades tradicionais têm como principal fundamento a segurança alimentar a partir da biodiversidade.

Por conta disso, o termo agrofloresta também é muito utilizado entre as organizações comunitárias, como forma de diferenciar as concepções nativas de manejo das concepções empresariais, visto que as primeiras não visam “controlar ou explorar o mundo animal e vegetal por meio de confinamentos, uso de insumos químicos, entre outras técnicas ‘modernas’ que aniquilam a diversidade da vida [...]”, e, ao contrário, “[...] se erguem na habilidade de articular múltiplas relações interespecies” (Lima; Oliveira; Shiratori, 2021, p. 21). Durante a exposição das experiências, foi possível constatar como os diversos saberes tradicionais e ancestrais inter-relacionam-se e relacionam-se com o mundo “externo” na composição de uma forma de governança socioambiental e territorial oposta ao modelo normativo globalizado e com novas lógicas comerciais e organizacionais criadas pelas comunidades (Emperaire, 2021). Segue, portanto, o sentido inverso do modelo empresarial padronizado de sistemas agrícolas, a exemplo das extensas monoculturas do agronegócio, bem como do próprio mercado de carbono.

Nesse sentido, Claudécir Ribeiro Dantas, do Grupo de Trabalhadoras Artesanais e Extrativistas (GTAE), relatou o trabalho que a organização vem realizando no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Praia Alta Piranhiera, em Nova Ipixuna, sudeste do Pará, onde as lideranças José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo foram executadas a tiros no ano de 2011. O desenvolvimento de sistemas agroflorestais nos lotes pelo GTAE opõe-se diretamente à dinâmica de intensificação agrícola e expansão da agropecuária predominantes naquela região, que estabelecem usos restritos para as áreas extensas. Ao contrário disso, pauta-se na diversificação da produção do assentamento, potencializando o manejo de espécies florestais ameaçadas e fortalecendo a autonomia das comunidades envolvidas.

Isso produz uma ruptura da dependência socioeconômica do mercado, que se assenta nos princípios de soberania territorial e alimentar dos povos que as agroflorestas/SAFs devem ensinar, com autonomia e controle sobre os processos produtivos, com destaque às sementes, já que o agronegócio também tem procurado se apropriar cada vez mais dessa diversidade, determinando o que deve ser plantado e padronizando os tipos de cultivo. Ao contrário da perspectiva do agronegócio, o relato das experiências

demonstrou que as agroflorestas/SAFs desenvolvidas pelos povos da floresta baseiam-se no princípio do autoconsumo, o que, em si, já revela uma grande diversidade de arranjos, pois envolvem espécies como açaí, mandioca, cacau, castanha-do-pará, taperebá, milho, arroz, feijão, abóbora e outras espécies agrícolas e florestais.

Neida Rego, da Associação das Famílias da Casa Familiar Rural do Lago Grande do Curuai, Baixo Amazonas, relatou, durante o Encontro Temático de Criação de Abelhas, que, mediante a ameaça direta dos agrotóxicos e das mudanças climáticas, os comunitários passaram a desenvolver muito mais o conceito de agroflorestas/SAFs, também como estratégia de defesa das abelhas e da biodiversidade. De acordo com os presentes, no contexto das regiões de atuação do Fundo Dema, as abelhas são responsáveis pela polinização de 94% das espécies florestais e 35% das espécies de lavoura, exercendo, portanto, um papel fundamental na manutenção da biodiversidade e potencializando a diversificação da produção das comunidades. Os benefícios diretos dessa associação entre criação de abelhas e agroflorestas começam pela garantia de segurança alimentar com uma variedade de produções direcionadas para o autoconsumo das comunidades, mas também para a comercialização.

Contudo, segundo o Instituto Socioambiental, apesar da importância das comunidades tradicionais, os produtos da sociobiodiversidade ainda ocupam um pequeno espaço na economia formal, em razão do acesso limitado ao capital e à informação, infraestrutura deficiente, problemas de gestão administrativa e falta de apoio dos poderes públicos (Instituto Socioambiental, 2017). Por conta disso, as organizações têm cada vez mais se ocupado em criar e estimular os processos de comercialização a partir da construção social de mercados que:

[...] reforçam a autonomia dos agricultores e agricultoras, dinamizam as economias locais, promovem a aproximação entre agricultores/as e consumidores/as, valorizam as culturas alimentares locais e incentivam redes alimentares alternativas de forma justa e solidária (Lima; Moura; Wohlfahrt, 2022, p. 3).

Nesse sentido, de acordo com Empeaire (2021), há um afastamento dos modelos econômicos hegemônicos. Como exemplo disso, destaca-se o Projeto “Fortalecimento e consolidação da gestão da Rede de Cantinas e Mini Usinas da Terra do Meio” (região da Transamazônica/Xingu), desenvolvido pela Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Iriri (AMORERI),

que visa viabilizar e fortalecer a Rede de Cantinas e Mini Usinas da Terra do Meio e sua gestão. De acordo com a Rede Xingu+:

A cantina consiste em um entreposto administrado pelos próprios beiradeiros, onde eles se abastecem de mercadorias, vendem sua produção sem realizar grandes deslocamentos e, mais importante, recebem em dinheiro ou mercadoria no momento de entrega do produto. Além disso, podem adquirir previamente as mercadorias necessárias para seu trabalho na mata e para abastecimento de sua família durante o período de coleta, bem como receber pela produção no momento em que entregam o produto no beiradão. Esses coletivos gerenciam capital de giro próprio que viabiliza essa produção e comercialização de forma transparente e autônoma. Estão espalhadas em toda a região da Terra do Meio e baixo Xingu. Além de mercadorias, é por meio das cantinas que circulam informações sobre a gestão do território, incluindo proteção e monitoramento das áreas protegidas, iniciativas de educação e saúde (Rede Xingu +, s.d.).

Ao todo, o projeto beneficia 18 comunidades nas RESEX Riozinho do Anfrísio, Rio Iriri e Rio Xingu. A Rede é formada, ao todo, por 14 cantinas e 4 miniusinas distribuídas entre os territórios. As cantinas têm possibilitado às comunidades uma melhor organização da produção e, conseqüentemente, uma melhor comercialização, que sempre foi um grande desafio à valorização dos produtos.

A organização em uma Rede mais ampla permitiu uma escala de produção para negociar a maior parte da produção que anteriormente não tinha venda ou não obtinha bons preços com grandes compradores. A força política da coletividade da Rede permitiu que essas negociações com grandes compradores fosse benéfica para os produtores conseguindo bons contratos, em termos de preços e respeito à forma de produzir local (Amoreri, 2019).

Os principais produtos comercializados têm como base a Castanha-do-Pará, Copaíba, Borracha e Babaçu. Essa diversidade é pensada como forma de responder à sazonalidade das espécies. As comunidades das RESEX possuem um grande conhecimento em relação às espécies vegetais. De acordo com Rezende (2021, p. 48), “[...] há as ‘plantas’, que são as espécies vegetais efetivamente cultivadas pelas pessoas, e outras que crescem pelas matas e capoeiras sem manejo humano direto. Dentre elas estão os ‘matos’ e as plantas úteis”.

Só no Riozinho do Anfrísio os ribeirinhos conhecem e manejam mais de 200 espécies, um número de espécies úteis conhecidas semelhante ao de povos indígenas (Silva, 2016). Essa diversidade de conhecimentos

associados às espécies vegetais também é presente nas roças, quintais e terreiros. No Iriri uma única família chega a cultivar mais de 50 tipos de plantas, entre espécies e variedades (Silva, 2018). Nas roças estão diversos cultivos, como milho, abóbora, maxixe e muitos outros. Mas o predomínio é das mandiocas. Há as “mandiocas brabas”, utilizadas na produção de farinha, bolo, mingau, tapioca e tucupi, e as “mandiocas mansas”, ou “macaxeiras”, consumidas cozidas. No Riozinho do Anfrísio foram registradas roças únicas com até 18 tipos de plantas, entre espécies e variedades (Machado, 2018). No Iriri foram registradas mais de 25 variedades conhecidas de mandiocas (Isa, 2017, p. 312); (Rezende, 2021, p. 48).

As RESEX do Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio sofrem com a extração ilegal de madeira, grilagem de terra e garimpos ilegais. Em 2019, foram identificadas pistas de pouso e garimpos de cassiterita e ouro no centro da RESEX, na região do Lajeiro, próxima ao polo Manelito - local de grande circulação e referência para os beiradeiros (Rede Xingu+, s.d.). Durante os quatro anos do governo Bolsonaro, especialmente durante a pandemia de Covid-19, as comunidades enfrentaram muita violência e degradação ambiental com o avanço dos madeireiros e dos garimpos em seus territórios. Em razão do isolamento social e da suspensão de atividades produtivas e políticas, os comunitários das RESEX tiveram suas fontes de renda seriamente afetadas, o que provocou uma adesão significativa de moradores ao garimpo e à extração ilegal de madeira.

Nesse contexto, o fortalecimento da Rede de Cantinas dos povos indígenas e tradicionais da Terra do Meio tem sido de suma importância para a recuperação econômica desses povos e consequente proteção de seus territórios, uma vez que os problemas econômicos, além de provocarem o aumento das práticas ilegais, também são determinantes no êxodo dessas populações em direção às regiões periféricas das cidades, fragilizando as comunidades diante do avanço de atividades ilegais.

Também no campo da economia da agroecologia, outra questão bastante ressaltada durante o encontro trata do estímulo a uma maior adesão desses produtos por mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que deve ser incentivado e facilitado para aumentar o alcance socioeconômico da produção agroecológica. Da mesma forma, é necessário também o estímulo à construção de novos mercados e de circuitos curtos de comercialização. Por meio disso, seria possível reforçar a autonomia das

comunidades e a defesa dos territórios com a dinamização das economias locais e a valorização das culturas alimentares tradicionais e ancestrais.

Como contribuição política à formação da Articulação Paraense de Agroecologia, as organizações comunitárias destacaram a necessidade de ações de ampliação do consumo das produções agroecológicas na sociedade de uma forma mais geral, como forma também de valorizar a floresta viva e garantir o acesso mais democrático da população a alimentos de base nutricional importantes e livres de venenos. Nesse sentido, destacou-se que o uso das tecnologias agroecológicas deve ser colocado de forma relevante como proposta de combate à fome na Amazônia e no Brasil com qualidade nutricional e contra a padronização da alimentação pelo agronegócio. Enquanto proposta de conservação e uso sustentável das florestas para fazer frente à crise climática e seus impactos, a Articulação posiciona a agroecologia como parte estruturante de um projeto de sociedade com respeito aos conhecimentos tradicionais e garantia de direitos territoriais e das bases necessárias para o bem-viver dos povos da Amazônia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência climática de dimensões globais da contemporaneidade impõe o desafio de reconhecer a importância dos conhecimentos de povos tradicionais para a constituição e manutenção da biodiversidade e sua capacidade de inovação diante das transformações socioambientais impostas pelos eventos climáticos extremos. Por conta disso, ao longo de toda a publicação, procurou-se destacar como esses conhecimentos e modos de produção e manejo tradicionais podem contribuir com a construção de uma governança socioterritorial que garanta soluções efetivas para os problemas causados pela exploração predatória das florestas e pelas mudanças climáticas na Amazônia.

Nesse sentido, o I Encontro Paraense de Agroecologia demonstrou alguns direcionamentos possíveis no que tange à concepção de políticas públicas de conservação das florestas que considerem e reconheçam a importância dos territórios tradicionalmente ocupados. A formulação de uma rede de organizações e comunidades, a Articulação Paraense de Agroecologia, expressa esse movimento em direção à política por meio de uma perspectiva que visa combater questões estruturais da sociedade brasileira e seu modo histórico de violência contra povos indígenas, quilombolas e tradicionais.

As ameaças são muitas e expandiram-se por meio invasões ilegais, desmatamento, grilagem, genocídios, espoliação e expulsão de povos originários, problemas que foram reforçados historicamente pelas políticas de terra no Brasil que sempre favoreceram a concentração fundiária e a injustiça no campo. Isso constitui o que Almeida (1992) chama de sistema agrário repressivo, no qual a violência é um efetivo instrumento de controle e coerção direcionado às faixas de terras de camponeses, indígenas e quilombolas, além de outras ocupações tradicionais. A concepção das extensas fazendas se atualiza hoje na produção industrial de grãos e outras monoculturas, na ampliação assustadora da pecuária e na mineração em larga escala, além do garimpo ilegal e da exploração madeireira. Em função disso, há também o crescimento da infraestrutura logística ligada aos interesses de grandes corporações, e o Estado e os governos têm papel fundamental, com a instalação de hidrovias, ferrovias, portos, hidrelétricas, que negam e negligenciam as vidas amazônicas, ameaçando direitos e impondo a perda de territórios, culturas alimentares e saberes ancestrais.

Por isso, as organizações afirmam que é imperativo proteger os territórios tradicionalmente ocupados, como forma de garantir as bases de sobrevivência das florestas na Amazônia e a possibilidade de uma alimentação livre de venenos e ultraprocessados. De acordo com Almeida (2008), o exercício de atividades produtivas e as diferentes formas de manejo da natureza entre os povos tradicionais estão diretamente relacionados aos seus direitos territoriais pois fortalecem o seu grau de coesão e solidariedade face a antagonistas e situações de extrema adversidade e conflito. São formas de reforçar politicamente suas redes de solidariedade diante dos avanços sofridos historicamente pelos territórios tradicionalmente ocupados.

A terra e os direitos territoriais orientam, portanto, a atuação política de organizações, movimentos sociais e comunidades frente ao avanço de atividades predatórias. Há, nesse sentido, diversas ações em desenvolvimento que visam fortalecer a luta nos territórios, destacando a necessidade de garantir o cumprimento de processos de reconhecimento, como as titulações coletivas e as demarcações de Terras Indígenas, previstos na Constituição Federal de 1988 e legislações correlatas.

Outros mecanismos de proteção dos territórios também vêm sendo mobilizados como forma de defesa e como parte de uma estrutura de governança dos povos. É o caso da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada no Brasil pelo Decreto nº 5.051/04 (Brasil, 2004), que amplia as noções estabelecidas na Constituição Federal

de 1988, reforçando a necessidade de que os povos indígenas e tradicionais assumam o controle de suas próprias instituições e formas de vida e definam sua própria forma de desenvolvimento econômico, fortalecendo suas identidades, línguas e religiões. As premissas da Convenção 169 vêm subsidiando a elaboração dos Protocolos de Consulta Prévia, Livre e Informada por diversas comunidades ao longo da Amazônia paraense. São concebidos como documentos com o conjunto de diretrizes que rege as relações sociais, econômicas e políticas das comunidades com agentes externos, sejam públicos ou privados. São fundamentais para frear as investidas de grandes empresas que visam expandir suas atividades sobre terras tradicionalmente ocupadas.

O manejo da natureza com base nos conhecimentos tradicionais também vem sendo respaldado pela construção de Planos de Gestão Territorial, Planos de Uso e Planos de Manejo Comunitário, que são instrumentos que ajudam na gestão dos territórios e da natureza a partir do estabelecimento de regras de uso dos recursos e proibições para as ações predatórias como o uso de agrotóxicos, a extração ilegal de madeira e o garimpo. Durante o encontro de agroecologia, o debate em torno desses mecanismos também apresentou preocupação quanto à forma de definir regras para o avanço do mercado de carbono e outras formas de financeirização da natureza. Portanto, esses instrumentos possibilitam fortalecer processos de decisão autônomos sobre os territórios diante das velhas e “novas” ameaças que hoje afetam a Amazônia em meio à emergência climática.

Nesse sentido, os povos indígenas, quilombolas e tradicionais posicionam-se como enunciadores de saberes, diagnósticos e soluções possíveis para os problemas provocados pela exploração predatória da natureza na Amazônia e as implicações das mudanças climáticas na região, sendo notável o quanto as experiências nos territórios organizam-se enquanto sistemas de conhecimento e modos de governança cada vez mais consistentes, mostrando, de forma sistemática, com a pedagogia do território, que é possível que esse conhecimento seja incorporado cada vez mais nas políticas públicas, seja de proteção das florestas e seus povos, seja como forma de se contrapor à padronização dos sistemas alimentares, ou, ainda, como forma de combater os efeitos das mudanças climáticas na Amazônia. Trata-se de um projeto de sociedade, que tem, portanto, “[...] a vida como centro e a soberania como princípio do exercício de poder popular nos territórios amazônicos” (Carta Compromisso, 2023, p. 5).

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, A.; RODRIGUES, L.; CASTRO, I. **Nota Técnica Amazônia em chamuscas**: o que queima e onde. Belém: IPAM, 2020. Disponível em: <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2020/08/NT5-pt-final.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2022.
- ALMEIDA, A. W. B. O intransitivo da transição: o estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1989). In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. E. (org.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. 2. ed. Belém: CEJUP: MPEG, 1992. p. 117-138.
- ALMEIDA, A. W. B. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008.
- AMORERI. **Projeto de Fortalecimento e consolidação da gestão da Rede de Cantinas e Miniúsinas da Terra do Meio**. Altamira: Amoreri, 2019.
- AS FLORESTAS podem fornecer 30% da solução para manter o aquecimento global abaixo de 2º C. **Global Forest Watch**, [s. l.], s.d. Disponível em: <https://www.globalforestwatch.org/topics/climate/#intro>. Acesso em: 01 abr. 2024.
- BASSO, G. Seca na Amazônia transforma paisagem tropical em deserto. **DW**, São Paulo, 16 out. 2023. Natureza e Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/seca-na-amaz%C3%B4nia-transforma-paisagem-tropical-em-deserto/a-67110708>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- BOULTON, C.A., LENTON, T.M. & BOERS, N. Pronounced loss of Amazon rainforest resilience since the early 2000s. **Nat. Clim. Chang.**, [s. l.], Vol. 12, p. 271-278, 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.
- CAMINHO sem volta: seca é alerta para destruição irreversível da Amazônia. **ECO A UOL**, São Paulo, 20 out. 2023. Crise climática. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eco/ultimas-noticias/2023/10/20/caminho-sem-volta-seca-e-alerta-para-destruicao-irreversivel-da-amazonia.htm>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CARTA COMPROMISSO. **Encontro Paraense de Agroecologia**. Santarém: Articulação Paraense de Agroecologia, 2023. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Carta-Compromisso-compactado.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2024.

CARTA DE BELÉM. **Quem ganha e quem perde com o REDD e Pagamento por Serviços Ambientais?** Brasília, DF: Grupo Carta de Belém, 2011. Disponível em: <https://www.cartadebelem.org.br/wp-content/uploads/2020/07/quem-ganha-quem-perde.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2024.

CASAS flutuantes encalham em rio que secou no Amazonas; embarcações levam mais tempo em viagens. **G1**, São Paulo, 29 set. 2023. Bom Dia Brasil. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/09/29/casas-flutuantes-encalham-em-rio-que-secou-no-amazonas-embarcacoes-levam-mais-tempo-em-viagens.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CASTRO, E.; HÉBETTE, J. (Org.). **Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 1989. 252 p. (Cadernos NAEA) ISBN 8571430012.

CAVALEIRO, D. Rio Tapajós está 38 centímetros abaixo da seca histórica de Santarém. **G1**, Santarém, 08 out. 2023. Santarém e região. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2023/10/08/rio-tapajos-esta-a-38-centimetros-da-seca-historica-de-santarem.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CUNHA, M. C.; MAGALHÃES, S. B.; ADAMS, C. (org.). **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças**. São Paulo: SBPC, 2021.

EL NIÑO provoca seca e coloca 42 rios na Amazônia e no Pantanal em estado crítico. **Terra**, São Paulo, 28 set. 2023. Planeta. Disponível em: https://www.terra.com.br/planeta/noticias/el-nino-provoca-seca-e-coloca-42-rios-na-amazonia-e-no-pantanal-em-estado-critico,fe35741ffaacf22ab924a43f5df47bf1z88hb2u0.html?utm_source=clipboard. Acesso em: 10 fev. 2024.

EMPERAIRE, L. Gerar, Cuidar e Manter a Diversidade Biológica. *In*: CUNHA, M. C.; MAGALHÃES, S. B.; ADAMS, C. (org.). **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças**. São Paulo: SBPC, 2021. p. 14-55.

FARIAS, E. Seca no Amazonas deixa cidades isoladas e com escassez de alimento. **Amazônia Real**, Manaus, 22 set. 2023. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/seca-no-amazonas-deixa-cidades-isoladas-e-com-escassez-de-alimento/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

FUNDO DEMA. Fundo Dema realiza encontros temáticos em evento de agroecologia no Pará. **Fundo Dema**, Belém, 2023. Disponível em <https://www.fundodema.org.br/encontro/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

HAMDAN, A. A. Rio Negro vive seca histórica, e São Gabriel da Cachoeira corre risco de apagão. **Instituto Socioambiental**, São Paulo, 19 out. 2023. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/rio-negro-vive-seca-historica-e-sao-gabriel-da-cachoeira-corre-risco-de>. Acesso em: 10 fev. 2024.

INPE. Taxas de desmatamento da Amazônia Legal: 2020, 2021, 2022 e 2023. **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**, São José dos Campos, 2024. Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 14 fev. 2024.

ISA. **Xingu: histórias dos produtos da floresta**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017.

LIMA, A. G. M.; OLIVEIRA, J. C.; SHIRATORI, K. Conhecimentos Associados à Biodiversidade. *In*: CUNHA, M. C.; MAGALHÃES, S. B.; ADAMS, C. (org.). **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças**. São Paulo: SBPC, 2021. p. 16-88.

LIMA, L. B.; MOURA, F. A. G.; WOHLFAHRT, L. **Caderno de Formação: caminhos da comercialização da agricultura familiar, agroextrativista e agroecologia**. Belém; Cáceres: FASE: Fundo Dema: Fundo Amazônia, 2022.

MAIS de 150 botos morrem no interior do Amazonas devido à seca extrema. **Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade**, Brasília, DF, 16 out. 2023. Notícias. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/mais-de-150-botos-morrem-no-interior-do-amazonas-devido-a-seca-extrema>. Acesso em: 10 abr. 2024.

MPF recomenda estudo para avaliar declaração de emergência diante da seca na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (PA). **Ministério Público Federal**, Brasília, DF, 16 out. 2023. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-recomenda-estudo-para-avaliar-declaracao-de-emergencia-diante-da-seca-na-reserva-extrativista-tapajos-arapiuns-pa>. Acesso em: 10 fev. 2024.

MUNICÍPIO com a maior população indígena do Amazonas é o primeiro a entrar em racionamento de energia por causa da seca. **G1**, São Paulo, 21 out. 2023. *Jornal Nacional*. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/10/21/municipio-com-a-maior-populacao-indigena-do-amazonas-e-o-primeiro-a-entrar-em-rationamento-de-energia-por-causa-da-seca.ghtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_content=post&utm_campaign=jn. Acesso em: 10 fev. 2024.

NA AMAZÔNIA, mais de 100 botos morrem por causa de seca extrema. **ClimaInfo**, [s. l.], 26 out. 2023. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2023/10/02/na-amazonia-mais-de-100-botos-morrem-por-causa-da-seca-extrema/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

NUNES, A. **Conservação, biodiversidade e bioeconomia: discursos neoliberais e a ecologia da plantation da soja na Amazônia**. 2022. Tese (Doutorado em Ciência: Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, 2022. *No prelo*.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Como as árvores da Amazônia são capazes de garantir a chuva em outras partes do país?** São Paulo, 21 set. 2023a. Instagram: @observatoriodoclima. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CxdllKLyPEH/?igshid=MTC4MmM1Yml2Ng%3D%3D&img_index=1. Acesso em: 03 fev. 2024.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Análise das Emissões de Gases de Efeito Estufa e suas implicações para a metas climáticas do Brasil (1970-2021)**. São Paulo: Observatório do Clima, 2023b. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/03/SEEG-10-anos-v4.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

OVIEDO, A. F. P.; DOBLAS, J. **As florestas precisam das pessoas**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2022. Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/m9d00064.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2024.

PEREIRA, J. Seca deixa comunidades indígenas isoladas após seca histórica no Amazonas. **InfoAmazônia**, [s. l.], 26 out. 2023. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2023/10/26/seca-deixa-comunidades-indigenas-isoladas-apos-vazante-historica-no-amazonas/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

REDE XINGU +. Economia da Floresta: rede de cantinas. **Xingu+**, [s. l.], s.d. Disponível em: <https://www.xingumais.org.br/iniciativa/Rede%20de%20Cantinas?id=453>. Acesso em: 07 fev. 2024.

REZENDE, R. Ribeirinhos da Terra do Meio (PA): classificações de animais e plantas. *In*: CUNHA, M. C.; MAGALHÃES, S. B.; ADAMS, C. (org.). **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças**. São Paulo: SBPC, 2021. p. 47-49.

SASSINE, V. Seca extrema faz rios Negro e Solimões atingirem mínimas históricas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 out. 2023. Clima. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/10/seca-extrema-faz-rios-negro-solimoes-amazonas-e-madeira-atingirem-minimas-historicas.shtml>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SECA severa no Amazonas já afeta mais de meio milhão de pessoas, aponta Defesa Civil. **G1**, Manaus, 16 out. 2023. Amazonas. Disponível em: https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/10/16/seca-severa-no-amazonas-ja-afeta-mais-de-meio-milhao-de-pessoas-aponta-defesa-civil.ghtml?mc_cid=2c01606775&mc_eid=d8dc55f01c. Acesso em: 10 fev. 2024.

SINIMBÚ, F. Rio Madeira tem menor nível em 56 anos, diz Agência Nacional de Águas. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 10 out. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-10/rio-madeira-tem-menor-nivel-em-56-anos-diz-agencia-nacional-de-aguas>. Acesso em: 10 fev. 2024.

TERRA BRASILIS. Sala de situação. **Terra Brasilis – INPE**, São José dos Campos, 2023. Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/ams/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

TOURINHO, M. Desenvolvimento sustentável: um modelo (teórico) ou uma ideologia ecocêntrica? *In*: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (org.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. 2. ed. ver. Belém: UNAMAZ/NAEA-UFPA, 2006. p. 9-15.

VIEIRA, S. Vídeo: Mortandade de peixes em igarapé de Alenquer, no PA, preocupa comunidades ribeirinhas. **G1**, Santarém, 19 out. 2023. Santarém e região. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2023/10/19/video-mortandade-de-peixes-em-igarape-de-alenquer-no-pa-preocupa-comunidades-ribeirinhas.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2024.

YARED, D. Santarém e outros municípios da região vivem situação de calamidade pública devido a seca extrema. **Tapajós de Fato**, Santarém, 11 out. 2023. Disponível em: <https://tapajosdefato.com.br/noticia/1248/santarem-e-outros-municipios-da-regiao-vivem-situacao-de-calamidade-publica-devido-seca-extrema>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ZORZETTO, R. Um rio que flui pelo ar. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 158, abr. 2009. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/um-rio-que-flui-pelo-ar/>. Acesso em: 27 jan. 2024.

Submissão: 05/07/2023 • Aprovação: 09/04/2024



Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 1 • jan-abr. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536





SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PROFESSORES E PAIS DE ALUNOS DE UMA ESCOLA EM TUCUMÃ-PA



FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY OF TEACHERS AND PARENTS OF STUDENTS AT A SCHOOL IN TUCUMÃ-PA

Ellen Cristina Borges do Santos  

Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), São Paulo, SP, Brasil

Johnny Amaral Lima  



Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), São Paulo, SP, Brasil

Vitoria Maximo  

Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), São Paulo, SP, Brasil

Maria Luzinete Rodrigues da Silva  

Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), São Paulo, SP, Brasil

Marcia Maria Hernandes de Abreu de Oliveira Salgueiro  

Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

Objetivou-se avaliar a segurança alimentar e nutricional de professores e pais de alunos de uma escola privada em Tucumã-Pará e as correlações com as condições socioeconômicas. Tratou-se de um estudo transversal realizado em uma escola privada. Aplicou-se a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e realizado o levantamento de variáveis sociodemográficas. Participaram 58 adultos entre 18 e 58 anos, a maioria era do sexo feminino (79,3%), de classe socioeconômica B (46,6%) e com excesso de peso (50,0%). A prevalência de insegurança alimentar de professores e pais de alunos foi de 44,8%, sendo que 48,3% participavam de programas de distribuição de renda. Houve correlação negativa inversa e significativa entre o escore da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar com a escolaridade ($r=-0,409$ e $p=0,001$) e a classe socioeconômica ($r=-0,481$ e $p=0,000$) e correlação positiva e significativa entre o escore da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e a participação em programas de transferência de renda ($r=0,304$ e $p=0,020$). Os participantes com melhor escolaridade e classe socioeconômica apresentaram menor insegurança alimentar, enquanto os que participavam de programas de transferência de renda tiveram maior incidência.

Palavras-chave: segurança alimentar e nutricional; estado nutricional; escala brasileira de insegurança alimentar; promoção da saúde.

ABSTRACT

The objective was to evaluate the food and nutritional security of teachers and parents of students from a private school in Tucumã - Pará and correlations with socioeconomic conditions. This was a cross-sectional study carried out in a private school. The Brazilian Food Insecurity Scale was applied and sociodemographic variables were surveyed. 58 adults between 18 and 58 years participated, most were female (79.3%), of socioeconomic class B (46.6%) and overweight (50.0%). The prevalence of food insecurity among teachers and students parents was 44.8%, being that 48.3% participating in income distribution programs. There was an inverse and significant negative correlation between the score of the Brazilian Food Insecurity Scale and schooling ($r=-0.409$ and $p=0.001$) and socioeconomic class ($r=-0.481$ and $p=0.000$) and a positive and significant correlation between the score of the Brazilian Food Insecurity Scale and participation in income transfer programs ($r=0.304$ and $p=0.020$). Participants with better education and socioeconomic class had lower food insecurity, while those who participated in income distribution programs had a higher incidence.

Keywords: food and nutritional security; nutritional status; brazilian food insecurity scale; health promotion.

1 INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) está relacionada com os mais distintos tipos de interesses e essa visão, de fato, tem sido tópico de discussão por várias frentes da sociedade no Brasil e a nível global. Ademais, o conceito desenvolve novos significados à medida que evolui a história e transforma a organização social e as relações de poder em uma sociedade (Morais; Sperandio; Priore, 2020).

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

A manufatura e o consumo de alimentos são primordiais para garantir a SAN, visto que, para além da fome, há insegurança alimentar e nutricional (IA) sempre que se produz alimentos sem respeito ao meio ambiente, utilizando-se de defensivos agrícola que prejudicam a saúde dos produtores e consumidores, desconsiderando o princípio da precaução, ou, ainda, quando há ações, contendo publicidade, que induz ao consumo de alimentos que deterioram a saúde ou que distanciam de hábitos tradicionais de alimentação (Zago, 2021).

Cenários de IA podem ser identificados a partir de diversos tipos de problemas, assim como fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, consumo de alimentos de procedência desconhecida ou prejudicial à saúde, estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente e bens essenciais com preços abusivos e imposição de padrões alimentares que não consideram a diversidade cultural (Ribeiro-Silva *et al.*, 2020).

Em um contexto global, a propagação da COVID-19 induziu consequências avassaladoras em diversos aspectos econômicos (OPAS, 2020). Dados do relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) de 2019 apontaram o crescimento da IA no mundo, indo de moderada a grave nos anos de 2014 a 2018 (FAO, 2019).

No Brasil, as classificações do grau de IA (leve, moderada e grave) estiveram presentes em 116,8 milhões de pessoas, comparado a 211,7 milhões da população geral brasileira. Tal dado é advindo de um acréscimo

no cenário já existente no país antes mesmo da chegada da COVID-19, que, desse modo, contribuiu para a piora dos níveis de IA (Santos *et al.*, 2021).

Nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, a IA é mais evidente do que nas regiões Sul e Sudeste, superando aproximadamente três vezes mais famílias expostas à classificação grave, consolidando a intensa desigualdade dentro do próprio país. Dados recentes do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN), realizado em 2022, confirmam que, na região Norte, a IA de nível grave estava em 25,7% e, na região Nordeste, em torno de 21,0%. Em contraposição, as regiões Sul e Sudeste enfrentaram de forma menos intensa os impactos das crises econômica, política e sanitária (Rede Penssan, 2022).

No Pará, apenas 38,8% da população se classifica em SAN (910 mil famílias), restando 61,2% das famílias paraenses (1.437 milhão de famílias) vivendo em algum nível de IA. Desses, 34,1% (800 mil famílias) foram classificados no nível leve; 16,1% (379 mil famílias) no nível moderado; e 11% (258 mil famílias) viviam em situação grave de acordo com os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE, 2020).

Diante disso, comunidades que viviam em condições socioeconômicas carentes ou mesmo em situações de miséria ou escassez e que utilizavam a agricultura familiar como sustento, tiveram acentuação na vulnerabilidade social com a pandemia pelo vírus COVID-19 (Schappo, 2021). E, ainda, não há dimensão da proporção das consequências a médio e longo prazo resultantes do aumento no desemprego e dificuldades na comercialização da agricultura familiar.

Os altos índices de IA do estado do Pará justificam a necessidade de pesquisas que avaliem a SAN e que possam contribuir para políticas públicas voltadas a essa temática. Este estudo teve por objetivo avaliar a SAN de professores e pais de alunos de uma escola privada na cidade de Tucumã - Pará e as correlações com as condições socioeconômicas.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Tratou-se de um estudo transversal descritivo com abordagem quantitativa. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) de acordo com o CAAE 32762820.8.0000.5377, Parecer número 4.130.018, e pela diretoria da escola.

A pesquisa ocorreu no segundo semestre de 2020 em uma escola privada de ensino básico da cidade de Tucumã, localizada no interior do

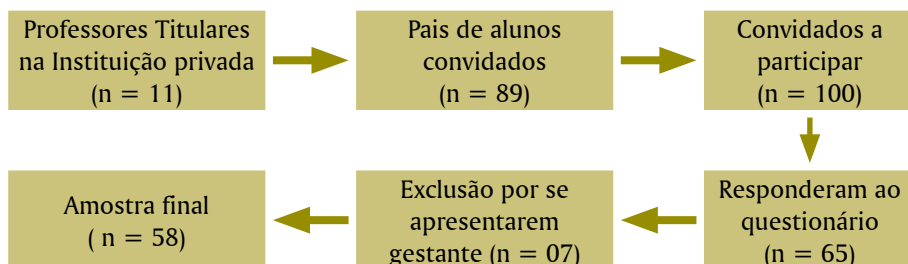
estado do Pará, na mesorregião do Sudeste Paraense. Essa escola oferecia na ocasião o ensino fundamental I e II com 11 professores titulares.

A população em Tucumã é de 39.550 habitantes e a densidade demográfica de 15,74 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que 38,9% dos residentes em domicílios possuem rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa (IBGE, 2023).

11 professores e 89 pais de alunos foram convidados através do *WhatsApp* para participar do estudo, totalizando 100 pessoas. Na sequência, enviou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, para aqueles que manifestaram interesse em participar, tiveram acesso ao preenchimento do questionário por meio do link do *Google Forms*.

O questionário foi respondido por 65 participantes e foram excluídas sete pessoas que estavam gestantes, totalizando uma amostra com 58 participantes.

Figura 1 – Fluxograma do processo amostral de professores e pais



Fonte: elaborado pelos autores, 2020.

O questionário continha dados autorreferidos de peso, estatura, idade, sexo, participação em programas de transferência de renda, número de residentes no domicílio, número de residentes que contribuíam com renda, classificação socioeconômica e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014).

O peso e a estatura autorreferidos foram utilizados para a classificação do estado nutricional segundo o Índice de Massa Corporal (IMC). Utilizou-se as recomendações da Organização Mundial de Saúde (WHO, 1995) que considera para adultos: magreza: $IMC < 18,5 \text{ kg/m}^2$; eutrófico: $IMC \geq 18,5$ e $< 25,0 \text{ kg/m}^2$; sobrepeso: $IMC \geq 25,0 \text{ kg/m}^2$ e $< 30,0 \text{ kg/m}^2$; e obesidade: $IMC \geq 30,0 \text{ kg/m}^2$.

A classificação socioeconômica seguiu a pontuação estabelecida pelo Critério de Classificação Econômica Brasil, classificando as classes econômicas em A, B1, B2, C1, C2 e D-E, que considera os bens de consumo no

domicílio (automóveis, eletrodomésticos), serviços públicos (esgotamento sanitário, pavimentação) e a escolaridade do chefe da família (ABEP, 2015).

No que se refere à avaliação da insegurança alimentar, este estudo utilizou a EBIA (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014) que foi projetada e validada para o Brasil por Segall-Corrêa (Segal-Corrêa *et al.*, 2004), que classifica as famílias em quatro categorias: (a) segurança alimentar (SA), (b) insegurança alimentar leve (IA leve), (c) insegurança alimentar moderada (IA moderada) e (d) insegurança alimentar grave (IA grave). A escala foi desenvolvida baseada em um questionário com 14 perguntas relativas à experiência nos últimos três meses de insuficiência alimentar em diferentes níveis de intensidade. Engloba desde apreensão de que a comida pode acabar até mesmo passar um dia inteiro sem comer.

As pontuações para domicílios com crianças são diferentes daquelas usadas para classificar os domicílios onde residem apenas adultos, porque nesses são utilizados apenas oito das quinze perguntas da escala. A resposta afirmativa do questionário equivale a um ponto, logo, o somatório de todas as respostas varia de 0 a 15 pontos para famílias com menores de 18 anos (classificação por pontuação: SA 0, IA leve 1 a 5, IA moderada 6 a 10 e IA grave 11 a 15) e de 0 a 8 pontos para famílias com maiores de 18 anos (classificação por pontuação: SA 0, IA leve 1 a 3, IA moderada 4 a 6 e IA grave 7 a 8) (Segal-Corrêa *et al.*, 2004).

Após a tabulação dos dados, os participantes receberam uma carta individual e sigilosa com a pontuação e classificação da EBIA (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014) contendo os dez passos para uma alimentação saudável de acordo com o Guia Alimentar para População Brasileira (Brasil, 2014).

Os dados foram tabulados em Excel e analisados com estatística descritiva no programa SPSS v.24 para Windows. A normalidade dos dados foi avaliada pelo método de Kolmogorov-Smirnov. As comparações entre os grupos (segurança alimentar vs. insegurança leve + moderada + grave) foram feitas pelo teste T de Student para amostras independentes ou Qui-quadrado. As associações entre a pontuação ou a classificação do instrumento e as demais variáveis foram feitas pelo teste de correlação de Pearson ou Spearman, e classificadas como segue: 0,0 a 0,19 - correlação muito fraca; 0,2 a 0,39 - correlação fraca; 0,4 a 0,69 - correlação moderada; 0,7 a 0,89 - correlação forte; 0,9 a 1,0 - correlação muito forte. Em todos os casos, o nível de significância estabelecido foi de 5%.

3 RESULTADOS

Avaliou-se 58 professores e pais entre 18 e 58 anos com média de idade de $30,31 \pm 9,36$ anos. A maioria era do sexo feminino (79,3%), de classe socioeconômica B (46,6%) e com excesso de peso (sobrepeso e obesidade) (50,0%) (Tabela 1). A média do IMC foi de $25,6 \text{ kg/m}^2 \pm 4,34 \text{ kg/m}^2$, variando de $14,8 \text{ kg/m}^2$ a $35,7 \text{ kg/m}^2$.

Tabela 1 – Características sociodemográficas e estado nutricional de professores e pais de alunos de uma escola privada em Tucumã - PA, 2020

| | | Variáveis | |
|-----------------------|------------------|-----------|------|
| | | n | % |
| Sexo | <i>Masculino</i> | 12 | 20,7 |
| | <i>Feminino</i> | 46 | 79,3 |
| Classe socioeconômica | <i>A</i> | 6 | 10,3 |
| | <i>B</i> | 27 | 46,6 |
| | <i>C</i> | 23 | 39,7 |
| | <i>D-E</i> | 2 | 3,4 |
| Classificação do IMC | <i>Magreza</i> | 2 | 3,4 |
| | <i>Eutrófico</i> | 27 | 46,6 |
| | <i>Sobrepeso</i> | 18 | 31,0 |
| | <i>Obesidade</i> | 11 | 19,0 |

Fonte: elaborado pelos autores, 2020.

A prevalência de algum grau de IA (leve e moderada) foi de 44,8%, enquanto a presença de menores de 18 anos do domicílio foi de 62,1%. Uma proporção de 39,7% dos chefes de família tem ensino superior completo. Percebe-se um equilíbrio na proporção de professores e pais de alunos que participaram de programas de distribuição de renda, um total de 48,3% (Tabela 2).

O número de residentes no domicílio foi de $3,64 \pm 1,36$, entre uma e sete pessoas e o número de residentes que contribuem com a renda foi de $1,88 \pm 0,839$, ficando com o mínimo de uma e máximo de quatro pessoas (dados não demonstrados).

Tabela 2 – Segurança alimentar e nutricional e participação em programas de transferência de renda de professores e pais de alunos de uma escola privada em Tucumã - PA, 2020 %

| | Variáveis | |
|---|-----------|------|
| | n | % |
| Classificação da Segurança Alimentar | | |
| <i>Segurança Alimentar</i> | 32 | 55,2 |
| <i>Insegurança Alimentar Leve</i> | 22 | 37,9 |
| <i>Insegurança Alimentar Moderada</i> | 4 | 6,9 |
| Presença de menores de 18 anos no domicílio | | |
| <i>Não</i> | 22 | 37,9 |
| <i>Sim</i> | 36 | 62,1 |
| Escolaridade do chefe da família | | |
| <i>Analfabeto / Fundamental I incompleto</i> | 4 | 6,9 |
| <i>Fundamental I completo / Fundamental II incompleto</i> | 3 | 5,2 |
| <i>Fundamental II completo / Médio incompleto</i> | 6 | 10,3 |
| <i>Médio completo / Superior incompleto</i> | 22 | 37,9 |
| Participação em programas de transferência de renda | | |
| <i>Não</i> | 28 | 48,3 |
| <i>Sim</i> | 28 | 48,3 |
| <i>Dois ou mais programas</i> | 2 | 3,4 |

Fonte: elaborado pelos autores, 2020.

Os resultados da análise de correlação entre os escores da EBIA e as variáveis de estudo mostraram correlação negativa inversa e significativa entre o escore da EBIA com a escolaridade e a classe socioeconômica, demonstrando que quem tem mais IA são as pessoas que têm menor escolaridade ($r=-0,409$ e $p=0,001$) e menor classificação socioeconômica ($r=-0,481$ e $p=0,000$). Houve correlação positiva e significativa entre o escore da EBIA e a participação em programas de transferência de renda ($r=0,304$ e $p=0,020$).

Tabela 3 – Correlações significantes entre o escore da pontuação da EBIA e a escolaridade, classe socioeconômica e participação em programas de transferência de renda de professores e pais de alunos de uma escola privada em Tucumã-PA, 2020

| Variável | r |
|---|---------|
| Escore da pontuação da EBIA x escolaridade | -0,409* |
| Escore da pontuação da EBIA x classe socioeconômica | -0,481* |
| Escore da pontuação da EBIA x participação em programas de transferência de renda | 0,304* |

*p < 0,05

Fonte: elaborado pelos autores, 2020.

4 DISCUSSÃO

O presente estudo investigou a ocorrência de IA entre professores e pais de alunos de uma escola privada de ensino básico em Tucumã-PA. Os principais resultados mostraram o predomínio de mulheres, adultas, de classe socioeconômica B, com excesso de peso e que cursaram o ensino médio completo ou o superior incompleto. De acordo com a EBIA (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014), os participantes com maior escolaridade e melhor classe socioeconômica apresentaram mais segurança alimentar e aqueles que participavam de programas de transferência de renda são as que têm maior IA (Ribeiro-Silva *et al.*, 2020).

Quanto ao estado nutricional avaliado pelo IMC, os resultados encontrados neste estudo de excesso de peso (50%) e obesidade (19%) estão abaixo dos valores apresentados pela Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico-2023 (Vigitel-2023) para a população adulta na capital do estado do Pará. Os dados observados em Belém apontam para 63,4% de excesso de peso e 25,7% de obesidade (Brasil, 2023).

De acordo com informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-2013 (PNAD), realizada no Brasil por meio da EBIA (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014), verificou-se que, naquela ocasião, o aumento de domicílios em SAN (77,4%) no país, sendo que os índices entre 2004 e 2009 eram de 65,1% e 69,8%, respectivamente. A IA leve, moderada ou grave está presente em aproximadamente 14,7 milhões de domicílios brasileiros (22,6%), na região Norte com prevalência de 36,1% e no estado do Pará cerca de 17,5% apresentam IA moderada ou grave (Brasil, 2014).

Nesta pesquisa, aproximadamente 45% das famílias estudadas se apresentaram em situação de IA e, destas, quase a totalidade classificada como IA leve, demonstrando, de modo geral, que o percentual de participantes em IA é superior ao retratado pela PNAD-2013 (Brasil, 2014)¹⁸ para a IA na região Norte. De acordo com o VIGISAN-2022, que apresenta dados coletados durante a pandemia da COVID-19, a IA leve para o Norte foi de 26,4% e a IA grave 25,7% (Rede Penssan, 2022). Os dados do presente estudo foram superiores para a IA leve (31,0%) e menores para a IA grave (6,9%).

O primeiro inquérito realizado pelo VIGISAN apresentou uma representação abrangente e preocupante da realidade da IA no país em 2020 (Rede Penssan, 2021). Já o segundo inquérito revela uma situação ainda mais grave para aqueles que sofrem com a fome no Brasil. De acordo com o VIGISAN-2022, a região Norte foi a mais atingida por essa escassez de alimentos e desigualdades sociais, seguida pela região Nordeste. Essa desigualdade refletiu negativamente, resultando no aumento da IA moderada ou grave com taxas mais altas em 2021/2022, sendo 45,2% no Norte e 38,4% no Nordeste. A fome tem caracterização de gênero, cor e grau de escolaridade, abrangendo 19,3% dos lares chefiados por mulheres, 10,2% dos lares chefiados por pessoas pardas/pretas e 22,3% dos lares chefiados por pessoas com baixa escolaridade (Rede Penssan, 2022).

A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS)-2006 (Brasil, 2009) e a PNAD-2013 (Brasil, 2014) identificaram que os chefes de família do sexo feminino e/ou pardos/negros de baixa escolaridade, além de domicílios com maior número de moradores indicam alto nível de vulnerabilidade à IA. Alguns desses aspectos foram verificados no atual estudo, que observou relação significativa entre o menor nível socioeconômico e de escolaridade com a IA.

Segundo Roseno, Santos e Pereira (2021), o grau de IA mais grave é prevalente nas famílias em que os chefes/mães não são alfabetizados ou os chefes são pensionistas, trabalhadores temporários ou desempregados.

Quanto aos programas de transferência de renda, Damião *et al.* (2021) em um estudo sobre as condicionalidades do Programa Bolsa Família, nos objetivos dos programas de transferência de renda, evidenciou-se a dificuldade de solucionar o problema da pobreza e da IA brasileira.

É importante ressaltar que, entre os achados do presente estudo, os participantes com melhor escolaridade e classe socioeconômica apresentaram menor grau de IA e aqueles que participavam de programas de

transferência de renda apresentaram maior grau de IA. Dados que também estão no último inquérito do VIGISAN (Rede Penssan, 2022).

Esse estudo apresentou algumas limitações como a amostra reduzida e o levantamento ter sido realizado em apenas uma escola privada do município de Tucumã. Ainda nessas condições foi possível verificar as relações entre a IA e os aspectos sociodemográficos apontados pela literatura. Destaca-se a importância dessa pesquisa porque foi conduzida durante a pandemia e mesmo sendo realizado em uma escola privada, onde a maioria dos participantes pertenciam à classe socioeconômica B e tinham boa escolaridade, verificou-se alta prevalência de IA, pois esse aumento de IA não está relacionada somente com o acesso aos alimentos, condições econômicas e escolaridade, mas também à vulnerabilidade social devido à classificação de gênero, cor e idade (Schott *et al.*, 2020).

A implementação de políticas públicas direcionadas à promoção da SAN favorece a harmonia de diversos setores do governo, integrando as funções públicas e compartilhando objetivos básicos. No entanto, novos problemas e dificuldades associados aos ajustes das políticas públicas aparecem em épocas de pandemia e demandam a criação de espaços para a idealização de novas diretrizes. É essencial a existência de articulações inter e intrasetoriais para permitir a elaboração e execução de políticas públicas que assegurem todos os direitos humanos e valores de igualdade, incluindo o acesso a uma alimentação saudável, preservação ambiental e promoção da saúde (Rede Penssan, 2022).

5 CONCLUSÃO

Os professores e pais do presente estudo apresentaram alta prevalência de IA, com dados superiores aos encontrados na região Norte de acordo com estudos populacionais, aqueles com melhor escolaridade e classe socioeconômica apresentaram menor IA, enquanto os que participavam de programas de transferência de renda tiveram maior IA.

As consequências sociais e econômicas deixadas pela pandemia demandam a médio e longo prazo um debate que admita a participação de diversos segmentos da sociedade civil como políticos, poder público, academia e principalmente a população mais vulnerável para a determinação de novas prioridades. Além da formulação e implementação de políticas públicas intra e intersetoriais continuadas e que priorizem todos os fatores e processos estruturais, as quais devem estar relacionadas às bases sociais

e econômicas dos municípios com foco no resgate dos direitos humanos e redução das desigualdades para melhorar a qualidade de vida e o acesso à alimentação adequada.

REFERÊNCIAS

ABEP. Questionário de Classificação Econômica Brasil. **Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa**, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.abep.org/g/criterio-brasil>. Acesso em: 22 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº. 11.346 de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11346.htm. Acesso em: 11 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006**: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. 300 p. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnds_crianca_mulher.pdf. Acesso em: 04 jun. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD): Segurança Alimentar 2013**. Rio de Janeiro: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014. 134 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>. Acesso: 04 jun. 2020.

BRASIL. **VIGITEL BRASIL 2023**: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel/vigitel-brasil-2023-vigilancia-de-fatores-de-risco-e-protecao-para-doencas-cronicas-por-inquerito-telefonico>. Acesso em: 13 mar. 2024.

DAMIÃO, J. J. *et al.* Condicionais de saúde no Programa Bolsa Família e a vigilância alimentar e nutricional: narrativas de profissionais da atenção primária à saúde. **Cadernos Saúde Pública (Online)**, [s. l.], v. 37, n. 10, p. e00249120, 2021.

FAO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2019. **Safeguarding against economic slowdowns and downturns**, Rome, FAO, 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2020.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020, 120 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101742.pdf>. Acesso em: 22 maio 2020.

IBGE. Censo 2022: População e Domicílios - Primeiros Resultados. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/tucuma/panorama>. Acesso em: 24 fev. 2024.

MORAIS, C. D.; SPERANDIO, N.; PRIORE, E. S. **Atualizações e debates sobre segurança alimentar e nutricional**. Viçosa, MG: UFV, 2020. 865 p. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Ebook-Atualiza%C3%A7%C3%B5es-e-debates-sobre-Seguran%C3%A7a-Alimentar-e-Nutricional-1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

OPAS. OMS afirma que Covid-19 é agora caracterizada como pandemia. **Organização Pan-Americana da Saúde**, [s. l.], 11 mar. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812. Acesso em: 10 maio 2021.

REDE PENSSAN. **VIGISAN**: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 06 maio 2021.

REDE PENSSAN. **II VIGISAN**: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2024.

RIBEIRO-SILVA, R. C. *et al.* Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.22152020>. Acesso em: 10 maio 2021.

ROSENO, C. M. R.; SANTOS, C. R. B., PEREIRA, A. S. Bancos de alimentos como estratégia de segurança alimentar e nutricional: potencialidades e desafios. **SEMEAR: revista de alimentação, nutrição e saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 33-35, 2021.

SANTOS, M. V. A. *et al.* Insegurança alimentar e nutricional: uma análise sobre as políticas públicas de interface com alimentação e nutrição em meio a pandemia por Sars-CoV-2. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021003, 2021.

SCHAPPO, S. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19. **Revista SER Social**, Santa Catarina, v. 23, n. 48, p. 28-52. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/32423. Acesso: 22 maio 2020.

SCHOTT, E. *et al.* Fatores associados à insegurança alimentar em domicílios da área urbana do estado do Tocantins, Região Norte do Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [s. l.], v. 23, p. e200096, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/PM9zqN3ddYZXXQFZYNxcrFP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 28 de fev. 2024.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional**. N.º 01/2014. Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>. Acesso em: 22 maio 2021.

SEGALL-CORRÊA, A. M. *et al.* **Acompanhamento e avaliação da segurança alimentar de famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação-Urbano/Rural**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004. Disponível em: http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/vru_unic.pdf. Acesso em: 26 abr. 2005.

WHO. **Physical status: the use and interpretation of anthropometry**. Geneva: WHO; Technical Report Series. 1995. v. 854 Disponível em <https://apps.who.int/iris/handle/10665/37003>. Acesso em: 22 maio 2020.

ZAGO, M. A. V. As implicações do cenário pandêmico do COVID-19 frente a Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão bibliográfica. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021008, 2021.

Submissão: 26/04/2022 • Aprovação: 09/02/2024





Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 1 • jan-abr. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536





COLETA SELETIVA EM ALGUNS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, BRASIL

SELECTIVE COLLECTION IN SOME MUNICIPALITIES
OF STATE OF PARÁ, BRAZIL

Samara Avelino de Souza França  

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil

Raphael Tobias de Vasconcelos Barros  

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil

RESUMO

Uma das alternativas de gestão de Resíduos Sólidos (RS) é a Coleta Seletiva (CS), ainda incipiente no Brasil, com percentual de 32% em 2021. Nesse escopo, este trabalho teve como objetivo analisar como tem sido realizada a CS no contexto de alguns municípios do Pará. Para tanto, foram seguidas duas etapas: 1) coleta e análise da opinião dos participantes da Pesquisa; e 2) coleta e análise de dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – Resíduos Sólidos 2021 (SNIS-RS 2021). Inicialmente foram identificados os órgãos municipais responsáveis pela gestão de RS nos municípios e enviado por *e-mail* roteiro com questões abertas relacionadas à temática, analisando as respostas com base nos instrumentos da Política Nacional de RS (CS e inclusão de catadores, planos de RS e educação ambiental); e na etapa 2 foram coletados informações e indicadores do SNIS-RS 2021, cuja análise se baseou na comparação entre os dados coletados no Sistema e as respostas dos participantes. A expansão da CS nos cinco municípios analisados tem sido lenta e realizada de forma significativa por catadores autônomos que atuam nos lixões, porém, os municípios têm buscado integrá-la a ações de educação ambiental nas escolas e estratégias de inclusão socioprodutiva dos catadores.

Palavras-chave: coleta seletiva; resíduos sólidos; municípios; Pará.

ABSTRACT

One of the alternatives of Solid Waste (SW) management is Selective Collection (SC), still in its infancy in Brazil, with a percentage of 32% in 2021. In this context, this work aimed to analyze how SC has been carried out in the context of some municipalities of Pará. To this end, two steps were followed: 1) collection and analysis of the opinion of the Survey participants; and 2) collection and analysis of data from the National Sanitation Information System - Solid Waste 2021 (SNIS-SW 2021). Therefore, the municipal agencies responsible for SW management in the municipalities were identified, and sent a script by email with open questions related to thematic, analyzing the responses based on SW National Policy instruments (SC and inclusion of collectors, SW plans, and environmental education); in stage 2, information and indicators were collected from the SNIS-SW 2021, the analysis of which was based on the comparison between data collected in the System and the participants responses. The expansion of SC in the five municipalities analyzed has been slow and carried out significantly by autonomous collectors who work in dumps, however, they have sought to integrate it with environmental education actions in schools and socio-productive inclusion strategies for waste pickers.

Keywords: selective collection; solid waste; municipalities; Pará.

1 INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) possui evidências dos princípios de sustentabilidade difundidos a partir da Conferência do Rio, em 1992 e, mais tarde, considerados nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), presentes na Agenda 2030. Entre eles, o Objetivo 12, mais especificamente a Meta 12.5 (até 2030, reduzir a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso) traduz estratégias de combate à crescente geração de RS.

A Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (GIRS) é uma peça crítica para o planejamento de cidades mais sustentáveis, saudáveis e inclusivas. Trata-se de uma abordagem sistemática para a gestão de resíduos, com priorização da redução, reutilização e reciclagem (Asefi; Lim, 2017). Ela surgiu na década de 1990, no contexto de conferências ambientais, buscando, além de soluções técnicas em Engenharia, uma gestão de RS ambiental, social e econômica que integrasse diferentes atores (Marshall; Farahbakhsh, 2013).

Além do mais, uma GIRS pressupõe que geradores, sociedade e demais responsáveis pelo gerenciamento de RS atuem juntos a outros órgãos municipais, já que cada um, direta ou indiretamente, relaciona-se com os resíduos, desde sua geração até sua disposição final.

Preconizada na PNRS (Brasil, 2010) e no Decreto Federal nº 11.043/2022 (Brasil, 2022a), a Coleta Seletiva (CS) exige que as entidades e atores sejam eficientes e sustentáveis, de maneira que seja estabelecida, no mínimo, a separação de resíduos secos e orgânicos, possibilitando que sejam posteriormente encaminhados para a reciclagem e/ou reinseridos no ciclo produtivo (Funasa, 2019).

Quanto à sua evolução, o diagnóstico mais recente do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) (Brasil, 2022b) revelou que a CS ainda é incipiente no país, pois da amostra de 4.900 municípios participantes, 3.332 (68%) afirmou não possuir nenhuma modalidade de CS. Aliás, há diferença entre as macrorregiões, estando a Norte com 11% (n = 42), menor percentual de municípios com CS e com uma massa recuperada de recicláveis secos *per capita* de 0,02 kg/hab.dia⁻¹, valor abaixo da média nacional.

Assim, a CS ainda precisa avançar muito, pois os dados do SNIS evidenciam uma evolução lenta passados 12 anos da PNRS. Mas para além da cobertura, faz-se necessário analisar sua qualidade e abrangência, pois nem o reciclável seco chega em condições de ser aproveitado e, a depender

das particularidades do município, é provável que a abrangência esteja principalmente nas áreas urbanas e/ ou nos bairros centrais.

Em comparação a outros países, o Brasil distancia-se da União Europeia, que reciclou 49,6% dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) (Eurostat, 2021). Paralelamente a outras nações da América Latina e Caribe, encontra-se dentro das taxas de reciclagem, compreendidas entre 1% e 20% (Savino *et al.*, 2018). Por exemplo, no Equador, cerca de 375.000 toneladas de RSU foram geradas por ano e estima-se que apenas 4% desse montante foi recuperado (Guerra; Cajas, 2022). Na Colômbia, a geração *per capita* em 2021 foi de 0,75 kg/hab/dia, sendo estimado apenas 3% de recuperação (CEPAL; DNP; CEMPRE Colômbia, 2021).

Nesse sentido, é fundamental que a população seja estimulada a participar mais ativamente da CS, pois incentiva o trabalho dos catadores e sua valorização, contribuindo com sua renda e fortalecendo as ações educativas (Cetrulo *et al.*, 2018; Vallin; Gonçalves-Dias, 2019). Assim, a integração e valorização dignas dos catadores na CS dos municípios são fundamentais para uma gestão de resíduos sustentável.

Nesse contexto, a Amazônia brasileira situa-se num patamar de especificidades (território de grande extensão, grandes distâncias entre as cidades, baixa densidade demográfica, altas taxas pluviométricas, predominância de rios e transporte via hidrovia) que – particularmente – influenciam no modo como deve ser aplicada a PNRS.

O estado do Pará possui considerável extensão territorial e baixa densidade populacional em comparação aos demais, registrando maior contingente populacional e, conseqüentemente, de geração de RSU, bem como predominância de transporte via hidrovia (Oliveira; Medeiros, 2019; Pavani *et al.*, 2019). Assim, esses fatores precisam de atenção prioritária, já que, mesmo após uma década da promulgação da PNRS, ainda são necessárias campanhas e iniciativas para alavancar a CS e viabilizar o aproveitamento dos materiais (Brasil, 2022a), fatores que justificam a presente pesquisa.

Ademais, há uma notável carência de informações mais atualizadas em nível municipal para além da capital (Belém) e Região Metropolitana, em parte justificada pelo Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PEGIRS) do Estado datar de 2014 e ainda estar, em fins de 2023, em processo de atualização (iniciado em 2022), parte pelo número de cidades que não responderam à pesquisa do SNIS em 2020, nesse caso representadas pelas prefeituras.

Ressalta-se que no PEGIRS mencionou-se a fragilidade e carência de dados primários tanto em nível municipal quanto estadual, sendo sugerido analisar os dados enquanto estimativas, já que existia a necessidade de levantamentos regulares e documentados, com metodologia uniforme e transparente (Pará, 2014).

Além do mais, em 2015, no âmbito do Projeto “Pró-Catador Ativação Pará”, a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER) realizou diagnóstico da situação de vida e trabalho de catadores e mapeamento mercadológico dos compradores de materiais recicláveis (Pará, 2015).

Foram identificados 4.035 catadores em 120 municípios do Pará, com Belém e Ananindeua respondendo por mais de 50% desse total e 281 pontos de comercialização de recicláveis, sendo as rodovias (p. ex., BR-230 – Transamazônica, BR-163 e BR-316) os principais corredores para transporte dos recicláveis. Também se verificou uma concentração de pontos de comercialização nas RINT Guajará, Guamá e Rio Caeté, com intermediários concentrados em Belém, Ananindeua, Castanhal e Bragança, bem como pontos de comercialização nos municípios polo de Santarém, Altamira, Itaituba, Breves e Paragominas. No entanto, não houve atualização do referido diagnóstico.

Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar como a CS tem sido executada no contexto de alguns municípios do Estado do Pará, vindo a se unir ao pequeno quantitativo de trabalhos sobre CS na região Norte e/ou Pará (Baêta *et al.*, 2023).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O Estado do Pará ocupa o 2º lugar de maior unidade da federação, depois do Amazonas, com pouco mais de 1,2 milhões de km², sendo o mais populoso da Região Norte e o 9º mais populoso do Brasil, com 8.116.182 milhões de habitantes em 2022 (IBGE, 2023). Formando por 144 municípios, dentre suas divisões político-regionais, o Pará possui 12 Regiões de Integração (RINT).

No que diz respeito à geração de resíduos sólidos, o Pará foi o maior gerador de RS da Região Norte em 2021, com pouco mais de 2 milhões t/ano (0,94 kg/hab/dia) sendo que sua capital (Belém) apresentou *per capita* de 0,69 kg/hab.dia⁻¹ (Brasil, 2022c).

Além disso, segundo a Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos e Efluentes (Abetre, 2022), em setembro de 2022, existiam 433 instalações de disposição inadequada no Norte do país (considerando os valores agregados de lixões e aterros controlados), estando 134 delas no Pará.

No Estado, a elaboração de políticas públicas e planos de gerenciamento de resíduos sólidos está a cargo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP), denominada até 2015 de Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SEIDURB), enquanto a fiscalização da execução dos planos e políticas é feita pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

Em 2014, foi publicado o PEGIRS do Estado, cujo diagnóstico da situação dos RS foi realizado a partir da aplicação de questionários e entrevistas com o setor responsável pela gestão de RS nos municípios polo de cada RINT, além de levantamentos de dados em campo, especialmente no local de disposição final, galpões de triagem e cooperativas de catadores. Algumas das conclusões do Plano foram que a situação da gestão dos RS no Pará era de muitas inconformidades em relação à PNRS e à Lei de Crimes Ambientais, pois 89% dos RSU coletados eram destinados à disposição final ambientalmente e sanitariamente inadequada (Pará, 2014), cenário que ainda se faz presente.

No que diz respeito à comercialização de recicláveis, muitas das vezes essa ocorre por meio de atravessadores, seja por conta da configuração do Estado, interligado por rios, seja pela distância dos municípios à principal indústria recicladora do Pará: a Riopel Recicláveis, que processa 4.000 t/mês de materiais (papel, papelão, plástico e sucata de ferro). Situada no Município de Ananindeua (RINT Guajará), ela está mais próxima das cidades que compõem a Região Metropolitana de Belém (RMB) em comparação a outros municípios, cuja distância pode ultrapassar 200 km, a exemplo de Bragança (RINT do Rio Caeté).

Dessa maneira, o recorte espacial da pesquisa se concentrou em municípios das RINT Guajará, Guamá e Rio Caeté, por concentrarem mais de 50% de catadores e pontos de comercialização de recicláveis (Pará, 2015), serem RINT adjacentes e nas quais se teve maior facilidade de

contato individual. Além disso, consideraram-se os municípios polo¹ devido a sua utilização enquanto escala para o desenvolvimento do último PEGIRS (Pará, 2014).

Portanto, a amostra inicial foi composta por 47 municípios, sendo o estudo submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais (COEP/UFMG), com Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAEE) 64527822.0.0000.5149.

2.2 ETAPAS DA PESQUISA

2.2.1 Etapa I: Coleta e análise da opinião dos participantes da Pesquisa

Foram identificados os órgãos responsáveis pela gestão de RS nos municípios a serem estudados. A metodologia considerou enquanto instrumento de coleta de dados roteiro contendo perguntas relacionadas à GIRS, disponibilizado em formato *Word* e enviado via correio eletrônico aos funcionários.

O conteúdo das respostas foi avaliado semelhante à estratégia de Macedo (2021): conforme o interesse da pesquisa, as respostas foram analisadas considerando os instrumentos da PNRS, a saber, (i) a coleta seletiva; (ii) a inclusão de catadores; (iii) os planos de RS; e (iv) a educação ambiental, além da análise de cobrança dos serviços envolvidos na GIRS.

2.2.2 Etapa II: Coleta e análise de dados do SNIS-RS (Municípios)

Para a coleta de dados no âmbito dos municípios, optou-se pela utilização dos dados disponibilizados pela Série Histórica do SNIS-RS. Assim, foram selecionadas 4 informações e 4 indicadores de 2021, detalhados no Quadro 1, cuja análise partiu da comparação entre as respostas do Grupo 1 e os dados do SNIS-RS 2021.

¹ No Pará são 12 municípios polo: Belém (RINT Guajará/Metropolitana), Castanhal (RINT Guamá), Bragança (RINT Rio Caeté), Breves (RINT Marajó), Cametá (RINT Tocantins), Tucuruí (RINT Lago de Tucuruí), Marabá (RINT Carajás), Santarém (RINT Baixo Amazonas), Paragominas (RINT Rio Capim), Redenção (RINT Araguaia), Itaituba (RINT Tapajós) e Altamira (RINT Xingu).

Quadro 1 – Informações e indicadores do SNIS-Resíduos Sólidos utilizados para comparação com as respostas dos funcionários

| SNIS-RS | Código | Significado | Unidade |
|---|--------|--|--|
| Informações sobre CS e triagem | CS001 | Existe CS formalizada pela prefeitura no município | Sim/Não |
| Informações Financeiras | FN-201 | A Prefeitura (Prestadora) cobra pelos serviços de coleta regular, transporte e destinação final de RSU | Sim/Não |
| | FN-202 | Principal forma de cobrança adotada | Taxa específica no boleto do IPTU; Taxa em boleto e x c l u s i v o ; Tarifa; Taxa específica no boleto de água; Outra forma |
| Informações sobre Política e PMSB | PO-048 | O Município possui Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) conforme a PNRS | Sim/Não |
| Indicadores sobre despesas e trabalhadores | IN-005 | Autossuficiência financeira da prefeitura com o manejo de RSU | % |
| | IN-006 | Despesa <i>per capita</i> com manejo de RSU em relação à população urbana | R\$/hab/ano |
| Indicadores sobre CS e triagem | IN-031 | Taxa de recuperação de materiais recicláveis em relação à quantidade total coletada | % |
| | IN-054 | Massa <i>per capita</i> de materiais recicláveis recolhidos via CS | kg/hab/ano |

Fonte: SNIS – RS 2021 (Brasil, 2022d).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 EXECUÇÃO DA COLETA SELETIVA NO CONTEXTO DE CINCO MUNICÍPIOS PARAENSES

Retornaram à Pesquisa cinco funcionários dos Órgãos municipais de Belém, Curuçá, Itaituba, Marapanim e Tucuruí, caracterizados na Tabela 1.

Tabela 1 – Características históricas, socioeconômicas e territoriais dos cinco municípios estudados

| Municípios | Pop (hab) 2022 ² | PIB per capita (R\$) 2020 ² | IDH-M 2010 ² | Área (km ²) ² |
|-------------|-----------------------------|--|-------------------------|--------------------------------------|
| Belém | 1.303.403 | 20.562 | 0,746 | 1.059,47 |
| Curuçá | 41.262 | 8.140,00 | 0,582 | 676,322 |
| Itaituba | 123.314 | 25.900 | 0,640 | 62.042,47 |
| Marapanim | 26.573 | 8.701,00 | 0,609 | 804,625 |
| Tucuruí | 91.306 | 39.674 | 0,666 | 2.084,29 |
| Pará | 8.121.025 | 24.847,00 | 0,646 | 1.245.870,70 |

Fonte: IBGE (2023) e Fapespa (2022, 2023).

Conforme detalhado no item 2.2.2, as respostas dos funcionários foram comparadas com os dados do SNIS-RS 2021 para cada município da amostra, elencados, em ordem alfabética, na Tabela 2.

Tabela 2 – Aspectos da GIRS nos cinco municípios estudados

| Municípios | CS001 | FN201 | FN202 | PO048 |
|------------|-------|-------|--------------|-------|
| Belém | Sim | Sim | Taxa no IPTU | Sim |
| Curuçá | Não | Não | s.i | Sim |
| Itaituba | Não | Não | s.i | Sim |
| Marapanim | Não | Não | s.i | Não |
| Tucuruí | Não | Não | s.i | Sim |

Fonte: SNIS – RS 2021 (Brasil, 2022d).

Legenda

s.i: sem informação; CS001: Existe CS formalizada pela prefeitura no município; FN201: A Prefeitura (Prestadora) cobra pelos serviços de coleta regular, transporte e destinação final de RSU; FN202: Principal forma adotada; PO048: O município possui PMGIRS conforme a PNRS.

Verificou-se que a CS nesses cinco municípios se dá expressivamente por catadores autônomos que atuam principalmente nos lixões, embora as administrações municipais tenham buscado integrá-la com ações de educação ambiental e apoio à inclusão socioprodutiva dos catadores (organizados ou não em Associação/Cooperativa), seja concedendo maquinários e/ou galpões, mas que ainda são insuficientes para melhorar os índices de abrangência e qualidade da CS e para o pleno funcionamento e/ou manutenção das organizações de catadores existentes.

3.1.1 Coleta seletiva e inclusão de catadores

Acerca dos instrumentos coleta seletiva e inclusão de catadores, de acordo com o SNIS-RS, apenas Belém declarou possuir CS formalizada (CS001). Quanto às respostas, participante de Belém informou que o município possui 10 associações/cooperativas de catadores que recebem apoio da prefeitura (maquinários e cessão de galpões), a depender de sua regulamentação. No entanto, há contrato apenas com uma organização: CONCAVES. Além disso, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) identificou em 2018 1.047 catadores autônomos cadastrados.

Em Curuçá, há coleta seletiva por meio do “Projeto Moeda Sustentável”, em que se trocam materiais recicláveis por “moedas sustentáveis”, utilizadas no comércio local. Adicionalmente, estão buscando firmar parceria com a 1ª Escola Bosque do município, localizado na Comunidade do Marauá. Também relatou o participante existir uma Associação, cujo galpão foi construído pela Prefeitura, embora não haja contrato firmado, sendo que há apoio os catadores por meio de cursos, da doação de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e cestas básicas.

Portanto, embora existam esforços para auxiliar o trabalho das organizações de catadores, em geral, elas não são contratadas pelos setores público ou privado, sendo firmadas parcerias, insuficientes para compensar o trabalho realizado pelos catadores (Sakamoto *et al.*, 2021).

Neste seguimento, em Itaituba, foram identificados pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMDAS) 34 catadores na área do lixão do município em 2018. De maneira semelhante, em Marapanim, foram levantados 14 trabalhadores no lixão do município em 2014, sendo informado que trabalham para empresa recicladora instalada no município, que fornece bags e “*exerce um protagonismo não somente na sede urbana, mas em comunidades do interior do município*”. Em Tucuruí os catadores coletam diariamente no lixão, embora exista uma cooperativa no município, criada em 2014.

Diversos estudos sobre o Brasil (Gutberlet; Uddin, 2017; Sousa Dutra; Yamane; Siman, 2018; Calderon Marquez *et al.*, 2021; Sakamoto *et al.*, 2021; Coletto; Carbonai, 2023) concordam sobre a importância da participação dos catadores na cadeia de reciclagem, especialmente, no aproveitamento de resíduos que seriam desviados para disposição final, por exemplo. No entanto, há carência de incentivos para sua organização e inserção no mercado formal, enfrentando baixa remuneração, dificuldades de formalização e gestão de suas organizações, seja por questão financeira

seja pela infraestrutura, quando comparados a outros atores do mercado, como atravessadores e empresas comercializadoras (Guarnieri, Cerqueira-Streit; Batista, 2020).

Dessa maneira, assim como no estado do Pará e outras cidades brasileiras, a expansão da coleta seletiva e reciclagem é lenta e marcada pela informalidade dos catadores e condições precárias de trabalho, especialmente nos lixões. É importante lembrar que questões institucionais e políticas também dificultam o desenvolvimento de sistemas de CS efetivos e que garantam a inclusão socioproductiva dos catadores (Guabiroba *et al.*, 2023).

Ressalta-se que pesquisas internacionais demonstram que a investigação científica sobre esses trabalhadores ainda é um campo relativamente recente em países em desenvolvimento além do Brasil, como na China, Índia, Bangladesh, Paquistão, Colômbia, Chile e África do Sul (Steuer *et al.*, 2017; Botello-Álvarez *et al.*, 2018; Sharma; Ganguly; Gupta, 2018; Gutberlet; Uddin, 2018; Bermudez; Montoya-Ruiz; Saldarriaga, 2019; Ali *et al.*, 2019; Silva; Weins; Potinkara, 2019; Valenzuela-Levi, 2019; Korsunova *et al.*, 2022).

Portanto, estabelecer convênios entre os catadores, geradores, empresas e indústrias, incentivando a doação de resíduos recicláveis para as organizações, é uma importante estratégia para aumentar a quantidade e a qualidade dos materiais coletados. Ademais, as organizações podem atrair catadores independentes ao oferecer melhores preços e condições de compra (Da Silva Guabiroba *et al.*, 2023).

3.1.2 Plano de Resíduos Sólidos

Em relação ao plano de RS, assim como verificado no SNIS-RS, Belém possui PMGIRS, desde abril de 2020, dentro do PMSB. Em Curuçá, o Plano foi elaborado no ano de 2015. Em Itaituba, embora tenha respondido ao SNIS possuir plano, participante relatou que o Governo do Pará contratou empresa para auxiliar na elaboração do PMSB do município, no qual constará o PMGIRS. Em Marapanim, o documento é de 2013, mas não tramitou na Câmara Municipal para aprovação “*devido troca de prefeito*”, necessitando de atualização. Em Tucuruí, o Plano foi desenvolvido em 2013 por funcionários da SEMMA.

Ressalta-se que a existência de PMGIRS não garante, necessariamente, a efetividade de execução dos programas e ações. O principal motivo é que nem sempre os planos de saneamento e/ou gestão integrada atendem ao conteúdo mínimo exigido pelas legislações federais, somado ao fato de

muitos municípios não possuem informações sistematizadas da gestão e/ou pessoal técnico especializado, o que resulta em planos genéricos na qualidade de seu conteúdo (Batista *et al.*, 2021; Neves *et al.*, 2021; Ribeiro, 2022).

Destaca-se o estudo no Pará desenvolvido por Neves (2022) que, ao avaliar 16 PMGIRS no item relacionado ao atendimento do conteúdo mínimo estabelecido pela PNRS, verificou muitas semelhanças no conteúdo dos planos, discutindo a fragilidade de gestão dos documentos ao não espelharem as realidades destes municípios, havendo, portanto, maior preocupação em comprovar a existência de PMGIRS para fins de recebimento de recursos federais.

Portanto, para além de existência de Plano, é imprescindível prezar por seu conteúdo, o qual depende do nível de capacitação técnica, do diagnóstico da gestão dos RS do município, dos compromissos do grupo político que administra a cidade e, claro, de recursos financeiros para sua elaboração e execução.

3.1.3 Educação ambiental

No que concerne à educação ambiental, as ações pontuais se dão principalmente nas escolas. Em Belém, tanto organizações de catadores, quanto funcionários da Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN) de Belém agem nos bairros, havendo ações de outros órgãos municipais e entidades sem fins lucrativos.

O Grupo de Trabalho em Educação Ambiental (GTEA), criado em 2021, desenvolve ações de orientação e oficinas de “Manejo Correto dos Resíduos Sólidos” em diversos espaços, tais como comércios e feiras da capital, nas escolas municipais (por meio do projeto “Belém Sustentável, Cidade Educada”), nas ilhas de Cotijuba e Combu; em portos e no Aeroporto Internacional da capital; e junto a carrinheiros, atuando em parceria com a Fundação Papa João XXIII (Funpapa) para seu acolhimento social. Também disponibiliza o serviço de “Zap Entulho”, para agendamento de coleta de entulho (até 1 m³ por morador).

Em Curuçá, as estratégias de se dão principalmente em escolas do município, a exemplo da “Caminhada Sustentável” realizada em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, com ação de técnicos da SEMMA em parceria com professores. Ademais, há sensibilização dos funcionários municipais e ações de divulgação, por meio de folders, rádio municipal e redes sociais.

Em Itaituba, os moradores são informados sobre dias e horários de coleta, embora haja muitos que não seguem as orientações, e ainda descartam seus RS em terrenos baldios. Em Marapanim, são realizadas atividades nas escolas, bem como divulgação da rádio municipal, redes sociais e WhatsApp. Já em Tucuruí foi informado não haver ações de educação ambiental.

Em revisão sistemática, Debrah, Vidal e Dinis (2021) verificaram que a educação ambiental se dá especialmente no ambiente escolar, mas o baixo conhecimento ambiental dos alunos está relacionado a uma carência de experiência prática dos professores, de maneira que a educação ambiental necessita ser institucionalizada enquanto disciplina e os professores capacitados em conhecimento técnico para orientarem os alunos, o que perpassa pela orientação e acompanhamento dos órgãos municipais.

Além disso, Xu, Ling e Wu (2018) apontaram outra maneira de engajar a população na segregação dos resíduos: os incentivos financeiros, de modo que o governo local pode incluir legislação de apoio financeiro para aqueles cidadãos que adotam boas práticas de gestão de RS.

3.1.4 Cobrança pelos serviços

Em relação à cobrança, exige-se no conteúdo mínimo dos PMGIRS a forma de cálculo e cobrança dos serviços de manejo. No entanto, apenas Belém respondeu efetuar cobrança (informações FN201 e FN202), recolhida por meio da guia do IPTU e que para cálculo adotam-se coeficientes da área territorial do imóvel (m²) e tipo de ocupação (residencial ou não residencial), variando de R\$ 70,08 a R\$ 2.097,96, insuficiente para cobrir as despesas com os serviços de coleta. Em 2019, as despesas com coleta foram de R\$ 112.865.775,32, sendo arrecadado apenas R\$ 50.576.902,00, o que não cobriu nem metade dos serviços no município.

Em Curuçá, não há cobrança, assim como em Itaituba, Marapanim (que cobra R\$ 30,00 para recolhimento de entulho) e Tucuruí. Sobre isso, Chung e Yeung (2019) explicaram que a tarifa não incentiva a população a minimizar a geração ou a separar seus RS, devendo o valor estar alinhado às tecnologias disponíveis para a cidade.

Dessa maneira, a cobrança precisa ser planejada e executada de acordo com o perfil socioeconômico dos cidadãos e considerando sua participação na definição do modelo mais adequado, a fim de estabelecer forma de cobrança compatível com a possibilidade de pagamento.

3.1.5 Indicadores de despesas e trabalhadores e sobre CS e triagem

Em complementaridade às análises anteriores, quanto aos indicadores de despesas e trabalhadores e sobre CS e triagem, a maioria dos municípios da amostra não declarou suas informações, com exceção de Belém, como mostrado na Tabela 3.

Tabela 3 – Aspectos da GIRS nos municípios estudados

| Municípios | IN005 (%) | IN006 (R\$/hab) | IN031 (%) | IN054 (Kg/hab/ano) |
|--------------|-----------|-----------------|-----------|--------------------|
| Belém | 38,86 | 101,43 | 1,46 | 4,75 |
| Curuçá | s.i | 139,78 | s.i | s.i |
| Itaituba | s.i | 45,37 | s.i | s.i |
| Marapanim | s.i | 68,03 | 12,2 | s.i |
| Tucuruí | s.i | 153,18 | s.i | s.i |
| Pará | 25,22 | 100,19 | 2,49 | 8,23 |
| Região Norte | 28,49 | 115,68 | 2,35 | 9,49 |
| Brasil | 55,02 | 147,44 | 2,35 | 14,77 |

Fonte: SNIS – RS 2021 (Brasil, 2022d).

Legenda

s.i: sem informação; IN-005: Autossuficiência financeira da prefeitura com o manejo de RSU (%); IN-006: Despesa *per capita* com manejo de RSU em relação à população urbana (R\$/hab); IN031: Taxa de recuperação de materiais recicláveis (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à quantidade total coletada (%); IN054: Massa *per capita* de materiais recicláveis recolhidos via coleta seletiva (Kg/hab/ano).

Quanto ao IN-005 (autossuficiência financeira da prefeitura com o manejo de RSU), Belém apresentou 38,86% de autossuficiência dos órgãos gestores, valor pouco acima da média nacional e do valor da Região Norte. Para o IN-006 (despesa *per capita* com manejo de RSU em relação à população urbana), o custo médio dos serviços no meio urbano em Tucuruí e Curuçá foi, respectivamente, de R\$ 153,18 e R\$ 139,78, novamente maiores que a média regional e do Pará, com Tucuruí superando o custo médio do Brasil.

Em comparação a outros estados da Região Norte, o Pará apresentou a terceira menor despesa *per capita* (100,19 R\$/hab), embora tenha sido o maior gerador de RSU em 2021, com aproximadamente 2 milhões t/ano, o que pressupõem que os recursos destinados pelos municípios paraenses ao manejo de RSU são insuficientes para uma prestação adequada dos serviços. Caso análogo ao estado de Minas Gerais, com despesa de 120,5 R\$/hab, embora sua população (20.732.660 hab) seja quase 3 vezes maior que a população do Pará (Brasil, 2022d).

Dessa maneira, infere-se que estes e outros municípios permanecem dependentes do orçamento municipal e estadual para suportar os custos com o manejo de RSU. Alzamora e Barros (2020) ressaltaram que o Brasil se encontra num cenário generalizado de ausência de cobrança e que, quando existente, os valores são fixos e o cálculo difere entre as cidades. Ao mesmo tempo, há dificuldade na obtenção de informações financeiras consistentes dos serviços, pois para além de daquela referentes à coleta, transporte e disposição final, existem outras despesas a serem consideradas, como serviços administrativos.

Em relação ao IN031 (taxa de recuperação de recicláveis secos em relação ao total coletado), a maioria dos municípios aqui analisados não divulgou essa informação ao SNIS-RS, sendo que em Marapanim a taxa (12,2%) esteve acima dos valores nacional, da Região Norte e Pará, enquanto na capital Belém a taxa não chegou a 2%, o que parecem valores superestimados para um município de pequeno porte. O estado do Pará e Região Norte seguem próximos à taxa média de recuperação de países da América Latina e Caribe, pois de aproximadamente 230 milhões de toneladas de RSU gerados em 2021, cerca de 4% foram reciclados (ECLAC, 2023).

Essa taxa demonstra que o mercado, ainda incipiente, exige materiais de maior qualidade, com características necessárias para que possam ser reciclados (Gadaleta *et al.*, 2022). Outro ponto são as limitações econômicas, técnicas e tecnológicas (Marino; Chaves; Santos Junior, 2018; Deus *et al.*, 2020).

Finalmente, quanto ao IN054 (massa *per capita* de materiais recicláveis recolhidos via coleta seletiva), só Belém informou ao SNIS-RS, com 4,75 kg/hab/ano, valor inferior ao nacional e da Região Norte. Assim, Belém apresentou cerca de 2% de RSU coletados seletivamente, percentual próximo ao de municípios do Chile com pelo menos 5 anos de implementação de CS, com taxa média de 1,72% de CS (Valenzuela-Levi, 2019), diferentemente da cidade do México, com 13,5% dos RSU coletados seletivamente em 2020 (Inegi, 2021) e de cidades da Europa, tais como a Catalunha (Espanha), cuja taxa de coleta seletiva foi de 47,3% em 2022 (Arc, 2023).

Tal fato demonstra a incipiência da CS no Pará, sugerindo que, entre os diferentes modelos de CS, os municípios precisam encontrar aquele que melhor se adéque ao seu perfil e necessidades, desde sua configuração territorial, logística, socioeconômica etc. Algumas estratégias envolvem redução de impostos, de conta de energia e doação de alimentos para os que diminuem sua geração e/ou separam seus resíduos (Franco; Cicatiello, 2021).

Rover Santana *et al.* (2019) estimaram uma redução média de 32% de custos com limpeza urbana se cada Estado do Norte aproveitasse 100% da fração reciclável dos RSU, o que, em longo prazo, pode representar melhorias nos índices relacionados à temática.

4 CONCLUSÕES

Nos cinco municípios analisados, assim como em outras cidades brasileiras, a existência de CS e de reciclagem é incipiente e sua expansão é muito lenta e marcada pela informalidade dos catadores e pelas condições precárias de trabalho, especialmente nos lixões, sendo questões de caráter institucional, financeiro, político e social dificultantes ao pleno desenvolvimento de sistemas de CS sustentáveis e que garantam uma inclusão efetiva dos catadores autônomos e organizados.

Nota-se uma despreocupação, por parte das autoridades municipais, com a geração, a apropriação e com o registro e a análise de dados (notadamente financeiros) que ajudem a administração local na elaboração de políticas e na alocação de recursos.

Quando existente, a CS formalizada opera em um mercado de reciclagem pouco desenvolvido, mas competitivo; com ações pontuais e ineficientes para sensibilizar a população sobre a separação e acondicionamento corretos dos RS; e, ainda, sem avaliar sua sustentabilidade e sem alocar os recursos financeiros necessários.

Este estudo evidenciou a necessidade de serem realizados permanentemente levantamentos e estudos sobre a situação da gestão de RS, incorporando novas variáveis e outros elementos (p. ex., educação ambiental) que ajudem as autoridades a planejarem e executarem ações mais efetivas e aderindo aos levantamentos já incorporados ao cotidiano das administrações locais (tais como os SNIS-RS).

Por fim, uma das principais dificuldades de Pesquisa foi a de que muitos participantes não tiveram condições de responder integral e precisamente às perguntas, por desconhecimento ou por terem noções fragmentadas e/ou incompletas da problemática. Além disso, pode-se imaginar ainda um grau de má vontade, de desinteresse e mesmo de temor pela exposição de alguma situação considerada confidencial ou que comprometesse o(a) funcionário(a).

5 RECOMENDAÇÕES

Algumas recomendações aos Órgãos Municipais/Prefeituras são:

(i) Levantar mais informações primárias de boa qualidade e maior precisão, a fim de desenvolver um banco de dados com informações mais consistentes e com garantia de publicidade, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação;

(ii) Fortalecer a formação e a capacitação para composição dos quadros técnicos, nos quais os gestores e demais responsáveis tenham a formação técnica exigida para atuar na área e garantir que o quadro de servidores possua profissionais efetivos, evitando discontinuidades e rupturas na constituição das equipes locais por divergências partidárias e/ou em decorrência de mudanças da administração local a cada quadriênio;

(iii) Adotar estratégias para a inclusão dos catadores autônomos, tais como: sua contratação para a CS municipal junto com ações de acolhimento psicossocial, treinamento para adaptação e exercício das suas atividades laborais, acesso à moradia digna, educação etc.;

(iv) Desenvolver ações para o fortalecimento e/ou manutenção das organizações de catadores existentes, como: estabelecimento de contrato(s) que considerem sua fase de estruturação e heterogeneidade; ações que garantam sua capacidade logística de atuar na GIRS, com suporte às atividades administrativas, melhorias na infraestrutura e equipamentos, capacitação dos associados/cooperados e garantias das condições de saúde e segurança do trabalhador; determinação conjunta dos regimes de pagamento pelos serviços e das atribuições referentes ao governo local e às organizações na responsabilidade compartilhada pela GIRS;

(v) Estabelecer convênios com grandes geradores de RS e indústrias recicladoras, reduzindo o fluxo de material que é vendido para intermediários, cujos valores pagos aos catadores costumam ser bem abaixo do valor de mercado;

(vi) Expandir ações de Educação Ambiental para elevar a quantidade e a qualidade dos materiais recicláveis coletados, junto a escolas, junto aos cidadãos e até os Órgãos Municipais, capacitando-os sobre a maneira correta de separação e implantando espaços para o desenvolvimento das atividades e difusão da cultura da CS que funcionem como “centros de referência”;

(vii) Ampliar ações de CS atreladas a programas de minimização e a outros serviços de GIRS, tais como varrição, coleta regular etc.;

E (viii) estabelecer Consórcios Intermunicipais de RS, estruturados por equipe técnica multidisciplinar (preferencialmente de profissionais com vivência na área de RS), para ampliar o uso de rotas tecnológicas para além do mero compartilhamento de aterros sanitários, facilitar a implementação de formas de cobrança que cubram a prestação dos serviços de manejo de RSU, garantindo ações que sejam estruturadas sobre premissas, critérios e soluções adequadas ao contexto de cada município.

REFERÊNCIAS

- ABETRE. Atlas Brasil: um retrato da realidade brasileira dos resíduos sólidos. **Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos e Efluentes**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://abetre.org.br/atlas-brasil/>. Acesso em: 18 out. 2022.
- ALI, M. *et al.* Improvement of waste management practices in a fast expanding sub-megacity in Pakistan, on the basis of qualitative and quantitative indicators. **Waste Management**, [s. l.], Vol. 85, p. 253-263, 2019.
- ALZAMORA, B. R.; BARROS, R. T. V. Review of municipal waste management charging methods in different countries. **Waste Management**, [s. l.], Vol. 115, p. 47-55, 2020.
- ARC. Estadístiques De Residus Municipals: principals magnituds 2022 de la gestió de residus municipals. **Agència de Residus de Catalunya**, Catalunha, 2023. Disponível em: http://estadistiques.arc.cat/ARC/estadistiques/Gesti%C3%B3de%20residus%20municipals_Any%202022.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.
- ASEFI, H.; LIM, S. A novel multi-dimensional modeling approach to integrated municipal solid waste management. **Journal of Cleaner Production**, London, Vol. 166, p. 1.131-1.143, nov. 2017.
- BAÊTA, D. G. *et al.* 20 anos de pesquisas sobre coleta seletiva no Brasil: uma análise bibliométrica. **Contribuciones A Las Ciencias Sociales**, [s. l.], Vol. 16, No. 1, p. 55-64, 2023.
- BATISTA, M. *et al.* A framework for sustainable and integrated municipal solid waste management: Barriers and critical factors to developing countries. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], Vol. 312, p. 127.516, 2021.

BERMUDEZ, J. F.; MONTOYA-RUIZ, A. M.; SALDARRIAGA, J. F. Assessment of the current situation of informal recyclers and recycling: case study Bogotá. **Sustainability**, [s. l.], v. 11, n. 22, p. 6.342, 2019.

BOTELLO-ÁLVAREZ, J. E. *et al.* Informal collection, recycling and export of valuable waste as transcendent factor in the municipal solid waste management: A Latin-American reality. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], Vol. 182, p. 485-495, 2018.

BRASIL. Decreto nº 11.043, de 13 de abril de 2022. Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 1-190, 13 abr. 2022a.

BRASIL. **Diagnóstico Temático Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – Visão Geral – ano de referência 2021**. Brasília, DF: SNS/MDR, 2022b.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1. 3 p., 2 ago. 2010.

BRASIL. Mapa de Indicadores de Resíduos Sólidos – 2021. **Ministério do Desenvolvimento Regional**, Brasília, DF, 2022c. Disponível em: http://appsniis.mdr.gov.br/indicadores/web/residuos_solidos/mapa-indicadores. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento. SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Série Histórica**. Brasília, DF: SNS/MDR, 2022d.

CALDERON MARQUEZ, A. J *et al.* Inclusion of Waste Pickers Into Municipal Waste Management Systems: A Comparison Between Colombia and Brazil. **The Journal of Environment & Development**, [s. l.], Vol. 30, No. 4, p. 395-425, 2021.

CEPAL; DNP; CEMPRE COLOMBIA. **Encuesta a municipios sobre gestión de residuos sólidos domiciliarios 2019-Colombia**”: documentos de Proyectos (LC/TS.2021/67). Santiago: CEPAL, 2021.

CETRULO, T. B. *et al.* Effectiveness of solid waste policies in developing countries: a case study in Brazil. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], Vol. 205, p. 179-187, dec. 2018.

CHUNG, W.; YEUNG, I. M. H. Analysis of residents' choice of waste charge methods and willingness to pay amount for solid waste management in Hong Kong. **Waste Management**, [s. l.], Vol. 96, p. 136-148, 2019.

COLETTI, D.; CARBONAI, D. What does it mean to have a dirty and informal job? The case of waste pickers in the Rio Grande do Sul, Brazil. **Sustainability**, [s. l.], Vol. 15, No. 3, p. 2337, 2023.

DA SILVA GUABIROBA, R. C. *et al.* Sustainability indicators applied to a local strategy context: Proposals to improve selective waste collection systems involving waste picker organizations. **Cleaner Waste Systems**, p. 100.102, 2023.

DEBRAH, J. K.; VIDAL, D. G.; DINIS, M. A. P. Raising awareness on solid waste management through formal education for sustainability: A developing countries evidence review. **Recycling**, Zurique, Vol. 6, No. 1, p. 6, 2021.

DEUS, R. M. *et al.* A municipal solid waste indicator for environmental impact: Assessment and identification of best management practices. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], Vol. 242, 118.433, 2020.

ECLAC. **The Circularity Gap Report: Latin America and the Caribbean**. Amsterdam: Circle Economy, 2023.

EUROSTAT. Municipal Waste Statistics. **Eurostat Statistic**, [s. l.], Dec. 2021. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Municipal_waste_statistics. Acesso em: 11 fev. 2023.

FAPESPA. Estatística Municipal 2022: Região de Integração Guajará; Região de Integração Guamá; Região de Integração do Tapajós; Região de Integração Lago de Tucuruí. **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará**, Belém, 2022. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/estatistica-municipal/>. Acesso em: 02 maio. 2022.

FAPESPA. Anuário Estatístico do Pará 2023. **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará**, Belém, 2023. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/anuario-estatistico-do-para-2/>. Acesso em: 02 dez. 2023.

FRANCO, S.; CICATIELLO, C. Levering waste taxes to increase surplus food redistribution at supermarkets: Gains and scenarios in Italian municipalities. **Waste Management**, [s. l.], Vol. 121, p. 286-295, 2021.

FUNASA. **Manual de Saneamento**. 5. ed. Brasília, DF: Funasa, 2019.

GADALETA, G. *et al.* Sustainability assessment of municipal solid waste separate collection and treatment systems in a large metropolitan area. **Sustainable Production and Consumption**, Amsterdam, Vol. 29, p. 328-340, 2022.

GUABIROBA, R. C. S *et al.* Sustainability performance evaluation of municipal selective collection systems applied to a case study. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 1-10, 2023.

GUARNIERI, P.; CERQUEIRA-STREIT, J. A.; BATISTA, L. C. Reverse logistics and the sectoral agreement of packaging industry in Brazil towards a transition to circular economy. **Resources, Conservation and Recycling**, Amsterdam, Vol. 153, p. 104-114, 2020.

GUERRA, A. R.; CAJAS, K. A. B. Generación de Residuos Sólidos Urbanos (RSU): análisis de una década de gestión en países de Europa y América. **Revista Ecuatoriana de Medicina y Ciencias Biológicas**, Quito, v. 43, n. 1, p. 49-61, mayo 2022.

GUTBERLET, J.; UDDIN, S. M. N. Household waste and health risks affecting waste pickers and the environment in low-and middle-income countries. **International Journal of Occupational and Environmental Health**, [s. l.], Vol. 23, No. 4, p. 299-310, 2017.

IBGE. Cidades@. Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Série Histórica. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 jul. 2021.

INEGI. Censo Nacional de Gobiernos Municipales y Demarcaciones Territoriales de la Ciudad de México 2021. Tabulados. Residuos sólidos urbanos 2020. Tabulados 6.3 y 6.17. **Instituto Nacional de Estadística y Geografía**, Ciudad de Mexico, 2021. Disponível em: https://www.inegi.org.mx/contenidos/programas/cngmd/2021/tabulados/cngmd2021_resid_solid.xlsx. Acesso em: 30 out. 2023.

KORSUNOVA, A. *et al.* Necessity-driven circular economy in low-income contexts: How informal sector practices retain value for circularity. **Global Environmental Change**, [s. l.], Vol. 76, p. 102573, 2022.

MACEDO, L. A. R. **Regionalização da gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos: uma análise do desempenho em consórcios operantes e seus municípios no Brasil e na Argentina.** 2021. 345 f. Tese (Doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) – Programa de Pós-graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

MARINO, A. L.; CHAVES, G. L. D.; SANTOS JUNIOR, J. L. Do Brazilian municipalities have the technical capacity to implement solid waste management at the local level? **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], Vol. 188, p. 378-386, 2018.

MARSHALL, R. E.; FARAHBAKHS, K. Systems approaches to integrated solid waste management in developing countries. **Waste management**, [s. l.], Vol. 33, No. 4, p. 988-1003, Apr. 2013.

NEVES, R. R. **Avaliação da Sustentabilidade da Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos de Municípios Paraenses.** 2022. 163 f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

NEVES, R. R. *et al.* Entraves na implementação da gestão dos resíduos sólidos urbanos no Brasil. **Revista AIDIS de Ingeniería y Ciencias Ambientales: investigación, desarrollo y práctica**, Ciudad de Mexico, v. 14, n.2, p. 817-828, 2021.

OLIVEIRA, B. O. S; MEDEIROS, G. A. Evolução e desafios no gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos nos estados da Região Norte, Brasil. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 4, n. 1, p. 749-761, 2019.

PARÁ. **Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado do Pará (PEGIRS).** v. I e II. Belém: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2014. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/2016/09/14/plano-estadual-de-gestao-integrada-de-residuossolidos/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PARÁ. **Diagnóstico do catador.** Levantamento socioeconômico dos catadores de materiais recicláveis, mapeamento mercadológico dos compradores de materiais recicláveis, situação dos municípios paraenses com relação ao plano de resíduos e demais marcos legais e situação dos lixões no Pará. Belém: SEASTER, 2015.

PAVANI, I. D. *et al.* Allocation of sanitary landfill in consortium: strategy for the Brazilian municipalities in the State of Amazonas. **Environmental Monitoring and Assessment**, Zurique, Vol. 191, No. 1, p. 1-13, 2019.

RIBEIRO, P. S. C. **Inclusão de catadores de materiais recicláveis: análise fundamentada na teoria ator-rede.** 2022. 193 f. Tese (Doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) – Escola de Engenharia, Programa de Pós-Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

ROVER SANTANA, L *et al.* O impacto da coleta seletiva nos custos dos serviços de coleta dos resíduos sólidos da região norte do Brasil. **Revista AIDIS de Ingeniería y Ciencias Ambientales: investigación, desarrollo y práctica**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 370-382, ago. 2019.

SAKAMOTO, J. L *et al.* How much for an inclusive and solidary selective waste collection? A Brazilian study case. **Local Environment**, [s. l.], Vol. 26, No. 8, p. 985-1007, 2021.

SAVINO, A. *et al.* **Perspectiva de la gestión de residuos en América Latina y el Caribe.** Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente. Oficina para América Latina y el Caribe. Panamá: ONU Medio Ambiente, 2018.

SHARMA, A.; GANGULY, R.; GUPTA, A. K. Matrix method for evaluation of existing solid waste management system in Himachal Pradesh, India. **Journal of Material Cycles and Waste Management**, [s. l.], Vol. 20, p. 1813-1831, 2018.

SILVA, C. L.; WEINS, N.; POTINKARA, M. Formalizing the informal? A perspective on informal waste management in the BRICS through the lens of institutional economics. **Waste Management**, [s. l.], Vol. 99, p. 79-89, 2019.

SOUSA DUTRA, R. M.; YAMANE, L. H.; SIMAN, R. R. Influence of the expansion of the selective collection in the sorting infrastructure of waste pickers' organizations: A case study of 16 Brazilian cities. **Waste Management**, [s. l.], Vol. 77, p. 50-58, 2018.

STEUER, B. *et al.* Analysis of the value chain and network structure of informal waste recycling in Beijing, China. **Resources, Conservation and Recycling**, Amsterdam, Vol. 117, p. 137-150, 2017.

VALENZUELA-LEVI, N. Factors influencing municipal recycling in the Global South: The case of Chile. **Resources, Conservation and Recycling**, Amsterdam, Vol. 150, p. 104441, 2019.

VALLIN, I. C.; GONÇALVES-DIAS, S. L. F. The Double Burden of Environmental Injustice in a Female Waste Pickers Cooperative in Brazil. **Journal Für Entwicklungspolitik**, Viena, Vol. XXXV, No. 2/3, p. 116-143, 2019.

XU, L.; LING, M.; WU, Y. Economic incentive and social influence to overcome household waste separation dilemma: a field intervention study. **Waste Management**, [s. l.], Vol. 77, 522-531, 2018.

Submissão: 22/12/2023 • Aprovação: 11/03/2024




Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 1 • jan-abr. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536





**AGRICULTURA FAMILIAR RIBEIRINHA,
DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE
NA AMAZÔNIA: ILHAS DO COMBU,
MURUTUCU E GRANDE**

**RIVERSIDE FAMILY FARMING, DEVELOPMENT,
AND SUSTAINABILITY IN THE AMAZON: ISLANDS
OF COMBU, MURUTUCU AND GRANDE**

Silvio Kanner Farias  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Gilson da Silva Costa  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

RESUMO

O presente artigo aborda as relações conceituais entre as categorias agricultura familiar e agricultura familiar ribeirinha, tendo em vista as condições agronômicas, econômicas, ecológicas e socioculturais dos ribeirinhos das ilhas em estudo. Define a categoria agricultura familiar ribeirinha como um subtipo marcadamente amazônico e estuarino, distinto pelo histórico de ocupação e pelas condições do meio biofísico. Além de revisão bibliográfica, foi realizada pesquisa de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas, com famílias nas comunidades das ilhas do Combu, Murutucu e Grande, que são parte da zona insular do município de Belém, destacando as principais características das suas condições sociais e formas de produção, tendo como plano de fundo discussões sobre limites e possibilidades de desenvolvimento e sustentabilidade da agricultura familiar na Amazônia. Observaram-se condições precárias de infraestruturas sociais e atenção pública, bem como expansão das áreas de cultivo de açaí, expressando tendência de simplificação do sistema de produção, o que implica em riscos agroecológicos e socioeconômicos.

Palavras-chave: sustentabilidade; campesinato; agricultura familiar; ribeirinhos; Amazônia.

ABSTRACT

It addresses the conceptual relationships between family farming and riverside family agriculture categories, in view of the agronomic, economic, ecological, and sociocultural conditions of the riverine people of the Amazon estuary. Defines the riverside family farming category as a markedly Amazonian and estuarine subtype, distinguished by the history of occupation and the conditions of the biophysical environment. It presents the results of field research with the communities of the islands of Combu, Murutucu and Grande, which are part of the insular area of the municipality of Belém, highlighting the main characteristics of their forms of production and sociability, having as a background the discussions about the limits and possibilities of development and sustainability of family farming in the Amazon. An expansion of açaí cultivation areas was observed, expressing a tendency to simplify the production system, which implies agroecological and socioeconomic risks and precarious conditions of social infrastructure, and public attention.

Keywords: sustainability; peasants; family agriculture; riverside; Amazon.

1 INTRODUÇÃO

Considerando-se o processo histórico de formação do campesinato amazônico, as novas formas de agricultura familiar (Hurtienne, 2005, p. 29) têm ocupado um amplo espaço nas agendas de pesquisa. Contudo, o mesmo não pode ser dito sobre a agricultura familiar ribeirinha ou sobre os habitantes das várzeas. Não obstante sua significativa relevância demográfica, social e econômica, os ribeirinhos do estuário amazônico seguem como um grupo social de pouca relevância nos programas de pesquisa.

Pereira (2007, p. 12) assevera que o “habitante da várzea”¹ constitui a maior parte da população rural da Amazônia. Dados da Superintendência Regional do Incra no Nordeste do Pará (INCRA SR PA/NE), relativos aos assentamentos criados, informam a existência de 278 Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs), que abrigam 52.715 famílias e ocupam uma área de 2.250.883,99 ha (INCRA, 2017). Todos esses assentamentos são considerados como de reforma agrária e estão localizados na região estuarina entre Cameté e o arquipélago do Marajó, no estado do Pará.

Mesmo diante de sua relevância numérica, ou mesmo da robustez da presença do rio e da floresta na constituição identitária amazônica (Pantoja; Maués, 2008), o debate sobre agricultura familiar, ou camponesa, na Amazônia, tem elidido, em grande medida, sua forma ribeirinha. Disso decorre a relevância desta pesquisa, que tenta contribuir visando preencher essa lacuna.

A agricultura familiar pode ser pensada como uma categoria genérica, ou “guarda-chuva”, sob a qual se oculta uma diversidade de espécies (Wanderley, 1997). A agricultura familiar ribeirinha estuarina constitui forma tipicamente amazônica desta categoria genérica, com forte componente de manejo do ecossistema natural. Sua existência é anterior à agricultura familiar convencional de terra firme e predominantemente agrícola e sua formação está ligada à fase de predominância dos rios como meios de transporte e comunicação.

Sua própria configuração indica que a relação com o rio é estruturante para o sistema de produção, por exemplo, como mecanismo de fertilização dos solos, usados no manejo de plantas nativas ou mesmo plantios e para a manutenção da família; além da sua importância para a pesca. Para Costa (2006), trata-se de um campesinato das águas.

¹ Deve-se diferenciar as várzeas do médio Amazonas, cujo regime fluvial (enchente, cheia, vazante e seca) é anual e as várzeas estuarinas com regime fluvial determinado pelo fluxo das marés.

Este artigo tem por objetivo discutir as relações conceituais entre agricultura familiar e agricultura familiar ribeirinha, visando estabelecer a última como um tipo no quadro da agricultura familiar em geral e demarcar suas especificidades a partir de dados de pesquisa empírica realizada nas ilhas do Combu, Murutucu e Grande, na parte insular do município de Belém, destacando suas características ecológicas, agronômicas, econômicas e socioculturais, com foco na discussão sobre os desafios e limites ao desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Em seu balanço empírico e conceitual sobre agricultura família, Schmitz e Mota (2010) destacam que a diferenciação interna impõe dificuldades, mas assumem que apesar da heterogeneidade dos tipos, a ideia de agricultura familiar ganhou unidade como categoria de ação política². Para Hurtienne (2005, p. 29), não existe uma “divisão clara” entre as novas formas de agricultura familiar e as antigas, das “populações chamadas tradicionais como grupos de indígenas, ribeirinhos ou extrativistas”.

Quando se trata dos ribeirinhos sujeitos desta pesquisa, de fato, admite-se que o conceito geral de agricultura familiar, relacionado à unidade entre família, gestão e produção, pode ser aplicado. Mas questões como adaptação ecossistêmica, lógica interna, relação com o meio exterior (mercado, estado, sociedade) e cultura, são claramente a expressão de particularidades e diferenciação em relação, por exemplo, ao produtor de maracujá com 20 hectares (ha) no Nordeste paraense ou o colono da transamazônica (Schmitz; Mota, 2010 p. 26). O histórico de ocupação e o tipo de meio biofísico delimitou no passado e delimita no presente esse tipo de agricultura familiar. Deles decorrem suas principais características agroecológicas e socioeconômicas.

Apesar disso, suas condições gerais permitem adotar a categoria agricultura familiar, na perspectiva proposta por Wanderley (1997, p. 10), como um “conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares”. Por esta razão, adota-se nesse estudo o conceito de agricultura familiar ribeirinha.

Nesta pesquisa, foram entrevistadas 30 famílias de agricultores nas ilhas do Combu, Murutucu e Grande (região insular de Belém, estado do Pará), entre os anos de 2014 e 2015. Esta pesquisa é parte de um projeto maior de estudos sobre agricultura familiar ribeirinha da região estuarina do estado do Pará, que vem sendo realizado pelo grupo de pesquisa Natureza, Desenvolvimento e Sustentabilidade na Amazônia (NADESA) desde o início

² A ideia de Agricultura Familiar como categoria de ação política está bem estabelecida no trabalho de Neves (2001).

dos anos 2000, o qual será expandido a partir de então para outras áreas do estuário por meio de projeto de pesquisa específico.

Por sua proximidade com o mercado e a cidade de Belém, os moradores dessas ilhas vivem em constante fluxo com a cidade. Eles compartilham com os outros tipos de agricultores familiares a ausência de infraestruturas sociais que o Estado disponibiliza aos moradores das cidades, mesmo que algumas vezes de forma precária.

Conforme os dados da pesquisa, as famílias de agricultores entrevistadas são as responsáveis pela gestão e produção de pequenos estabelecimentos rurais (dedicados a atividades extrativas e agrícolas) com o uso predominante de mão de obra familiar e produção voltada para o autoconsumo e para o mercado. As principais atividades são a coleta de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) e a pesca do camarão de água doce (*Macrobrachium amazonicum*), com a presença de diversas outras atividades: criação de pequenos animais; fabrico de apetrechos de pesca; cultivo de cacau (*Theobroma cacao*) e cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*); e extração de óleos.

Contudo, a expansão do mercado do açaí coloca questões relevantes para os agroecossistemas e para a socioeconomia no estuário Amazônico, e para a agricultura familiar ribeirinha. O processo de “açaização”³ identificado na pesquisa comporta o risco de simplificação dos sistemas de produção e de diferenciação social⁴.

Nesse sentido, o artigo também busca apreender a realidade social dos moradores das ilhas pesquisadas, analisar e descrever o sistema de produção e discutir os riscos e as possibilidades contidos no novo ciclo do açaí, tendo em vista as discussões sobre desenvolvimento sustentável na Amazônia.

2 AGRICULTURA FAMILIAR RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA: ABORDAGEM CONCEITUAL E OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O debate sobre agricultura familiar, ou campesinato na Amazônia, até pelo menos o início dos anos 2000, tem se concentrado mais detidamente

³ O manejo de açaí nativo é uma prática agrônômica que consiste em potencializar a espécie econômica no ecossistema florestal. Visa estabelecer o stand ideal de touceiras por ha e manejar as touceiras (em número de perfis e tamanho das hastes) para melhorar a produtividade. Estudos indicam que a produtividade pode dobrar em comparação a áreas nativas não manejadas. O manejo não conduz à açaização, mas a um sistema agroflorestal complexo. A açaização é a substituição da complexidade do sistema ecológico da várzea pelo açaí com características de monocultivo (Ferreira, 2013).

⁴ Para a compreensão da categoria diferenciação social, em oposição à diferenciação demográfica ver Chaynov (1974).

sobre o seguimento terra firme, com destaque para os estudos no Nordeste Paraense (Costa, 1994; Hurtienne, 2005) e para as regiões de Marabá (Reynal *et al.*, 1996) e Transamazônica (Castellanet; Simões; Celestino Filho, 1998), abordando temas como a reprodução do campesinato na fronteira ou a dinâmica dos sistemas de produção. No caso das várzeas, a discussão é encaminhada mais para o tema das populações tradicionais, em que se destaca a relação equilibrada com a natureza, típica dessa forma social de produção protagonizada por essas populações, tal como no estudo de Costa (2006).

Essas populações desenvolveram um sistema adaptativo que objetiva estabelecer harmonia entre o homem e a natureza, baseada na preservação do espaço, dos recursos naturais, em busca da não destruição “do delicado e complexo equilíbrio” existente entre as florestas, os solos e os rios da região estuarina, necessário para sua reprodução social, cultural e alimentar (Allegretti, 1996; Murieta *et al.* 1998).

Mais recentemente, ribeirinhos do estuário Amazônico têm sido abordados de diferentes formas, sendo que essas abordagens estão, em geral, ligadas a uma perspectiva de desenvolvimento e sustentabilidade de acordo com a filiação teórica do autor. Dentre os principais conceitos utilizados para definir essas populações, estão campesinato, agricultura familiar e populações ribeirinhas (Godoi; Menezes; Marin, 2009). Neste trabalho, os ribeirinhos são abordados como um tipo de agricultura familiar, caracterizada pela forte presença do rio e pelo manejo e uso de ecossistema de várzea⁵.

Segundo Fuller (1990), comunidades tradicionais amazônicas possuem a capacidade de desenvolver práticas que vão além da produção agrícola, executando atividades de transformação e venda direta da produção, garantindo segurança alimentar, manutenção de características sociais e culturais, aliadas à proteção da natureza (Cazella; Roux, 1999; Cazella; Bonnal; Maluf, 2009).

Entre essas práticas, Wagley (1988) descreveu a importância do extrativismo para a reprodução social, cultural e econômica de comunidades amazônicas, principalmente durante os “surto” econômicos que remontam à história do desenvolvimento da região. Castro (1965), apesar de criticar e chamar a prática extrativista de “destrutiva”, demonstra diferentes atividades desenvolvidas na Amazônia, que vão desde a simples coleta de

⁵ A discussão sobre a percepção dos ribeirinhos como populações tradicionais, conforme defendem Lira e Chaves (2016) não será objeto deste estudo.

sementes, frutos, raízes e cascas de árvores, à caça e à pesca, até à extração do látex, de óleos e de resinas vegetais. Essas atividades eram desenvolvidas tanto com objetivos comerciais (geração de renda) quanto de autoconsumo.

Castro (1965) comenta, ainda, sobre o papel que as frutas nativas (principalmente o açaí) detém na alimentação da população amazônica, e as várzeas são seu ecossistema original. Contudo, a ideia pura e simples de extrativismo não corresponde mais ao que ocorre na agricultura familiar do estuário com a ampliação do cultivo de açaí manejado (Queiroz; Mochiutti, 2012). Esse fenômeno corrobora a possibilidade de se pensar os ribeirinhos como uma forma específica de agricultura familiar, o que não é em si mesmo novo no quadro de uma visão conceitual bastante diversa dessa população.

Para Hurtienne (2005, p. 30), “o grande desafio é atingir uma compreensão mais diferenciada das diversas formas de agricultura familiar na terra firme, na várzea ou no estuário”. Com isso, pode-se inferir que o autor pensava a população estuarina como parte da grande categoria “agricultura familiar”. Por outro lado, considerando outros autores (Costa, 1994), verifica-se que o termo agricultura familiar e campesinato são empregados frequentemente como sinônimos, por isso os trabalhos que se referem ao campesinato, quando pensam essas populações, não problematizam a disjuntiva campesinato e agricultura familiar (Costa, 2006). Quanto a essa questão, a revisão do debate elaborada por Schmitz e Mota (2010, p. 31) é bastante completa, razão pela qual o tema não precisa ser aprofundado neste artigo.

As questões que parecem mais relevantes são: identificar as particularidades da agricultura familiar ribeirinha, o que a torna uma categoria singular no âmbito da grande categoria proposta por Wanderley (1997), destacar sua relevância populacional e produtiva para a Amazônia e os principais componentes do seu sistema de produção.

A referência ao rio, na definição do modo de vida, da cultura e do sistema de produção (Dufumier, 2010, p. 85) dos ribeirinhos está presente na unanimidade dos estudos. Dialogando com o tema do campesinato, Hiraoka (1993, p. 26) indica que o termo ribeirinho poderia ser usado para designar os camponeses da Amazônia que vivem às margens dos rios.

Contudo, os processos de integração mercadológica dessa população, notadamente em razão do aumento da demanda por açaí, fazem questionar o termo campesinato, considerando que o tipo de relação com o mercado define a categorização social (Abramovay, 1992). Segundo Schmitz e Mota (2010), os saberes tradicionais são relevantes na definição do tipo camponês, posto que o manejo de açaí tem sido cada vez mais guiado por técnicas

de cultivo, e ainda porque se trata de uma prática agronômica, segundo resultado de pesquisas. Portanto, baseado em conhecimentos científicos, o uso do termo campesinato parece cada dia mais inapropriado.

Para Rente Neto e Furtado (2015, p. 160), a definição de ribeirão sobressai como aporte central de análise a sua relação com o rio. Foi a partir disso que Furtado e Maneschy (2002) cunharam o qualificativo ribeiridade, isto é, uma vida social e material relacionada ao mundo das águas. Já Chaves, Simonetti e Lima (2008) se referem aos ribeirões como “populações que vivem à margem dos rios”. Embora relevantes e capazes de captar o essencial, essas abordagens são genéricas e aportam pouca informação sobre os modos de vida e produção da população estuarina; além disso, contém o risco de homogeneizar os habitantes de beiras de rio, algo que, mesmo para o estuário, não parece ser real.

O relacionamento do ribeirão com o rio é, de fato, o elemento que marca a particularidade desse tipo de agricultura familiar nas ilhas estudadas⁶, e sua condição de agricultura familiar é também perceptível. O barco é o meio de transporte, tanto entre as ilhas, comunidades e vizinhança, quanto entre as ilhas e a cidade. Pelo rio, chega-se à escola, à igreja, à reunião e às festividades. O rio é o lugar da pesca, é o meio de escoamento da produção e, nesse caso específico, proporciona o mecanismo natural de fertilização dos solos, ou seja, é fundamental para o sistema de produção.

O rio é fator relevante na relação entre essas agriculturas ribeirinhas e os paradigmas alternativos de agricultura: convencional e agroecológica (Altieri, 2004). A predominância da agricultura familiar no estuário se deve, provavelmente, à dificuldade da agricultura convencional em colonizar a várzea, e o potencial agroecológico da agricultura familiar ribeirinha é fato conhecido⁷, o que parece estar relacionado culturalmente à herança indígena e agronomicamente à fertilização natural pelo fluxo das marés.

A agricultura familiar ribeirinha se desenvolveu no ecossistema de várzea; na prática, um ecossistema formado pelo encontro entre os rios e a floresta, com forte efeito de bordadura (Odun, 2001, p. 250), isto é, rios e florestas estão imbricados, desenvolveram-se equilibradamente em

⁶ Interessante notar que essa relação com o rio implica dificuldade de enquadramento institucional e isso se reflete nos dados de participação associativa dos ribeirinhos. Conforme a pesquisa, 54% dos entrevistados informaram que são filiados a alguma organização. Desses, 33% possuem ligação com a Colônia dos Pescadores; 27% com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belém; 13% com a Associação dos Produtores Rurais do Periquitaquara; 7% estão na Associação de Pescadores; 7% com o Sindicato das Ilhas; 7% na Cooperativa de Barqueiros; e 6% na Associação da Ilha Grande.

⁷ Ver Arima, Maciel e Uhl (1998).

uma bacia sedimentar, compondo um ecossistema muito particular, e isso indica que a relação com a floresta é também estruturante dos sistemas de produção e modos de vida.

Essa condição implica alterações na dinâmica família estabelecimento, uma vez que parte relevante do necessário para a reprodução das famílias é dada pelo meio natural, como dádiva da natureza, ou seja, o rio e a floresta; e parte é obtida pelo resultado da alocação de trabalho pelas famílias e isso explica a grande estabilidade desses sistemas de produção, sua complexidade intrínseca, mas também os riscos que uma simplificação e uma especialização dos sistemas de produção contêm. Essa complexidade intrínseca se explica pela permanência desse sistema de produção por mais de 200 anos; contudo, o novo contexto inclui novos riscos.

As possibilidades tecnológicas no estuário são limitadas⁸ pela própria condição do meio biofísico, pois a imensa maioria dos desenvolvimentos técnicos na agricultura foi criada tendo em vista uma noção de agricultura que tem como pressupostos: solos drenados (terra firme), eliminação da cobertura natural e sua substituição pelo ecossistema cultivado, e a artificialização, tendo em vista potencializar os resultados de uma planta, geralmente, geneticamente melhorada.

Entendendo a complexidade dos sistemas de produção, no sentido de Costa (1994), como um processo oposto à especialização, tal como verificada nos estudos de sistemas agrários na região de Marabá (Reynal *et al.*, 1996), pode-se dizer que os sistemas de produção familiar ou camponês do estuário são intrinsecamente complexos e agroecológicos (Costa, 2006). Existem poucas razões para afirmar que a especialização, no sentido da açaiização, poderia manter essa condição ecológica. De fato, os sistemas de produção familiares ribeirinhos do estuário têm persistido desde o período colonial, alimentando uma população significativa e exportando recursos consideráveis para as cidades.

Em termos socioeconômicos, a recente pressão de mercado ocasionada nos sistemas pela economia açáifera pode ter dois desdobramentos: a “farmerização” (Schneider; Cassol, 2017, p. 87), com a consolidação de uma agricultura familiar de alta renda, manejo ecológico e pluriatividade,

⁸ Em casos de especialização de sistema de produção, crises técnicas podem induzir investimentos em diversificação ou complexificação (Figueiredo; Hurtienne, 2006). Para o caso da Agricultura Familiar de terra firme, essas possibilidades de diversificação são bastante amplas, dependem mais especificamente do mercado do que dos aspectos agroecológicos. No caso do estuário as condições particulares do meio biofísico limitam essas possibilidades. Uma crise técnica teria um potencial de catástrofe seguramente maior na várzea.

mas mantendo a estrutura fundiária, e com isso se estaria no quadro da diferenciação demográfica; ou, na falta de um termo melhor a “junkerização”, com a diferenciação entre agricultores ricos, que passariam a monopolizar áreas cada vez maiores, por meio de sua capacidade de investimento em capital, e agricultores pobres, moradores ou mesmo assalariados rurais, algo que corresponderia a uma diferenciação social⁹.

A criação de assentamentos agroextrativistas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) nas regiões estuarinas da Amazônia na primeira década do século, parece contribuir para a primeira das alternativas de desenvolvimento ao bloquear o mercado de terras, mas isso não ocorreu em toda a zona do estuário. Apesar da grande quantidade de assentamentos criados, a maior parte do estuário ainda está organizada, em termos fundiários, com base na propriedade tradicional.

Os desdobramentos agroecológicos e socioeconômicos da açaiização estão, por sua vez, relacionados. A segunda via de desenvolvimento, por exemplo, introduziria a lógica capitalista na exploração desses ecossistemas e implicaria uma dificuldade superior para a manutenção de sua sustentabilidade ambiental, como indica o estudo de Carvalho, Alves e Carneiro (2021), e mesmo como expressa o próprio processo de desenvolvimento agrícola nas áreas de terra firme na Amazônia. Avaliar a sustentabilidade desses sistemas de produção, na zona mais próxima do mercado de açaí, pode fornecer pistas sobre os sentidos de desenvolvimento indicados.

3 O NOVO CICLO ECONÔMICO DO AÇAÍ E O PROCESSO DE AÇAIZAÇÃO

Está-se diante de um novo ciclo agrícola na Amazônia: o ciclo do açaí. Dados da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP) indicam que o estado do Pará é o maior produtor nacional de açaí, com um volume anual de 1.389 mil toneladas de frutos para o ano de 2020, com uma área explorada (açaí plantio e açaí manejo) superior a 212 mil hectares. Somente no ano de 2020, foram comercializados pelo estado do Pará quase um bilhão de produtos oriundos do açaí para os mercados nacional e internacional. Apenas entre 2015 e 2019 a produção cresceu 32% (SEDAP, 2023).

⁹ Diferenciação social refere-se à diferenciação de classes, mas não se assume neste texto a premissa “kautskiana” de uma superioridade da grande propriedade sobre a pequena, mas sim a ideia defendida em Malagodi (2017), segundo a qual a questão agrária é uma questão de agricultura de base familiar, ou seja, a invisibilização social e política da agricultura familiar interfere na estrutura agrária.

A Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados (ABRAFRUTAS) registra que a exportação de açaí cresceu quase 15 mil por cento em dez anos, passando de 41 toneladas em 2011 para 5.900 toneladas em 2020. Em 2018, a exportação rompeu pela primeira vez a casa das duas mil toneladas. Os últimos cinco anos parecem ser o ponto de virada nas vendas externas do fruto e o início de um novo ciclo econômico (ABRTAFRUTAS, 2021). Além das exportações, observa-se também um forte crescimento da quantidade e da área colhida no estado do Pará. Em estudo recente sobre o impacto do lançamento das variedades BRS Pará e BRS Pai D'égua, a EMBRAPA aponta que a área plantada com essas variedades cresceu 675% nos últimos 12 anos (EMBRAPA, 2023)¹⁰.

O Baixo Tocantins e o Arquipélago do Marajó são as principais regiões produtoras de açaí do estado do Pará. Ainda que a contribuição do açaí oriundo de cultivos em terra firme esteja crescendo, predominantemente, sua base persiste, sendo a produção oriunda das várzeas, que responde pela liderança da produção e exportação mundial da fruta. Registra-se ainda que a forma social dessa produção é predominantemente familiar, mesmo que outras formas sociais estejam ampliando sua participação, com o plantio convencional.

O novo ciclo econômico do açaí pode ser entendido como um processo persistente de valorização de mercado¹¹, que produz elevação extraordinária de todos os indicadores de expansão: área plantada, vendas e exportações. Por sua vez, esse processo reincide sobre a realidade rural, impulsionando ainda mais os indicadores; é isso que tem acontecido com a cultura do açaí, precisamente. De outra forma, esses crescimentos atraem

¹⁰ Visitamos o campo de produção de sementes do BRS Pai D'égua na EMBRAPA, município de Igarapé Açu no dia 30 de março de 2023. As sementes são comercializadas por uma empresa que venceu a licitação. O campo tem 1 ha de matrizes plantadas que produz 11 toneladas de frutos por ano. Cada Kg de semente contém 1.200 sementes, essas sementes apresentam um percentual de germinação de 80%. Considerando uma densidade de 400 plantas por ha, manejando as etipes, chega-se a uma capacidade de 27 mil hectares por ano de expansão. Para adquirir sementes os interessados precisam aguardar numa fila de espera. Atualmente diversos produtores de vários estados tem adquirido e plantado sementes de BRS Pai D'égua.

¹¹ Pesquisas de preços conduzidas em algumas feiras de Belém, apontam para um preço médio de R\$ 80,00 a lata de 14 kg, base abril/2023. Este, contudo, é o momento da entressafra, dados da Safra (primeiro semestre) indicam um preço médio de R\$ 40,00 a lata. Nessas condições, para uma produtividade de 4 toneladas por ha, a receita obtida alcança 11,4 mil reais por ha. O manejo de uma área de 10 ha, pode produzir na atualidade uma receita anual bruta de 114 mil reais a uma família. Sem contar outras componentes do ecossistema que também passam por um processo de valorização como a semente de andiroba (R\$ 2,00/kg), o látex da seringueira (R\$ 10,00/kg) e o próprio Cacau, comercializado atualmente por 14,50 o kg da amêndoa seca.

a atenção tanto de agências públicas, quanto de investidores dentro e fora do estado. São comuns, como exemplo, relatos de empresários de outros estados que se deslocam para a Amazônia com o objetivo de se dedicar ao cultivo do açaí.

No caso específico do açaí, registra-se sua enorme flexibilidade agrônômica. Até o momento, foram mapeados por outra pesquisa que estamos conduzindo, plantios de açaí consorciados com Seringa (*Hevea brasiliensis*), Cacau (*Theobroma cacao*), Dendê (*Elaeis guineensis*) e Banana (*Musa spp.*), em Sistemas Agroflorestais e nos ecossistemas de várzea com toda a diversidade florística do sistema, além da própria possibilidade de sua exploração em várzea e terra firme, o que por si constitui algo relativamente raro entre as culturas agrícolas.

Desse modo, os dados demonstram que, de 2015 em diante, a economia açáifera nacional ou paraense dava uma guinada ascendente sem precedentes. Efetivamente, isso aponta uma nova força emergente no agrário regional, e a corrida dos empresários do agronegócio, ávidos por superlucros, rumando às compras de capital constante, ou seja, terras e matérias-primas (açaí em frutas). Essa conjuntura gera tensões entre os participantes do mercado e representa um enorme desafio para a agricultura familiar ribeirinha, que pode passar a ter que enfrentar a concorrência com a agricultura empresarial.

A agricultura familiar ribeirinha, secular, atravessa, então, um intenso processo de mudança como resultado dessas forças externas, ou condições estruturais dadas por uma situação de mercado específica. Tal mudança, se não for adequadamente discutida, visando formar bases científicas para a ação pública, pode implicar em sérios riscos para os agroecossistemas e por sua vez, para a sociedade não apenas da várzea, mas de toda a região amazônica. Estudar como esse processo está ocorrendo em locais específicos pode ajudar a qualificar o olhar sobre o tema. Um desses riscos refere-se à açaiização das várzeas.

Conforme Hiraoka (1993), o que chamamos de açaiização consiste no processo de expansão das áreas manejadas com açaí no estuário amazônico, com redução da diversidade florística, impulsionada por preços altos, dados pela elevada demanda do mercado externo e ganhando contornos de monocultura. Açaiização equivale, por tanto, à redução da diversidade genética dos ecossistemas de várzeas e sua substituição pelo açaí como forma “desesperada” de elevar a produção e dessa forma as rendas. Estudos da EMBRAPA apontam que o processo de açaiização das várzeas é inclusive contraproducente do ponto de vista agrônômico (Queiroz; Mochiutti, 2012).

Com base nesses estudos, o preconizado para as várzeas seria o manejo de mínimo impacto, com um stand de 400 touceiras por ha em consórcio com uma população arbórea local de 256 indivíduos de diferentes portes na mesma área, priorizando-se a diversidade, mas as condições de popularização dessa tecnologia ainda não são as ótimas. A adoção dessa tecnologia torna praticamente indiferenciada uma área agronomicamente manejada de açai, de uma área de vegetação sem intervenção.

4 DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE NAS ILHAS DO COMBU, MURUTUCU E GRANDE

Os resultados da pesquisa com os ribeirinhos das ilhas do Combu, Murutucu e Grande serão apresentados tendo em vista uma visão geral das famílias estudadas, considerando elementos que se referem às questões sociais, à guisa de contextualização na primeira parte e em seguida, uma visão geral do sistema de produção com identificação dos principais componentes (subsistemas) e suas tendências de desenvolvimento, com alguns comentários sobre desafios e potencialidades em termos de sustentabilidade.

A despeito do crescimento recente do turismo nas ilhas de Belém, entre os agricultores ribeirinhos estudados não há registro de atuação nesta atividade. Entretanto, observou-se que 29% dos entrevistados, ou de membros de suas famílias, possuem outro tipo de ocupação e/ou trabalho complementar fora da atividade rural. Essas ocupações vão do artesanato, ao barqueiro, do comércio à enfermagem, além de diaristas e vigilantes – formas mais comumente encontradas. Isso aponta para uma tendência de pluriatividade, mas as indicações apontam que se trata de um fenômeno mais relacionado a essas ilhas em particular, em razão de serem parte da cidade de Belém.

4.1 VISÃO GERAL SOBRE AS ILHAS E AS FAMÍLIAS ESTUDADAS

As três ilhas contam com fornecimento regular de energia elétrica. As casas são geralmente de madeira, assoalhos feitos do mesmo material, não sendo encontradas casas confeccionadas de troncos de palmeiras como paxiúba (*Socratea exorrhiza*) e/ou açazeiros. Entretanto, se encontraram algumas residências construídas em alvenaria, em número bem menor, cerca de 10%. A cobertura das casas quase sempre é com telhas de barro, representando 89% dos casos abrangidos na referida pesquisa. Em relação

à estrutura sanitária, especificamente no que tange ao esgotamento: 52% possuíam fossa negra; 37% fossa séptica; e 11% não detinham qualquer equipamento. Quanto ao vaso sanitário: em 56% das residências dos entrevistados, era de porcelana; 26% de madeira; e 15% sistina.

As famílias são compostas por no máximo nove indivíduos, e no mínimo dois. Entre os entrevistados, registram-se casais com até sete filhos e casais de idosos sem filhos. As casas, em geral, são equipadas com aparelhos doméstico.

Em relação à escolaridade: 62% dos chefes da família (41% mulheres e 59% homens) possuíam apenas o ensino fundamental incompleto; 21% não possuem escolaridade alguma, são analfabetos totais; 7% detinham o ensino fundamental completo; apenas 3% o ensino médio incompleto; e 7% o ensino médio completo. Essa condição indica que há um severo déficit educacional nas ilhas de Belém, o que evidencia um quadro geral de baixa escolarização e semianalfabetismo, pois, mesmo com algumas séries cursadas, grande parte ainda encontra dificuldades para ler e assinar seu nome.

Em termos de religiosidade, os resultados indicam que a maioria dos entrevistados se identifica com as igrejas neopentecostais, ou seja, 57% dos chefes de famílias entrevistados, enquanto os congregados na igreja católica representam 43%.

Entre os entrevistados, 54% informaram que participam de alguma forma de organização social. Dentre esses, os resultados indicam que: 33% possuem ligação com a colônia de pescadores; 27% com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belém (STTR); 13% com a Associação dos Produtores Rurais do Piriquiretaquara. Ou seja, 73% dos entrevistados estão ligados a algum tipo de organização coletiva de agricultores e/ou de pescadores. Quanto à não participação, verificou-se que, alguns encontravam dificuldades em associar-se, alegando burocracia, por falta de sindicato e de cooperativas nas Ilhas, falta de documentação pessoal e baixa representatividade política, já que alguns consideram que “não tem uma pessoa à frente da comunidade”¹².

Sobre a existência de algum projeto desenvolvido com entidades nacionais ou internacionais de cooperação, associação para o desenvolvimento social, econômico, ambiental e político, 62% dos entrevistados responderam que não existia nenhum tipo de projeto dessa natureza, enquanto 38% afirmaram que sim. Os 38% que responderam positivamente, afirmaram que

¹² Entrevista de pesquisa concedida pelo Entrevistado 24, na Ilha do Murutucu, Belém-PA, em 2014.

os projetos estavam relacionados à Captação de Água da Chuva (Ilha Grande) (11%), projetos de assentamento do Incra (45%) e da Sociedade Bíblica do Brasil (33%) – que promove assistência à saúde esporádica e apenas 11% não soube responder, detalhando algum tipo de projeto de financiamento, capacitação ou assistência.

Quanto à ocupação da terra entre as famílias estudadas, observou-se a ocorrência predominante da forma tradicional. O que se chama de forma tradicional é a passagem da posse por hereditariedade entre os membros de uma mesma família, e que muitas vezes expressa um processo bastante antigo de ocupação e não implica compra e venda no mercado. Essa forma guarda bastante semelhança com os sistemas de distribuição de terras das ilhas do Baixo Tocantins (Costa, 2006). Talvez esse fato esteja relacionado à antiga ocupação do campesinato dessas regiões, que data do período colonial. Nas ilhas pesquisadas, verificou-se que o acesso à terra entre os entrevistados se deu por herança em 56% dos casos, por compra em 26%, ocupação 11% e doação 7%.

Vale ainda ressaltar que são lotes diminutos, muitas vezes correspondendo, no máximo, numa classificação, a um pequeno quintal, à semelhança dos lotes urbanos. Por essa razão, alguns dos habitantes das ilhas estudadas podem ser identificados como moradores rurais. A maioria, cerca de 70% dos entrevistados, exploram áreas maiores, embora, no geral, sejam microespaços de domínio familiar com área entre 02 e 04 ha¹³. O tamanho diminuto dos estabelecimentos¹⁴ é compensado pelas áreas de livre acesso (Fenny *et al.*, 2001) de pesca, que permitem absorção de parte da mão de obra familiar e a subsistência das famílias.

Por fim, a pesquisa evidenciou que 74% das famílias entrevistadas informaram não serem atendidas por nenhum tipo de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). A ausência desse serviço, para mais de dois terços das famílias, denuncia a falta de uma política pública específica voltada para o desenvolvimento sustentável do estuário amazônico, algo que deveria mudar em face dos desafios para os sistemas de produção, que serão abordados na próxima seção.

¹³ Em face dos mecanismos de herança, a tendência do tamanho médio dos estabelecimentos familiares é a redução, fato que se observa claramente nas áreas estudadas.

¹⁴ Conforme IBGE (2017, p. 35): “toda unidade de produção ou exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas. Independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de estar na área rural ou urbana, todo estabelecimento agropecuário tem como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família)”.

4.2 SISTEMA DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR RIBEIRINHA DAS ILHAS DO COMBU, MURUTUCU E GRANDE

Esta seção tem por objetivo apresentar e discutir, brevemente, a configuração do sistema de produção dominante nas localidades estudadas. Não foram verificadas diferenças quanto a este elemento entre as ilhas.

A principal atividade econômica desenvolvida pelas famílias estudadas é o manejo do açaí nativo, tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização. Após o término do período de safra do açaí (julho a dezembro), os ribeirinhos procuram alternativas de alocação de forças de trabalho e garantia de reprodução. Dentre elas, estão a pesca artesanal do camarão regional, a extração da andiroba (*Carapa guianensis*), a criação de pequenos animais (galinhas e porcos), bem como o cultivo de frutíferas como cacau e cupuaçu, que, por serem nativas dessas áreas e apresentarem valor comercial, também são manejadas.

O sistema de produção típico da agricultura familiar ribeirinha, nas ilhas estudadas, é, portanto, agrohaliêuticoextrativista¹⁵. O sistema de produção, dessa forma, está formado por cinco subsistemas: 1) açaí extrativo manejado; 2) extração de óleos florestais; 3) pesca artesanal, sendo o camarão regional o principal produto; 4) cultivo de lavouras permanentes de cacau e cupuaçu; 5) quintal com fruteiras, hortaliças e pequenos animais.

Contudo, esse sistema de produção enfrenta desafios de sustentabilidade em razão de constrangimentos externos, principalmente a valorização de mercado do açaí. Apesar de seu potencial de sustentabilidade, pela própria lógica da produção familiar no estuário, as condições estruturais nos níveis macro e meso têm sugerido riscos. À diferença de Costa (1994), essas forças externas não tencionam para a deterioração do sistema como resultado da inviabilização da reprodução familiar, mas sim, em face dos desdobramentos ecológicos resultantes da busca por maior produção de açaí, cujo resultado é a homogeneização do ecossistema estuarino, com reflexos ainda desconhecidos para o sistema de produção e para a própria cultura do açaí, além da valorização das terras, produzindo uma tendência de expulsão e risco de diferenciação social.

Observou-se que a tendência de ocupação dos estabelecimentos rurais das famílias ribeirinhas passa pela simplificação dos arranjos agroecológicos, com a expansão da cultura do açaí, ou ainda, da açaização. Carvalho, Alves

¹⁵ Trata-se de um neologismo proposto pelos autores para designar o sistema de produção baseado simultaneamente na agricultura, pesca (haliêutico) e extrativismo.

e Carneiro (2021), em estudo sobre a recuperação florestal em várzeas do estuário, mais especificamente nas ilhas de Abaetetuba, informam que a intensificação do manejo tem provocado alterações na composição florística e perda de biodiversidade. Afirmando ainda que essa dinâmica, se persistir, pode colocar em risco as condições de sobrevivência dos agricultores familiares ribeirinhos. Mas esses não são os únicos desafios ao desenvolvimento e sustentabilidade enfrentados pelos ribeirinhos das ilhas de Belém.

Em termos econômicos, nos deparamos, na pesquisa, com a particularidade e informalidade do tipo de controle de fluxo monetário ou mesmo de insumos e produtos, e ainda de consumo. Por essa razão, torna-se difícil uma inferência quanto a esse ponto.

Quanto à distribuição do trabalho, nota-se divisão sexual bem demarcada entre o trabalho na casa (geralmente das mulheres) e o trabalho fora da casa feito pelos homens. A duração média do tempo de trabalho nas atividades domésticas monta cerca de nove horas, enquanto o trabalho nas demais atividades alcança em médias oito horas diárias, sendo cerca de três horas no quintal, três horas na agricultura (roça e açaizal), duas horas na mata e aproximadamente meia hora no rio com a pesca.

Entre os estabelecimentos familiares pesquisados, foi identificada a existência de tanques de criação de peixes em 7% dos casos. Em 22% dos estabelecimentos, registra-se a existência de pocilgas para a criação de porcos e 37% contam com galinheiros. Isso demonstra que a criação de pequenos animais é um componente importante do sistema de produção, embora o nível tecnológico adotado seja extremamente baixo. Em geral, as infraestruturas para a criação são bastante rústicas.

Outro componente dos sistemas de produção dos agricultores familiares ribeirinhos das ilhas de Belém é a pesca, seja de peixes ou de camarão. Todas as famílias entrevistadas praticam algum tipo de pesca. Os produtos da pesca são utilizados tanto para consumo da família quanto para a comercialização. A comercialização é mais comum no caso do camarão de água doce. A relevância do camarão se dá também em razão de possibilitar fluxo financeiro na entressafra do açaí, posto que a “safra do camarão” ocorre no primeiro semestre, no momento do inverno amazônico. O camarão se reproduz na vegetação de borda do estuário, por isso, problemas como a poluição por resíduos sólidos, poluição por óleo das embarcações, além da forte pressão de pesca tem contribuído para reduzir os estoques e, com isso, a relevância dessa atividade no sistema de produção. No ambiente doméstico, também se fabrica apetrechos para a produção e extrativismo, um pequeno artesanato, que, não obstante a relevância, é acessório.

A extração da andiroba, assim como o plantio e colheita de árvores frutíferas, como cacau e cupuaçu – fortemente atacados por fungos – são outras fontes de rendas e parte da cultura do agricultor familiar estuarino nas ilhas estudadas. No processo de extração do óleo da andiroba, todas as fases da extração são realizadas nos estabelecimentos rurais, o que indica potencial para verticalização cooperativa, ou comunitária. Esta atividade está pouco desenvolvida também por causa da escassez de árvores matrizes, que têm sido cortadas, em razão da simplificação dos ecossistemas florestais em face da força expansiva do açaí. Tanto na modalidade extrativista, como na agrícola, essa espécie é preponderante e tem se expandido, porque tem garantido a economia das famílias ribeirinhas na maior parte do ano, mesmo na entressafra, quando usam a reserva econômica do período anterior para sobreviverem. Por isso, os agricultores familiares ribeirinhos têm procurado estabelecer e ampliar cultivos de açaí.

Por esta razão, a ideia de extrativismo corresponde cada vez menos à realidade da agricultura familiar do estuário. Com a ampliação das áreas de manejo e a força econômica do açaí, é mais correto falar de agricultura, embora seja uma agricultura adaptada às condições de várzeas, que ainda não foi completamente apropriada pela agricultura convencional.

Esse fato é muito importante, pois os sistemas de produção dos ribeirinhos das ilhas de Belém são intrinsecamente complexos. Contudo, a partir da pressão de mercado, os sistemas de produção estão se desenvolvendo no sentido da especialização, ou seja, açaiização. Sistemas de produção especializados são mais vulneráveis a crises técnicas e de mercado. A forma imanentemente complexa desses sistemas de produção relaciona-se com a manutenção da própria estrutura ecológica dos agroecossistemas, mas a açaiização produz, adicionalmente, o risco de simplificação ecológica. Além disso, eleva-se a biomassa exportada para fora do sistema sem se conhecer adequadamente a capacidade de fertilização das marés. Estudo em outras regiões dos estuários seria relevante para confirmar se a açaiização se configura como uma tendência geral.

Adicionalmente, observa-se potencial para outras atividades, desde que haja investimento em tecnologia e formação de capital social (Putnam, 1999), como é o caso das pequenas criações, cultivo de cacau, meliponicultura, entre outras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas de campo realizadas nas ilhas do Combu, Murutucu e Grande permitiram descrever as principais características socioeconômicas, ecológicas e agronômicas das formas de produção adotadas pelas famílias entrevistadas. Em termos socioeconômicos, destaca-se a grande demanda não assistida por assistência técnica rural e as deficiências em termos de infraestruturas sociais e sanitárias.

Os sistemas de produção estão baseados fundamentalmente na exploração do açaí e do camarão, que se complementam em termos de fluxos de renda. Além desses componentes, também se verifica pesca variada, quintal, criação de pequenos animais, cultivo de cacau e cupuaçu, fabrico de apetrechos de pesca e extração de óleo vegetal como a andiroba. Com isso, pode-se afirmar que se trata de um sistema de produção agroaliêuticoextrativista. Embora estejam localizadas nas ilhas de Belém, as atividades e modo de vida das famílias estudadas podem ser definidas como rurais, com predominância de mão de obra familiar ou economia doméstica.

Dessa forma, pode-se pensar a realidade estudada em termos da categoria geral de agricultura familiar, por se tratar de unidades econômicas em que a gestão e o trabalho estão a cargo das famílias. Contudo, sua relação com o rio, dada pela pesca (subsistência), transporte e fertilização dos agroecossistemas, estabelece uma particularidade, uma especificidade, razão pela qual essas unidades de produção podem ser conceituadas como agricultura familiar ribeirinha. Nesse sentido, a agricultura familiar ribeirinha se insere como uma forma específica de agricultura familiar típica do estuário amazônico e com sistema de produção intrinsecamente diversificado.

Considerando dados de mercado e produção, o estudo aponta a existência de um novo ciclo produtivo na região: o ciclo do açaí. Tal expansão tem influência direta nos sistemas de produção, notadamente o risco de açaiização, que pode lavar a problemas agroecológicos e socioeconômicos.

O estudo da dinâmica do sistema de produção permitiu identificar tendênciadexpansão da exploração do açaí, sema adoção de técnicas de manejo que possibilitam manter a biodiversidade original do agroecossistema. Esse processo de açaiização traz consigo riscos agroecológicos e socioeconômicos. Em termos agroecológicos, a simplificação pode trazer riscos de surgimento de pragas e doenças e a especialização pode expor os estabelecimentos à crise técnica. Em termos socioeconômicos, a “injeção” de recursos do açaí coloca a disjunção diferenciação demográfica versus diferenciação social. O

desenvolvimento da agricultura familiar no estuário amazônico pode estar entre a “*farmerização*” com aumento da renda e manutenção da base familiar ou “*junkerização*” com diferenciação social e desestruturação da base familiar. Pode ser cedo para afirmar, mas essas hipóteses estão colocadas no horizonte societal deste rural particular da Amazônia.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. 286 p.
- ABRTAFRUTAS. Exportação de açaí cresce quase 15.000% em dez anos. **Abrafrutas**, Brasília, DF, 27 maio 2021. Disponível em: <https://abrafrutas.org/2021/05/exportacao-de-acai-cresce-quase-15-000-em-dez-anos/>. Acesso em: 24 jan. 2023.
- ALLEGRETTI, M. H. Políticas para o uso dos recursos naturais renováveis: a região amazônica e as atividades extrativas. *In*: CLÜSENER-GODT, M.; SACHS, I. (org.). **Extrativismo na Amazônia brasileira: perspectivas sobre o desenvolvimento regional**. Paris: UNESCO, 1996 P. 14-33.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ARIMA, E.; MACIEL, N.; UHL, C. Oportunidades para o desenvolvimento do estuário amazônico. **Imazon**, Belém, 1998. Disponível em: <https://imazon.org.br/oportunidades-para-o-desenvolvimento-do-estuário-amazonico-n-15/>. Acesso em: 20 set. 2022.
- CARVALHO, R. C.; ALVES, L. F. N.; CARNEIRO, R. V. Recuperação florestal em várzeas do estuário amazônico submetidas ao manejo intensivo de açaiçais. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 24, p. 1-22, 2021.
- CASTELLANET, C.; SIMÕES, A.; CELESTINO FILHO, P. **Diagnóstico preliminar da agricultura familiar na Transamazônica: indicações para pesquisa desenvolvimento**. Belém: Embrapa-CPA TU, 1998. 48 p.
- CASTRO, J. **Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo**. 7ª ed. revista e aumentada. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965. v. 1.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. *In*: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S (org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 47-70.

CAZELLA, A. A.; ROUX, B. Agribusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 46-69, 1999.

CHAVES, M. S.; SIMONETTI, S. R.; LIMA, M. S. Pueblos ribereños de la Amazonía: haberes e habilidades. **Interações**, Campo Grande, v. 9, n. 2, p.129-139, 2008.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

COSTA, F. A. Racionalidade camponesa e sustentabilidade: elementos teóricos para uma pesquisa sobre agricultura familiar na Amazônia. **Paper do NAEA**, Belém, n. 29, p. 1-34, 1994.

COSTA, G. S. **Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia**. Belém: Editora NAEA, 2006.

DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2010. 326 p.

EMBRAPA. Área plantada com açaizeiros de terra firme gerados pela pesquisa cresce 675% no Brasil. **Embrapa**, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/79157772/area-plantada-com-acaizeiros-de-terra-firme-gerados-pela-pesquisa-cresce-675-no-brasil#:~:text=Avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20impacto%20da%20cultivar,indica%20estudo%20conduzido%20pela%20Embrapa>. Acesso em: 17 abr. 2023.

FEENY, D.; BERKES, F.; MCCAY, B. J.; ACHESON, J. M. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. *In*: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001, p. 17-42.

FERREIRA, M. L. **Manejo de açaizais**. Marituba: EMATER-Pará, 2013. (Manual técnico, 9).

FIGUEIREDO, R. B.; HURTIENNE, T. Dinâmicas dos sistemas de produção, estratégias de intensificação e o papel da tecnologia de *MULCH* na economia familiar. *In*: COSTA, F. A.; HURTIENNE, T.; KAHWAGE, C. (org.). **Inovação e difusão tecnológica para a agricultura familiar sustentabilidade na Amazônia Oriental: resultados e implicações do projeto SHIFT socioeconomia**, Belém, UFPA/NAEA, 2006. p. 119-150.

FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies*, [s. l.], Vol. 6, No. 4, p. 361- 73, 1990.

FURTADO, G.; MANESCHY, M. C. Gens de mer et contraintes sociales: les pêcheurs côtiers de l'état du Pará, nord du Brésil. *In*: COLLOQUE NATIONAL ET INTERNATIONAL – ENTRE TERRE ET MER – SOCIETES LITTORALES ET PLURIACTIVITES XV-XX SIECLES, 2002, Lorient. *Annales* [...]. Lorient: [s.n.], 2002. Não paginado.

GODOI, E. P.; MENEZES, M. A; MARIN, R. E. A. (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 2.

HIRAOKA, M. Mudanças nos Padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário do Amazonas. *In*: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W. M.; MELLO, A. F. (org.). **Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia**. MPEG: Belém, 1993. p. 133-157.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 1, p. 19-71, 2005.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: Características gerais das produções agropecuária e extrativista, segundo a cor ou raça do produtor e recortes territoriais específicos**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73101> Acesso em: 20 jan. 2024.

INCRA. Superintendência Regional do Pará Belém SR – 01. Assentamentos: informações gerais. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index>. Acesso em: 01 out. 2021.

LIRA, T. M.; CHAVES, M. P. S. R. Comunidade ribeirinhas na Amazônia: organização social e política. **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 1, p. 66-76, 2016.

MALAGODI, E. Por que a questão agrária é uma questão da agricultura de base familiar e camponesa? *In*: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira: desafio e perspectivas de futuro**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 42-64.

MURRIETA, R. S. S.; BRONDÍZIO, E.; SIQUEIRA, A.; MORAN, E. F. Estratégias de subsistência de uma população ribeirinha do rio Marajó-açu, ilha de Marajó, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém v. 5, n. 2, p. 147-163, 1989.

NEVES, D. P. Agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. *In*: LOPES, E. S.; MOTA, D.; SILVA, T.M. (org.). **Desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/ EMBRAPA, 2002. p. 131-159.

ODUM, E. P. **Fundamentos de ecologia**. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

PANTOJA, V.; MAUÉS, R. H. O Círio de Nazaré na constituição e expressão de uma identidade regional amazônica. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 57-68, jul./dez. 2008.

PEREIRA, H. S. A dinâmica da paisagem socioambiental das várzeas do rio Solimões-Amazonas. *In*: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus, EDUA, 2007. p. 11-30.

PUTNAM, H. W. **Capital social e desempenho institucional: comunidade e democracia**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

QUEIROZ, J. A. L.; MOCHIUTTI, S. **Guia prático de manejo se açaiçais para a produção de frutos**. 2. ed. Macapá: Embrapa Amapá, 2012.

RENTE NETO, F.; FURTADO, L. G. A ribeiridade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 24, p. 158-182, 2015.

REYNAL, V.; MUCHAGATA, M. G.; TOPALL, O.; HÉBETTE, J. **Agriculturas familiares e desenvolvimento em frente pioneira amazônica**. Belém: LASAT/CAT, 1996.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. Agricultura familiar: elementos empíricos e teóricos. *In*: SCHMITZ, H. (org.). **Agricultura familiar, extensão rural e pesquisa participativa**. São Paulo, Annablume, 2010. p. 23-42.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. *In*: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 82-109.

SEDAP. Exportação do agronegócio Estado do Pará: visão geral, principais produtos principais destinos. **Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca do Estado do Pará**, Belém, 2023. Disponível em: www.sedap.pa.gov.br/content/açaí. Acesso em: 24 fev. 2023.

WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: TAVARES, E. D.; MOTA, D. M.; IVO, W. M. P. M. (ed.). **Agricultura familiar em debate - Anais**. Aracaju: Embrapa-CPATC, 1997. p. 9-40.

Submissão: 14/10/2022 • Aprovação: 09/02/2024





Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 1 • jan-abr. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536





EL IMPACTO DE LA INVERSIÓN EN SALUD PÚBLICA SOBRE EL LOGRO DE OBJETIVOS EN LA ATENCIÓN PRIMARIA DE SALUD

O IMPACTO DO INVESTIMENTO EM SAÚDE PÚBLICA NO ALCANCE DOS OBJETIVOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Josué de Lima Carvalho  

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Paragominas, PA, Brasil

Tania Suely Azevedo Brasileiro  

Universidade Federal do Oeste de Pará (UFOPA), Santarém, PA, Brasil

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar el impacto de la inversión en salud en Brasil y sus relaciones con las metas estipuladas para la Atención Primaria de Salud (APS). En la construcción teórica, el trabajo explica cómo se construye el financiamiento de la salud en Brasil a través del Fondo Nacional de Salud (FNS) y cuál es el papel de las entidades en el financiamiento tripartito. Luego, explica las especificidades de la APS. Los procedimientos metodológicos demuestran que los datos fueron extraídos a través de la plataforma del PROADESS, que es mantenida por el Laboratorio ICICT/Fiocruz. Los indicadores de inversión en salud fueron comparados mediante una correlación con indicadores de desempeño de la APS. Los resultados demuestran que existe una relación directa entre la inversión en salud y el cumplimiento de la mayoría de las metas de la APS, lo cual es posible contrastar en la literatura disponible. El análisis factorial resulta en la creación de un indicador denominado el impacto de la inversión en la atención primaria a la salud, que se presenta como una estrategia de evaluación de las políticas integradas. Se sugiere que estos datos sean investigados para regiones, estados y municipios brasileños.

Palabras clave: Atención Primaria de Salud (APS); inversión pública; gasto público.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o impacto do investimento em saúde no Brasil e suas relações com as metas estipuladas para a Atenção Primária à Saúde (APS). Na construção teórica, o trabalho explica como é construído o financiamento da saúde no Brasil através do Fundo Nacional de Saúde (FNS) e qual é o papel das entidades no financiamento tripartite. Em seguida, explica as especificidades da APS. Os procedimentos metodológicos demonstram que os dados foram extraídos através da plataforma do PROADESS, que é mantida pelo Laboratório ICICT/Fiocruz. Os indicadores de investimento em saúde foram comparados por meio de uma correlação com indicadores de desempenho da APS. Os resultados demonstram que existe uma relação direta entre o investimento em saúde e o cumprimento da maioria das metas da APS, o que é possível contrastar na literatura disponível. A análise fatorial resulta na criação de um indicador denominado o impacto do investimento na atenção primária à saúde, que se apresenta como uma estratégia de avaliação das políticas integradas. Sugere-se que estes dados sejam investigados para regiões, estados e municípios brasileiros.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde (APS); investimento público; gasto público.

1 INTRODUCCIÓN

Según la Organización Panamericana de la Salud (OPS, 2018), la atención primaria de salud es un sistema que orienta sus estructuras y funciones hacia los valores de equidad y solidaridad social. Para el Ministerio de Salud (Brasil, s.d.), la Atención Primaria de Salud (APS) es el primer nivel de atención en salud y se caracteriza por un conjunto de acciones de salud, a nivel individual y colectivo, que abarca la promoción y protección de la salud, la prevención de enfermedades, diagnóstico, tratamiento, rehabilitación, reducción de daños y mantenimiento de la salud con el objetivo de desarrollar una atención integral que impacte positivamente en la situación de salud de las comunidades.

Desde la aparición de los Centros Escolares de Salud en la década de 1920, Lavras (2011) explica que en Brasil es posible identificar varios intentos de organización de la Atención Primaria de Salud (APS). Además, se configuraron varios modelos en diferentes regiones del país, debido a intereses y conceptos muy diferentes.

Un hito importante para la construcción del modelo que hoy tenemos ocurrió en 1980, con el proceso de redemocratización en el país, cuando se propusieron las Acciones Integrales de Salud (AIS), seguidas por el Sistema Único y Descentralizado de Salud (SUDS), hasta que en 1988 fue instituido el Sistema Único de Salud (SUS) con la nueva Constitución Federal (Brasil, 1988).

En 1994, con una evaluación positiva del Programa de Agentes Comunitarios de Salud (PACS), el Ministerio de Salud propuso el Programa de Salud de la Familia (PSF), que poco después pasó a ser entendido como una estrategia de reorientación del modelo de atención (Brasil, 1998).

Según Starfield (2002), estudioso de la atención primaria de salud, la APS es el primer contacto de asistencia continua centrada en la persona, destinada a satisfacer sus necesidades de salud, que solo en casos muy inusuales requiere una actuación más especializada. Su función es coordinar la atención cuando las personas reciben esa atención en otros niveles de atención. El autor sugiere los siguientes atributos para las prácticas de atención primaria: primer contacto, longitudinalidad, integralidad y coordinación. Por su parte, Bodstein (2022) enumera el papel crucial de la Atención Primaria de Salud en la Agenda de Salud y cómo su implementación eficiente es crucial para reducir las hospitalizaciones y los gastos generales relacionados con la atención hospitalaria de mediana y alta complejidad.

En el contexto internacional, la Agenda 2030 (2015) presenta los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). Entre los 17, se encuentra el objetivo 3 (ODS 3), que trata sobre la salud y el bienestar, y tiene ocho metas estrechamente relacionadas con la Atención Primaria de Salud (APS); sin embargo, solo hay una meta que se refiere exclusivamente a la atención hospitalaria de mediana y alta complejidad.

Frente a la contextualización de la importancia de la Atención Primaria de Salud para garantizar la equidad y el desarrollo social en las diferentes regiones que componen Brasil, y relacionándose también con estudios como los de Medina *et al.* (2020) y Sarti *et al.* (2020), que enumeran el papel estratégico que jugó la Atención Primaria de Salud (APS) durante la pandemia del Coronavirus (SARS-CoV-2), se buscó responder a la siguiente pregunta problema: ¿Cuáles son las influencias del aumento o disminución de la inversión en salud pública en Brasil en el cumplimiento de las metas relacionadas con la Atención Primaria de Salud (APS)?

Así, esta investigación tiene como objetivo relacionar la inversión en salud en Brasil en la serie histórica de 2010 a 2020 con el cumplimiento de las metas de la Atención Primaria de Salud. Como objetivos específicos se propuso: analizar la (in)evolución de la inversión en salud en Brasil en la serie histórica de 2010 a 2020; identificar, dentro de las regiones de Brasil, el cumplimiento de la meta de inversión de contrapartida municipal de al menos el 15% según la Enmienda Constitucional 29, destacando las regiones más frágiles; y correlacionar la inversión en salud pública con el logro de metas relacionadas con la Atención Primaria de Salud.

Este trabajo se justifica, en primer lugar, al evaluar el impacto del gasto público en salud y su relación con el cumplimiento de las metas relacionadas con la Agenda 2030. Dentro de la justificación científica, este estudio puede servir de base para la construcción de indicadores de evaluación y para trabajos que pretenden evaluar el impacto de los gastos por región de Brasil, por estado y por municipio. En la justificación personal, representa un avance necesario para la evolución profesional, principalmente en la contribución a la creación de herramientas para la toma de decisiones.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FINANCIAMIENTO DE LA SALUD EN BRASIL

El Fondo Nacional de Salud (FNS) puede entenderse como el administrador financiero de los recursos destinados a financiar los gastos

corrientes y de capital del Ministerio de Salud, así como de los órganos y entidades de la administración directa e indirecta, integrantes del Sistema Único de Salud (SUS). Fue instituido con base en el Decreto n.º 64.867, de 24 de julio de 1969 (Brasil, 1969).

El Fondo Nacional de Salud (FNS) organiza transferencias de recursos a fondos estatales, municipales y del Distrito Federal, posibilitando así la integración presupuestaria en el financiamiento de la salud pública brasileña. De esta organización presupuestaria procede la nomenclatura relativa a la financiación pública, organizándose de forma tripartita.

Cabe señalar que el Decreto n.º 64.867/1969 fue posteriormente sustituido por el Decreto n.º 806, de 24 de abril de 1993 (Brasil, 1993), en conformidad con las directrices del Sistema Único de Salud (SUS), que fue instituido por la Ley n.º 8.080/1990 (Brasil, 1990a). Otra legislación importante en la construcción del nuevo modelo de financiamiento del SUS fue la Ley n.º 8.142/1990 (Brasil, 1990b), que prevé la participación comunitaria en la gestión del Sistema Único de Salud (SUS) y las transferencias intergubernamentales de recursos financieros en el área de salud, entre otras medidas. La tercera sustitución del decreto se hizo mediante el Decreto n.º 3.964, de 10 de octubre de 2001 (Brasil, 2001), con el fin de atribuir nuevas funciones al FNS, siendo este último el decreto en vigor.

El Fondo Nacional de Salud se puede dividir en cinco bloques: Asistencia Farmacéutica, Atención Ambulatoria y Hospitalaria de Media y Alta Complejidad (MAC), Atención Primaria de Salud (APS), Gestión del SUS y Vigilancia en Salud (Brasil, 2001). Las transferencias se dividen en: mantenimiento de las acciones y servicios de salud pública (financiamiento) y estructuración de la red de servicios de salud pública (inversión).

Varios estudios discuten el papel del Sistema Único de Salud (SUS) dentro del financiamiento de la salud pública. Paulus Júnior y Cordoni Júnior (2006) discuten las políticas públicas relacionadas con la salud en Brasil, con base en la Enmienda Constitucional n.º 29, de 2000 (Brasil, 2000), cuya función es asegurar los recursos mínimos para el financiamiento de acciones y servicios de salud pública. Los autores concluyen que, para permitir el cumplimiento de la EC 29, se estableció un período de transición. El Gobierno Federal debe ajustar anualmente el presupuesto de salud con base en la variación del producto interno bruto (PIB) del año anterior. Los Estados, por su parte, deben invertir al menos un 12% de sus ingresos. La regla para los municipios es similar, con porcentajes de al menos el 15% de sus ingresos a partir de 2004.

Pescuma Junior y Mendes (2015) evalúan el financiamiento del Sistema Único de Salud (SUS) a partir de una serie histórica de 2000 a 2011; el estudio evalúa todos los bloques de financiamiento vinculados al FNS, comparando bloques de financiamiento de mediana y alta complejidad (MAC) con el otro bloque. Los autores llegan a dos grandes conclusiones en el artículo: en primer lugar, el bloque MAC tiene una participación económica superior a los demás y, posteriormente, concluyen que la Terapia de Reemplazo Renal (TRR) concentra la mayor parte de sus recursos económicos en el bloque MAC.

Vieira *et al.* (2017) evalúan las políticas dirigidas a la financiación del SUS, reflexionando sobre las políticas públicas dirigidas a la financiación del Sistema Único de Salud (SUS), incluyendo el control social y la participación comunitaria en su gestión. Los autores concluyen que el Fondo Nacional de Salud (FNS) desempeña una función financiera y contable con la misión de contribuir al fortalecimiento de la ciudadanía, a través de la mejora continua del financiamiento de las acciones de salud, buscando crear mecanismos para poner la información a disposición de la sociedad en su conjunto, relativa a captaciones, inversiones y financiamientos en el ámbito del SUS.

Carvalho y Brasileiro (2022) realizaron una revisión sistemática de la literatura para comparar la transparencia, la inversión en salud pública y la eficiencia del gasto público. Los autores enumeran las contribuciones dentro de la base de datos Scopus, concluyendo que varios estudios a nivel internacional resaltan la importancia del financiamiento público y la transparencia.

De Lima, Silva y Varão (2022) presentan un modelo de informes financieros populares vinculados a la salud pública; los autores desarrollan un modelo de Informe Anual de Gestión (RAG) de fácil comprensión para los miembros de los consejos de salud, con el fin de garantizar la participación y el control social.

2.2 ATENCIÓN PRIMARIA DE SALUD (APS)

Según la Secretaría de Atención Primaria de Salud (Brasil, s.d.), la Atención Primaria de Salud (APS) puede ser considerada como el primer nivel de atención en salud y se caracteriza por un conjunto de acciones de salud, a nivel individual y colectivo, que engloba la promoción de la salud y la protección, prevención de enfermedades, diagnóstico, tratamiento, rehabilitación, reducción de daños y mantenimiento de la salud con el objetivo de desarrollar una atención integral que impacte positivamente en la situación de salud de las colectividades.

Por lo tanto, la APS puede ser entendida como la principal puerta de entrada al SUS y el centro de comunicación con toda la Red de Atención del SUS, y debe ser guiada por los principios de universalidad, accesibilidad, continuidad de la atención, integralidad de la atención, responsabilidad, humanización y equidad. Esto significa que la APS funciona como un filtro capaz de organizar el flujo de servicios en las redes de salud, desde los más simples hasta los más complejos.

Dentro de la estructura organizacional del Sistema Único de Salud (SUS) en Brasil, la Atención Primaria se desarrolla con el más alto grado de descentralización y capilaridad, ocurriendo en el lugar más cercano a la vida de las personas (Brasil, s.d.). Se entiende, entonces, que la Atención Primaria no es sólo la puerta de entrada al SUS, sino que también puede ser entendida como el principal medio de promoción y prevención, que, bien articulada, puede reducir gastos con otros bloques de financiamiento, especialmente en hospitalizaciones relacionadas con casos sensibles a la atención primaria.

La Secretaría de Atención Primaria de Salud (SAPS) presenta las características relacionadas con la Atención Primaria en la página institucional, destacando su “cartera de servicios”:

Hoy se cuenta con una Cartera de Servicios de Atención Primaria de Salud (CASAPS) para apoyar a los gestores municipales en la toma de decisiones y brindar a la población el conocimiento de lo que se encuentra en la APS. Involucra también otras iniciativas, como: el Programa Salud en la Hora y Médicos para Brasil. Este trabajo se realiza en las Unidades de Salud de la Familia (USF), en las Unidades de Salud del Río, en las Unidades Odontológicas Móviles (UOM) y en las Academias de Salud. Entre el conjunto de iniciativas de la Secretaría de Atención Primaria en Salud (SAPS) para atender a la población en el entorno en que vive se encuentran el Programa Salud en la Hora, Médicos para Brasil, Previne Brasil y la Estrategia Salud de la Familia, entre otros programas, acciones y estrategias (Brasil, s.d.).

A partir de la descripción de la Cartera de Servicios de Atención Primaria de Salud (CASAPS), se puede apreciar la complejidad de los programas, acciones y estrategias vinculadas al logro de metas distribuidas.

De acuerdo con la Secretaría de Atención Primaria de Salud (Brasil, s.d.), en los últimos años, se han instituido diversas acciones, programas y estrategias para mejorar la atención sanitaria en Brasil. Una de ellas es el Programa de la Academia de Salud (PAS), iniciado en 2011, que busca fomentar la atención y promoción de la salud mediante la creación de

espacios públicos, denominados polos, para ofrecer prácticas de actividad física a la comunidad.

Asimismo, la Política Nacional de Salud Bucal, conocida como “Brasil Sorridente”, ha marcado un antes y un después en la vida de millones de brasileños al facilitar el acceso a servicios dentales gratuitos en el Sistema Único de Salud (SUS). Este programa ha tenido un impacto significativo en la calidad de vida de la población al mejorar la salud bucodental.

En 2011, se puso en marcha la estrategia “Consultorio en la Calle”, como parte de la Política Nacional de Atención Primaria, con el objetivo de extender los servicios de salud a la población en situación de calle. Esta estrategia proporciona una atención integral y oportuna a un grupo altamente vulnerable y con lazos familiares a menudo fracturados o debilitados.

Frente al desafío que representan las enfermedades crónicas no transmisibles (ECNT) y sus factores de riesgo, se instituyó la Estrategia de Salud Cardiovascular en la Atención Primaria de Salud (APS) en 2021. Esta medida procura mejorar el control de las enfermedades cardiovasculares a través de una intervención más efectiva en el primer nivel de atención.

La Estrategia de Salud de la Familia (ESF) tiene como propósito reorganizar la atención primaria siguiendo los principios del SUS. Esta estrategia es valorada por el Ministerio de Salud y las autoridades sanitarias locales y regionales, ya que promueve una reorientación del proceso laboral con un gran potencial para profundizar en los principios y fundamentos de la atención primaria.

En el ámbito de la gestión de la información, e-SUS Atención Primaria (e-SUS APS) representa una iniciativa para reestructurar los datos de la atención primaria a nivel nacional. Esta acción está en concordancia con el objetivo más amplio de reestructurar los Sistemas de Información en Salud del Ministerio de Salud.

La Estrategia NutriSUS, lanzada en 2015, se enfoca en la prevención y control de trastornos nutricionales a través de la fortificación de alimentos infantiles con micronutrientes, proporcionados en las comidas diarias a niños de 6 a 48 meses.

El Programa Nacional para Mejorar el Acceso y la Calidad de la Atención Primaria (PMAQ) fue creado para estimular a los gestores y equipos de salud a mejorar la calidad de los servicios ofrecidos a los ciudadanos. Iniciado en 2011 y ahora en su tercer ciclo, el programa propone un conjunto de estrategias para calificar, monitorear y evaluar el trabajo de los equipos de salud, con un esquema de incentivos basado en la mejora de la calidad de la atención.

Para abordar las inequidades en salud, las Políticas de Promoción de la Equidad en Salud se han centrado en programas gubernamentales destinados a garantizar la atención integral y el respeto a la diversidad, enfocándose en poblaciones vulnerables y socialmente desiguales.

Por último, la Política Nacional de Prácticas Integrativas y Complementarias en el SUS reconoce una variedad de tratamientos terapéuticos tradicionales y alternativos, como la Medicina Tradicional China/Acupuntura, Medicina Antroposófica, Homeopatía, y otros, que buscan prevenir enfermedades y restaurar la salud integrando al ser humano con el medio ambiente y la sociedad.

Malta *et al.* (2016) estudian la cobertura de la Estrategia de Salud de la Familia (ESF) en Brasil a partir de datos comparados de encuestas de población de 2008 (PNAD) y de 2013 (PNS). Los autores concluyen que las poblaciones con menos educación recibieron más visitas domiciliarias mensuales. La ESF es un importante promotor de la equidad en salud y el aumento de su cobertura y alcance ha sido exitoso en el país.

El Cuadro 1 presenta las trece acciones, programas y estrategias vinculadas a la atención primaria junto con una breve descripción de sus objetivos y metas.

Cuadro 1 – Acciones, programas y estrategias vinculadas a la Atención Primaria de Salud (APS)

| Acciones, programas o estrategias | Breve descripción |
|--|--|
| <i>Prevención y Control de Trastornos Nutricionales</i> | El PNAN constituye una respuesta oportuna y específica del SUS para reorganizar, calificar y perfeccionar sus acciones frente a la complejidad de la situación alimentaria y nutricional de la población brasileña. Aquí se puede encontrar información sobre los principales problemas nutricionales que afectan a la población brasileña y las acciones desarrolladas por el SUS para contribuir a su control y prevención. |
| <i>Programa de Asistencia en Salud de Brasil</i> | El Programa Ayuda Brasil (PAB), creado por la Ley n.º 14.284, de 29 de diciembre de 2021, es un programa social de transferencia directa e indirecta de renta con condicionalidades, coordinado por el Ministerio de Ciudadanía, responsable de la gestión de beneficios y envío de recursos para el pago. |
| <i>Promoción de la Salud y Alimentación Adecuada y Saludable</i> | Consiste en un conjunto de estrategias enfocadas en mejorar la calidad de vida de los individuos y las comunidades. Puede materializarse a través de políticas, estrategias, acciones e intervenciones en el medio ambiente con el objetivo de actuar sobre las condiciones y determinantes sociales de la salud, de manera intersectorial y con participación popular, favoreciendo las elecciones saludables de las personas y comunidades en el territorio donde habitan. |

| Acciones, programas o estrategias | Breve descripción |
|---|--|
| <i>Programa de Recualificación de Unidades Básicas de Salud</i> | Es una de las estrategias del Ministerio de Salud para estructurar y fortalecer la Atención Primaria. A través del programa, el Ministerio de Salud propone una estructura física de las unidades básicas de salud acogedora y dentro de los mejores estándares de calidad que facilita el cambio en las prácticas de los equipos de salud. El programa tiene como objetivo crear incentivos financieros para la renovación, ampliación y construcción de UBS, proporcionando condiciones adecuadas para el trabajo de salud, promoviendo un mejor acceso y calidad de la atención primaria. |
| <i>Red Cigüeña</i> | Es una estrategia del Ministerio de Salud que tiene como objetivo implementar una red de atención para garantizar a las mujeres el derecho a la planificación reproductiva y a la atención humanizada durante el embarazo, parto y puerperio, así como garantizar a los niños el derecho a un parto seguro y al crecimiento y desarrollo saludable. |
| <i>salud a tiempo</i> | El programa posibilita la financiación de los municipios y del Distrito Federal para la implementación de horarios extendidos de funcionamiento de las Unidades de Salud de la Familia (USF) y Unidades Básicas de Salud (UBS) en todo el territorio brasileño. |
| <i>Programa de Salud Escolar (PSE)</i> | La Política Intersectorial de Salud y Educación, fue instituida en 2007 por el Decreto Presidencial n.º 6.286, de 5 de diciembre de 2007. Las políticas de salud y educación dirigidas a niños, adolescentes, jóvenes y adultos en la educación pública brasileña se unen para promover la salud y la educación integral. |
| <i>PNAISP</i> | Nació de la evaluación de los diez años de aplicación del Plan Nacional de Salud en el Sistema Penitenciario (PNSSP), cuando se constató que este modelo estaba agotado, lo que se mostró restringido al no incluir en su accionar, entre otras cosas, todo el itinerario penitenciario: comisarías y distritos policiales, cárceles públicas, colonias agrícolas o industriales, ni penitenciarías federales. |
| <i>Unidades Básicas de Salud Fluvial (UBSF)</i> | Son embarcaciones que transportan Equipos de Salud Familiar Fluvial (ESFF), provistos del ambiente, mobiliario y equipamiento necesarios para atender a la población ribereña de la Amazonía Legal. |
| <i>Equipos de salud familiar de Riverside (ESFR)</i> | Realizan la mayor parte de sus funciones en Unidades Básicas de Salud (UBS), ubicadas en comunidades pertenecientes a las áreas donde se suman, cuyo acceso es por vía fluvial. Debido a la gran dispersión territorial, estas áreas necesitan embarcaciones para atender a las comunidades dispersas en el territorio. |

| Acciones, programas o estrategias | Breve descripción |
|---|--|
| <i>Programa de Revitalización de UBS</i> | El Programa de Revitalización de las Unidades Básicas de Salud a través del trabajo de las Personas Privadas de Libertad tiene entre sus objetivos la promoción del mejoramiento estructural y la revitalización de los espacios físicos de las Unidades Básicas de Salud (UBS). |
| <i>Vigilancia Alimentaria y Nutricional</i> | Esta importante herramienta para promover prácticas alimentarias adecuadas y saludables puede sumarse a los servicios de salud, por ejemplo, con la evaluación del consumo de alimentos y el estado nutricional de las personas, en todas las etapas de la vida. Cuando se aplica de manera amplia, el VAN exige la adopción de diferentes estrategias de vigilancia epidemiológica, aplicadas con base en encuestas poblacionales, convocatorias nutricionales y producción científica, con énfasis en los seguimientos realizados en los servicios de salud. |
| <i>Más Médicos y Doctores en Brasil</i> | Además de llevar más médicos a las regiones donde hay escasez o ausencia de estos profesionales, el programa también prevé más inversiones en la construcción, renovación y ampliación de Unidades Básicas de Salud (UBS), además de nuevas vacantes para graduación y formación médica. Residencia para cualificar la formación de estos profesionales. |
| <i>Programa Care More Brasil</i> | Tiene como objetivo mejorar la asistencia a la salud de la mujer y la salud materno-infantil, en el ámbito de la Atención Primaria de Salud (APS) del Ministerio de Salud. La propuesta es una intervención para la organización e integración entre la APS y la Red de Atención a la Salud (RAS), con foco en estos colectivos. |

Fuente: Secretaría de Atención Primaria en Salud (Brasil, s.d.).

El cuadro anterior presenta los trece programas, acciones y estrategias restantes vinculados a la atención primaria, presentando los principales objetivos relacionados con la promoción de la salud. Hay aspectos que necesitan ser resaltados, principalmente en los programas Salud en Tiempo y Salud en la Escuela (PSE). El primero actúa como ampliación de los horarios de atención de los consultorios y unidades de salud, siendo de gran importancia principalmente en municipios con modelo básico de salud, pero sin restar importancia en municipios con modelo completo. El programa Salud en la Escuela (PSE) es muy importante en la actuación en áreas no cubiertas (barrios y localidades que no cuentan con ESF), trabajando la intersectorialidad entre salud y educación.

Coelho y Brasileiro (2021) estudian la Intersectorialidad como política de gestión del Programa de Salud Escolar (PSE) en el municipio de Santarém/PA. Concluyen en sus resultados que hay debilidades debido a la dificultad de llevar a cabo el diálogo y la integración entre los equipos que conforman el PSE. Las autoras también afirman que los resultados de la investigación son similares a las investigaciones realizadas en el noreste, sureste, oeste y sur, regiones de Brasil. Demostrando así que, incluso en otras regiones que presentan aspectos económicos, educativos y de salud con más acceso para la mayoría de la población que en la región norte, enfrentan prácticamente las mismas debilidades encontradas en el PSE.

3 METODOLOGÍA DEL ESTUDIO

La presente investigación puede considerarse como investigación aplicada, debido a su intención de generar conocimiento para aplicaciones prácticas con el objetivo de resolver problemas específicos. Siendo del tipo descriptivo, ya que describe la realidad relacionada con el financiamiento de la salud pública a nivel nacional. Para ello, se utilizan los datos públicos disponibles en la plataforma del Proyecto de Evaluación del Desempeño del Sistema de Salud - PROADESS, que es mantenida por el Laboratorio de Información en Salud - ICICT - Fiocruz.

La investigación aplicada busca resolver problemas concretos a través de la aplicación del conocimiento. Según Hernández Sampieri, Fernández Collado y Baptista Lucio (2014), la investigación aplicada se centra en la aplicación de descubrimientos y conocimientos a situaciones reales, con el objetivo de solucionar problemas específicos. En este sentido, este estudio aplica conocimientos para abordar el financiamiento de la salud pública, lo cual es un problema concreto y práctico.

La investigación descriptiva tiene como objetivo principal describir características de fenómenos o poblaciones, estableciendo asociaciones entre variables. Bell (1999) indica que este tipo de investigación busca detallar y representar la realidad tal como se observa. La descripción de la realidad del financiamiento de la salud pública y la correlación de variables asociadas al cumplimiento de las metas de Atención Primaria de Salud encaja dentro de este paradigma.

En cuanto a los enfoques adoptados, el estudio puede ser considerado cualitativo, ya que discute los resultados de la investigación documental con trabajos ya disponibles en la literatura, en la búsqueda de similitudes

y disparidades. El enfoque también puede ser considerado cuantitativo, ya que la investigación documental se somete a análisis de datos obtenidos a partir de estadísticas descriptivas (cálculo de media y desviación estándar), así como al cálculo propuesto en la correlación de Pearson y en el modelo de regresión lineal, con el fin de encontrar relaciones entre la inversión en salud pública y el cumplimiento de las metas de la Atención Primaria de Salud.

En cuanto a los procedimientos adoptados para la recolección de datos, la investigación puede ser considerada como investigación documental, ya que se realizó una búsqueda en la plataforma digital del programa PROADESS, mantenida por la Fiocruz, con el fin de obtener los datos para la realización de la investigación. La recopilación y el análisis de datos se llevaron a cabo entre el 10 de octubre de 2022 y el 1 de diciembre de 2022.

En cuanto a las herramientas para el análisis de los resultados, se aplicaron estadísticas descriptivas (medias y desviación estándar), además de utilizar el coeficiente de correlación de Pearson (r), que se representa mediante la fórmula demostrada por Galarça *et al.* (2010):

$$r = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \cdot \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}}$$

El coeficiente de correlación de Pearson demuestra cómo se relacionan dos variables entre sí, y su valor varía de -1 a 1. Cuanto más cerca de -1, mayor será la relación inversa entre las variables; cuanto más cerca de 1, mayor será la relación directa entre ellas. El análisis de correlación de Pearson estuvo acompañado por un análisis de regresión lineal, que se utiliza para predecir el valor de una variable en función del valor de otra a partir de una ecuación de primer grado.

Adicionalmente, tras el análisis de correlación, se realizó un análisis factorial que involucraba el modelo Varimax, utilizando como métricas la prueba de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) y la prueba de esfericidad de Bartlett para determinar si los indicadores podrían converger en un nuevo indicador que demostrara el impacto de la inversión en la eficiencia de la atención primaria de salud. Cabe destacar también que los valores financieros fueron sometidos a una corrección monetaria, utilizando como indicador la inflación.

Todas las pruebas se realizaron con el software estadístico R y SPSS v. 26, utilizando el paquete RCommander. Los datos fueron organizados utilizando hojas de cálculo de Microsoft Excel 365. Después de describir los desarrollos metodológicos, la siguiente sección presenta los resultados de esta investigación.

4 RESULTADOS

4.1 INVERSIÓN EN SALUD PÚBLICA

Como se describe en la metodología, los resultados comienzan mostrando el porcentaje del gasto público en salud por ámbito de gobierno (federal, estatal o municipal), en relación con el gasto público total en salud, en el año considerado. La Tabla 1 muestra los datos.

Tabla 1 – Gasto municipal en salud como porcentaje del gasto público total en salud

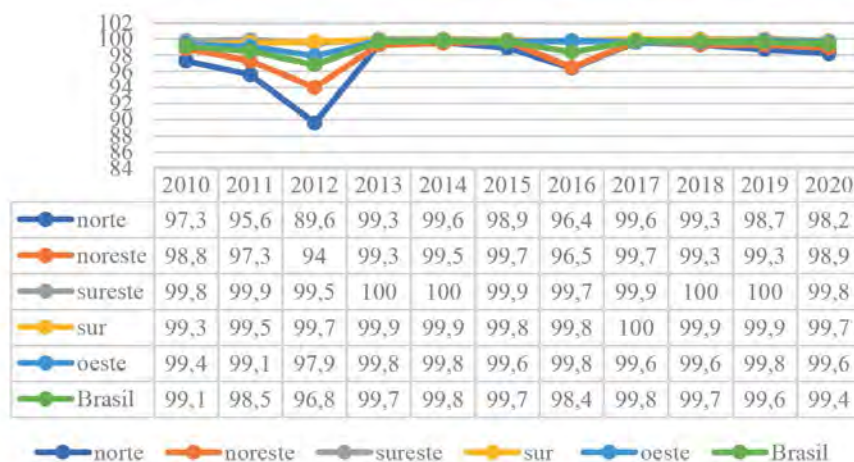
| Cobertura geográfica: | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|---|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Brasil | 28.4 | 28.8 | 29.4 | 30.7 | 31.1 | 31.0 | 31.6 | 31.1 | 31.0 | 31.5 | 28.6 |
| Media (μ)= 30.29091 Desviación Estándar (σ)= 1.22919 | | | | | | | | | | | |

Fuente: Proyecto de Evaluación del Desempeño del Sistema de Salud – PROADESS (2022).

La tabla anterior presenta el porcentaje de asignación de recursos públicos generales a la salud a nivel municipal, es decir, cuánto del presupuesto total de salud pública se asigna a los municipios. Evaluando estos datos mediante estadística descriptiva, la media aritmética de la serie histórica de 2010 a 2020 es 30.29091, con una desviación estándar de 1.22919. Los datos revelan que históricamente el porcentaje de inversión en salud destinado a los municipios no ha variado significativamente. Ante este hecho, es necesario reflexionar sobre los impactos vinculados a esta estabilidad. Moraz *et al.* (2015) presentan en su revisión sistemática de la literatura una preocupación sobre la asignación de recursos para la salud pública; los autores concluyen que las investigaciones sobre costos, inversiones y eficiencia deben mejorarse en Brasil, para comprender los efectos reales de la (sub)financiación. El Gráfico 1 mide, dentro de la serie histórica propuesta, el porcentaje de municipios que invierten el 15% o más de sus propios recursos en acciones y servicios públicos de salud, subdivididos por región de Brasil,¹ o sea, presenta la evaluación del cumplimiento de la Enmienda Constitucional 29 (Brasil, 2000).

¹ En Brasil, las regiones estudiadas se denominan: norte, nordeste, centro-oeste, sur e sudeste. Como este estudio fue escrito en español, se adoptaron los términos: norte, noreste, oeste, sur y sureste. Tal como se propone en la estructura de la rosa de los vientos disponible en: <https://www.neptuno.es/rosa-de-los-vientos/>

Gráfico 1 – Cumplimiento de la Enmienda Constitucional 29 a nivel municipal



Fuente: Proyecto de Evaluación del Desempeño del Sistema de Salud – PROADESS (2022).

Dentro de la serie histórica, las regiones Sur y Sudeste presentaron los porcentajes más homogéneos y cercanos al 100%, la región Sudeste incluso en 2013, 2018 y 2019 alcanzó el indicador para el 100% de los municipios, es decir, todos los municipios garantizaron la contrapartida de 15% en inversión en salud, según los preceptos de la Enmienda Constitucional 29. La región Sur alcanzó el 100% en 2017. Estas dos regiones dentro de la serie histórica nunca presentaron un indicador inferior al 99% de los municipios que cumplen con la inversión mínima de 15%.

La región Sudeste promedió un valor de 99,9% para la serie histórica, obteniendo una desviación estándar de 0,16, la más baja de la serie histórica. La región Sur tuvo un promedio de 99,8%, con una desviación estándar de 0,21. Ninguna de las dos regiones mostró una gran variación entre los años estudiados.

La región Centro-Oeste tampoco presentó gran variación, teniendo su indicador más bajo en el año 2012, los demás indicadores de la región se mantuvieron en 99% en todos los años dentro de la serie histórica. El promedio para el Centro-Oeste fue de 99,5%, con una desviación estándar de 0,56, la región también mostró poca variación para los años estudiados.

Las regiones Norte y Noreste presentaron los resultados más bajos dentro de la serie histórica, siendo el peor año del indicador 2012. Ese año, la región Norte alcanzó apenas el 89,6% de los municipios y la región

Noreste alcanzó el indicador del 94%. El promedio de la región Norte fue de 97,5 para la serie histórica, alcanzando la mayor varianza entre las regiones, con una desviación estándar de 2,94, es decir, en la región Norte, en datos estadísticos, hay una variación de casi 3% para la serie histórica de un año a otro. La región Noreste tuvo un valor medio de 98,4%, con una desviación estándar de 1,78. La variación de un año a otro en la serie histórica de esa región fue de casi 2%.

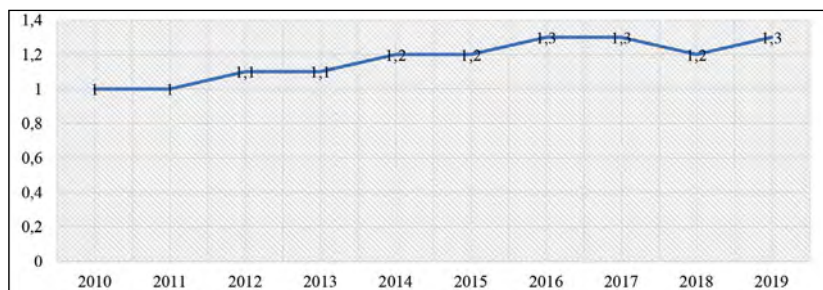
Soares Filho *et al.* (2022) intentaron evaluar los factores relacionados con la disparidad entre la distribución de los equipos de Atención Primaria de Salud (APS), teniendo como eje principal las razones que conducen a la menor asistencia de la atención primaria en las regiones Norte y Noreste, con base en el año 2017. Los resultados muestran que la región Norte es un área crítica para los equipos, principalmente en los estados de Pará, Rondônia, Amazonas y Amapá. En el Noreste, estas áreas eran más pequeñas y se concentraban en el oeste de Bahía y el este de Maranhão. El Noreste tenía una mejor composición de equipo y una menor extensión de áreas críticas.

Los resultados de los autores corroboran este estudio, ya que es posible observar que las regiones con mayor porcentaje de municipios que no invierten el mínimo del 15% son también las regiones identificadas por los autores como las más críticas en la distribución de la atención primaria.

El ODS 3 tiene como objetivo garantizar una vida saludable y promover el bienestar para todos, en todas las edades. Dentro de su alcance, la gran mayoría de las metas están relacionadas con la Atención Primaria de Salud (APS). Así, es necesario evaluar en las políticas públicas de redistribución presupuestaria las acciones que promuevan una mayor participación de los municipios de las regiones Norte y Noreste, asegurando no solo una mayor inversión, sino también una mayor cobertura de los servicios públicos de salud.

El Gráfico 2 presenta la relación entre la inversión total en salud en Brasil y su relación con la población brasileña, generando así la definición de los recursos propios destinados a la salud por habitante, por esfera de gobierno, en el año considerado. En otras palabras, presenta la inversión unitaria por brasileño en la serie histórica propuesta.

Gráfico 2 – Gasto municipal en acciones y servicios de salud pública como proporción del PIB



Fuente: Proyecto de Evaluación del Desempeño del Sistema de Salud – PROADESS (2022).

Para este dato no se encontró el indicador referente al año 2020, estando disponible en la plataforma solo datos hasta 2019. Dentro de la serie histórica adoptada, no hubo gran variación, siendo el valor promedio de la razón de 1.17 y asumiendo el valor de la desviación estándar de 0.12. El valor más bajo registrado fue una proporción de 1 y el más alto fue de 1.3. Este indicador se crea a partir de una razón, teniendo como numerador el monto total del gasto público en acciones y servicios de salud pública x 100. Y como denominador: valor total del PIB.

Esta sección finaliza con datos relacionados con la estadística descriptiva en relación a los datos antes mencionados. En la siguiente sección, se correlacionarán los datos a partir de una correlación de Pearson junto con una regresión lineal.

4.2 RELACIÓN ENTRE LA INVERSIÓN Y EL LOGRO DE LAS METAS DE ATENCIÓN PRIMARIA DE SALUD

Para este apartado, se eligieron dos indicadores relacionados con la inversión en salud pública nacional (gasto en salud per cápita y gasto en salud en proporción al PIB) y cuatro indicadores relacionados con el cumplimiento de las metas de Atención Primaria de Salud (cobertura de la ESF, mortalidad infantil, hospitalizaciones por causas sensibles a la atención primaria). Todos los indicadores seleccionados se basaron en Brasil en su conjunto, sin datos relacionados con la región, el estado o el municipio.

Los datos fueron sometidos a una correlación de Pearson para comprender las relaciones directas e indirectas entre los indicadores y si la mayor o menor inversión en salud tiene algún efecto en el logro de las metas de la atención primaria. La Tabla 2 presenta las correlaciones y ecuaciones de regresión lineal disponibles para los casos estudiados.

Tabla 2 – Prueba de correlación y regresión lineal

| | | Correlación | | | |
|---|------------------------|---------------------------|-------------------|---|---------------------|
| Indicadores | | Gasto per cápita en salud | Cobertura del ESF | Ingresos por causas sensibles a atención primaria | Mortalidad infantil |
| Gasto per cápita en salud | Correlación de Pearson | 1 | ,743** | -,918** | -,721** |
| | Sig. (2 colas) | | ,006 | ,000 | ,008 |
| | N | 11 | 11 | 11 | 11 |
| Cobertura del ESF | Correlación de Pearson | ,743** | 1 | -,873** | -,698* |
| | Sig. (2 colas) | ,006 | | ,000 | ,012 |
| | N | 11 | 11 | 11 | 11 |
| Ingresos por causas sensibles a atención primaria | Correlación de Pearson | -,918** | -,873** | 1 | ,879** |
| | Sig. (2 colas) | ,000 | ,000 | | ,000 |
| | N | 11 | 11 | 11 | 11 |
| Mortalidad infantil | Correlación de Pearson | -,721** | -,698* | ,879** | 1 |
| | Sig. (2 colas) | ,008 | ,012 | ,000 | |
| | N | 11 | 11 | 11 | 11 |

** . La correlación es significativa al nivel de 0,01 (2 colas).

* . La correlación es significativa al nivel de 0,05 (2 colas).

| Indicadores relacionados | regresión lineal |
|---|-------------------|
| Gasto per cápita en salud | |
| Ingresos por causas sensibles a atención primaria | -0.0543x + 44.012 |
| Gasto en proporción al PIB | |
| Cobertura del ESF | 35,628x + 17,585 |
| Cobertura del ESF | |
| Ingresos por causas sensibles a atención primaria | -0,4461x + 48.218 |
| Gasto per cápita en salud | |
| Mortalidad infantil | -0.0175x + 20,038 |
| Cobertura del ESF | |
| Mortalidad infantil | -5.7224x + 132.97 |

Fuente: Elaboración propia en R/SPSS 26, 2022.

La tabla presentada muestra las correlaciones de Pearson entre diferentes indicadores de salud y sus respectivas significancias estadísticas. Estos indicadores incluyen el gasto per cápita en salud, la cobertura de la Estrategia de Salud de la Familia (ESF), ingresos por causas sensibles a la atención primaria y la mortalidad infantil, con una muestra (N) de 11 (años) para cada par de indicadores.

El gasto per cápita en salud muestra una fuerte correlación positiva con la cobertura de la ESF (0,743), lo que podría interpretarse como un aumento en el gasto per cápita asociado con una mayor cobertura de la ESF.

Hay una correlación negativa muy fuerte y significativa entre el gasto per cápita en salud y los ingresos por causas sensibles a la atención primaria (-0,918), sugiriendo que a mayor gasto, hay menos ingresos por estas causas, lo cual puede indicar una eficiencia en la atención primaria.

También se observa una correlación negativa significativa entre el gasto per cápita en salud y la mortalidad infantil (-0,721), lo cual podría indicar que un mayor gasto se asocia con una reducción en la mortalidad infantil.

La cobertura de la ESF tiene una correlación negativa muy fuerte y significativa con los ingresos por causas sensibles a la atención primaria (-0,873), lo que puede demostrar que una mayor cobertura de la ESF puede estar contribuyendo a la reducción de los ingresos hospitalarios por estas causas, un indicador de efectividad en la prevención y atención primaria.

La cobertura de la ESF también tiene una correlación negativa significativa con la mortalidad infantil (-0,698), sugiriendo que la ampliación de la cobertura de la ESF podría estar vinculada a una disminución en la mortalidad infantil.

Los ingresos por causas sensibles a la atención primaria tienen una correlación positiva muy fuerte con la mortalidad infantil (0,879), lo que podría implicar que los ingresos por estas causas son un buen predictor de la mortalidad infantil, o que ambos indicadores están afectados por factores comunes que incrementan a ambos.

Cuando se realiza un análisis estadístico, la significancia al 1% y al 5% tiene implicaciones importantes en la interpretación de los datos. Si una correlación es significativa al nivel de 1%, esto indica que la probabilidad de que el resultado sea una casualidad es muy baja; específicamente, hay menos de un 1% de posibilidad de que la relación observada entre las variables ocurra por azar. En la práctica, se considera que hay evidencia muy fuerte para afirmar que existe una verdadera asociación entre las variables analizadas.

La tabla muestra un análisis de correlación de Pearson, el cual examina la relación lineal entre diferentes pares de variables en el ámbito de la salud. La significancia se da en dos niveles: 0,01 y 0,05, representados por dos asteriscos (**) y un asterisco (*) respectivamente.

Esto indica que hay menos de un 1% de probabilidad de que la correlación observada sea un resultado del azar. Por ejemplo, el gasto per cápita en salud y los ingresos por causas sensibles a la atención primaria tienen una correlación negativa (-0,918) altamente significativa a este nivel, lo que sugiere una relación inversa muy confiable entre estos dos indicadores.

A partir de los resultados presentados en la tabla, es posible hacer algunas inferencias sobre la comprensión de la inversión en salud y el cumplimiento de las metas relacionadas con la APS. La primera relación que se realiza es entre el gasto per cápita en salud y las hospitalizaciones por causas sensibles a la atención primaria.

Evaluando las correlaciones a partir de los parámetros de Cohen *et al.* (1992), existe una fuerte correlación negativa entre los gastos per cápita en salud y las hospitalizaciones por causas sensibles a la atención primaria. Así, es posible comprender en el indicador para la serie histórica adoptada que cuanto mayor sea la inversión per cápita, menores serán las hospitalizaciones. Con base en la ecuación de regresión lineal propuesta, si la inversión per cápita en salud aumenta de R\$ 458,17 (valor para 2020) a R\$ 500,00, las hospitalizaciones por causas sensibles a la atención primaria bajan de 17,2 a 16,86.

Brasil y Costa (2016) realizaron un estudio que evaluó las hospitalizaciones por condiciones sensibles a la atención primaria en Florianópolis, Santa Catarina - un estudio ecológico de 2001 a 2011. Los autores concluyen a partir de su prueba de regresión, apuntando a una disminución del 3% por año en la tasa de hospitalización, la triplicación de la cobertura de la ESF y la séptima parte de las inversiones financieras per cápita en salud, de R\$ 67,65 (2001) a R\$ 471,03 (2011); las inversiones per cápita en salud y la cobertura poblacional de la ESF se correlacionaron negativamente con la tasa de hospitalizaciones por causas sensibles a la atención primaria. El estudio corrobora los resultados de este al presentar una relación directa entre la inversión per cápita y la reducción de las tasas de hospitalización sensibles a la atención primaria.

La segunda correlación se realizó entre los gastos como proporción del PIB y la relación con la cobertura de la ESF. La correlación también puede

considerarse fuerte, sin embargo, en este caso es una correlación positiva, lo que implica que a mayor inversión per cápita genera mayor cobertura de la ESF a nivel nacional. Aplicando el cálculo propuesto en regresión lineal, si el gasto per cápita aumentara de 1,3 (valor para 2019) a 1,4, la cobertura de atención primaria aumentaría de 63,8 (valor para 2019) a aproximadamente 67,46% de cobertura.

Para evaluar si el aumento de la cobertura de la ESF implica resultados globales positivos con las metas de la atención primaria, se relacionó la cobertura de la ESF con las hospitalizaciones por causas sensibles a la atención primaria. Para la correlación, el valor también fue considerado fuerte en relación negativa, es decir, cuanto mayor la cobertura de la ESF, menores las causas de hospitalización por causas sensibles a la atención primaria.

Si tomamos como ejemplo la cobertura propuesta para el resultado anterior (aproximadamente 67,46%), si la cobertura de la ESF aumenta de 63,7% a 67,46%, las hospitalizaciones por causas sensibles a la atención primaria disminuyen de 19,6 a 18,12 (basado en el año 2019).

Así, al evaluar las relaciones entre el gasto per cápita en salud y la cobertura de la ESF con la mortalidad infantil, los dos indicadores tuvieron una fuerte relación negativa con la mortalidad infantil, lo que implica que si aumenta el gasto per cápita en salud, también hay probabilidad de reducción de la mortalidad infantil. A medida que aumente la cobertura de la ESF, habrá una reducción en el indicador de mortalidad infantil.

Lorenzo *et al.* (2014) evaluaron qué indicadores representan una caída de la mortalidad infantil en el estado de São Paulo en la serie histórica de 1998 a 2008, concluyendo que la proporción del Programa Salud de la Familia (PSF) implementado ($p < 0,0001$) y el PIB per cápita ($p < 0,0001$) fueron significativos en el modelo. La caída de la mortalidad infantil en el período analizado fue influenciada por el crecimiento del PIB per cápita y el modelo de Salud de la Familia. El Programa de Salud de la Familia (PSF) fue el programa anterior a la Estrategia de Salud de la Familia (ESF).

Los resultados de los autores corroboran este trabajo y proporcionan una contribución para comprender la importancia del financiamiento de la salud en el logro de las metas relacionadas con la APS y la importancia de la ESF en el logro del derecho a la salud.

Con la intención de considerar un nuevo indicador a partir de los indicadores mencionados anteriormente, se realizó un análisis factorial, cuyos resultados se presentan en la tabla a continuación.

Tabla 3 – indicador de Impacto de la inversión en la atención primaria de salud

| | Inicial | Extracção | Adequação (KMO) | AVE | CR | Sig. | VARIANCA EXPLICADA |
|------------|---------|-----------|-----------------|-------|-------|-------|--------------------|
| PER_CAPTA | 1,000 | 0,840 | | | | | |
| COBERTURA | 1,000 | 0,802 | 0,677 | 0,855 | 0,959 | 0,000 | 85,566 |
| INGRESSOS | 1,000 | 0,986 | | | | | |
| MORTALIDAD | 1,000 | 0,794 | | | | | |

Fuente: Elaboración propia en R/SPSS 26, 2022.

La Tabla 3 presenta el “indicador de Impacto de la inversión en la atención primaria de salud”, una herramienta innovadora diseñada para medir la eficacia de la inversión en servicios de atención primaria.

La extracción de factores revela que todas las variables mantienen altas cargas factoriales, con una reducción posterior que demuestra la adecuación de los datos para un análisis de componentes principales. El KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) de 0,677 indica una adecuación muestral mediana para el análisis factorial.

Además, se destaca un AVE (Average Variance Extracted) de 0,855, lo cual supera el umbral de 0,5, indicando una cantidad significativa de varianza explicada por el factor. El CR (Composite Reliability) alcanza un nivel de 0,959, reflejando una alta confiabilidad del indicador. La varianza explicada por el modelo es del 85,566%, lo que demuestra una excelente capacidad del indicador para reflejar el impacto de las inversiones en la atención primaria de salud.

Si la significancia es 0,000, esto implica que los resultados del análisis estadístico son extremadamente significativos. En el contexto del “Indicador de Impacto de la Inversión en la Atención Primaria de Salud”, una significancia de 0,000 indicaría que hay una evidencia muy fuerte de que la inversión en atención primaria de salud tiene un impacto significativo, y por lo tanto, rechazamos la hipótesis de que no tiene efecto o que el efecto es aleatorio. Esto fortalecería la validez del indicador como una medida efectiva del impacto de las inversiones en la atención primaria de salud.

5 CONSIDERACIONES FINALES

Este estudio tuvo como objetivo relacionar la inversión en salud en Brasil a partir de una serie histórica (2010-2020) con el cumplimiento de las metas de la Atención Primaria de Salud. El primer objetivo específico

fue analizar la (in)evolución de la inversión en salud en Brasil; la Tabla 1 presentó esta información, destacando que, aunque los valores no varían mucho en la escala porcentual, hubo una reducción de la inversión entre 2019 y 2020. Evidentemente, en 2020 hubo un aumento presupuestario debido a la pandemia del Coronavirus (SARS-CoV-2), pero es importante resaltar la fragilidad de la progresión de la inversión en salud por parte de los municipios que ocupan en su totalidad el territorio brasileño.

El segundo objetivo propuesto para esta investigación fue identificar, por región, el cumplimiento de la meta de inversión a nivel municipal de al menos un 15%, tal como lo establece la Enmienda Constitucional 29. Las regiones Sudeste y Sur presentaron los mejores resultados para este indicador; la región Centro-Oeste se mantuvo estable con valores superiores al 96% para todos los años de la serie histórica. Las regiones Norte y Noreste fueron las más frágiles en cuanto al cumplimiento de este indicador, con énfasis negativo en la región Norte, que presentó los valores más bajos y la mayor varianza entre años, siendo la región donde se realizó la investigación documental.

El tercer y último objetivo propuesto buscó correlacionar la inversión en salud con los indicadores de la Atención Primaria de Salud (APS); los resultados mostraron fuertes correlaciones para casi todas las metas enumeradas, con excepción de la meta relacionada con la incidencia del dengue. Esto demuestra que efectivamente existe una relación positiva entre la inversión en salud y el cumplimiento de las metas de la APS. Además, se percibió que la cobertura de la Estrategia de Salud de la Familia (ESF) puede reducir otros indicadores, como las hospitalizaciones por causas sensibles a la atención primaria y la mortalidad infantil, sugiriendo que se desarrollen acciones y políticas a nivel municipal, estatal y federal que prioricen la cobertura de la ESF, principalmente en las regiones Noreste y Norte, que son más frágiles.

El análisis factorial resultó en la creación de un “Indicador de Impacto de la Inversión en la Atención Primaria de Salud”. Este indicador fue desarrollado con el objetivo de medir de forma consolidada el impacto de las inversiones en salud pública sobre el desempeño de la Atención Primaria de Salud (APS) en Brasil. El indicador está compuesto por cuatro variables: gasto per cápita en salud, cobertura de la Estrategia de Salud de la Familia (ESF), hospitalizaciones por condiciones sensibles a la APS y mortalidad infantil, todas con altas cargas factoriales después de la extracción, indicando que son representativas y adecuadas para componer el indicador.

La creación de este indicador es un paso significativo para la comprensión más profunda de la dinámica entre el financiamiento en salud y los resultados de la APS. Sugiere la importancia de inversiones estratégicas y dirigidas para mejorar la cobertura y la eficacia de la APS, especialmente en regiones más vulnerables. La aplicación de este indicador en futuras investigaciones y en la evaluación de políticas puede contribuir a la formulación de estrategias más eficientes y equitativas en el fortalecimiento del Sistema Único de Salud (SUS) y en la promoción de la salud para todos los brasileños.

Este trabajo aporta una visión macro (a nivel nacional) del contexto del financiamiento de la salud pública y su relación con el cumplimiento de las metas de Atención Primaria de Salud (APS). Se abre camino para futuras investigaciones que podrían adoptar un enfoque más granular, analizando el impacto a nivel regional, estatal y municipal. Estos estudios tendrían el potencial de ofrecer insights significativos para la evaluación de la garantía del derecho a la salud y para el desarrollo de políticas públicas que promuevan el crecimiento y la sostenibilidad de las metas de la APS.

REFERENCIAS

AGENDA 2030. ODS – **Objetivos de desenvolvimento sustentável.**

[S. l.]: ONU, 2015.

BELL, J. **Doing Your Research Project: a guide for first-time researchers in education and social science.** 4. ed. Open University Press, 1999.

BODSTEIN, R. **Atenção básica na agenda da saúde. Ciência & Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v. 7, p. 401-412, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 64.867, de 24 de julho de 1969.** Institui o Fundo Nacional de Saúde (FNS), vinculado ao Ministério da Saúde, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1969]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d64867.htm#:~:text=DECRETA%3A,desenvolvidos%20pelo%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde.. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Decreto nº 806, de 24 de abril de 1993. Reorganiza o Fundo Nacional de Saúde [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [1993]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D0806.htm#:~:text=DECRETO%20No%20806%2C%20DE%2024%20DE%20ABRIL%20DE%201993&text=Reorganiza%20o%20Fundo%20Nacional%20de,28%20de%20dezembro%20de%201990.. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Decreto nº 3.964, de 10 de outubro de 2001. Dispõe sobre o Fundo Nacional de Saúde e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3964.htm. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000. Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc29.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2029%2C%20DE%2013%20DE%20SETEMBRO%20DE%202000&text=34%2C%2035%2C%20156%2C%20160,e%20servi%C3%A7os%20p%C3%ABlicos%20de%20sa%C3%BAde.. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990a]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [1990b]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Saúde da família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1998. 36 p.

BRASIL. O que é Atenção Primária? **Ministério da Saúde**. Brasília, DF, s.d. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL, V. P.; COSTA, J. S. D. Hospitalizações por condições sensíveis à atenção primária em Florianópolis, Santa Catarina-estudo ecológico de 2001 a 2011. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, DF, v. 25, p. 75-84, 2016.

CARVALHO, J. L.; BRASILEIRO, T. S. A. Transparency as a Tool in Building Efficient Public Institutions: A Bibliometric Study. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science**, [s. l.], v. 9, p. 001-007, 2022.

COELHO, A. C. L.; BRASILEIRO, T. S. A. **Intersetorialidade como política de gestão do Programa Saúde na Escola: um estudo no município de Santarém-PA**. – Brasília, DF: Rosivan Diagramação & Artes Gráficas, 2021.

COHEN, M. *et al.* Complicações da reconstrução intra-articular com tendão patelar: relato preliminar. **Revista Brasileira de Ortopedia**, São Paulo, p. 245-8, 1992.

GALARÇA, S. P. *et al.* Correlação de Pearson e análise de trilha identificando variáveis para caracterizar porta-enxerto de *Pyrus communis* L. **Ciência e Agrotecnologia**, Lavras, v. 34, p. 860-869, 2010.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, P. **Metodología de la investigación**. 6. ed. Nova York: McGraw-Hill Interamericana, 2014.

PESCUMA JUNIOR, A.; MENDES, A. O Fundo Nacional de Saúde e a prioridade da média e alta complexidade. **Argumentum**, Vitória, ES, v. 7, n. 2, p. 161-177, 2015.

LAVRAS, C. Atenção primária à saúde e a organização de redes regionais de atenção à saúde no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, p. 867-874, 2011.

LIMA, D. V.; SILVA, L. M. V. C. D.; VARÃO, R. Introdução de relatórios financeiros populares nos conselhos municipais de saúde do Brasil. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 19, n. 51, p. 139-161, 2022.

LOURENÇO, E. C. *et al.* Variáveis de impacto na queda da mortalidade infantil no Estado de São Paulo, Brasil, no período de 1998 a 2008. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 2055-2062, 2014.

MALTA, D. C. *et al.* A cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF) no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 327-338, 2016.

MEDINA, M. G. *et al.* Atenção primária à saúde em tempos de COVID-19: o que fazer? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, p. e00149720, 2020.

MORAZ, G. *et al.* Estudos de custo-efetividade em saúde no Brasil: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 3211-3229, 2015.

OPAS. Atenção Primária à Saúde. **Organização Pan-Americana de Saúde**, Washington, DC, 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/atencao-primaria-saude>. Acesso em: 20 nov. 2022.

PAULUS JÚNIOR, A.; CORDONI JÚNIOR, L. Políticas públicas de saúde no Brasil. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v. 8, n. 1, p. 13-19, 2006.

PROADESS. Matriz de Indicadores. **Projeto de Avaliação do Desempenho do Sistema de Saúde**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.proadess.icict.fiocruz.br/index.php?pag=matraba>. Acesso em: 03. dez. 2022.

SARTI, T. D. *et al.* Qual o papel da Atenção Primária à Saúde diante da pandemia provocada pela COVID-19? **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, DF, v. 29, p. e2020166, 2020.

SOARES FILHO, A. M. *et al.* Atenção primária à saúde no Norte e Nordeste do Brasil: mapeando disparidades na distribuição de equipes. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 377-386, 2022.

STARFIELD, B. **Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília, DF: UNESCO: Ministério da Saúde, 2002. 726 p. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=14609. Acesso em: 18 nov. 2022.

VIEIRA, D. C. R. *et al.* Políticas voltadas ao financiamento do SUS: Fundo Nacional de Saúde. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AMÉRICA LATINA, 1., 2017, Itajaí. **Anais [...]**. Itajaí: CIPPAL, 2017. p. 256.

Submissão: 09/12/2022 • Aprovação: 20/03/2024





Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 1 • jan-abr. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536



INFORMALIDADE EMPRESARIAL E PADRÃO DE VIDA: UMA ANÁLISE NO CONTEXTO DE CIDADES DA AMAZÔNIA PARAENSE

**BUSINESS INFORMALITY AND STANDARD OF LIVING:
AN ANALYSIS IN THE CONTEXT OF CITIES
IN THE AMAZON OF PARÁ**

Luís Flávio Maia Lima  

Faculdade de Estudos Avançados do Pará (FEAPA), Belém, PA, Brasil

RESUMO

Este artigo tem como objeto de estudo a emergência de uma categoria de trabalhadores informais com características próprias, que denominamos “informal empresarial”, cuja configuração se faz necessária, para aprofundar a discussão em torno de suas especificidades. Através de pesquisa bibliográfica observamos que alguns autores tangenciam o debate sobre a questão, sem se deterem em um processo categorização. Com o objetivo de preencher tal lacuna realizamos pesquisa quali-quantitativa de levantamento, em cidades da Região Metropolitana de Belém (RMB), e parametrizamos a categoria. Identificamos a inserção do informal empresarial na sociedade e na economia, através dos empreendimentos não capitalistas localizados. Apontamos circuitos próprios de comercialização, bem como semiautônomos, em interação com o capital assentando no movimento de circulação de mercadorias e captura de excedentes, através da conexão entre circuitos. Evidenciamos, ainda a mobilização de aspectos relativos ao padrão de vida em sua dimensão socioeconômica.

Palavras-chave: informalidade; informalidade empresarial; padrão de vida; Amazônia e informalidade.

ABSTRACT

This article's object of study is the emergence of a category of informal workers with specific aspects, which is called “informal business”, whose configuration is necessary to deepen the discussion around its specificities. Through bibliographical research, we observed that some authors touch on the debate on the issue, without focusing on a categorization process. With the aim of filling this gap, we carried out qualitative and quantitative survey research in cities in the Metropolitan Region of Belém (RMB), and parameterized the category. We identify the insertion of informal business into society and the economy, through localized non-capitalist enterprises. We point out our own commercialization circuits, as well as semi-autonomous ones, in interaction with capital based on the circulation of goods and capture of surpluses, through the connection between circuits. We also highlight the mobilization of aspects related to the standard of living in its socioeconomic dimension.

Keywords: informality; business informality; standard of living; Amazon and informality.

1 INTRODUÇÃO

Uma visada histórica sobre a informalidade no Brasil a releva como uma herança do período imperial e aponta ainda, como nas primeiras cinco décadas pós-república, o gradativo desenvolvimento das forças produtivas no país, consolida a forma e a estrutura social informal na sociedade (Silva, 1971). Já sob a égide do capitalismo de base industrial, ao superar a fase primária exportadora, desde esse momento o sistema alarga diversas categorias no seu interior e a informalidade materializa a combinação de diversos atores sociais e fatores econômicos.

Em sintonia com essa perspectiva, entendemos a informalidade no campo produtivo brasileiro, como um fenômeno que possui a capacidade de transpor períodos (Barbosa, 2003) de distintas formas de produção no país. E com a lenta emergência do capitalismo como sistema econômico hegemônico no país – dependente e subalterno aos países centrais – a informalidade passou a participar da lógica capitalista periférica (Oliveira, 2003), espelhando distintos níveis de desigualdade e de exclusão no interior da sociedade, bem como um processo de marginalização em relação à categoria de trabalho formal.

Com as transformações orgânicas no capitalismo central, decorrentes da crise do estado de bem-estar, no final dos anos de 1960 e meados da década de 70, ocorre a revolução da microeletrônica, a ampliação da financeirização, da globalização e a emergência das cadeias produtivas – com o maior deslocamento das empresas transnacionais para a periferia. Como consequências vieram a privatização, a precarização do emprego, a perda dos direitos trabalhistas e o Estado mínimo que, entre outras coisas, determinaram a reorganização das relações de produção, com impactos no mercado de trabalho, inclusive sobre a informalidade.

No desenho traçado nesse contexto, o Brasil, periférico e dependente não fica imune à ordem econômica do capital. Gradativamente, são gestadas mudanças institucionais e legais, com objetivo de adequar condições favoráveis às novas premissas do grande capital, o que justifica o aumento, aparente e estrutural, da desigualdade na sociedade brasileira, evidentemente refletida inclusive nos informais.

No final do século XX, a estrutura social da informalidade consolidada no Brasil passa por novas transformações de base, que Antunes (2013) classifica de “nova morfologia do trabalho”, agregando novos atores e

categorias, ao incorporar ao seu *corpus* novas configurações, como os “infoproletários” (Antunes; Braga, 2009) e os precarizados.

Esse processo ocorre em todas as regiões brasileiras e na Região Metropolitana de Belém (RMB)¹, considerada metrópole da Amazônia oriental, a informalidade empresarial foi objeto da pesquisa de levantamento de dados quantitativos e qualitativos, intitulada “Importância do Pequeno Empreendimento na Economia”, realizada nos municípios de Belém, Marituba, Ananindeua e Benevides, conforme detalharemos a diante, ao reportarmos os procedimentos metodológicos.

A partir da análise dos dados, à luz das concepções teóricas, buscamos caracterizar e parametrizar essa categoria específica dentro do todo complexo da informalidade, a fim de incluir a lógica e o papel do informal empresarial no radar da sociedade e nos debates acadêmicos sobre a socioeconomia brasileira.

Assim, o presente artigo analisa o padrão de vida do informal empresarial, por meio do critério de “classe de consumo”, conforme critérios da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), objetivando avaliar se há convergência entre os parâmetros do mercado e a dinâmica social e produtiva, sob o ponto de vista do informal empresarial. Desse modo o texto procura cotejar a estrutura de classes e o padrão de vida do informal empresarial.

Além desta primeira seção introdutória, organizamos o trabalho em outras seis partes: a segunda seção aborda a questão dos circuitos, segundo a concepção teórica de Milton Santos (2003) e a circularidade, a partir da visão de Marx (2014). A terceira parte focaliza a categorização e parametrização do informal empresarial. Já a quarta seção trata da concepção metodológica e a quinta, analisa os resultados da pesquisa dirigida a este ator informal. Na sexta e última parte apresentamos as considerações finais acerca do objeto de pesquisa.

¹ Em 2018, a Região Metropolitana de Belém (RMB) era constituída por sete municípios, a saber: Belém (1973), Ananindeua (1973), Benevides (1995), Marituba (1995), Santa Barbara do Pará(1995), Santa Izabel do Pará (2009) e Castanhal (2011). Conjuntamente, essas cidades exercem um importante papel produtivo e social no Estado, expresso, por exemplo, no Produto Interno Bruto (PIB) estadual, com uma taxa de 29,34%. A população residente concentra 27,06% do total do Estado. Em que pese a participação na economia, observamos que a taxa de desocupação da população de 14 anos ou mais, no último trimestre de 2018 era elevada, com um indicador de 12,4%, o que sinaliza dificuldades de acesso e oportunidades na geração de postos de emprego, e justifica, entre outros fatores, a presença da informalidade na área em questão. Os dados referidos encontram-se disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021, 2023).

2 O ESPAÇO PRODUTIVO INFORMAL: CIRCUITO E CIRCULARIDADE

No campo conceitual a informalidade é objeto de inúmeras interpretações quanto à forma e estrutura de sua inserção no mercado. A opção que embasou este estudo decorreu, principalmente, de duas abordagens teóricas: a de circuito superior e inferior, desenvolvida por Santos (2003) e de circularidade do capital-mercadoria de Marx (2014), a qual considera que a redução do tempo de circulação contribui e acelera a valorização do capital.

A visão de Santos (2003) sobre cidades, urbanização e processo econômico e social contempla a simbiose de diversos atores, tanto no espaço, como no território. Essa compreensão também discute o papel do capital e o modo como ele se apresenta nas relações produtivas com algumas categorias, tais como: os pequenos estabelecimentos e a informalidade, na qual, segundo a concepção do autor, coexistem dois circuitos distintos, com características próprias e conexões de produtos, de serviços e de recursos financeiros entre si.

O primeiro circuito é denominado como “superior” ou moderno da economia, onde se encontra o grande capital, intensivo – tanto em recursos financeiros como em tecnologia –, com atuação nacional e mundial, através de cadeias produtivas, com destaque para os oligopólios.

Já o “circuito inferior” é composto pelos pequenos empreendimentos e organizações não capitalistas (Souza, 1980), com baixa produtividade, organização e intensivos em mão de obra – normalmente familiar –, além de reduzida tecnologia. Nessa dimensão, o espaço de atuação é de âmbito local, no bairro e nas franjas de mercado, onde o interesse do grande capital é menor, em razão do custo de transação. Isso explica, em parte, a existência das diversas categoriais de atores sociais, que orbitam em torno deste circuito.

Portanto, é no circuito inferior que está a informalidade e, no seu interior, o informal empresarial, que desenvolve suas atividades como uma categoria detentora de características próprias, em interação com outros atores sociais, bem como com o grande capital, que disponibiliza ferramentas, serviços e mercadorias, permitindo auferir a renda e, conseqüentemente, a manutenção das suas atividades.

Nessa interface, a mercadoria (produtos e serviços) é o elo de coexistência dos dois circuitos (Malaguti, 2000): a informalidade contribui com processo de circulação, ao ofertar – dentro do seu limite de atuação – os bens, contribuindo para acelerar o tempo de rotação (Marx, 2014) e, conseqüentemente, a valorização.

Para Marx (2014), um dos campos da circulação cabe ao capital-mercadoria, que é uma das formas funcionais do capital. Mas, nessa fase não ocorre a metamorfose em produção (P), havendo interrupção do ciclo, pois se dá a troca de equivalentes, ou seja, mercadoria por dinheiro.

Assim, a comercialização dos produtos e serviços do grande capital pela informalidade na esfera da circulação, contribui com a redução do tempo de rotação (Marx, 2014), portanto, a variável “tempo” é, neste caso, abreviada ao grande capital pela informalidade, posto que, este fator presente na comercialização tem a capacidade de promover ganhos ou perdas na liquidez imediata. Quanto maior o tempo na comercialização das mercadorias – capital-mercadoria parado – maior é a tendência de comprometer a reprodução do capital e, conseqüentemente, sua realização e valorização.

Esse movimento entre o capital e o informal permite, na comercialização do primeiro para o segundo, a gestação do valor do dinheiro, contribuindo com o processo de valorização do capital via capital-mercadoria. Assim, há um fluxo produto/dinheiro decorrente da troca. Tal fluxo é alimentado e retroalimentado de acordo com o momento e os interesses de cada ente.

O que sobressai é o papel exercido pela informalidade como um centro de reprodução e valorização – obviamente dentro do seu limite operacional e capacidade de volume –, ao contribuir para a continuidade do ciclo do capital e ao incorporar seu público como uma demanda adicional, através da comercialização dos bens e serviços.

Portanto, a função da informalidade no contexto da circulação é a redução do tempo de rotação, através do seu papel auxiliar no consumo capitalista. Assim, viabiliza por meio da comercialização, a apreensão de renda, que se transforma em capital monetário, o que dará continuidade ao processo de produção, de mais valor e acumulação.

Segundo esse entendimento percebemos que a informalidade, ao invés de ser um problema, exerce um importante papel para o capital, através do seu canal de comercialização, favorecendo a reprodução e a valorização dele. E nesse movimento identificamos o informal empresarial, objeto da pesquisa.

3 PARAMETRIZAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO O INFORMAL EMPRESARIAL

O ambiente informal e seus atores caracterizam-se pela diversidade de categorias e formas de apresentação na sociedade, que transbordam em

um grau elevado de heterogeneidade (Salama; Valier, 1997) dificultando, em razão desse contexto, a construção de concepções teóricas e análises.

Além da raiz histórica (Barbosa, 2003; Lima, 2019), as mudanças na forma e na estrutura orgânica do capital ao longo do tempo são pontos que afetam a estrutura da informalidade, tanto no passado, como em tempos atuais. Por exemplo, o avanço da microeletrônica, das cadeias de produção, da globalização produtiva, da tecnologia da informação, do neoliberalismo, da desregulamentação e da precarização são alguns dos aspectos que afetam o mundo do trabalho e, por conseguinte, os atores informais, suas categorizações e conceituações.

Entendemos, de forma ampla, que a informalidade abarca um conjunto de atores sociais, os quais compõem a força de trabalho e exercem suas atividades, por opção ou contingências, na fronteira entre o campo de atuação do grande capital e da economia regulada e não regulada ou de categorias, que mesmo mantendo uma relação contratual de trabalho, exercem suas funções com acesso limitado ou negado aos direitos trabalhistas e sociais (Tavares, 2004; Krein; Proni, 2010).

É neste contexto que está inserido o informal empresarial, que já foi objeto de atenção de outros pesquisadores, porém sem aprofundamento na sua categorização e especificação (Santos, 2003; Abramo, 2003; Souza, 1980; Ulyssea; Szerman; Cabral, 2016). Assim, ao refletirmos sobre essa lacuna, estruturamos um *survey*, com entrevistas qualitativas dirigidas a atores sociais informais e a gestores de políticas públicas de microcrédito. Esse movimento inicial confirmou não somente as observações empíricas de uma pesquisa exploratória, como ratificou uma característica que distingue os informais empresariais: a atuação deles em um espaço (estabelecimento) fixo, com um custo a maior, em relação aos demais informais, como os ambulantes e/ou camelôs.

Como resultado do *survey* foi possível construir parâmetros específicos sobre o informal empresarial e a sua categorização. Assim, entre as características do informal empresarial destacamos, além do espaço fixo, voltado ao desenvolvimento da atividade, que tal atividade é implementada no âmbito de micro ou pequenas unidades de negócios, sem registro e não capitalista. Observamos ainda, que o capital empregado na estruturação e operação é originário de esforço próprio e/ou familiar ou obtido junto a amigos.

Outra constatação aponta para o fato de que, em razão do risco do capital e do custo operacional do estabelecimento informal, a atividade do informal empresarial exige uma capacidade de gestão muito próxima a de

um estabelecimento empresarial regularmente constituído, o que determina a adoção de técnicas administrativa mínimas para assegurar a continuidade do empreendimento.

Nesse sentido o informal empresarial é proprietário do meio de produção e os recursos auferidos com a atividade, tornam-se rendimento da família, pois, na maioria dos casos observados, os integrantes do núcleo familiar contribuem para a operação do estabelecimento, exercendo uma ou várias funções.

O Quadro 1, abaixo, sintetiza a categorização e parametrização do informal empresarial, espelhando a atividade, que, em razão do custo, do aporte maior de capital, da necessidade de tempo e de gestão do estabelecimento, se diferencia em relação as demais categorias informais.

Quadro 1 – Configuração da Informalidade Empresarial

| Estrutura | Forma |
|----------------------------------|--|
| Organização não capitalista | Busca independência e renda para reprodução; |
| Proprietário do meio de produção | O capital e os meios pertencem ao proprietário que também é gestor e produtor/trabalhador; |
| Espaço fixo/estabelecimento | Desenvolve suas atividades em espaços próprios ou estabelecimentos fixos. |
| Não formalizado | Não são registrados ou não detém CNPJ; |
| Não é ambulante/camelô | Não desenvolve suas atividades nas ruas e/ou logradouros, e sim em estabelecimentos fixos, com infraestrutura básica do negócio igualmente fixada. |
| Capital próprio | O capital para a atividade advém, normalmente, de esforço próprio e/ou familiar, com exceções. |

Elaboração do autor, com base nas concepções teóricas de Santos (2004) e Souza (1980) e nos dados da pesquisa.

Portanto, a partir categorização e parametrização foi possível evoluir na construção dos parâmetros da metodologia e da pesquisa “Importância do Pequeno Empreendimento na Economia”, com objetivo de apreender e caracterizar o ator social que denominamos de informal empresarial.

4 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA E PROCESSO METODOLÓGICO

Uma das questões que tensiona o estudo da informalidade é a sua mensuração e dimensão. As dificuldades são decorrentes de uma soma

de fatores, tais como: a ausência de registros administrativos, a visão marginal que recai sobre ela, o fato de estar à margem do fluxo regular da economia, a diversidade dos atores sociais e a lógica de seu funcionamento produtivo e social.

Em conjunto, esses aspectos impactam e impõem limites às análises sobre a informalidade e seus atores sociais, inclusive de novas categorias, como é o caso da informalidade empresarial, com suas especificidades.

A fim de superar a dificuldade observada, adotamos o crédito como alternativa para balizar a pesquisa, precisamente, a microfinanças direcionada tanto para pequenos empreendedores regularizados, como para informais. A partir dos registros administrativos de instituições que executam microfinanças no Pará e do tratamento dos dados, foi possível evoluir a pesquisa Importância do Pequeno Empreendimento na Economia permitindo construir uma visão sobre a informalidade empresarial e seus atores sociais.

As informações da microfinanças e o crédito direcionado especificamente à informalidade foram obtidas a partir de dados de duas instituições, que atuam no estado do Pará e na sua capital, a cidade de Belém: o Programa de Microcrédito do Estado do Pará (Credcidadão), sob gestão do Governo do Estado, e o Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol (Ver-o-Sol), sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Belém, para o ano de 2017, o que gerou, aproximadamente, um total de 140 informantes para a pesquisa de campo.

Em razão das limitações orçamentárias, da abrangência territorial e da complexidade dos atores informais, adotamos como premissa metodológica, a “técnica da amostra finita” (Luchesa, 2011), que alia confiabilidade e qualidade dos dados, considerando as dificuldades já elencadas, conforme parâmetros descritos anteriormente no Quadro 1 e fórmula, a seguir:

$$N = \frac{Z^2 \times P \times Q \times N}{e^2 \times (N - 1) + Z^2 \times P \times Q}$$

Já para a definição do espaço amostral consideramos o número de operações do Credcidadão realizadas em 2017, que alcançaram cerca de 3.424 operações individuais, o que permitiu calcular amostra da pesquisa em quarenta e nove (49) entrevistados, conforme Quadro 2, abaixo:

Quadro 2 – Parâmetros para obtenção da amostra da pesquisa

| Parâmetros | Objetivo | Indicador |
|-------------|-----------------------------------|-----------|
| Z | Nível de Confiança | 90 |
| P | Quantidade de acerto esperado (%) | 90 |
| Q | Quantidade de erro esperado (%) | 10 |
| N | População total – 2017 | 3.424 |
| E | Nível de precisão (%) | 7 |
| N - Amostra | | 49 |

Elaboração do autor, a partir de dados do Credcidadão (Pará, 2017).

O passo seguinte, após a definição da amostra, foi a seleção de 22 atividades produtivas informais, que poderiam abrigar, enquanto ator social, o informal empresarial a partir dos cadastros do Credcidadão e do Ver-o-Sol, expressa no Quadro 3, abaixo:

Quadro 3 – Atividades atendidas pelo Fundo Ver-o-Sol e Programa Credcidadão – 2017

| Atividade | Selecionada |
|-----------------------------------|-------------|
| Revenda de Confeção | Selecionada |
| Mercearia | Selecionada |
| Gêneros Alimentícios | Selecionada |
| Produção e Costura de Confeções | Selecionada |
| Lanchonete | Selecionada |
| Armarinho | Selecionada |
| Material de Construção | Selecionada |
| Produção de bombons regionais | Selecionada |
| Produção de Sorvetes | Selecionada |
| Batedor de Açáí | Selecionada |
| Oficina mecânica | Selecionada |
| Descartáveis | Selecionada |
| Açougue | Selecionada |
| Manutenção de Computadores | Selecionada |
| Depósito de Água Mineral/Bebidas/ | Selecionada |
| Oficina de bicicletas | Selecionada |
| Salão de beleza | Selecionada |
| Serviço reprográfico | Selecionada |
| Lan House | Selecionada |
| Artesanato | Selecionada |
| Assistência de celular | Selecionada |
| Fabricante de embutido | Selecionada |
| Restaurante | Selecionada |

Fonte: Fundo Ver-o-Sol (Belém, 2017) e Credcidadão (Pará, 2017).

A etapa seguinte foi a formação da lista de informantes, para a qual o Fundo Ver-o-Sol e o Programa Credcidadão cederam, respectivamente, de seus cadastros, 20 e 120 beneficiários atendidos em 2018, perfazendo um total de cento e quarenta (140) informantes.

Concluída a delimitação da pesquisa desenvolvemos esforços para elaboração do formulário, com o objetivo, entre outros, de captar a estrutura do padrão de vida do informal empresarial, através da classificação da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP, 2018), que formulou o Critério Brasil de classificação econômica, via estratificação socioeconômica, pelo viés do consumo.

A estratificação adotada pelo Critério Brasil é de 2018 – o ano base da pesquisa executada –, e permitiu a construção de níveis de distribuição de classes, bem como a adoção dos parâmetros, que ensejaram a classificação do informal empresarial através do padrão de vida, permitindo comparação entre ele e as classes de consumo, no contexto da segmentação do mercado, através das ponderações do critério.

O Critério Brasil é construído por três eixos. O primeiro corresponde aos itens de bens duráveis, composto por 12 produtos, tais como: geladeira, celular, automóveis, motocicletas, computadores etc. O segundo eixo é voltado para a estrutura do domicílio no que se refere ao serviço de água encanada ou não, banheiro e a forma de acesso à residência. O terceiro eixo é o grau de instrução do entrevistado.

Assim, para cada item dos eixos registrado na residência do pesquisado e sobre o entrevistado (grau de instrução) e a sua quantidade, foi dada uma pontuação que, agregada, permitiu situá-lo em uma sua classificação de classe e de renda estimada, permitindo uma radiografia de inserção e, no nosso caso, de comparação e de nível de desigualdade, conforme Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Critério Brasil - Distribuição de Classes e Renda Estimada - 2018

| Classe | Pontos | Renda |
|--------|----------|-----------|
| A | 45 - 100 | 23.345,11 |
| B 1 | 38 - 44 | 10.386,52 |
| B 2 | 29 - 37 | 5.363,19 |
| C 1 | 23 - 28 | 2.965,69 |
| C2 | 17 - 22 | 1.691,44 |
| D – E | . 1 - 16 | 708,19 |

Fonte: ABEP (2018).

A pesquisa “Importância do Pequeno Empreendimento na Economia” foi executada com o emprego de 140 formulários. Desse total de respondentes, 107 foram identificados como informais empresariais; 25, como formais, que foram excluídos da pesquisa; e oito, não participaram por motivo de recusa. O levantamento foi realizado entre os meses de outubro de 2018 e janeiro de 2019, nos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides, situados na Região Metropolitana de Belém (RMB), no estado do Pará, na Amazônia brasileira, conforme detalhamos anteriormente. Após a checagem e tratamento dos dados, e lançamos as informações, as quais geraram diversos resultados agregados, parte dos quais evocamos neste artigo.

5 DESVELANDO O PADRÃO DE VIDA DO INFORMAL EMPRESARIAL

A partir do indicador de mercado estabelecemos parâmetros de comparabilidade do enquadramento situacional do mercado com o quadro socioeconômico do informal, para analisar o padrão de vida do informal empresarial, sob a perspectiva do critério de classe econômica e, portanto, do mercado, em consonância com o critério da Abed.

Inicialmente o indicador da Abed sinalizou que a posse de bens duráveis pelo informal empresarial não é uniforme, revelando diferentes níveis de acesso, distintos graus de renda e de desigualdade.

O Tabela 2, abaixo, reflete a desigualdade da sociedade brasileira nos municípios amazônicos pesquisados, face os desníveis sociais e de renda, posto que, aproximadamente 80% dos informais empresariais estão concentrados entre as classes C1 e D-E, que se caracterizam como menores níveis de rendimento. Essa taxa expressa a renda limitada, com impactos no acesso e consumo dos bens e de serviços – merecendo destaque a classe D-E, cujo percentual de participação é de quase 20% – ratificando a desigualdade presente na informalidade.

Tabela 2 – Participação dos informais empresariais por classificação econômica – 2018/2019

| Classe/ Classificação | Pontos por Classe | Participação % no Critério | | |
|--------------------------|----------------------|----------------------------|-----------|----------|
| | | Total | Masculino | Feminino |
| A | 45 - 100 | - | - | - |
| B 1 | 38 - 44 | 2,80 | 33,33 | 66,67 |
| B 2 | 29 - 37 | 17,75 | 31,03 | 68,97 |
| C 1 | 23 - 28 | 27,10 | 58,62 | 41,38 |
| C2 | 17 - 22 | 32,71 | 42,86 | 57,14 |
| D – E | . 1 - 16 | 19,62 | 33,33 | 66,67 |

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

De outro modo, a ausência de participação no nível de classificação econômica A e percentual de apenas 2,80% no estrato B1, confirma não somente a desigualdade – com a mínima possibilidade de ascensão social – como também que o exercício da atividade informal é dirigido para o sustento e a reprodução do informal empresarial e de sua família. Ou seja, não há sobra de excedente – que é capturado pelo capital, sob forma de consumo – nem condições de acumulação de riqueza (Tabela 2).

Na análise por gênero observamos o protagonismo feminino em todas as classes econômicas, com elevadas taxas – variando entre 57% e 69% –, excetuando-se apenas C1, na qual a participação não chega a ser pouco importante, embora não seja preponderante (Tabela 2). A necessidade de complementar renda familiar, a falta de oportunidade, a entrada mais cedo no mundo de trabalho, um maior ativismo econômico e as facilidades do mundo digital são, entre outros aspectos, justificativas para esses números. Isso sem esquecer a sobrecarga de trabalho de cuidar dos domicílios em uma dupla ou tripla jornada.

Com relação a renda (ver Tabela 3), notamos a aderência nas classes C2 e D-E entre o critério ABEP e a média da renda declarada na pesquisa, posto que, nas demais classes intervalares registramos disparidade nos indicadores, ressaltando que a classificação se deu pelo consumo, instrução e serviços urbanos na residência, o que pode explicar a aparente distorção.

Tabela 3 – Comparativo entre renda estimada por classe da ABEP e a renda média e mediana – 2018/2019

| Classes | Pontos Critério | Renda Estimada ABEP | Renda Declarada Pesquisa (1) | | Tempo Médio na Atividade |
|---------|-----------------|---------------------|------------------------------|----------|--------------------------|
| | | | Média | Mediana | |
| A | 45 - 100 | 23.345,11 | - | - | - |
| B 1 | 38 - 44 | 10.386,52 | 3.400,00 | 3.400,00 | 9,33 |
| B 2 | 29 - 37 | 5.363,19 | 2.105,56 | 2.000,00 | 7,87 |
| C 1 | 23 - 28 | 2.965,69 | 2.279,31 | 1.800,00 | 11,12 |
| C 2 | 17 - 22 | 1.691,44 | 1.695,45 | 1.300,00 | 10,19 |
| D – E | . 1 - 16 | 708,19 | 1.172,00 | 1.000,00 | 10,13 |

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

Nota:

1 – Valores nominais de 2018

A distorção observada nas classes C1, B2 e B1 entre a renda estimada para a classe e a renda declarada, decorre, em parte, de uma declaração a

menor na resposta por parte do entrevistado. Outro fator relacionado remete à facilidade de crédito para aquisição dos bens e serviços que, neste caso, contribui para uma parente equidade social, o que, na realidade, não é o caso.

É interessante observar que o tempo médio no exercício da atividade informal (Tabela 3) em quase todos os intervalos, é de uma década, exceto a B2. Esse tempo, em confronto com a renda média declarada e a mediana, ratifica a reduzida possibilidade de ascensão social e confirma que o resultado da atividade é para a reprodução e sobrevivência dos informais empresariais e de seus familiares.

Essa falsa percepção de equidade social ou falso equilíbrio socioeconômico, decorrente do acesso e consumo de bens, neste caso, é, parcialmente, fruto de uma política de crédito monetário, assentada sobre juros elevados, embutido no prolongamento de prestações (ver tabelas 4 e 5).

Os dados das tabelas 4 e 5 demonstram que o acesso e a posse de bens duráveis e de serviços não são uniformes entre as classes, devido a dificuldades de consumo, valor, e renda, que justificam diferentes taxas registradas nos domicílios dos informais empresariais.

Tabela 4 – Percentual de posse de bens duráveis nos domicílios por classes econômicas - 2018/2019

| Bens Duráveis | Classes | | | | | | |
|-------------------|---------|------|-------|-------|-------|-------|--------|
| | A | B 1 | B 2 | C 1 | C 2 | D - E | Total |
| Automóvel Pessoal | - | 2,80 | 12,15 | 11,21 | 3,74 | 0,93 | 30,84 |
| Empregados | - | - | 3,74 | 1,87 | 1,87 | - | 7,48 |
| M. Lavar | - | 2,80 | 17,76 | 24,30 | 24,30 | 10,28 | 79,44 |
| DVD | - | 2,80 | 13,08 | 23,36 | 19,63 | 14,02 | 72,90 |
| Geladeiras | - | 2,80 | 17,76 | 28,04 | 31,78 | 19,63 | 100,00 |
| Freezer | - | 2,80 | 14,02 | 22,43 | 17,76 | 0,93 | 57,94 |
| Computador | - | 2,80 | 15,89 | 21,50 | 14,95 | 1,87 | 57,01 |
| Lava-louça | - | - | - | - | - | - | - |
| Micro-ondas | - | 2,80 | 12,15 | 17,76 | 14,02 | 3,74 | 50,47 |
| Moto Pessoal | - | 0,93 | 6,54 | 7,48 | 7,48 | 1,87 | 24,30 |
| Secadora Roupa | - | 0,93 | 0,93 | - | - | - | 1,87 |

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

Com exceção do intervalo de rendimento B2, nas demais classes visualizamos diferentes graus de participação no consumo e nos serviços, o que demonstra limitações provenientes do rendimento obtido na atividade e

a necessidade de efetuar escolhas por produtos ou pelo sustento individual/familiar. Explicações possíveis para os números observados nas tabelas 5 e 6, abaixo.

Tabela 5 – Percentual de acesso a serviços públicos nos domicílios por classes econômicas - 2018/2019

| Serviços | Classes | | | | | | Total |
|-----------|---------|------|-------|-------|-------|-------|--------|
| | A | B 1 | B 2 | C 1 | C 2 | D - E | |
| Água | - | 2,80 | 15,89 | 20,56 | 22,43 | 13,08 | 74,77 |
| Banheiros | - | 2,80 | 17,76 | 28,04 | 31,78 | 19,63 | 100,00 |
| Asfalto | - | 2,80 | 17,76 | 28,04 | 28,04 | 14,02 | 90,65 |

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

A entrada no mercado de trabalho e a renda média por gênero apresentam resultados distintos. De acordo com a Tabela 6 observamos que as mulheres situadas nas classes D-E e C2 acusam um maior rendimento médio, como também a idade inicial de entrada no trabalho é bem menor quando comparada aos homens.

Tabela 6 – Idade inicial, renda média declarada e tempo na atividade por classes econômicas - 2018/2019

| Classes | Masculino | | | Feminino | | |
|---------|------------------------|----------------------|-----------------|------------------------|----------------------|-----------------|
| | Idade Inicial Trabalho | Renda Méd. Declarada | Tempo Atividade | Idade Inicial Trabalho | Renda Méd. Declarada | Tempo Atividade |
| A | - | - | - | - | - | - |
| B 1 | 17 | 2.850,00 | 13 | 18,00 | 1.800,00 | 2 |
| B 2 | 17,09 | 2.272,73 | 5,33 | 17,29 | 1.842,86 | 11,86 |
| C 1 | 16 | 2.466,67 | 13,47 | 17,86 | 2.078,57 | 8,61 |
| C2 | 19,60 | 1.110,00 | 7,03 | 17,00 | 1.794,00 | 10,64 |
| D - E | 19 | 1.145,00 | 10,63 | 16,00 | 1.332,22 | 9,63 |

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

Já as classes C1, B2 e B1 apresentam uma dinâmica inversa, ou seja, os homens têm um maior rendimento e registram um tempo na atividade superior ao das mulheres – exceto na classe B2. Além disso, eles entram mais cedo no mercado de trabalho conforme o Tabela 6 (acima).

Com relação aos dias trabalhados durante a semana, observamos uma equivalência entre os gêneros, com pequenas variações entre as classes, mesmo fenômeno que ocorre nas horas despendidas na atividade, conforme demonstrado na Tabela 7.

Tabela 7 – Quantidade de dias trabalhados, por classes econômicas, na semana, hora diária, semanal e funcionamento aos sábados e domingos - 2018/2019

| Classes | Dias | | Horas Diária | | Horas Semanais | | Trabalha sábado e domingo | | | |
|---------|--------|----------|--------------|----------|----------------|----------|---------------------------|-------|----------|-------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens | | Mulheres | |
| | | | | | | | Sim | Não | Sim | Não |
| A | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| B 1 | 6,5 | 7 | 9 | 8,00 | 58 | 56 | 50,00 | 50,00 | 100,00 | - |
| B 2 | 6,82 | 6,25 | 8,55 | 7,75 | 58,73 | 49,38 | 81,82 | 18,18 | 62,50 | 37,50 |
| C 1 | 6,60 | 6,64 | 8,07 | 8,79 | 54,93 | 58,79 | 66,67 | 33,33 | 71,42 | 28,57 |
| C 2 | 6,80 | 6,64 | 9,10 | 8,44 | 62,5 | 57,88 | 90,00 | 10,00 | 64,00 | 36,00 |
| D - E | 6,45 | 6,80 | 7,73 | 8,00 | 48,82 | 54,80 | 54,55 | 45,45 | 80,00 | 20,00 |

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

No que se refere às horas semanais constatamos que, em todos os níveis intervalares a jornada no estabelecimento é superior às 44 horas estabelecidas na legislação brasileira, o que revela a necessidade de uma sobrecarga de trabalho, para conseguirem obter o rendimento. Isso explica o fato de grande parte dos responsáveis pelo empreendimento desenvolver suas atividades também aos finais de semana como mostramos na Tabela 7.

Desse modo, depreendemos que o rendimento auferido no estabelecimento operado pelo informal empresarial é decorrente, em parte, da excessiva jornada de trabalho ao longo da semana, uma explicação para o enquadramento nas classes econômicas, pois o consumo dos bens duráveis e dos serviços advém da sobrecarga trabalho por parte desses atores sociais, em ambos os gêneros. É importante atentar para o fato de que o excesso de jornada é um elemento de precariedade, o que precisa ser considerado enquanto análise sobre a dinâmica dos atores sociais, inclusive no tocante à qualidade de vida dessas pessoas.

O prolongamento da jornada no horário de operação do estabelecimento informal é, em parte, explicado pelo fato de quase 60% dos informais empresariais exercerem o papel de chefe e provedor de seus domicílios, sendo preponderante em quase todas as classes, excetuando-se a B1, cuja taxa é de 33,33% (ver Tabela 8).

Tabela 8 – Posição no domicílio do informal empresarial em % - 2018/2019

| Classe | Chefe | Conjuge | Filho | Outro | Média de Moradores |
|----------------|-------|---------|-------|-------|--------------------|
| A | | | | | |
| B 1 | 33,33 | 66,67 | - | - | 5 |
| B 2 | 57,89 | 21,05 | 15,79 | 5,26 | 4 |
| C 1 | 65,52 | 17,24 | 13,79 | 3,45 | 4,06 |
| C2 | 57,14 | 34,29 | 8,57 | 0,00 | 3,45 |
| D – E | 61,90 | 28,57 | 9,52 | 0,00 | 3,57 |
| Total pesquisa | 59,81 | 27,10 | 11,21 | 1,87 | 3,79 |

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

Chamamos atenção para o percentual de cônjuges que atuam no empreendimento informal: 27,10%. Esse índice contribui para confirmar o caráter familiar da atividade, bem como a necessidade de o trabalho estar na família como elemento de agregação e retenção de rendimento, pois, o resultado é incorporado na residência, em benefício de todos os moradores.

O caráter familiar e a necessidade de participar da atividade como fator de retenção de renda e reprodução é perceptível nas informações da Tabela 9, que complementa a Tabela 10. Quando da análise por gênero, os dados revelam que na função de chefe, a presença do sexo masculino se faz mais presente nas classes B1, C1 e C2, enquanto nas demais, há um grau de equilíbrio, ressaltando que participação das mulheres como provedoras varia entre 28% e 50%, percentuais que dão a dimensão da inserção e representatividade das mulheres na força e no mundo do trabalho.

Já no papel de cônjuge, a participação do sexo feminino se dá em maior intensidade pois, além de contribuir como força de trabalho há a questão da complementação na renda domiciliar, um indicativo de que o trabalho feminino é essencial tanto ao processo de obtenção de rendimentos, como para a continuidade da atividade informal empresarial.

Tabela 9 – Posição no domicílio do informal empresarial segundo de chefe e cônjuge por gênero em %-2018/2019

| Classe | Chefe | | Cônjuge | |
|--------|-----------|----------|-----------|----------|
| | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino |
| A | - | - | - | - |
| B 1 | 100,00 | | 50,00 | 50,00 |
| B 2 | 53,85 | 46,15 | 50,00 | 50,00 |
| C 1 | 72,22 | 27,78 | 20,00 | 80,00 |
| C2 | 65,00 | 35,00 | 30,77 | 69,23 |
| D - E | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 50,00 |
| Total | 62,12 | 37,88 | 36,67 | 63,33 |

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

A necessidade de sobrevivência e reprodução são fatores que justificam a antecipação no tempo de entrada no mercado de trabalho do informal e, como consequência, a interrupção dos estudos, o que explica o fato de aproximadamente 48% dos informais empresariais registrarem nível educacional situado entre o fundamental incompleto e o médio incompleto, conforme a Tabela 10, abaixo, onde destacam-se as classes D-E a C1, que registram maior concentração de pessoas nesta situação.

Tabela 10 – Informal empresarial segundo nível educacional 2018/2019

| Classe | Fundamental Incompleto | Fundamental Completo | Médio Incompleto | Médio Completo | Superior Incompleto | Superior Completo |
|----------------|------------------------|----------------------|------------------|----------------|---------------------|-------------------|
| A | - | - | - | - | - | - |
| B 1 | - | - | - | 2,38 | - | 28,57 |
| B 2 | - | - | 12,00 | 23,81 | 42,86 | 42,86 |
| C 1 | 20,00 | 18,18 | 24,00 | 33,33 | 28,57 | 28,57 |
| C2 | 33,34 | 36,36 | 32,00 | 40,48 | 14,29 | 0,00 |
| D – E | 46,67 | 45,45 | 32,00 | - | 14,29 | 0,00 |
| Total no Nível | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Total Pesquisa | 14,02 | 10,28 | 23,36 | 39,25 | 6,54 | 6,54 |

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

Já no grau de ensino médio completo, a taxa de informais neste nível educacional captada pela pesquisa é de 39,25%, sendo que, a classe D-E não registra nenhum percentual de participação, conforme a Tabela 10. Ressaltamos que a dificuldade de inserção, acesso e permanência na escola afeta de forma desigual as distintas categorias de trabalhadores e a sociedade em geral, determinando a dicotomia entre permanecer nos estudos e sobreviver através do trabalho precoce, uma das razões da evasão e do abandono escolar, que se reflete no dado analisado.

Com relação ao nível superior incompleto e completo, notamos menor representatividade, porém não menos relevante. Os percentuais observados são resultantes das dificuldades já elencadas nos parágrafos anteriores, porém a maior participação na educação superior concentra-se nos estratos de classes entre C2 e B1, que se caracterizam por apresentar maior renda, fato que possibilita, em parte, a permanência do indivíduo na instituição de ensino superior.

No tocante aos estabelecimentos informais empresariais por segmento econômico, constatamos que aproximadamente 65% são da atividade comercial, seguida do setor de serviço, com 22,43% que, em razão de menor aporte de recursos para o início do empreendimento, justificam os percentuais observados na Tabela 11, abaixo. Merece destaque a participação de pequenas indústrias, que operam na informalidade com uma taxa de 13%, a qual, devido à necessidade de maior especialidade na sua operação, quanto do maior capital investido, surpreende pela taxa.

Tabela 11 – Distribuição % dos estabelecimentos informais por segmento econômico 2018/2019

| Classe | Comércio | Indústria Transformação | Serviço |
|-------------------|----------|-------------------------|---------|
| A | - | - | - |
| B 1 | 4,35 | - | - |
| B 2 | 15,94 | 21,43 | 20,83 |
| C 1 | 30,43 | 28,57 | 16,67 |
| C2 | 31,88 | 35,71 | 37,50 |
| D – E | 17,39 | 14,29 | 25,00 |
| Total | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Total na Pesquisa | 64,49 | 13,08 | 22,43 |

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

A incorporação de ferramentas de propaganda como mecanismos de promoção e comercialização é uma realidade nos estabelecimentos informais, onde 55% utilizam alguma ferramenta de divulgação e venda. Entre esses, cerca de 60,66% já operava meios digitais de comunicação – as plataformas de redes sociais, por exemplo – como elemento de apoio às vendas. Trata-se, portanto, de uma realidade presente no cotidiano dos informais empresariais na passagem de 2018 para 2019, conforme os dados da Tabela 12.

Tabela 12 – % de estabelecimentos informais empresariais com propaganda e % por forma de propaganda. 2018/2019

| Estabelecimentos Informais | | Forma de Propaganda | |
|----------------------------|----------------|---------------------|---------------|
| Com propaganda | Sem propaganda | Tradicional (1) | Mídia Digital |
| 55,14 | 44,86 | 39,34 | 60,66 |

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

Nota:

1 – Panfleto, faixas, cartões, boca de ferro etc.

Em relação ao estabelecimento onde o informal empresarial exerce sua atividade, dada a sua estrutura ele desempenha a tarefa de agregar outros operadores, além do gestor/responsável, para viabilizar o funcionamento. Ou seja, no dia a dia do empreendimento atuam dois informais, diferentemente do que se observa nos casos do camelô e do ambulante de rua.

A percepção desta característica é evidenciada na Tabela 13, que aponta que a média geral de informais por estabelecimentos é dois atores sociais, ressaltando que no estrato B1 o número se eleva para três pessoas, confirmando a necessidade de incorporar, no escopo da informalidade, a categorização dos informais empresais.

Tabela 13 – Percentual de postos de trabalho e média e renda média por unidade, postos de trabalho e moradores por classe - 2018/2019

| Classe | Part. % no Emprego Gerado | Postos Médio de Trabalho | Renda Declarada Real em R\$ 1,00 (1) | | |
|----------------------------|---------------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------|------------------------|
| | | | Média por Unidade | Média por Postos de Trabalho | Média por Moradores |
| A | - | - | - | - | - |
| B 1 | 4,13 | 3,00 | 3.174,82 | 1.058,29 | 634,97 |
| B 2 | 15,60 | 1,79 | 2.533,22 | 1.415,62 | 633,30 |
| C 1 | 29,36 | 2,21 | 2.894,61 | 1.311,62 | 711,39 |
| C2 | 32,57 | 2,03 | 2.030,16 | 1.000,76 | 587,22 |
| D – E | 18,35 | 1,90 | 1.417,50 | 744,19 | 396,90 |
| Total | 100,00 | 2,04 | 2.265,61 | 1.112,02 | 598,56 |
| Salário-mínimo Brasil 2022 | | | R\$ 1.212,00 | | |

Fonte: dados da pesquisa e ABEP (2018).

Nota:

1 – Valores inflacionados para abril de 2022 pelo Índice Nacional Preço ao Consumidor – Inpc/Ibge = Abril/2022 = 100,00.

Se a geração de postos de trabalho é importante num contexto de crise econômica, é necessário, por outro lado, atentar para a renda capturada na atividade. Assim, quando analisamos a média por estabelecimento notamos valores acima do salário-mínimo vigente no Brasil em 2022, porém, com distintos comportamentos entre as classes, principalmente no estrato de D-E, cujo rendimento é ligeiramente superior ao salário vigente no corrente ano (ver Tabela 13).

Sob outra perspectiva, quando analisamos a renda por postos de trabalho no estabelecimento, observamos que nas classes D-E, C2 e B1 o rendimento médio declarado está abaixo do salário oficial brasileiro em 2022. Já nas demais classes, os valores são ligeiramente superiores. Esses

números sinalizam que os resultados apropriados, advindos das atividades, garantem apenas a reprodução dos atores sociais, com raríssimas exceções.

Quando confrontamos os rendimentos auferidos nas atividades informais pesquisadas com os familiares vinculados ao estabelecimento, constatamos que o per capita por morador por domicílio é bem inferior ao salário-mínimo brasileiro em 2022, equivalendo a 49,38% a média geral, que a preços de abril de 2022 é da ordem de R\$ 598,56 (ver Tabela 13).

Portanto, os critérios da ABEP em conjunto com as informações levantadas e analisadas permitiram não somente caracterizar os informais empresariais, enquanto atores sociais relevantes no interior da informalidade, como levaram a delinear sua fisionomia e seu papel na sociedade, demonstrando traços de suas particularidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da observação empírica da realidade socioproductiva brasileira e, especificamente, nas cidades amazônicas onde analisamos a configuração do ator social denominado informal empresarial, percebemos como ele responde a um contexto econômico moldado pela atuação do capital, ensejando a construção de sua forma e modo de atuar no cenário econômico.

Nesse sentido, compreender este ator social em suas especificidades e discutir o modo como ele se aloca na informalidade é fundamental, seja pelo rebatimento social, seja pelo aspecto produtivo.

Assim, a partir do critério da ABEP sobre o consumo e classificação de classes econômicas, foi possível construir pesquisa, com vistas a contribuir com a visibilidade da dimensão do informal empresarial por uma visão do mercado. À primeira vista, parte dos atores informais parecem estar num patamar de razoável qualidade material, porém, um olhar mais detido nos revela uma situação diversa.

Ao tomarmos o critério da ABEP como norteador, constatamos que o cruzamento das informações da pesquisa aponta a existência de diferentes níveis de desigualdades no segmento, que estão acima dos indicadores de mercado.

Nesse sentido, por opção ou necessidade, a atividade informal é o caminho para o acesso ao rendimento e o seu resultado é, pelos dados, vinculado à reprodução dos atores sociais, fato que permite um acesso limitado a produtos e serviços e, principalmente, de ascensão social, visto que, grande parte dos informais empresariais flutua entre as classes D-E a C1, como menor poder aquisitivo e de padrão de vida.

A necessidade de sobrevivência e de reprodução explicam, entre outros motivos, as dificuldades que travam os avanços qualitativos no padrão e na qualidade de vida em todos os níveis, o que justifica os resultados observados em termos materiais, de habitabilidade e educacional, em que pese as estratégias adotadas na interação com o mercado, que, neste caso, é por si mesmo, apenas um canal estreito, cujas fronteiras não são ultrapassadas, justificando a interseção entre a informalidade e o capital, cada qual no seu circuito.

E, neste jogo, sob a lógica dos circuitos, está o informal empresarial, com suas características e especificidades, a seguir, cotidianamente, operando sob a invisibilidade da sociedade, porém, com seu lugar sob a chuva e ao sol, gerando excedente ao capital, para manter o sustento próprio e de seus familiares.

REFERÊNCIAS

ABEP. Critério Brasil de classificação econômica 2018. **Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.abep.org/criterio-brasil>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ABRAMO, P. Quatro notas preliminares sobre a teoria econômica da favela: localização residencial e mercado imobiliário. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2003, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. p. 1566-1585.

ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, R.; BRAGA, R. (org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARBOSA, A. F. **A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento**. 2003. 390 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286268>. Acesso em: 02 jun. 2017.

BELÉM. Fundo Ver-O-Sol. **Prefeitura Municipal de Belém**, Belém, 2017. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/?id=36&conteudo=4552>. Acesso em: 14 maio 2017.

IBGE. Produto Interno Bruto do Municípios. **Instituto Brasileiro de Geografia Estatística**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=29720&t=resultados>. Acesso em: 21 jan. 2023

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral: Variável Taxa de Desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais idade. **Instituto Brasileiro de Geografia Estatística**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6468#resultado>. Acesso em: 10 dez 2023.

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Brasília, DF: OIT, 2010. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/pub/economia_informal_241.pdf. Acesso em: 25 jan. 2017.

LIMA, L. F. M. **Informalidade empresarial, mostra tua cara!:** estudo exploratório e parametrização. 2019. 241 f. Tese (Doutorado em Economia) - Pós-Graduação em Economia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

LUCHESA, C. J. **Cálculo o tamanho de amostra nas pesquisas de administração**. Curitiba: Centro Universitário de Curitiba - Unicuritiba, 2011.

MALAGUTI, M. L. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do assalariado**. São Paulo: Boitempo, 2000.

MARX, K. **O capital (livro I)**. São Paulo: Boitempo, 2014.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PARÁ. Credcidadão. **Governo do Pará**, Belém, 2017. Disponível em: <https://www.credcidadao.pa.gov.br/>. Acesso em: 14 maio 2017.

SALAMA, P.; VALIER, J. **Pobrezas e desigualdades no 3º mundo**. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: EDUSP, 2004

SILVA, L. A. M. **Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade**. 1971. 284 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1971. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/dir/acervo.html>. Acesso em: 12 dez. 2016.

SOUZA, P. R. C. **A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas**. 1980. 200 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285725/1/Souza_PauloRenato_D.pdf Acesso em: 02 jan. 2017.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalistas: informalidade e precarização**. São Paulo: Cortez, 2004.

ULYSSEA, G.; SZERMAN, D.; CABRAL, F. A informalidade das firmas no Brasil. *In*: BARBOSA FILHO, F. H.; ULYSSEA, G.; VELOSO, F. **Causas e Consequências da Informalidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. p. 81-105.

Submissão: 27/12/2022 • Aprovação: 09/02/2024



Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 1 • jan-abr. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536



ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL NAS ELITES PARAENSES: TRAJETÓRIAS SOCIAIS DO GRUPO DE PARENTESCO GAMA LOBO

**SOCIAL REPRODUCTION STRATEGIES
IN PARAENSE ELITES: SOCIAL TRAJECTORIES
OF THE GAMA LOBO KINSHIP GROUP**

Fábio Fonseca de Castro



Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

RESUMO

O artigo indaga sobre a forma social das elites amazônicas e sobre as peculiaridades de suas estratégias de reprodução social. Observam-se seis gerações um grupo de parentesco em seus diversos ramos familiares, identificando as trajetórias sociais que perfazem nos contextos ambientais e produtivos presentes no espaço amazônico. Metodologicamente, propõe-se uma sociologia histórica do parentesco. Parte-se da abordagem prosopográfica, estabelecendo um conjunto de indivíduos e busca-se perceber as constantes nas suas estratégias de reprodução social e as suas dinâmicas de formação de redes. Ao dialogar com a sociologia e a historiografia brasileiras que investigam o parentesco de elite, o artigo contribui para, num plano relacionado ao conteúdo, interpretar as peculiaridades das famílias amazônicas de elite e, num plano metodológico, introduzir o conceito de grupo de parentesco. Conclui-se que as trajetórias se organizam por meio de processos de diminuição de riscos e entraves à reprodução dos aparelhos sociais de elite.

Palavras-chave: parentesco; Amazônia; trajetórias sociais; elites; reprodução social.

ABSTRACT

The article inquires about the social form of Amazonian elites and the peculiarities of their social reproduction strategies. Six generations of a kinship group are observed in their different family branches, identifying the social trajectories they follow in the environmental and productive contexts present in the Amazonian space. Methodologically, a historical sociology of kinship is proposed. It starts from the prosopographic approach, establishing a group of individuals and seeking to understand the constants in their social reproduction strategies and their network formation dynamics. By dialoguing with Brazilian sociology and historiography, the article contributes to, on a content-related level, interpret the peculiarities of elite Amazonian families and, on a methodological level, introduce the concept of kinship group. It is concluded that trajectories are organized through processes of reducing risks and obstacles to the reproduction of elite social apparatuses.

Keywords: kinship; Amazon; social trajectories; elites; social reproduction.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca compreender as formas sociais historicamente presentes em seis gerações de um grupo de parentesco das elites amazônicas e as peculiaridades de suas estratégias de reprodução econômica e política. Observam-se as trajetórias sociais presentes nesse processo, indagando sobre como elas se produzem a partir dos diferentes contextos ambientais e produtivos amazônicos e como, enquanto *network*, apoiam-se, ou conflitam, entre si. Não se trata de uma única família, mas de um grupo de diferentes famílias vinculadas por laços de parentesco, políticos e econômicos que se disseminam por diferentes ambientes produtivos amazônicos – Belém, Marajó, Baixo Tocantins, Baixo Amazonas Paraense, Nordeste do Pará, Manaus, Acre – e também fora da Amazônia, embora com vínculos produtivos ou políticos intensos com a região.

O referido grupo de parentesco tem seu ponto nodal na figura de um militar português, João da Gama Lobo, indivíduo pertencente à pequena nobreza do Reino (ANTTa, 2008), designado em 1772 a servir em um dos regimentos de infantaria do Estado do Grão-Pará e Maranhão (AHUa, 2022). Como outros militares em serviço na colônia, tornou-se proprietário fundiário, gestor público e comerciante. Foi sesmeiro, senhor de terras no Baixo Amazonas e comerciante de cacau. Por meio de suas duas uniões matrimoniais, estabeleceu alianças com diferentes setores das elites locais – primeiramente com o grupo de parentesco mais associado ao primeiro momento da colonização amazônica, proprietários de extensas áreas rurais e, em seguida, com o grupo de parentesco beneficiado pelas políticas pombalinas. Seus descendentes, em sua maioria por linhas femininas, juntamente com as demais famílias de elite com as quais estabeleceram alianças matrimoniais, políticas e econômicas, compõem um painel que acreditamos representativo da problemática aqui enunciada.

Partindo desse painel de relações sociais objetivamos, neste artigo, compreender e caracterizar os processos e estratégias de reprodução social desse grupo de parentesco, pensando-o como uma rede, uma *network*, de relações de poder. Adotando procedimentos da abordagem prosopográfica (Stone, 1971; Bulst, 2005; Charle, 2006; Olegário, 2017), buscamos compreender a constituição dessa rede a partir das suas estratégias de socialização (Simmel, 1983, 2006) baseadas na construção de alianças familiares e nas escolhas econômicas feitas no interior da rede. Nesse processo, buscamos pensar a família a partir da sua coerência sociativa, e o fazemos

com o propósito de transcender a explicações monolíticas a respeito da instituição familiar, como a que pensa a família enquanto unidade fechada em si mesma, patriarcal ou patrilinear.

A ideia de família aqui construída, assim, é a de rede de sociações, e chegamos a ela por meio de uma abordagem sociológico-fenomenológica (Schutz, 1967, 1970) indagando o que é a família de elite enquanto fenômeno social a partir da vivência de seus interagentes e prospeccionada por meio das trajetórias de vida e da pragmática das suas escolhas numa dada formação econômico-social. Assim, compreendendo a família como uma instituição privilegiada para a produção do vínculo social e, conseqüentemente, como um dos instrumentos elementares da reprodução social, buscamos interpretá-la, em seus processos de mudança e de permanência, no contexto histórico do Grão-Pará.

Nossa questão de partida diz respeito à forma social das elites amazônicas e às peculiaridades de suas estratégias de reprodução social. Buscamos mapear a rede, ou sistema de parentesco que se desenvolve a partir de João da Gama Lobo, observando como os diferentes ramos da sua família desenvolvem trajetórias sociais específicas, adaptadas aos diferentes contextos ambientais e produtivos presentes no espaço amazônico e como produzem respostas aos grandes processos históricos vivenciados nessa região.

Percebemos como algumas trajetórias são mais eficientes, do ponto de vista da reprodução social, permitindo a construção de estratégias que diminuam os riscos e entraves à reprodução dos aparelhos de elite. Em consequência dessa observação, também percebemos a importância, para o sistema, da preservação, justamente, das suas condições operacionais sistêmicas, o que exige a disposição de dispositivos de preservação e de auto-organização associados às estratégias matrimoniais, educacionais-instrucionais, mnemônicas e identitárias e de autoprodução ideológica – todas elas conformadoras de um tecido intersubjetivo habilitado para de disseminar no tempo e no espaço.

A questão de fundo do artigo diz respeito à produção de estratégias da reprodução social de elite. Toda família visa à sua reprodução social, que se pode compreender como a conservação de meios, saberes, sensibilidades, técnicas e modos de produção no controle do próprio grupo de parentesco. Partindo dessa constatação, indagamos: quais padrões de sociação (padrões de produção de vínculos sociais) podem ser verificados na formação econômico-social das elites amazônicas? Como esses padrões se vinculam

aos diferentes modos de produção e reprodução social dessas elites? Como esses padrões produzem continuidades e renovações, perfazendo trajetórias sociais ao longo das diferentes gerações de famílias de elite?

O artigo está estruturado em cinco tópicos. Após esta Introdução, explicitamos os procedimentos metodológicos e os dispositivos conceituais utilizados. Em seguida, dispomos os dados da pesquisa. Posteriormente, refletimos a respeito da forma social das estratégias do grupo parentesco estudado no espaço amazônico. Concluímos o artigo com a sistematização de alguns elementos de ordem teórica e empírica produzidos pela pesquisa.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS E DISPOSITIVOS CONCEITUAIS

Necessário colocar, de início, que este artigo se desenvolve a partir de uma relação de proximidade e de intimidade com o objeto. Sendo o autor pertencente ao grupo de parentesco estudado, assinalamos termos partido de dados sistematizados pela memória familiar, seja ela oral, seja documental, que foram prospeccionados, posteriormente, através dos métodos aqui indicados e com o devido controle de viés e, para efeito de análise de dados, excluídos os elementos contraditórios ou duvidosos. Busca-se, neste trabalho, uma discussão produzida na forma de uma sociologia histórica do parentesco. Com esse fim, iniciamos o presente tópico explicitando as fontes e o tratamento dispensado a elas e prosseguimos indicando as perspectivas analíticas e os conceitos adotados. Também buscamos explicitar nossa perspectiva sobre o conceito de elite utilizando as noções de forma social, rede de parentesco e trajetória social.

A respeito das fontes, utilizamos quatro grupos de fontes primárias: a documentação pública, composta pela correspondência oficial entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão e a Coroa¹, por cartas de sesmaria, alvarás e demais documentações oficiais²; inventários e testamentos³; registros de batismo, casamento e óbitos da igreja católica⁴; arquivos privados e memória

¹ Como se trata de um artigo de síntese, referimos de maneira geral os arquivos e fundos pesquisados na construção do projeto de pesquisa. No que tange à Correspondência de Estado, mencionamos os fundos do Arquivo Público do Estado do Pará e do Arquivo Ultramarino de Lisboa.

² Dentro da mesma lógica, referimos os fundos do Arquivo Público do Estado do Pará

³ Fundos do Arquivo da Cúria Metropolitana de Belém, do Bispado de Santarém e do Bispado do Marajó.

⁴ Fundos do Centro de Memória da Amazônia.

oral⁵. Em termos de fontes secundárias, há farto material jornalístico⁶ e um certo número de relatos genealógicos⁷ que apoiam a construção do trabalho.

Em termos de perspectivas analíticas, adotamos um procedimento estruturado genealógicamente. Primeiramente, estabelecemos o universo dos dados analisados. Selecionamos 851 indivíduos pertencentes às seis gerações iniciais de descendentes de João da Gama Lobo. A eles, somamos 527 cônjuges, perfazendo um universo de 1.377 indivíduos. O período coberto por essas seis gerações segue de 1772 a 1945, considerando o tempo de inserção social produtiva dos indivíduos pesquisados.

Efetivamente, consideramos que esse universo é uma mostra, e não um painel completo do sistema estudado, porque as informações sobre o parentesco se produzem de maneira incompleta e parcial, tanto pela memória oral como na documentação oficial, inclusive em função de conflitos entre narrativas. De todo modo, pensamos que se trata de um recorte importante, e mesmo quase completo, para efeito de validação do universo do sistema observado. Também importante referir a importância de incluir os cônjuges e suas famílias, nessa leitura, já que se objetiva compreender estratégias de sociação.

Feito esse recorte, sistematizamos os dados por meio da seguinte sequência de procedimentos: 1) coleta de informações biográficas a respeito dos indivíduos; 2) sistematização de uma estrutura genealógica por meio da qual identificamos as relações de parentesco existentes entre eles; 3) construção de quadros sinópticos, prosopográficos, por meio de planilhas, com o objetivo de identificar as variantes presentes nas diferentes trajetórias sociais dos ramos e sub-ramos pesquisados. Essas variantes foram as seguintes: a) aliança matrimonial, b) formação educacional e profissional, c) localização espacial das atividades produtivas, d) atividade produtiva, e) ocupação de postos e espaços públicos, e) filiação ideológica, política e partidária dos indivíduos.

Isto feito, procedemos a interpretação dos dados obtidos por meio da seguinte sequência de procedimentos: 1) buscamos perceber as constantes nas estratégias de reprodução social do universo pesquisado, considerando para isso a extensão temporal do recorte (6 gerações), a diversidade espacial da ação social dos indivíduos, suas afiliações políticas, suas estratégias

⁵ Fundos privados das famílias Castro, MacDowell, Chermont, Leitão da Cunha, Gama e Silva, Gama Malcher.

⁶ Fundos da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional e Acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

⁷ Memória oral recolhida em depoimentos, ao autor, de diversos membros do grupo de parentesco.

matrimoniais e sua atuação profissional; 2) buscamos compreender as estratégias de formações de redes (*networks*) por meio da noção de sociação, indagando sobre em que medida as estratégias matrimoniais, de afiliação política, inserção em categorias profissionais ganham coerência, na pragmática social, e vão-se conformando como trajetórias sociais, ou percursos repetidos, como padrão relativamente estável ao longo das gerações.

Escolhemos utilizar a abordagem proposográfica e os estudos de rede, a *network analysis* (Wellman; Wetherell, 1996; Woefel; Murero, 2005; Domhoff, 2012), como ferramentas de apoio à nossa discussão, compreendendo que se trata de uma abordagem útil para destacar o contexto relacional da produção social do parentesco. Por tal contexto relacional entendemos a trajetória de construção e permanente reorganização dos papéis internos e externos dos indivíduos no grupo e em relação a outros grupos de parentesco e/ou instituições da vida social. Com esse instrumento, igualmente, buscamos apoiar nossa percepção da morfologia social dos papéis sociais e, assim, perceber como eles se articulam por meio da condição de parentesco em relação aos comportamentos, estratégias de articulação e produção e uso dos recursos disponíveis.

Com efeito, o conceito de rede tem ocupado um lugar importante nas ciências sociais e tem norteado diversos estudos sobre a família. Isso se dá ainda que, como afirma Piselli (2003), prevaleça, nas ciências sociais, uma imagem de “rede social” fundamentalmente metafórica, sem especificação “das propriedades morfológicas e interacionais das redes sociais e sem as relacionar com o comportamento dos indivíduos dentro delas” (Piselli, 2003, p. 460).

Justamente com essa preocupação é que construímos nossa abordagem da *network analysis* buscando pensá-la a partir de Simmel (1983, 2006), como dinâmica de sociação, assim destacando formas sociais que o parentesco toma, num dado contexto histórico e num dado recorte temporal.

Por fim, é importante esclarecer as terminologias analíticas utilizadas. Fazemos uso de uma terminologia que inclui as noções de *ramos*, *sub-ramos*, *trajetórias sociais*, *grupo de parentesco*, *redes sociais* e *forma social*. Ramos ou sub-ramos familiares podem ser compreendidos como redes mais estreitas de parentesco⁸. Trajetória social, por sua vez, é um termo que adaptamos da reflexão de Costa (2018), a respeito dos padrões econômicos das populações

⁸ Por exemplo, o ramo Gama Malcher inclui um sub-ramo nitidamente urbano que se identifica por meio desse patronímico, outro nitidamente rural que também se identifica com o patronímico e outro, igualmente rural, mas em “linha feminina” e que atende por outro patronímico. Da mesma forma, o ramo Gama e Silva possui os sub-ramos Leitão da Cunha e Souza Franco, por exemplo. Usamos esses designativos para melhor explicitar as engrenagens das redes de sociação entre os indivíduos do grupo.

do meio rural amazônico, utilizando-o, aqui, como padrão de comportamento e de estratégia de reprodução social. O conceito de família resta problemático, porque conota uma carga moral centrada na ideia de afetos. Por essa razão preferimos falar em grupos de parentesco ou redes sociais.

Quando utilizamos a expressão forma social desejamos adotar uma perspectiva fenomenológica, que pensa o parentesco a partir da sua vivência e que, assim, ao menos na cultura familiar brasileira, não distingue, excessivamente, as vias masculinas das femininas. Percebemos, por exemplo, que um indivíduo que assine Ferrão da Costa, possui vínculos familiares, também, com sua família materna – no caso Gama da Silveira – inclusive porque é por meio dela que acede ao sistema social do qual fará uso, grandemente, ao longo da sua vida. Desse modo, evitamos a compreensão de que família consiste, exclusivamente, no grupo social que partilha o mesmo sobrenome e que considera que formas sociais distintas constituem grupos diferentes, isolados ou de plena alteridade. Cremos que é importante pensar dessa forma para alcançar a compreensão de rede social, que é, fenomenologicamente, como um indivíduo tende a se situar no plano das suas conexões familiares, aqui estando presentes não apenas a dimensão útil dos vínculos de parentesco, mas toda a carga afetiva, moral, ideológica, política presente nas suas escolhas e pressões de socialização.

Forma social, assim, em primeira instância, é a designação-nome, na sua função de identidade e de dispositivo de aliança social. Para além dessa dimensão, é a maneira como o nome passa a agenciar uma rede afetiva ou pragmática presente na reprodução social, mas neste trabalho nos concentramos na dimensão mais imediata.

Nosso trabalho dialoga com esse referencial com a preocupação de compreender “família” enquanto “grupo de parentesco” e riqueza, patrimônio ou posição social enquanto “trajetória social” para, dessa maneira, transcender o que acreditamos ser uma carga metafísica excessiva a revestir aquelas noções e, talvez, construir um olhar fenomenológico para o processo social.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Neste tópico sistematizamos os resultados de nossa observação buscando compreender as estratégias de reprodução social dos ramos e sub-ramos dos descendentes de João da Gama Lobo. A partir dele, estabeleceram-se sete ramos familiares – Gama Bentes, Castro da Gama, Gama da Silveira, Gama Malcher, Pereira da Gama Lobo, Gama e Silva e

Gama e Abreu. Esses ramos produzirão sub-ramos, que, tanto por linhas masculinas como por femininas, preservarão ou não os referenciais iniciais de nome, assim surgindo novas formas sociais de parentesco, que aqui tratamos como sub-ramos, como Lobo Bentes, Áusier Bentes, Áusier Lobato, Gama e Costa, Lobo de Castro, Souza Castro, Lobato de Castro, Castro Martins, Penna e Costa, Nabuco de Araújo, Leitão da Cunha, MacDowell, Souza Franco, Collares, Morais Sarmiento, Chermont, Ferrão da Costa, Calandrini de Azevedo, Lyra Lobato, Ferreira Celso, Pombo Brício, de La-Rocque, Catete, Piñon, Borrvalho etc.

Organizamos a descrição a partir da forma social do nome tomada por cada ramo do grupo de parentesco e, dentro de cada ramo abordamos as estratégias de reprodução social de seus sub-ramos. Buscamos apresentar os dados da pesquisa por meio da seguinte sequência descritiva-analítica: a) descrição geral do ramo e os sub-ramos; b) descrição das estratégias gerais de sociação, notadamente as alianças matrimoniais, políticas e relação com outros ramos e campos sociais das elites; c) descrição sintética dos indivíduos que mais agregaram poder social em cada ramo e geração; e d) descrição sucinta das formas sociais e das trajetórias adotadas.

3.1 O RAMO GAMA BENTES

3.1.1 Descrição geral do ramo e os sub-ramos

Joanna Paula da Gama Lobo d'Anvers, a filha mais velha de João da Gama Lobo, desposou um sesmeiro do Baixo Amazonas, Manuel Ferreira Bentes, proprietário de terras em Óbidos e Alenquer, iniciando o ramo Gama Bentes. Há três sub-ramos em linha masculina, os dois primeiros, provenientes dos filhos desse casal, Manuel e José da Gama Bentes, associados ao Baixo Amazonas paraense e desenvolvendo atividades rurais em linhas que chegam aos dias atuais (2022). O terceiro sub-ramo, proveniente de outro filho, João da Gama Bentes, indivíduo que fez importante carreira militar, tornou-se um grupo familiar urbano, com a maioria de seus descendentes passando ao Rio de Janeiro. Pelas linhas femininas, a partir das irmãs Sancha e Maria da Gama Bentes, ambas unidas por casamento à família Áusier, igualmente proprietária fundiária, surgiram os sub-ramos Áusier Bentes e Áusier Lobato. Vinculados também ao Baixo Amazonas paraense e à pecuária, estes sub-ramos também se farão presentes em Belém e no Marajó, geralmente desenvolvendo atividades relacionadas à pecuária ou a navegação fluvial – muitas vezes relacionada ao transporte de reses.

3.1.2 Descrição das estratégias gerais de sociação, notadamente as alianças matrimoniais, políticas e relação com outros ramos e campos sociais das elites

O padrão de sociação do ramo tem um perfil conservador, muito comum à trajetória social associada à atividade fundiária relacionada à pecuária. Nesse sentido, há uma tendência forte às sociações internas ao grupo ou ao tecido social próximo, o que se expressa em termos de uniões endogâmicas e alianças com grupos de parentesco também associados à atividade pecuária. No século XIX o ramo teve participação importante no Partido Conservador e, na República Velha, foi um baluarte importante do laurismo⁹ no Baixo Amazonas, inclusive fazendo um governador do Pará, Dionísio Áusier Bentes. Importante observar que a passagem do espectro conservador ao laurismo, nitidamente liberal – embora também positivista –, constitui um processo que foi observado em todos os ramos da família. Os Gama Bentes mantiveram uma tendência de articulação social com as elites dessa região paraense, notadamente com os Áusier, Printes, Paes de Andrade e Ferreira.

3.1.3 Descrição das formas sociais e das trajetórias adotadas

Há duas trajetórias sociais centrais no ramo dos Gama Bentes: a associada à pecuária no Baixo Amazonas, em campos abertos naturais, com extensões associadas à atividade comercial por aviamento¹⁰ e a associada à conformação de uma classe média privilegiada urbana. A primeira delas envolve a propriedade de extensas fazendas, a participação na Guarda

⁹ Laurismo foi um movimento político republicano e desenvolvimentista liderado por republicanos históricos paraenses. Deve seu nome a Lauro Sodré, militar positivista paraense, principal liderança desse movimento, que foi o primeiro governador do Pará republicano (1889) e, em seguida, senador pelo Pará (1897, 1912 e 1922) e pelo Distrito Federal (1902), candidato derrotado à presidência da República pelo Partido Republicano Federal em 1898 e novamente governador do Pará (1917). Usamos o termo desenvolvimentismo para caracterizar o laurismo compreendendo o caráter de defesa da diversidade produtiva paraense contra a monocultura da borracha e um forte investimento público estadual em infraestrutura, qualificação da mão de obra e educação.

¹⁰ Entende-se por aviamento o padrão de trocas comerciais centrado na relação crédito/dívida e que atravessa todo o sistema produtivo da Amazônia. Compreende-se que seja um sistema de trocas presente no espaço amazônico desde a colonização e que perdura em nossos dias, com grande impacto nas relações sociais, mas a forma que tomou, durante o ciclo da borracha, se tornou a mais conhecida e dramática. Como explicita Reis (1953), a respeito do funcionamento do sistema na economia da borracha, as casas aviadoras forneciam alimentos, roupas e utensílios aos seringais, recebendo em troca a sua produção de borracha, que repassava às casas exportadoras, ou mesmo a firmas intermediárias, num ciclo de dependência que impedia a internalização da renda na região (Santos, 1980).

Nacional como estrutura simbólica do poder e incontáveis participações políticas em vereanças e prefeituras de municípios paraenses, na Assembleia Provincial/Estadual e mesmo no governo do Pará. A segunda trajetória estabelece um padrão que encontraremos em outros ramos desse grupo de parentesco: carreira militar de linha no Exército, emprego público, atividade profissional intelectual. Os três sub-ramos associados à primeira trajetória produziu uma quantidade notável de criadores de gado bovino (encontramos registros de 38 fazendas de gado de propriedade dos sub-ramos) e, por extensão, uma importante presença na vida política e social do Baixo Amazonas paraense.

3.2 O RAMO GAMA DA SILVEIRA

3.2.1 Descrição geral do ramo e os sub-ramos

Trata-se de um ramo centrado na ilha de Marajó, com relações econômicas e sociais com a capital paraense. Tem início com João da Gama Lobo d'Anvers (Santarém, 1778 – Belém, 1854), militar de linha do 1º regimento de infantaria, destacado a servir em Marajó, onde desposou Rosa Romualda da Silveira Frade e Seixas (n. Cachoeira do Arary-PA, 1803 – Belém, 1879), pertencente ao grupo de parentesco fundador do criatório marajoara, em 1680. Em Marajó, teve proeminência na organização das forças de infantaria e cavalaria e foi conselheiro do presidente provincial Lobo de Souza. Nas gerações pesquisadas, e mesmo em nossos dias, o ramo tende a prosseguir no Marajó, sempre desenvolvendo atividades relacionadas à pecuária extensiva. Na primeira metade do século XX, em função das divisões da propriedade e da pouca área de expansão do criatório bovino-bubalino, as atividades econômicas do ramo entraram em decadência.

3.2.2 Descrição das estratégias gerais de sociação, notadamente as alianças matrimoniais, políticas e relação com outros ramos e campos sociais das elites

Seguindo um padrão muito comum no Marajó, a grande maioria das uniões matrimoniais havidas nesse ramo foi endogâmica ou endogâmica estendida – as uniões dentro de um grupo de parentesco mais amplo. Destacam-se, no ramo, as uniões com a família Calandrini, pertencente a

esse grupo extenso de parentesco marajoara que inclui os Silveira Frade e os Pereira Lima - dentre outras famílias -, estes últimos associados aos Gama Lobo, também, pelo casamento de Nicolau da Gama Lobo. Na segunda geração, o ramo produziu importante apoio da defesa da “legalidade”, contra as forças cabanas. Não obstante, desde que Souza Franco presidiu a província, articulou-se com o Partido Liberal e, com a república, apoiou o laurismo. Não houve, no ramo, uma perspectiva de poder provincial, ou regional, e seus esforços políticos e econômicos tenderam a voltar-se para os ambientes produtivos da Ilha do Marajó – o ecossistema dos “campos” e o das “matas”.

3.2.3 Descrição das formas sociais e das trajetórias adotadas

A trajetória social do ramo foi bastante centralizada no modo de produção rural e extensionista característico do criatório marajoara. Centrados no ambiente rural e feudal do Marajó, os indivíduos pertencentes ao ramo mantiveram um percurso que permitiu poucas aberturas para o ambiente urbano e/ou para outras variações. Do ponto de vista estritamente econômico, o ramo colapsou a partir da geração 5, distanciando-se parcialmente da atividade fundiária e disseminando-se por outros municípios dos rios Pará e Tocantins. Interessante observar a tendência de acumulação de capital, nessa trajetória, na forma de bens imóveis: seja em estoque de terras, seja na forma de bens imóveis em Belém ou outras cidades paraenses.

3.3 O RAMO CASTRO DA GAMA

3.3.1 Descrição geral do ramo e os sub-ramos

Francisca de Paula da Gama Lobo d’Anvers, a filha seguinte, foi casada com o militar Agostinho Brandão de Castro, coronel de infantaria, também pecuarista, cacaualista no Trombetas e comerciante em Santarém e Belém. Eles formam um ramo extenso, como diversos sub-ramos – Gama e Castro, Lobo de Castro, Lobato de Castro, Souza Castro, Castro Martins, Leal Martins, Gama e Costa, Penna e Costa, MacDowell, Nabuco de Araújo e Nabuco de Abreu. O ramo tende a se concentrar em Belém, mas com presença também em outras cidades paraenses, notadamente Monte Alegre, Igarapé-Miry, Abaetetuba e Cametá, além da Capital Federal.

3.3.2 Descrição das estratégias gerais de socição, notadamente as alianças matrimoniais, políticas e relação com outros ramos e campos sociais das elites

Considerando a extensão do ramo, há uma diversidade de estratégias. Houve forte endogamia em três sub-ramos (Castro e Gama, Lobo de Castro e Castro Martins) e uma tendência à endogamia estendida dentre aqueles que se concentraram em Belém e fizeram parte das elites urbanas dessa cidade. Seguindo a tendência familiar, a maior parte dos indivíduos esteve politicamente próxima ao Partido Liberal e em seguida ao laurismo, com exceção dos sub-ramos Lobato de Castro, Souza Castro, Gama e Costa e Gama MacDowell, que ingressaram no Partido Conservador, durante o século XIX, mas que também rumaram em direção ao laurismo, com a República, inclusive tornando-se lideranças centrais desse movimento político e elegendando um governador do Pará, Antonino Emiliano de Souza Castro Filho.

3.3.3 Descrição das formas sociais e das trajetórias adotadas

Ao contrário dos dois ramos anteriores, que possuem centralidades territoriais muito específicas, neste terceiro ramo do grupo de parentesco há uma grande complexidade, traduzida em termos de trajetórias. Primeiramente há, também, a presença da trajetória militar/atividade fundiária, que dura da segunda à quinta geração em alguns sub-ramos e que, em outros, converte-se no comércio ou em atividade profissional liberal. Também se pode referir uma forte adesão dos indivíduos do ramo às carreiras de Estado. Na geração 6 se observa, em alguns sub-ramos, uma presença no setor financeiro e industrial, mas também, no caso daqueles que permaneceram em Belém, notadamente no contexto da crise da borracha (1912-1920), uma ágil transformação do antigo capital fundiário ou comercial em patrimônio imobiliário urbano.

3.4 O RAMO GAMA MALCHER

3.4.1 Descrição geral do ramo e os sub-ramos

Maria do Carmo da Gama Lobo (Santarém-PA, 1779 – Belém, 1855) foi casada com Aniceto Francisco Malcher (fal. Monte Alegre-PA, 1831), militar e pecuarista no Trombetas. Deles descendem os Gama Malcher e, pelos ramos femininos, os Malcher Cunha, Serzedello, Nina Ribeiro, Faria Vivas, Piñon,

Catete, Borralho e vários outros. Este ramo dos Gama Lobo apresentou dois grandes padrões de reprodução social: o sub-ramo primogênito, proveniente de Antônio José da Gama Malcher, tal como os sub-ramos provenientes das linhas femininas, herdaram a sesmaria Gama Lobo, deixaram-se permanecer no Baixo Amazonas, perfazendo uma trajetória social centrada no capital fundiário. Já o ramo secundogênito, centrado em Belém, foi iniciado por José da Gama Malcher, médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia e político dos mais importantes no Pará da segunda metade do século XIX, líder do Partido Liberal, presidente da Câmara de vereadores Belém e vice-presidente do Grão-Pará. Posteriormente, alguns membros do ramo primogênito também se instalaram em Belém, deles descendendo José Carneiro da Gama Malcher, que também teve grande destaque na vida política paraense, sendo interventor federal do governo do estado entre 1935 e 1943. A integralidade do ramo foi historicamente vinculada ao Partido Liberal e, em seguida, ao movimento laurista, constituindo forte liderança política em toda a história do Pará.

3.4.2 Descrição das estratégias gerais de sociação, notadamente as alianças matrimoniais, políticas e relação com outros ramos e campos sociais das elites

O ramo Gama Malcher adotou estratégias de reprodução de laços de consanguinidade durante todas as seis gerações analisadas na pesquisa. Cabe notar que o ramo surge da união de uma filha de João da Gama Lobo com o filho mais velho de Félix Antônio Clemente Malcher, cunhado de João da Gama Lobo pela via de seu segundo casamento. Dos sete filhos desse casal, três, significativamente os três mais velhos, foram unidos a primos-irmãos: Antônio José da Gama Malcher a Catharina Maximina da Gama Lobo, José da Gama Malcher a Anna Cândida da Gama e Silva e Anastácia Josefa da Gama Malcher a João Luiz de Castro da Gama. Esse padrão se repete nas gerações seguintes, inclusive com uniões com os Malcher que não eram Gama, mas abre-se espaço, também, para uniões com outros grupos de parentesco das elites paraenses, cabendo notar que alguns desses grupos, notadamente os Chermont, os Pombo, os de La Rocque, os Costa e os Danin estarão unidos, durante três gerações, aos Gama Malcher, Gama e Silva e Gama e Abreu, conformando uma rede muito específica de relações de parentesco que, efetivamente, centralizou e mesmo tipificou, entre 1890 e 1940, a elite belemense.

3.4.2 Descrição das formas sociais e das trajetórias adotadas

Como referimos, há uma forte dualidade no ramo: linhas que seguem o padrão militar/capital fundiário e que permanecem nesse padrão ao longo das seis gerações estudadas e linhas que seguem o padrão urbano, com presença em atividades profissionais liberais e nas carreiras de Estado. Curiosamente, é relativamente pequena, nesse extenso ramo, a atividade comercial.

3.5 O RAMO PEREIRA DA GAMA LOBO

3.5.1 Descrição geral do ramo e os sub-ramos

Nicolau da Gama Lobo, outro filho de João da Gama Lobo, militar e fazendeiro no Trombetas, foi casado com Maria do Carmo Pereira Lima, de importante família de pecuaristas do Marajó, prima da esposa de seu irmão mais velho, João da Gama Lobo d'Anvers. Deles, descendem Gamas Lobo e, nos ramos femininos, parte dos Borralho e Gonçalves Campos. Trata-se de um ramo particularmente afetado pela guerra civil de 1835-40, a Cabanagem, onde pereceram o próprio Nicolau e três de seus filhos. Os subsistentes tiveram um papel destacado nas sociedades brasileira e portuguesa.

3.5.2 Descrição das estratégias gerais de sociação, notadamente as alianças matrimoniais, políticas e relação com outros ramos e campos sociais das elites

Observa-se certo nível de endogamia e endogamia estendida. Dentre os descendentes que permaneceram no Brasil, houve, desde a geração 4, uma tendência de transformação do capital fundiário em capital imobiliário. Dentre os descendentes que se estabeleceram em Portugal, houve uma tendência de adesão às carreiras profissionais liberais. No Brasil, o ramo seguiu integralmente as fileiras liberais, mas sem maior envolvimento com a atividade política.

3.5.3 Descrição das formas sociais e das trajetórias adotadas

A trajetória social do ramo seria a do clássico modelo rural paraense assentado no criatório bovino, numa associação entre o espaço marajoara e o espaço dos campos do Baixo Amazonas, mas esse percurso, com exceção

dos descendentes associados ao ramo Gama Malcher, foi interrompido pela Cabanagem e as trajetórias se dispersaram em dois modelos: o do alto serviço público nacional, com os Gama Gonçalves Campos e a do serviço profissional liberal, iniciado pelo médico Manoel da Gama Lobo radicado em Portugal.

3.6 O RAMO GAMA E SILVA

3.6.1 Descrição geral do ramo e os sub-ramos

Maurícia Josepha Michaela Malcher da Gama Lobo casada com José Joaquim da Silva, capitão de fragatas da Armada portuguesa e, em seguida, também da brasileira, gerou o ramo dos Gama e Silva e, por via feminina, os Souza Franco, Campbell, Collares, Leitão da Cunha, Rodrigues Pereira, Chermont, Lisboa, Nova Friburgo e vários outros. Há uma imensa diversidade social nesse ramo, concentrado na cidade de Belém, com vínculos importantes na sociedade nacional brasileira a partir da Capital Federal. A partir da geração 5 os vínculos com o Rio de Janeiro se tornam mais sólidos.

3.6.2 Descrição das estratégias gerais de sociação, notadamente as alianças matrimoniais, políticas e relação com outros ramos e campos sociais das elites

Como se trata de um ramo muito extenso, há grande diversidade de trajetórias e uma centralidade urbana. É de pouca monta o volume de uniões endogâmicas, mas muito vasta a quantidade de uniões endogâmicas estendidas, por meio das quais os Gama e Silva se articulam com toda a elite urbana paraense e, posteriormente, com setores importantes das elites nacionais. Em relação à adesão política, observa-se uma maioria de indivíduos próximas ao Partido Liberal, com postos de liderança nesse partido e, dentre os indivíduos que permaneceram no Pará, adesão ao laurismo.

3.6.3 Descrição das formas sociais e das trajetórias adotadas

O ramo Gama e Silva se caracteriza, em relação aos demais ramos da família, por não partir de uma capital fundiário. Não obstante ser essa a principal fonte de prestígio social e de riqueza, no Brasil, até o século XIX – e observando-se que o sub-ramo Leitão da Cunha se associou a famílias paraenses vinculadas ao criatório bovino marajoara e a famílias cariocas

historicamente relacionadas à cafeicultura – o ramo construiu seu capital social a partir de importantes relações com o Estado e com a máquina pública. Além de postos nos segmentos mais prestigiosos – Alfândega, Fazenda, diplomacia – também houve uma presença importante no sistema judiciário e político. O prestígio arrecadado pelo visconde de Souza Franco, pelo barão de Mamoré e pelo conde de Nova Friburgo, que tiveram trajetórias peculiares na vida política e econômica brasileira, foram transformados em capital simbólico e social de grande monta para as gerações seguintes.

Em termos de trajetória estrategicamente constituída, o notável, neste ramo, é a capacidade em produzir uma presença constante nos círculos sociais das camadas dominantes da sociedade brasileira a partir da exitosa inserção das primeiras gerações nesses extratos. Igualmente importante destacar a projeção e inserção nacional, buscada desde a segunda geração. O resultado é o fato de que a maioria dos indivíduos pertencentes às gerações 5 e 6 se encontra deslocado de Belém e estabelecido definitivamente no Rio de Janeiro, num movimento que se assinala desde a geração 4. Provavelmente teria sido impossível preservar as posições sociais obtidas nas elites nacionais caso houvessem permanecido na província do norte.

3.7 O RAMO GAMA E ABREU

3.7.1 Descrição geral do ramo e os sub-ramos

Anastácia Michaela Josepha da Gama Lobo, por fim, foi casada com João Coelho d'Abreu, oficial da Armada portuguesa e depois do exército brasileiro e, ainda, comerciante. Esse casal gerou o ramo Gama e Abreu, que embora menos extenso que outros ramos da rede, teve papel importante na vida política, econômica e social do Grão-Pará. Houve um único descendente na geração 3, José Coelho da Gama e Abreu (Belém, 1832 – Lisboa, 1906), barão de Marajó, indivíduo particularmente bem aquinhoado com as heranças materna e paterna, bem formado e muito articulado na vida social, que se constituiu como um dos elementos catalizadores das estratégias familiares e mesmo da vida social das elites de Belém na segunda metade do século XIX. Gama e Abreu desposou Maria Pombo Brício (Belém, 1837 – Belém, 1867), descendente por sua mãe, das importantes famílias Henriques e Pombo e, por parte de seu pai, de família britânica instalada no Grão-Pará e no Maranhão.

Seus descendentes são diversos nas gerações 4, 5 e 6. Seus sete filhos estabeleceram sociações com os grupos de parentesco Malcher Cunha

(não descendente dos Gama Malcher), de La Rocque, Danin – 2 vezes – Chermont e Capper, todos eles conceituados e bem inseridos na economia paraense do ciclo da borracha. Na geração seguinte, o ramo prosseguiu uma política de sociações com famílias do mesmo escopo social, numa estratégia principalmente belemense que acabou por produzir, a partir da estagnação econômica dos anos 1930-40, um movimento de migração em direção da Capital Federal – onde, nas gerações 5 e 6, continuou estabelecendo, prioritariamente, alianças com famílias paraenses de elite, também ali estabelecidas.

3.7.2 Descrição das estratégias gerais de sociação, notadamente as alianças matrimoniais, políticas e relação com outros ramos e campos sociais das elites

O percurso do ramo é similar ao dos Gama e Silva: distante do patrimônio fundiário, urbano, e com forte tendência à endogamia extensiva. O ramo articulou-se, tal como aquele, às principais famílias das elites paraenses, notadamente ao velho capital fundiário (Pombo, Danin, Cardoso, Brício, Chermont) e aos grupos associados ao capital mercantil da borracha (de La Rocque, Costa). Igualmente, foi importante a sua adesão ao Partido Liberal e ao laurismo.

3.7.3 Descrição das formas sociais e das trajetórias adotadas

A forma social básica do ramo é a do capital mercantil associado a um posto militar e que se converteu em importante capital imobiliário, associado ao capital financeiro, tudo isso ampliado pela economia da borracha e, nas gerações 4 e 5, a herdeiros de capital fundiário urbano, igualmente. A geração 6 produziu um movimento de transferência de capital para o Rio de Janeiro e iniciou um processo de dispersão da riqueza familiar – embora não necessariamente de seu capital social. Nas gerações seguintes vai-se observar uma tendência de compensar a perda do poder econômico por postos de prestígio no serviço público da República: diplomacia, cátedras universitárias e cargos, concursados ou comissionados, no serviço público federal de alta patente, notadamente nas pastas ministeriais da gestão e da fazenda.

4 DISCUSSÃO

A questão colocada em discussão neste artigo diz respeito à organização de estratégias da reprodução social de elite, no caso do grupo de parentesco Gama Lobo. Buscamos compreender a constituição de suas trajetórias sociais, entendendo por tal a continuidade e a variação no percurso das suas estratégias de reprodução social.

No grupo de parentesco Gama Lobo, essa trajetória perfaz um percurso geral, comum a todos os ramos e sub-ramos e que passa a ter variações conforme a cena social e o ambiente geracional, garantindo as estratégias de manutenção da reprodução social. Esse percurso geral, que é também o percurso mais comum das elites amazônicas, é formado pela passagem da posição de um posto militar para a de proprietário fundiário. É a estratégia de reprodução social básica, perceptível nas gerações 1 e 2 do grupo de parentesco no que tange a seus representantes masculinos e a três dos cinco ramos femininos. Não apenas é o percurso social feito por João da Gama Lobo como também por seus filhos e três genros e é a estratégia que norteia, que dá consequência, às alianças matrimoniais dessas gerações. Inclusive, as duas uniões matrimoniais desse indivíduo seguiram esse modelo. Com exceção das suas filhas mais novas, as uniões matrimoniais de seus filhos e filhas reproduziram também a estratégia: sua filha Joanna Paula desposou um proprietário fundiário no Baixo Amazonas, o seu primo, Manoel Ferreira Bentes, que era filho de militares que tornaram-se sesmeiros; sua filha Francisca desposou Agostinho Brandão de Castro, militar e, igualmente, sesmeiro; sua filha Maria do Carmo desposou Aniceto Francisco Malcher, filho de proprietário fundiário e neto de militar; seus filhos João e Nicolau desposaram Rosa Romualda da Silveira Frade e Seixas e Maria do Carmo Pereira Lima, respectivamente, primas entre si, herdeiras de famílias proprietárias de terras na ilha do Marajó.

Já as duas filhas mais novas, como observamos acima, Maurícia Josepha e Anastácia Michaella, desposaram, por sua vez, militares portugueses que não possuíam e não possuíram, de maneira significativa, capital fundiário, respectivamente o capitão de fragatas da Armada portuguesa – e depois brasileira – José Joaquim da Silva e o capitão de linha, posteriormente comerciante, João Coelho d’Abreu.

É preciso dizer que a lógica econômica do padrão *posto militar / propriedade fundiária* está na tentativa de consolidar o patrimônio espúrio geralmente obtido com a função militar – uma posição que, muito mais do

que o soldo ou a possibilidade de receber favores da Coroa contra serviços prestados, poderia garantir o direito à violência – na forma de apropriação de bens e do trabalho das populações autóctones. Certo que no final do século XVIII e começo do XIX já se está bem distante do período inicial da conquista da Amazônia, de fraca regulamentação formal e de fraca regulação sistêmica dos seus fundamentos produtivos (Costa, 2018), a sociedade de *preação*, na qual os militares exerciam um poder não controlado de apropriação de pessoas e bens, mas, de todo modo, esse fundamento produtivo centrado da espoliação ainda se faz presente – notadamente no período entre 1778 e 1822, ou seja, a partir do final da “Era Pombalina”, caracterizado pela gradual ruptura da malha regulamentadora dos princípios produtivos e pela fraca regulação dos meios de circulação do capital (Costa, 2018).

Em síntese, João da Gama Lobo fundamentou sua riqueza em certo *direito à preação* garantido por seu prestígio militar e consolidado por seu posto de “diretor”, na vigência do Diretório dos Índios, de uma antiga missão jesuítica e consolidou-a em termos de propriedades territoriais no Baixo Amazonas. O que produzia nessas terras? Ao que consta, mantinha nelas um criatório bovino e, num padrão de manejo, extraía de suas terras cacau bravo e outros produtos. O gado, o comercializava em Óbidos e Santarém, mas o cacau e os demais produtos extrativos eram destinados ao mercado de Belém, de onde seriam exportados. Sendo ele o personagem “fundador” da memória familiar, esta produz, a seu respeito, uma imagem relativamente clara, quando a comparada a outros membros da família, e essa imagem aparece firmemente gravada como a de um sujeito que “fazia de tudo”: além da função militar e de gestor de Diretório, havia a pecuária, o extrativismo e o transporte e comércio do produto – transporte de produtos que, na Amazônia, sempre foi todo um complexo setor produtivo.

Esse padrão também é observado na geração seguinte, como dissemos; mas, a partir da geração 3, vê-se o início de certa especialização do capital fundiário e comercial na Amazônia. A atividade pecuária, por exemplo, antes associada ao grande extrativismo – ou, no caso do Baixo Amazonas, subordinada a este – vai se distanciar e se consolidar como atividade de parte inteira, em modelo similar ao do criatório bovino da Ilha do Marajó, existente desde 1680 e já plenamente consolidado (Nunes Pereira, 1956). Esse processo ocorre no período entre 1790 e 1823 e é nítido após esse ano.

Na geração 3 a atividade pecuária torna-se dominante nos ramos Gama Bentes, Gama da Silveira e Gama Malcher, decadente no ramo Pereira da Gama Lobo, em função da Cabanagem e a atividade extrativista do cacau

prosegue apenas no ramo Castro da Gama. Nas gerações seguintes pode-se observar uma tendência de continuidade da dedicação da família à pecuária, nos referidos ramos, mas uma interrupção da dedicação ao extrativismo de larga escala. Isso se dá num contexto de queda na produção cacaueteira do Pará e de crescimento exponencial do cultivo da borracha (Santos, 1980). Interessante observar que, em geral, os membros do grupo não se dedicaram, efetivamente, ao extrativismo seringueiro, mesmo quando ele representava a principal riqueza da Amazônia. Isso não quer dizer que alguns indivíduos não possuíam seringais, ou que não obtiveram lucros com atividades comerciais relacionadas à seringa, mas, apenas, que não fizeram da borracha a sua dedicação principal – tal como outros grupos de parentesco das elites amazônicas (Cancela, 2006). Efetivamente, o capital da borracha produziu novas etapas nas trajetórias produtivas dos Gama, fazendo com que boa parte dos investimentos do ramo Castro da Gama, por exemplo, se deslocassem da atividade cacaueteira para atividades comerciais.

As atividades relacionadas ao comércio, em seu amplo espectro – aviação, importação e exportação, marchanteria, grosso e varejo, comércio de gêneros extrativos, casas bancárias e seguradoras, bens de consumo, alimentação etc. – ocuparam 65 indivíduos do grupo de parentesco nas seis gerações estudadas. Buscando identificar um padrão na atividade comercial desses indivíduos percebemos alguns elementos de especialização que tomam forma após a Cabanagem: uma especialização no transporte fluvial de gado para a comercialização e/ou abate; outra no comércio de varejo, tanto em Belém como em municípios do interior do Pará; outra no setor exportador e, por fim, o aviação. Dentre outros padrões da atividade comercial, estes quatro receberam algum destaque no grupo de parentesco.

Já em termos de atividade industrial, percebemos um percurso no campo da armação naval de pequena monta – embarcações para o transporte fluvial regional de carga – e, nas gerações 5 e 6, largo deslocamento do antigo capital comercial e/ou fundiário em direção ao setor financeiro. Também nesse campo, deve-se arrolar o investimento em maquinário de engenhos de cana, atividade que encontramos em dois sub-ramos: Lobato de Castro, no Marajó e Gama e Costa, em Abaetetuba.

Também as atividades de transporte de *commodities* se distanciam do comércio e se especializam entre as gerações. Porém, isso se dá mais no escalonamento da produção que no seu formato geral, caracterizado pela diversidade de produtos. No escalonamento, porque alguns comerciantes se especializam no transporte de produtos de curta distância – por exemplo,

entre as vilas e campos da margem direita e esquerda do rio Amazonas, ou entre as vilas do rio Pará, no sul do Marajó, e as vilas do baixo rio Tocantins, ou, ainda, entre Cametá e seus arredores. Em relação ao formato, percebe-se a lenta constituição do sistema de aviamento no formato que o consagra, o da economia da borracha, por meio do qual as embarcações de transporte de *commodities* tornam-se verdadeiras casas comerciais, perfazendo o movimento de, a um tempo, escoar a produção do interior da Amazônia em direção a Belém, e, a outro, abastecer o interior com os gêneros adquiridos em Belém, tudo isso através de intrincado sistema creditício.

Na geração 3 vemos diversos indivíduos do grupo de parentesco se dedicando, também, a esses modelos comerciais, tanto na pequena escala, como no aviamento e, ainda, no que concerne à especialização das atividades comerciais. Porém, nessa geração surgem duas novas dinâmicas de reprodução social, adotadas por membros do grupo e por diversos representantes das elites amazônicas: o distanciamento da atividade produtiva relacionada à terra e ao comércio para a dedicação às carreiras de Estado, o serviço público, que começou a se constituir de maneira mais aberta aos nascidos na colônia com a instituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, em 1815. Dentre os postos públicos que dispensavam a exigência de formação profissional e excetuando-se as carreiras militares, havia três carreiras prestigiosas nas quais diversos membros do grupo, em todos os ramos, irão ingressar, inclusive em sucessivas gerações, em postos que passavam de pai para filho ou sobrinhos: oficiais dos serviços alfandegários, dos serviços fazendários, professores tanto no ensino formativo como no ensino superior e servidores da diplomacia. Com efeito, contabiliza-se 153 indivíduos integrando as carreiras de Estado, nas seis gerações prospeccionadas. Destes, 32 foram professores, 25 atuaram no sistema judiciário, 15 foram oficiais da Fazenda, 12 foram oficiais da Alfândega, 11 foram diplomatas, 11 atuaram no campo da saúde, 9 da segurança pública e outros 38 atuaram em diversas outras áreas.

Juntamente com a estratégia relacionada ao serviço de Estado, desenvolve-se, gradualmente, o padrão de reprodução social, que surge com a geração dois, e que é o da carreira profissional liberal, associada ao estatuto do grau universitário, que confere, além do direito de exercer uma profissão, também um imenso prestígio social que, nas gerações 3 e 4, quase invariavelmente se volta para a carreira política. Na geração dois, é o caso do dr. Antônio da Gama Lobo d'Anvers, formado nas ciências matemáticas por Coimbra. Na geração 3 é o caso do dr. José da Gama Malcher,

formado em medicina pela Bahia, do dr. Manuel da Gama Lobo, formado em medicina por Coimbra e do dr. José Coelho da Gama e Abreu, formado em direito por Coimbra, mas é também o caso de diversos cônjuges: José Thomaz Nabuco de Araújo, Samuel MacDowell, Bernardo de Souza Franco e Ambrósio Leitão da Cunha, todos eles formados nas ciências jurídicas, o primeiro por Coimbra e os demais pela faculdade de Pernambuco. Ter-se-á, nas seis gerações, um universo de 98 advogados – 29 dos quais atuaram como juízes, desembargadores e ministros de tribunais superiores –, 40 médicos e 36 engenheiros, 5 músicos, 5 farmacêuticos, 3 dentistas e 13 outros profissionais diplomados em cursos superiores diversos (sínteses do Banco de Dados da pesquisa). A eles, podemos somar diversos indivíduos que desempenharam profissões liberais que não demandavam formações universitárias – embora independentes de uma formação, dentre os quais comerciários, esportistas, jornalistas, religiosos e artistas visuais.

Cabe observar que, na terceira e quarta gerações o título universitário de médico ou advogado tendeu a levar o indivíduo a uma carreira política. Isso ocorreu com todos os indivíduos referidos logo acima, com exceção do primeiro deles, o dr. Antônio da Gama Lobo d'Anvers, o único indivíduo da geração dois a possuir um diploma. Naquelas gerações eles foram 12, havendo indivíduos nessas mesmas gerações, bem entendido, que desenvolveram atividades políticas sem serem diplomados.

Em relação à atividade política, por sinal, é preciso indagar sobre sua função no sistema de parentesco estudado. Não se trata, evidentemente, de uma atividade produtiva em si mesma, mas de um mecanismo, uma engrenagem importante para lubrificar e colocar em movimento os sistemas produtivos nos quais o grupo de parentesco se inseria. E isso em todos os planos da influência política, desde os postos de vereador e prefeito, estratégicos para os ramos centrados no interior do Pará, como os Gama Bentes e Gama da Silveira, que tinham seus interesses econômicos gravitando em torno de questões produtivas iminentemente locais, até os ramos centrados em Belém, como os Castro da Gama, Gama e Abreu e Gama Malcher, que ocupavam a esfera pública provincial e os ramos – efetivamente os sub-ramos – que faziam uso da máquina federal e que tinham interesses econômicos gravitando em torno da Capital Federal, como os Nabuco de Araújo, Leitão da Cunha, Souza Franco, Mac-Dowell. Não que não houvesse comunicação entre as esferas local, provincial e federal – bem ao contrário, já que todas eram interdependentes dentro de um mesmo sistema político, mas cabe ver que a atividade política possuía uma consequencialidade

pragmática: desde a regulação de contenciosos até a nomeação para empregos públicos – numa época em que prevaleciam as indicações – e o estabelecimento de contratos e acordos.

Contabilizamos 58 indivíduos do grupo de parentesco ocupando postos políticos, entre as gerações dois e seis, sendo 2 indivíduos na geração dois; 10 na geração três; 18 na geração quatro; 16 na geração cinco e 12 na geração seis (sínteses do Banco de Dados da pesquisa). Alguns deles perfizeram uma, por assim dizer, carreira política, ocupando sucessivos postos nos diversos escalonamentos existentes. Outros, concentraram-se no plano local (vereança, prefeitura), alguns no plano provincial/estadual (deputação, senatoria estadual e governo provincial/estadual) e mesmo somente no plano federal (deputação, senatoria, posto ministerial).

Desse total, contabilizadas todas as gerações pesquisadas, 19 indivíduos exerceram a vereança; 7 foram prefeitos – 5 em municípios do Pará, 1 em município do Rio de Janeiro e 1 em município de São Paulo; 18 foram deputados ou senadores estaduais/provinciais, todos no Pará; 13 foram deputados federais/gerais, todos pelo Pará; 9 foram senadores, sendo 8 pelo Pará e 1 pelo Amazonas; 2 ocuparam o posto de vice-presidente da província do Pará e 12 ocuparam cargos de presidente da província, governador do estado ou interventor federal no estado, 5 dos quais o foram do Pará (Bernardo de Souza Franco, José Coelho da Gama e Abreu, Antonino Emiliano de Souza Castro Filho, Dyonísio Áusier Bentes e José Carneiro da Gama Malcher) (sínteses do Banco de Dados da pesquisa).

Por fim, a respeito do espectro político da articulação social do grupo de parentesco, há que se considerar a filiação partidária e as escolhas sociais presentes nesse percurso. Partindo da percepção de que a primeira geração produziu sua posição social a partir e no contexto da política pombalina para o Grão-Pará, tem-se que esse influxo produziu constantes que irão perfazer a trajetória social da família. Dentre elas, percebe-se disposições duradouras, em termos de escolhas políticas, em relação a alguns elementos/questões: um ideário mercantil-liberal-constitucionalista; a defesa dos interesses do Grão-Pará face à transferência da Corte para o Rio de Janeiro – efetivamente um vínculo político com a institucionalidade e à perspectiva econômica do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em distinção – ou mesmo conflito – à do Estado do Brasil; certa descrença, ou suspeita, em relação ao modelo da monarquia e seu sistema político; a aproximação ao ideário republicano-abolicionista; a perspectiva do laurismo, com tudo o que ele representava em termos de combate à economia de monocultura da borracha e de esboço

de política desenvolvimentista para a Amazônia. Todas essas questões podem ser desenvolvidas, cabendo apenas, neste momento, assinalar a sua importância no jogo político do grupo de parentesco.

Em termos de filiação partidária, observa-se um largo predomínio do Partido Liberal (ao menos 70% das gerações 2 a 4 foram próximas a esse partido, contra 30% próximos ao Partido Conservador (sínteses do Banco de Dados da pesquisa), e, mais tarde, um predomínio em torno das escolhas políticas do laurismo – primeiramente a proximidade ao Partido Republicano Paraense, em seguida, ao Partido Republicano Federal e, por fim, ao Partido Republicano. Essa relação do grupo de parentesco com o laurismo merece ser investigada com mais profundidade, mas percebemos que ela é fruto, justamente, das trajetórias percorridas pelo grupo, no que o laurismo representava, para o ideário das elites paraenses, enquanto feixe de políticas de defesa dos interesses econômicos paraenses. Chama atenção o fato de que dois governadores do Pará, lauristas e membros da família, vieram, justamente de ramos aderentes, antes, ao Partido Conservador: Dyonisio Áusier Bentes e Antonino Emiliano de Souza Castro Filho. E, além disso, é importante considerar que uma imensa parte da família transferiu residência para o Rio de Janeiro com a Revolução de 1930, por entrar em conflito com o interventor federal no Pará, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, justamente em função de sua estratégia política de ocupação do Partido Liberal e de expurgo do laurismo.

5 CONCLUSÃO

A noção de trajetórias sociais, ou econômico-sociais, permite uma compreensão processual das escolhas feitas pelos indivíduos, em sua coletividade familiar, ao longo da história. Em síntese, permite perceber as estratégias de deslocamento do capital entre os diferentes setores produtivos, ora protegendo-o, ora arriscando-o, conforme o contexto histórico vivenciado e o espectro ideológico consequente.

Nesse sentido, as trajetórias sociais do grupo de parentesco Gama Lobo, com sua parentela extensa e suas redes de relações familiares, matrimoniais, profissionais, políticas, sociais, podem ser pensadas como uma engrenagem adaptada aos modos de exploração econômica dos recursos amazônicos, aí incluídas mão-de-obra, recursos naturais e capital produtivo, tanto privado como estatal. É nesse sentido que o grupo de parentesco, transforma-se em rede (Stone, 1971; Bulst, 2005; Charle, 2006; Olegário, 2017), ou seja, um

conjunto de sociações (Simmel, 1983, 2006) que, com vistas à reprodução social, intensifica seus encadeamentos.

Transcender a noção de família é importante para compreender esse processo, porque não se trata das estratégias de uma família, mas de um corpo social formado por contiguidades, por sociações. Igualmente, transcender a noção de elite faz-se importante, porque o termo, seja em seu referencial clássico (Michels, 1982; Mosca, 1992; Pareto, 1996; Wright Mills, 1981; Dahl, 1989), seja nas suas evoluções contemporâneas (Miliband, 1972; Sweezy, 1972; Bottomore, 1974; Poulantzas, 1986; Bobbio, 1986; Therborn, 1989), também idealiza, tal como a noção de família, a uma condição relativamente fechada do processo social. Evidentemente, inclusive no imaginário e na produção identitária que o grupo de parentesco Gama Lobo faz de si mesmo os termos família e elite fazem sentido, mas não são suficientes, a nosso ver, para explicitar a reprodução social de classe que está em jogo.

Assim, a rede de sociações Gama Lobo conforma padrões que se alternam, ao longo do tempo e das territorialidades amazônicas, mas que se completam enquanto mecanismo de reprodução social – não de família ou de elites, simplesmente – mas de classe, dentro da qual as noções de família e de elite são correntes para justificar as próprias lógicas de sociação.

Tendo em vistas essa dinâmica geral, podemos sintetizar nossas conclusões, a respeito dos padrões de reprodução social observados neste artigo, da seguinte forma:

1. Primeiramente, cabe considerar que a trajetória inicial (posto militar em direção à propriedade fundiária) só tem permanência temporal quando essa propriedade é dedicada à pecuária. Quando se volta para o extrativismo de larga escala, ela tende a se desagregar, provavelmente em função de dois elementos históricos maiores da sociedade amazônica: a Cabanagem (1835-40) e, posteriormente, os padrões extrativistas monopolistas associados à borracha.

2. A carreira militar se conforma como uma tradição em algumas linhas do grupo de parentesco: quatro gerações de oficiais do Exército num dos sub-ramos dos Gama Bentes, três gerações de oficiais do Exército num sub-ramo dos Castro da Gama, cinco gerações de oficiais da Armada num dos sub-ramos dos Gama e Silva. E há uma transposição posterior, do capital social/simbólico referente ao pertencimento à oficialidade convencional, em direção ao pertencimento à Guarda Nacional.

3. A participação na Guarda Nacional, a partir de 1831, se associa com o capital fundiário da atividade pecuária. Como se sabe – (Castro, 1977;

Costa, 1985; Fertig, 2005; Saldanha, 2015) – trata-se de um mecanismo que visa a associar o capital fundiário à instituição do Império por meio da oferta de prestígio e poder político – sabendo-se que a Guarda Nacional era a instituição encarregada do cadastramento eleitoral – contra a fidelidade ao projeto de um Brasil coeso e centralizado. A participação nessa instituição não deve ser confundida com a participação nos corpos efetivos das Forças Armadas nacionais.

4. A atividade pecuária gera permanência no tempo, mas, no caso em tela, não o extrativismo. Enquanto se encontram linhas de seis gerações de pecuaristas nos ramos Gama da Silveira, Gama Malcher e Gama Bentes, sempre em várias linhas, a atividade extrativista não passa de três gerações em dois sub-ramos dos Castro da Gama, cedendo lugar a atividades comerciais, profissões liberais e carreiras de Estado.

5. O capital extrativista relacionado ao cacau e a outras culturas não se associou, no grupo de parentesco estudado, ao capital investido na cultura da borracha – tal como ocorreu em outros grupos das elites paraenses.

6. O capital acumulado, tanto pela pecuária, como pelo extrativismo, como pelo comércio, tende a caminhar em direção ao rentismo. Há investimentos importantes na formação de profissionais liberais e nas carreiras de Estado, mas os indivíduos que desenvolvem essas atividades tendem a converter o patrimônio familiar em fontes de renda, fundamentais para a sua posição social – que não consegue se assegurar apenas com os rendimentos profissionais.

7. O referido rentismo tende a se configurar por meio de um padrão de acumulação imobiliária. Não encontramos, senão nos sub-ramos Castro Martins e Leitão da Cunha um padrão de rentismo centrado no mercado financeiro.

8. Num momento inicial da formação nacional brasileira, a atividade política tende a se fundamentar no capital fundiário associado à pecuária (gerações 3 e 4).

9. O capital comercial do grupo de parentesco tem uma estrutura complexa e diversa, produzida em função das especificidades socioterritoriais amazônicas. Há concorrência e mesmo conflito entre esses diferentes padrões de comércio.

10. Há quatro carreiras de Estado de prestígio, no grupo: professores, oficiais da Alfândega, oficiais da Fazenda e diplomatas. Apesar desse prestígio, de natureza simbólica, observa-se a estratégia, nos indivíduos que perfazem essas carreiras, de constituir um patrimônio rentista.

11. As linhas do grupo de parentesco que, por força da política, se deslocaram e se estabeleceram no Distrito Federal tenderam a perder seu capital político, associado historicamente ao Pará, não produzindo continuidades que vemos em famílias de elite de outras regiões do Brasil. Deve pesar, para isso, a distância entre o Pará e a Corte/Distrito Federal.

12. A atividade política produz um capital social que insere as gerações seguintes nas carreiras de Estado (essa inserção não tem a mesma proporção nos subgrupos de parentesco associados à pecuária, extrativismo e comércio).

13. As carreiras políticas constituem um instrumento de promoção social estratégico para o grupo de parentesco, e isso em todos os níveis de articulação de Estado, do local ao nacional. Essa promoção social se manifesta por meio do estabelecimento de contratos, nomeações para cargos públicos, resolução de contenciosos e controle de listas eleitorais.

Dos dados aqui arrolados, tendo em mente o grupo de parentesco e seu padrão como conjunto social de elite – e sabendo que há outros padrões de elite na Amazônia – pode-se formular questões a respeito da ausência de condições produtivas para o investimento fabril-industrial, a respeito do vínculo ideológico com o Partido Liberal e com o laurismo, bem como sobre as relações entre ambos; a respeito das relações de classe estabelecidas com outros conjuntos sociais amazônicos; a respeito do relativo distanciamento do grupo em relação à economia da borracha; a respeito da diversidade de formas sociais do capital comercial, etc. Questões essas que esperamos desenvolver no tempo hábil.

Por fim, observamos que este artigo traz algumas contribuições originais para o debate sobre o parentesco de elite brasileiro. Primeiramente, é uma contribuição sobre um grupo familiar que tem sua base histórica na Amazônia, mais especificamente no estado do Pará, constituindo uma reflexão que contribui com um debate em curso, antes referido, acrescentando a ele uma quantidade de dados mais ampla e uma perspectiva analítica centrada na percepção da extensão social e espacial das elites nessa província/estado. Do ponto de vista da historiografia regional, acreditamos contribuir, sobretudo, com um debate sobre a fundamentação das estratégias familiares e sociais nos diversos ambientes produtivos amazônicos.

Em segundo lugar, a discussão sobre o conceito de elite a partir de operadores tempo-espaciais permite entrever dinâmicas que contestam certa tendência da sociologia do parentesco brasileira em pensar a questão familiar de maneira fechada, em formatos rígidos – por exemplo, “família

patriarcal” – ou mesmo por meio de certo fatalismo – por exemplo, “decadência do patriarcado”. Essas percepções impedem de compreender a amplitude dos mecanismos de poder e sua capacidade adaptativa no processo social. Trata-se, com efeito, de reproduzir a dominação de classe, independentemente da forma social tomada por essa dominação ou pelo padrão de capital a ela vinculado.

Compreendemos que as formas sociais tomadas pelas sociações de parentesco na história da Amazônia possuem especificidades que exigem a superação do ímpeto generalista adotado pela historiografia brasileira e que o grupo Gama Lobo se conforma como um, dentre diversos padrões das elites locais.

Quando o cadete do Regimento de Serpa, Portugal, João da Gama Lobo, foi promovido a alferes e designado a servir num dos regimentos de infantaria do Estado do Grão-Pará e Maranhão, naquele distante ano de 1772, talvez não pudesse imaginar a extensão da rede de sociações que ajudaria a estabelecer, mas certamente se inseria num projeto de poder que, justamente por meio da sua capacidade e disponibilidade associativas, produziu trajetórias que se adaptaram e se autorreproduziram continuamente até nossos dias.

REFERÊNCIAS

AHUa. Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania do Grão-Pará: *documentos* AHU_CU_013, Cx. 83. **Arquivo Ultramarino de Lisboa**, Lisboa, 2022. Disponível em: <http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc013/CU-Para.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

ANTTa. Diligência de Habilitação para a Ordem de Cristo de Nicolau da Gama Lobo. In: Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra N, mç. 3, n.º 4. (PT/TT/MCO/A-C/002-012/0003/00004). **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**, Lisboa, 2008. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7649828>. Acesso em: 03 maio 2022.

BOBBIO, N. Teoria das elites. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (org.). **Dicionário de Política**. Brasília, DF: UnB, 1986. p. 385-391.

BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. São Paulo: Zahar, 1974.

BULST, N. Sobre o Objeto e o método da prosopografia. **Politeia: história e sociedade, Vitória da Conquista**, v. 5, n. 1, p. 47-67, 2005.

CANCELA, C. **Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém, 1870-1920)**. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CASTRO, J. **A milícia cidadã: a Guarda Nacional, de 1831 a 1850**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional/Instituto Nacional do Livro, 1977.

CHARLE, C. A prosopografia ou biografia coletiva: Balanço e perspectivas. *In: HEINZ, F. (org.). Por outra história das elites: ensaios de prosopografia e política*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 41-53.

COSTA, E. V. **Da monarquia à república**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, F. A. **A brief economic history on the Amazon (1720-1970)**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

DAHL, R. **Who Governs?** New Haven: Yale University Press, 1989.

DOMHOFF, W. An invitation to a four-network theory of power: A New Viewpoint Compatible with Elite Theory. **Historical Social Research**, [s. l.], Vol. 37 No. 1, p. 23-37, 2012.

FERTIG, A. “Espoleta” de todos os partidos. A Guarda Nacional nas eleições do Império (1850-1873). **Ciências e Letras: revista da faculdade porto-alegrense de educação, Porto Alegre**, v. 37, n. 1, p. 89-105, 2005. Disponível em: <http://www4.fapa.com.br/cienciaseletras/pdf/revista37/cap05.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília, DD: UnB, 1982.

MILIBAND, R. **O Estado na sociedade capitalista**. São Paulo: Zahar, 1972.

MOSCA, G. **La clase política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

NUNES PEREIRA, M. **A Ilha de Marajó: estudo econômico e social**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1956.

OLEGÁRIO, T. Aportes e limites da prosopografia para o estudo da história. **Outras Fronteiras, Cuiabá**, v. 4, n. 2, p. 24-40, 2017.

PARETO, V. **Manual de Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

PISELLI, F. A *network analysis* nos estudos sobre a família: teorias e aplicações. **Contrapontos, Itajaí**, v. 3, n. 2, p. 459-481, 2003.

- POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- REIS, A. C. F. **O seringal e o seringueiro**: documentário da vida rural. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura: Serviço de Informação Agrícola, 1953.
- SALDANHA, F. Exército e Guarda Nacional: Recrutamento militar e a construção do Estado no Brasil imperial. **Revista das Ciências Militares**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 36, p. 673-683, 2015.
- SANTOS, R. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. Belém: T. A. Queiroz, 1980.
- SCHUTZ, A. **The Phenomenology of the social world**. Chicago: Northwestern University Press, 1967.
- SCHUTZ, A. **Reflections on the problem of relevance**. Yale: Yale University Press, 1970.
- SIMMEL, G. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAIS FILHO, E. (org.). **Georg Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 165-181.
- SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**. São Paulo: Zahar, 2006.
- STONE, L. Prosopography. **Dædalus**, [s. l.], Vol. 100, No. 1, p. 46-79, 1971.
- SWEEZY, P. Elite do poder ou classe dominante? In: SWEEZY, P. **Ensaios sobre o capitalismo e o socialismo**. São Paulo: Zahar, 1972. p. 199-215.
- THERBORN, G. **¿Como domina la classe dominante?** Mexico: Siglo XXI, 1989.
- WELLMAN, B.; WETHERELL, C. Social network analysis of historical communities: Some questions from the present for the past. **The History of The Family**, [s. l.], Vol. 1, No. 1, p. 97-121, 1996. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/S1081-602X\(96\)90022-6](http://dx.doi.org/10.1016/S1081-602X(96)90022-6). Acesso em: 10 set. 2022.
- WOELFEL, J.; MURERO, M. Spaces and networks: Concepts for social stratification. **Research in Social Stratification and Mobility**, [s. l.], Vol. 22, No. 2, p. 57-71, 2005.
- WRIGHT MILLS, C. **A elite do poder**. 4. ed. São Paulo: Zahar, 1981.



Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 1 • jan-abr. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536



SÍTIO BENJAMIN: UM ENGENHO NAS CERCANIAS DA BELÉM OITOCENTISTA

SÍTIO BENJAMIN: A MILL IN THE SURROUNDINGS OF THE NINETEENTH-CENTURY BELÉM

Lucas Monteiro de Araújo



Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, PA, Brasil

RESUMO

Os mapas oitocentistas, com frequência, representam as cercanias da cidade de Belém, no atual estado do Pará, como um grande vazio demográfico. Essa região, todavia, desde finais do século XVII, já vinha sendo ocupada por chácaras, fazendas, sítios e engenhos pertencentes, principalmente, a membros da elite paraense, conforme mostram diversas cartas de doação e sesmaria do período. Algumas dessas propriedades despontam com frequência em pesquisas sobre a ocupação da capital do Pará, outras, no entanto, ainda permanecem desconhecidas ou pouco estudadas. Esse é o caso do Sítio Benjamin, também chamado engenho do Maguari, de posse do norte-americano Benjamin Upton. Os poucos registros que se tem sobre o local são, quase que exclusivamente, feitos por viajantes naturalistas que, em meados do século XIX, visitaram-no. Diante deste cenário de esquecimento, este artigo se propõe a desvelar a existência dessa propriedade, destacando sua possível localização hoje, bem como expor aspectos relativos à vida e ao trabalho naquele que foi um conhecido engenho de arroz oitocentista. Para tanto, centramos nossos esforços no estudo da produção bibliográfica de cinco viajantes, além de matérias jornalísticas e outras publicações nacionais e internacionais.

Palavras-chave: engenho; Belém; viajantes; século XIX; Pará; Sítio Benjamin.

ABSTRACT

Nineteenth-century maps often represent the surroundings of the city of Belém, in the current State of Pará, as a large demographic void. This region, however, since the end of the 17th century had already been occupied by farms, ranches, and mills belonging mainly to members of the Pará elite, as shown by several donation and sesmaria letters of the period. Some of these properties frequently appear in research about the occupation of the capital of Pará, others, however, remain unknown or little studied. This is the case of Sítio Benjamin, also called the Maguari mill, owned by the American Benjamin Upton. The few records about the place are almost exclusively made by naturalists who visited it in the mid-19th century. Given this scenario of forgetfulness, this article aims to reveal the existence of this property, highlighting its possible location today, as well as exposing aspects related to life and work in what was a well-known 19th century rice mill. We focus our efforts on the study of the bibliographic production of five travelers, in addition to journalistic articles and other national and international publications.

Keywords: mill; Belém; travelers; nineteenth century; Para; Sítio Benjamin.

1 INTRODUÇÃO

Na região do estuário do rio Amazonas, nos primeiros séculos, a ocupação portuguesa se centrou nas terras próximas à cidade de Belém, no atual estado do Pará. Diversas chácaras, sítios e engenhos foram criados às margens de rios, furos e igarapés para o cultivo, principalmente, da cana de açúcar (Marin, 2000).

Algumas dessas propriedades são hoje foco de repetidos estudos que ajudam a remontar a história não só da cidade de Belém, mas também de parte da região metropolitana. Exemplos disso são os engenhos do Murutucu – fundado no século XVIII por João Manuel Rodrigues – e do Uriboca – atualmente Comunidade Quilombola do Abacatal (Bezerra Neto, 2002; Castro; Marin, 2004; Santos; Costa, 2017).

Mesmo que exista uma considerável produção bibliográfica acerca dos engenhos existentes nas cercanias de Belém (e.g. Anderson, 1991; Marin, 2000; Watrin; Homma, 2007; Pantoja, 2014), algumas propriedades ainda passam despercebidas pela historiografia local. Esse é o caso do chamado Engenho do Maguari, fundado no século XVIII por um membro desconhecido da aristocracia local (Edwards, 1847).

Essa propriedade figura pontualmente em um ou outro trabalho acadêmico (Cueva, 2011; Planck, 2013; Nunes, 2018; Lima, 2014), todavia, pouco ou quase nada se sabe sobre ela; sua existência é registrada, principalmente, por viajantes naturalistas que passaram por Belém em meados do século XIX. Durante a estadia na capital paraense, esses expedicionários não deixavam de realizar pequenas excursões às cercanias da cidade. Em especial, visitavam exatamente as chácaras, sítios, fazendas e engenhos de políticos e membros da elite local – entre os quais figura a propriedade do Maguari.

As excursões às cercanias da cidade tinham como objetivo principal a realização de estudos e a formação de coleções de história natural. A vinda dos viajantes ao Brasil estava diretamente ligada às ambições científicas dos centros intelectuais da Europa e América do Norte. Museus, jardins botânicos, universidades, sociedades científicas, entre outros, desde o iluminismo, almejavam classificar todo o mundo natural. Os viajantes naturalistas foram parte importante nesse processo, pois eram eles que se “aventuravam” em terras distantes para registrar e coletar tudo o que estivesse ao alcance do olho e, assim, fornecer os materiais necessários aos estudos científicos (Pratt, 1999; Kury, 2001; Pataca, 2011; Possas, 2013).

As expedições frequentemente contavam com apoio de instituições científicas e, às vezes, até mesmo de monarcas. Especificamente falando sobre o cenário brasileiro, tanto a Família Real quanto as elites política e econômica assenhoravam os empreendimentos científicos, pois viam-no (a ciência como um todo, na verdade) como um instrumento da civilização. Dessa maneira, apoiar a ciência e seus instrumentos de operação era uma forma de mimetizar os valores civilizacionais dos centros de poder globais, em especial, da Europa (Sanjad, 2010; Carula, 2016).

Ainda que refletindo valores e visões do mundo do colonizador, em outros trabalhos (Araújo, 2017, 2021), já ressaltamos a importância da chamada “Literatura de Viagem” (livros, artigos, cartas etc. escritos pelos expedicionários) para o estudo da história da Amazônia. Esses materiais auxiliam não somente na compreensão de aspectos sociais e econômicos da região, como também permitem acompanhar processos de desenvolvimento do espaço rural e urbano do Brasil. Mais além, não poucas vezes, os escritos de viagem se mostram como registros únicos de lugares, pessoas, saberes e práticas esquecidas nos porões da história nacional.

Este artigo pretende adensar compreensões sobre o engenho do Maguari. Buscamos lançar luz sobre sua localização (na divisa entre os municípios de Belém e Ananindeua), bem como analisar aspectos referentes à vida e ao trabalho de negros escravizados, indígenas e estrangeiros que habitavam a propriedade e suas cercanias.

Para alcançarmos nosso objetivo, analisamos a produção bibliográfica de cinco viajantes que visitaram o local em meados do século XIX: Daniel Parish Kidder (1815-1891), William Henry Edwards (1822-1909), Henry Walter Bates (1825-1892), John Essaias Warren (1827-1896) e Alfred Russel Wallace (1823-1913). Em paralelo a essas fontes, também buscamos informações em periódicos locais e outras publicações nacionais e internacionais que ajudam a remontar a história da propriedade.

2 UM ENGENHO NAS CERCANIAS DE BELÉM

Dos relatos de viagem emerge a unânime informação de que, em meados do século XIX, o engenho do Maguari era de propriedade do norte-americano Benjamin Upton. Informações sobre ele são fornecidas por John Adams Vinton, no livro *The Upton Memorial*¹ (Vinton, 1874). O autor nos

¹ A publicação busca fazer um registro da genealogia dos descendentes de John Upton, primeiro imigrante europeu de nome Upton a chegar em Massachusetts, Estados Unidos.

informa que Benjamin Upton nasceu em 1809, na cidade de Salem, nos Estados Unidos, sendo o filho mais velho do Capitão Benjamin Upton e de Priscilla Ropes Upton.

Benjamin Upton foi comerciante em várias partes da América do Sul, incluindo Belém, onde formou uma sociedade chamada “Guimarães & Upton”, que importava produtos dos Estados Unidos para serem vendidos na capital paraense. O periódico *Treze de Maio*, de 25 de abril de 1854, exemplifica o tipo de comércio que a sociedade fazia ao comentar a chegada da barca americana *Active*, nos portos de Belém, carregada com mais de quarenta tipos de produtos (de comida enlatada a móveis), consignada pelos sócios (*Treze de Maio*, 1854).

Além de comerciante, Benjamin Upton também ocupou o cargo de Cônsul interino dos Estados Unidos no Pará, como consta no “Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros” (1850), bem como em Buenos Aires, como nos informa Vinton (1874). No tempo que morou em Belém, ele conheceu Maria Francisca Bulhão, com quem se casou e teve quatro filhos.

As origens do engenho adquirido por Upton remontam ao século XVIII. O entomologista norte-americano William Edwards (1847, p. 57) comenta que:

The building, a part of which is now used as a rice mill, was formerly appropriated to different purposes, and was the manor house of a vast estate, now mostly unproductive. It was in the days of Para’s glory, under the old regime, and here, upon the finishing of the structure, were gathered all the beauty and aristocracy of the city — coming down in barges, with music and flying streamers, to a three days’ revel. Every Sunday, the old proprietor rode through the forest to the city, with coach and four. Those days have passed, and the boundless wealth and the proud aristocracy that surrounded the viceroy’s court, have passed with them. An American company, formed at Northampton, Mass., purchased the estate, and, for many years, under the superintendence of Mr. Upton, the agent and main proprietor, have carried on a large and profitable business².

² Em tradução livre: “O edifício, parte do qual hoje é usado como moinho de arroz, foi outrora apropriado para diferentes fins, e foi a casa senhorial de uma vasta propriedade, hoje em grande parte improdutiva. Foi nos dias de glória do Pará, sob o antigo regime, e aqui, na finalização da estrutura, reuniu-se toda a beleza e aristocracia da cidade – descendo em barcaças, com música e flâmulas, para três dias de deleite. Todos os domingos, o velho proprietário cavalgava pela floresta até a cidade, com carruagem e quatro. Esses dias passaram, e a riqueza sem limites e a aristocracia orgulhosa que cercava a corte do vice-rei passaram com eles. Uma empresa americana, formada em Northampton, Massachusetts, comprou a propriedade e, por muitos anos, sob a superintendência do Sr. Upton, o agente e principal proprietário, conduziu um negócio grande e lucrativo”.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a região do rio Maguari e seus afluentes passaram por um relativo processo de ocupação caracterizado, principalmente, pelo surgimento de pequenas propriedades voltadas para a produção agrícola, conforme atestam diversas cartas de doação e sesmarias do período (Fischer, 2017). Foi nesse contexto, segundo aponta Edwards (1847), que um rico membro da sociedade paraense adquiriu as terras e ergueu o prédio que mais tarde serviu de sede ao engenho de Upton.

O excerto também revela que, no século XIX, a propriedade não teria sido adquirida por Benjamin Upton, mas por uma empresa formada em Northampton, nos Estados Unidos, que tinha o norte-americano como acionista principal. O comerciante, como fica evidente, tinha diversos negócios entre a América do Sul e os Estados Unidos, sendo sócio de diversas empresas e sociedades que atuavam em diversos ramos comerciais.

O engenho do Maguari se manteve ativo por um curto intervalo de tempo entre as décadas de 1840 e 1850 – momento em que são produzidas as principais narrativas estudadas nesta pesquisa. Todavia, ainda em meados do século XIX, registros apontam que os negócios de Benjamin Upton não estavam prosperando, o que teria levado o norte-americano a vender a propriedade.

Em sua edição de 22 de fevereiro de 1856, o periódico *Treze de Maio* expôs a situação financeira do comerciante ao reproduzir a decisão do juiz municipal, Joaquim Fructuoso Ferreira Guimarães, de declarar a falência da sociedade “Guimarães & Upton” e decretar a venda de seus patrimônios para quitação de dívidas (Treze de Maio, 1856).

Após sanar seus débitos, Benjamin Upton se muda para a Argentina e, já em 1866, temos o registro de que ele estava morando em Nova Iorque (Vinton, 1874). Mesmo morando fora do Brasil, ele aparentemente ainda manteve comércio no país, chegando inclusive a conseguir, em 1869, autorização e privilégio do senado brasileiro para a fabricação e venda de tijolos do tipo *american building block* (Senado, 1869).

Foi provavelmente enquanto morava no exterior que Upton vendeu o engenho do Maguari. João de Palma Muniz, em sua obra *Patrimônios dos Conselhos Municipais do Estado do Pará*, dá-nos uma pista da transação ao informar que, no “Livro de Registros Paroquiais da Freguesia de Sant’Anna”³, foi anotado pelo vigário Felipe Nery da Cunha que “Antonio José de Miranda é possuidor n’esta freguesia de Sant’Anna de uma sorte de terras denominadas Benjamin por compra á Benjamin Upton Junior” (Muniz, 1904, p. 104).

³ Os registros paroquiais de terra foram instituídos entre 1854 e 1856, em decorrência da promulgação da Lei de Terras de 1850 (Silva, 2008).

O período em que a propriedade esteve sob a administração de Antonio José de Miranda é pouco documentado, não tendo sido encontrados registros jornalísticos ou relatos de viajantes sobre o local até 1889, quando o jornal *A Reação*, de 11 de agosto de daquele mesmo ano, aponta que Francisco Acácio Correa, o Barão de Guamá, adquiriu a propriedade (*A Reação*, 1889).

Curiosamente, quatro anos mais tarde, o estabelecimento seria posto à venda novamente, conforme aponta notícia veiculada no periódico paraense *O Liberal do Pará*, em sua edição de 11 de maio de 1893: “Vende-se o bem montado estabelecimento Ariry (antigo Benjamim) do exm. Sr. Barão de Guamá, á pequena distância d’esta capital, entre as estradas de ferro de Bragança e a do Pinheiro, com fácil comunicação por terra e por água”.

É importante salientar as mudanças no nome do estabelecimento, que é chamado apenas como engenho do Maguari pelos viajantes, mas aparece como Ariry, nas folhas dos jornais, e Sítio Benjamin, no livro de Palma Muniz. Essas informações nos dão pistas sobre a possível localização da propriedade, pois, na dinâmica de desenvolvimento das cidades, ainda que muita coisa se altere, “rastros de memória” nos informam o que os lugares foram no passado.

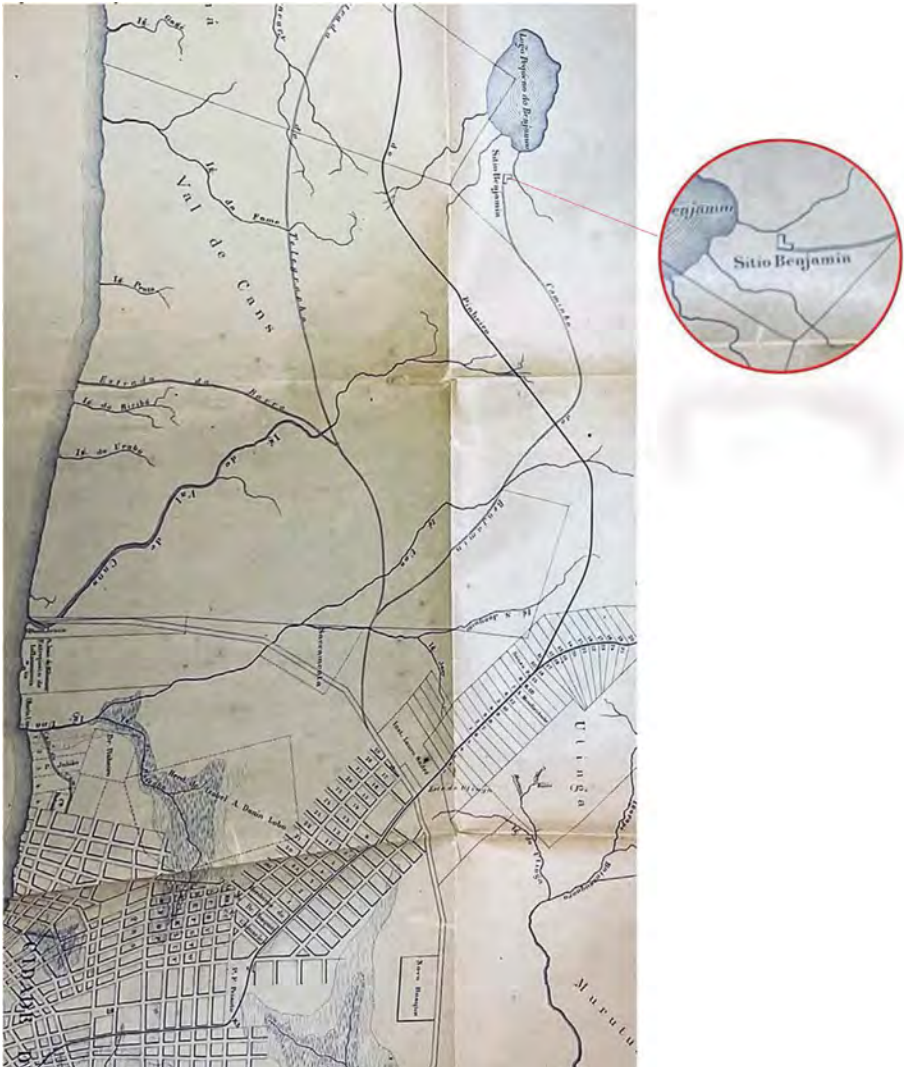
De igual maneira, o anúncio jornalístico acima destacado também nos auxilia nesse processo ao estabelecer que o engenho se localizava no perímetro entre as estradas de ferro de Bragança e a do Pinheiro. Ademais, é unanimidade entre os viajantes o fato de que o engenho do Maguari se localizava a cerca de doze milhas (ou aproximadamente 19 quilômetros) de Belém. A viagem por terra poderia levar mais de seis horas e era feita majoritariamente a pé. O percurso partia da antiga Estrada de Nazaré (atual Avenida Nazaré) para depois se ligar a um caminho que foi aberto especialmente para chegar na propriedade – o qual foi posteriormente chamado de “caminho do Benjamin” por Palma Muniz.

Mas a viagem também poderia ser feita por rio, já que a propriedade estava às margens do Igarapé “Iritiri”, atual rio Ariri (que, conforme visto acima, também deu nome à propriedade), braço do rio Maguari. William Edwards, Henry Bates e Alfred Russel Wallace foram alguns do que fizeram a viagem pelo rio, um percurso que, segundo Edwards (1847, p. 42), demorava “duas marés, ou cerca de dez horas”.

Nenhum dos viajantes produziu mapa ou deu mais detalhes sobre a localização do estabelecimento. Palma Muniz, contudo, em sua já referida obra sobre os patrimônios dos conselhos municipais do Pará, anexou uma série de mapas da capital paraense e seus arredores, sendo que, no mapa n.º 18, ele pontua a localização do Sítio Benjamin (Figura 1).

O engenho localizava-se no meio do caminho entre Belém e Vila do Pinheiro (atual Icoaraci). Ainda que o mapa nos auxilie a ter noção, identificar precisamente hoje onde se encontrava a sede do local é tarefa complexa, todavia, os já referidos “rastros de memória” nos dão, mais uma vez, pistas valiosas.

Figura 1 – Mapa das cercanias de Belém



Fonte: Muniz (1904).

Vale destacar três elementos do mapa de Palma Muniz: primeiramente, o chamado Ramal do Pinheiro, que foi uma via férrea que conectava a Vila do Pinheiro à Estrada de Ferro Belém – Bragança (Vianna, 1906). Com a extinção da ferrovia na década de 1965, o ramal deu origem à atual Avenida Augusto Montenegro, que segue quase que integralmente o traçado original da antiga via férrea. Assim, através do próprio desenho e quilometragem da avenida, é possível identificar o perímetro em que se encontrava o engenho.

O segundo elemento que merece ser destacado é o próprio caminho do Benjamin. Com o crescimento urbano da cidade de Belém, a parte do caminho entre o antigo Ramal do Pinheiro e o Instituto Lauro Sodré (atual sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará) deu lugar a novas ruas e avenidas. A outra parte – entre o ramal e o engenho – manteve parcialmente seu nome original, sendo seu trajeto hoje dividido entre a Rodovia Transcoqueiro e a Estrada do Benjamin⁴.

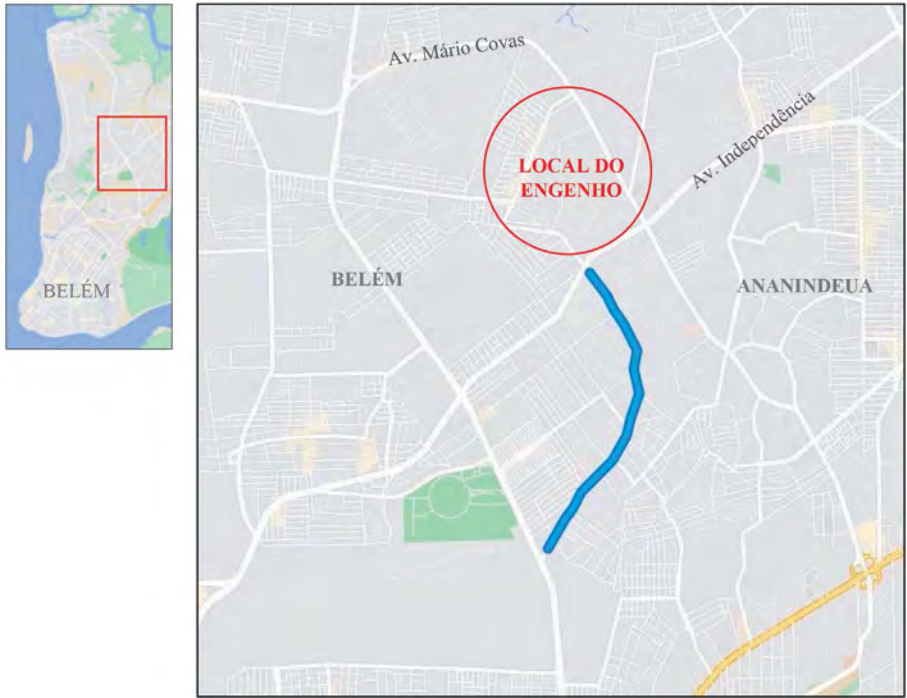
A manutenção do trajeto original de parte do caminho, bem como de seu próprio nome, leva-nos a visualizar aquilo que Sarraf-Pacheco (2006, p. 24) ajuíza como Cidade-Floresta, ou seja, “[...] uma outra lógica de cidade, onde antigos caminhos de roças cedem lugar à construção de ruas de chão batido, depois asfaltadas [...]”. Nesse sentido, salta aos olhos de quem observa o mapa da região – onde, provavelmente, se situava o engenho – a diferença entre o ordenamento das novas ruas que foram abertas com o crescimento urbano de Belém e o traçado “indisciplinar” do antigo caminho, que, mesmo após ser transformado em rodovia, segue seu antigo percurso sinuoso.

Por fim, vale destacar a existência do Lago Pequeno do Benjamin, situado próximo à sede da propriedade. Com o processo de urbanização da região do rio Ariri, o lago foi majoritariamente aterrado. Atualmente, apenas uma pequena parte daquele reservatório ainda se preserva, estando dividido entre os terrenos da sede campestre da Associação de Desportos Recreativa Bancrévea e um restaurante do tipo “pesque e pague” – ambos localizados na Avenida Mário Covas, divisa entre os municípios de Belém e Ananindeua.

A partir do cruzamento de todos os elementos acima expostos, foi possível delimitar a possível área onde se localizava o engenho, conforme mostram as figuras 2 e 3.

⁴ Esta foi a parte do antigo “Caminho do Benjamin” que manteve seu nome original. CEP: 66.650-450.

Figura 2 – Localização do engenho (destacado em azul a parte ainda existente do antigo Caminho do Benjamin)



Fonte: Adaptado de *Google Maps*.

Figura 3 – Imagem de satélite do possível local do engenho (destaque para a parte do lago que não foi aterrada)



Fonte: Adaptado de *Google Maps*.

A área delimitada é hoje ocupada não somente por residências, mas também abriga clubes, sítios, indústrias e grandes comércios, de forma que somente estudos prospectivos arqueológicos poderiam identificar com precisão a localização do prédio da sede do engenho.

3 VISITAS A UM ENGENHO DE ARROZ

As visitas dos viajantes ao engenho do Maguari eram pequenas excursões que duravam apenas uns poucos dias – no geral, não mais que uma semana. As observações feitas pelos naturalistas nos dão importantes informações sobre a vida e o trabalho naquele local, bem como revelam relações e trocas comerciais estabelecidas com moradores das suas cercanias.

Inicialmente, salta aos olhos dos expedicionários que visitaram o engenho a exuberância do caminho até o local. “A estrada atravessava, durante quase todo o percurso, uma floresta contínua de densidade e magnitude tais como jamais poderíamos ter concebido antes de termos nela penetrado”, registrou Daniel Kidder (2008 [1845], p. 214).

Florestas densas, com árvores de grandes dimensões e uma quietude quebrada aqui e acolá pelo canto dos pássaros, emergem em uma narrativa romantizada da natureza tropical que preenchia as expectativas dos naturalistas quando exploravam o território nacional. Márcia Naxara (2004, p. 77) aponta a este respeito que, “[no] século XIX, a natureza, seus elementos, recantos, arranjos e paisagens, constituíram lugar exemplar para a expressão dos sentimentos e emoções dos homens, na sua mais ampla gama de intensidades e possibilidades”.

Karen Lisboa (1997) assinala que foi o naturalista alemão Alexander von Humboldt, um dos mais famosos de seu tempo, quem introduziu a metodologia de análise do mundo natural, levando em conta a sensibilidade romântica daquele que observa. Nesses termos, registrar sentimentos e sensações que emergiam em contato com a natureza tropical, longe de ser mero personalismo, era também fazer científico (Araújo, 2017).

A mais clara expressão deste tipo de narrativa aparece no relato de John Warren (1851, p. 211), quando descreve a paisagem ao longo do caminho do Benjamin:

A scene of unparalleled magnificence now opened upon us. The trees on every side looked as if they were made of emeralds, while the dewdrops on every leaf glittered like precious gems. The animal and vegetable kingdom became simultaneously reanimated, and the wild woods rang

with the glad voices of ten thousand awakened birds—flocks of parrots chattered vociferously over our heads, toucans screamed from the summits of the loftiest trees, while numbers of red-crowned and white-bearded manakins flew across our path, and sprightly humming birds gleamed in sudden flights from flower to flower. Above all, however, sounded the clear metallic notes of the bell-bird, ringing forth in soft melodious tones, the cheerful “break of day”⁵.

Outros viajantes, a exemplo do companheiro de Warren na viagem – a quem o expedicionário nomeia apenas como “J” –, vão definir aquele local como o próprio paraíso na Terra. Henry Bates, por sua vez, na reconhecida impossibilidade de descrever a magnitude da paisagem, produz o único registro iconográfico que se tem do caminho (Figura 4).

Figura 4 – Interior da floresta



Fonte: Bates (1892 [1863], p. 37).

Após cerca de seis horas de viagem (ou doze, se o caminho escolhido foi o rio), os naturalistas finalmente alcançavam seu destino. O prédio principal do engenho era uma estrutura em pedra cuja construção remonta aos tempos do

⁵ Em tradução livre: “Uma cena de magnificência incomparável agora se abriu sobre nós. As árvores de todos os lados pareciam feitas de esmeraldas, enquanto as gotas de orvalho em cada folha brilhavam como pedras preciosas. Os reinos animal e vegetal foram simultaneamente reanimados, e os bosques selvagens ressoaram com as vozes alegres de dez mil pássaros acordados – bandos de papagaios tagarelavam vociferantemente sobre nossas cabeças, tucanos gritavam dos cumes das árvores mais altas, enquanto um número de pássaros de coroa vermelha e uirapurus de barba branca cruzaram nosso caminho, e alegres beija-flores brilharam em vôos repentinos de flor em flor. Acima de tudo, porém, soavam as claras notas metálicas da araponga, ressoando em tons suaves e melodiosos, o alegre ‘raiar do dia’”.

Brasil colônia. Conforme relatado por William Edwards no excerto destacado na seção anterior, o local havia sido a antiga propriedade de um abastardo membro da elite local que costumava lá passar os finais de semana.

O mapa de Palma Muniz, acima exposto, demonstra que o edifício tinha o formato de “L”, sendo que parte da estrutura estava ocupada com o maquinário do engenho e parte era utilizada como residência (Edwards, 1847). É John Warren (1851, p. 214) quem melhor descreve o prédio ao relatar que “Arriving at the mill, we ascended a flight of steps which carried us up to a spacious veranda, running the entire length of the building. At the extreme end of this covered gallery was a large room on the right [...]”⁶.

Esse prédio provavelmente foi erigido na segunda metade do século XVIII. Henry Bates revela, ao comentar sobre a história do local, que a propriedade chegou a ser tomada durante a revolta da Cabanagem, mas sua estrutura foi preservada pelos revolucionários:

I was told that when the dark-skinned revolutionists were preparing for their attack on Para, they occupied the place, but not the slightest injury was done to the machinery or building, for the leaders said it was against the Portuguese and their party that they were at war, not against the other foreigners⁷ (Bates, 1892 [1863], p. 36).

Uma vasta literatura (e.g. Ricci, 2002; Salles, 2005; Pantoja, 2014; Araújo, 2021) tem demonstrado que diversas propriedades foram saqueadas ou mesmo destruídas pelos revolucionários cabanos apenas por pertencerem a portugueses.

John Hemming (2009) lembra que, nesse período, estabeleceu-se uma perfeita luta simbólica antiportuguesa, na qual qualquer símbolo ligado aos desmandos e às violências históricas lusitanas era destruído. Foram arrasadas não somente as fazendas, chácaras e comércios ou os próprios estrangeiros assassinados, mas também tudo aquilo que os representasse. O botânico britânico Richard Spruce (1908), por exemplo, lembra que o próprio fato de não se falar a língua geral ou manter bigode (hábito incomum entre os indígenas) era sentença de morte nas mãos dos cabanos.

A revolta, todavia, não atingia estrangeiros de outras nacionalidades. Esses, mesmo que caíssem em mãos cabanas, tinham suas vidas e propriedades

⁶ Em tradução livre: “Chegando ao moinho, subimos um lance de escadas que nos levou até uma espaçosa varanda que percorre toda a extensão do edifício. No extremo desta galeria coberta, havia uma grande sala à direita [...]”.

⁷ Em tradução livre: “Disseram-me que quando os revolucionários de pele escura se preparavam para o ataque ao Pará, eles ocuparam o local, mas não houve o menor dano ao maquinário ou prédio, pois os líderes diziam que eram contra os portugueses e seu partido com o qual estavam em guerra, não contra os outros estrangeiros”.

preservadas, como foi o caso do engenho em Maguari. Nesses termos, se Benjamin Upton teria adquirido a propriedade somente na década de 1840, ou seja, após o fim do movimento da Cabanagem, o excerto de Henry Bates nos abre a possibilidade de perceber que o local, antes de Upton, também teria sido de posse de um não português, considerando sua preservação pelas forças cabanas.

Ainda que Benjamin Upton fosse o dono do engenho, ele raramente ia ao local. O comerciante certamente era homem ocupado, ficando a maior parte do tempo em Belém, destinando, então, a administração da propriedade em Maguari a outro estrangeiro, o Sr. Leavens.

A prática de contratar estrangeiros para administrar propriedades rurais na Amazônia era comum. Grandes donos de terra da região, na impossibilidade de estarem presentes em todos os seus domínios, conferiam a terceiros – em geral, estrangeiros – o comando dos sítios, das chácaras, das fazendas, dos seringais e engenhos. Além disso, muitos deles preferiam ficar nas capitais, gozando da estrutura das urbes – que se moldaram aos padrões europeus ao longo do período da *Belle Époque* –, a morar no interior, longe da vida dita “civilizada” (Sarges, 2010; Lima, 2014; Araújo, 2021).

São escassas as informações que se tem sobre Charles Leavens, administrador do engenho em Maguari. Alfred Russel Wallace (2004 [1889], p. 81) apenas registra que ele “[...] é natural do Canadá, onde esteve muito tempo lidando com o comércio de madeiras, do qual tem grande prática”. Foi exatamente por sua experiência como madeireiro que Benjamin Upton o contratou, haja vista que sua propriedade lidava com o comércio de madeira.

Ademais, Charles Leavens também se mostrou um grande interessado em História Natural. Ele forneceu, por exemplo, valiosas informações zoológicas a Wallace, ajudou a formar coleções, bem como acompanhou o naturalista em sua viagem exploratória à região do Rio Tocantins. Por esse seu interesse, Sr. Leavens era um destacável anfitrião dos viajantes que estavam de passagem pelas cercanias de Belém.

A propriedade administrada por Charles Leavens era relativamente pequena. Conforme aponta Rosa Marin (2000, p. 6), ao longo do século XIX, nas cercanias de Belém, “fazendas de tamanho médio ou pequenas junto com uma constelação de modestos sítios arquitetam o mundo rural que se organizou com base na agricultura”.

Além do prédio principal, no engenho de Maguari, existiam apenas mais algumas casas de indígenas e negros escravizados que trabalhavam no local. Segundo registra John Warren (1851, p. 213): “Near to this antique

looking edifice was a group of thatched cottages, which were tenanted by the different natives and slaves employed on the estate. These lay along the borders of the forest”⁸.

O principal produto processado no engenho era o arroz, todavia, a plantação existente na propriedade em si era diminuta. Alfred Russel Wallace aponta que, devido à falta de mão de obra para trabalhar na lavoura do local, o arroz “raramente é cultivado em grande escala, sendo as maiores safras produto dos índios e dos pequenos lavradores, que as trazem para os engenhos” (Wallace, 2004 [1889], p. 66).

Assim como Wallace, Henry Bates também registrou essas trocas comerciais ao comentar que muitos indígenas e pequenos agricultores que habitavam os arredores do engenho “[...] did business with Mr. Leavens, bringing for sale their little harvest of rice, or a few logs of timber”⁹ (Bates, 1892 [1863], p. 38).

Além do arroz, emerge também a madeira como produto explorado. William Edwards (1847) argumenta que a madeira era frequentemente trocada por arroz quebrado ao invés de ser vendida ao engenho, sendo utilizada principalmente para alimentar as caldeiras dos moinhos movidos a vapor. Nas palavras do autor:

The wood used in the steam mill was brought up by canoes and exchanged for broken rice [...]. Most of those who brought it were women, and they threw it out and piled it, as though they were not unaccustomed to the labor. There was one little boy, of not more than nine years, who used to paddle, alone, a small montaria, unload his wood, buy his rice, and return with the tide¹⁰ (Edwards, 1847, p. 58).

O viajante destaca o papel das mulheres e de uma criança que demonstrava ter relativo costume de realizar trocas de produtos com o engenho. O que fica evidente, então, é que existia uma rede de fornecedores, composta por indígenas e pequenos lavradores que habitavam as cercanias da propriedade e comercializavam ou trocavam suas produções (arroz e madeira, sobretudo) com o administrador do local. A propriedade

⁸ Em tradução livre: “Perto deste edifício de aparência antiga havia um grupo de cabanas de palha, que eram arrendadas pelos diferentes nativos e escravos empregados na propriedade. Estas ficavam ao longo das bordas da floresta”.

⁹ Em tradução livre: “Faziam negócios com o Sr. Leavens, trazendo para venda sua pequena colheita de arroz ou alguns troncos de madeira”.

¹⁰ Em tradução livre: “A madeira usada no moinho a vapor era trazida de canoa, e trocada por arroz quebrado [...]. A maioria dos que trouxeram eram mulheres e elas jogaram para fora e empilharam a madeira, como se não fossem desacostumadas ao trabalho. Havia um menino, de não mais que nove anos, que costumava remar, sozinho, uma pequena montaria, descarregar sua lenha, comprar seu arroz e voltar com a maré”.

de Benjamin Upton, nesses termos, atuava muito mais processando e revendendo os produtos do que, de fato, produzindo-os.

Para beneficiar os produtos, o engenho contava com estrutura pioneira na região. Daniel Kidder (2008 [1845], p. 216) destaca que, no local, “[...] fora instalada por norte-americanos a primeira máquina para beneficiar arroz jamais montada nas adjacências do Pará”. Wallace (2004 [1889]), por sua vez, foi quem mais se dedicou a registrar o maquinário do local. Segundo ele:

Há ali três engenhos: um de serra e dois para arroz.

Um dos destinados ao arroz funciona a vapor e os outros dois são movidos a água, que é obtida por intermédio de uma barragem, a qual represa a água de dois ou três córregos, formando um extenso açude, onde se armazena a água para a movimentação dos maquinismos.

O de serra foi instalado, há pouco, pelo Sr. Leavens, que é um perito construtor de engenhos.

É do gênero comumente usado nos Estados Unidos, e a maneira de aplicar água é bem diferente da que geralmente se vê na Inglaterra (Wallace, 2004 [1889], p. 62).

A propriedade de Benjamin Upton se localizava às margens do igarapé “Irititri”, córrego que era represado para que suas águas tivessem força para mover o engenho. Inicialmente, a propriedade contava somente com esse tipo de maquinário, todavia, “[...] verificou-se que na estiagem ele não produzia força suficiente. Por isso, mandaram buscar nos Estados Unidos um motor a vapor, de dezesseis cavalos, que prestou excelentes serviços” (Kidder, 2008 [1845], p. 216).

William Edwards (1847) comenta que a maior parte da produção de arroz do engenho era destinada à exportação para Portugal. Depois de processado, o grão era enviado para o galpão que Benjamin Upton mantinha no Porto do Sal, em Belém, utilizado tanto para venda dos produtos que ele importava dos Estados Unidos quanto para o armazenamento do arroz, conforme registra a matéria do periódico *Treze de Maio*, em sua edição de 15 de outubro de 1845 (Treze de Maio, 1845).

Ainda que a produção de arroz própria do engenho fosse pequena, a compra das safras dos pequenos lavradores locais garantia, no final, um considerável montante, que requeria o funcionamento ininterrupto dos maquinários para seu processamento. Daniel Kidder (2008 [1845], p. 216), mais uma vez, comenta que “[...] ambas as forças [hidráulica e a vapor] ainda eram insuficientes para dar vazão ao volume de serviço que afluía para a

máquina. [...] conquanto pequeno, o estabelecimento podia ser posto em paralelo com qualquer outro do mesmo gênero no país”.

Ao que parece, apesar de próspero, o engenho enfrentava problemas regulares em sua cadeia produtiva, quer seja pela limitada quantidade de maquinário, que, mesmo trabalhando ininterruptamente, não dava conta da demanda – fator que se agravava no período do verão, quando o nível do rio “Iritiri” baixava e restringia o uso do engenho hidráulico –, quer seja pela própria falta de mão de obra.

Os negros escravizados eram empregados tanto na colheita do arroz quanto no seu processamento. William Edwards (1847, p. 57) indica que “about twenty blacks are employed upon the place”¹¹. John Warren, por seu turno, informa que, além deles, alguns indígenas também trabalhavam no local. O viajante comenta que as cabanas existentes nos arredores do prédio principal da propriedade “[...] were tenanted by the different natives and slaves employed on the state”¹² (Warren, 1851, p. 213).

Cerca de vinte pessoas, entre indígenas e negros escravizados, não conseguiam suprir a alta demanda de trabalhos no engenho. A situação é ilustrada por Alfred Russel Wallace (2004 [1889], p. 65), o qual comenta que, “na ocasião das colheitas, uma certa porção é cortada ainda verde, porque, havendo falta de braços para apanhá-lo prontamente quando está maduro, e sendo o arroz um cereal que rapidamente se desprende do cacho, evita-se-lhe assim o desperdício”.

Benjamin Upton, alguns anos antes da visita de Wallace ao engenho, já havia percebido a situação e ampliado a mão de obra do local. Um anúncio no jornal *Treze de Maio*, de 6 de setembro de 1845, dizia que “Benjamim Upton Junior, precisa alugar 5 pretos aptos para serviço de arroz no Engenho Maguary; quem os tiver e quirão allugar, dirija-se a residencia do annunciante na rua de Santo Antonio” (Treze de Maio, 1845).

Ainda que o norte-americano tenha buscado ampliar a quantidade de pessoas trabalhando no local, o esforço pareceu não suprir a demanda, conforme foi possível constatar através do relato de Wallace. Outrossim, a matéria do jornal ainda nos informa que Benjamin Upton tinha o costume de alugar negros escravizados para o emprego no engenho.

Flávia Souza (2017) comenta que, no século XIX, era comum o aluguel de escravos para o trabalho no campo. A autora evidencia que a prática era

¹¹ Em tradução livre: “Cerca de vinte negros são empregados no local”.

¹² Em tradução livre: “Eram arrendadas para os diferentes nativos e escravos empregados na propriedade”.

muito lucrativa para os proprietários escravistas, pois, além de receberem o valor do contrato de aluguel, eles repassavam ao locatário todas as despesas (como alimentação e vestimenta) com o cativo.

William Edwards (1847) registrou que, no engenho de Benjamin Upton, os negros escravizados recebiam de dois a três dólares por semana. Esse valor era o que recebia, por exemplo, Larry, um dos trabalhadores do local, sobre quem o viajante comenta:

His province was filling and marking the sacks and being paid a price for all above a certain number, he earned, regularly, between two and three dollars a week. We thought, of course, that Larry was in a fair way to be a freeman, and, in our innocence, suggested that he was laying up money to buy his papers. But he dispersed all such notions by the sententious reply, "I do not. buy my freedom, because I am not a fool." He had a good master, he had a wife, and he did not have care or trouble. Thus he was contented¹³ (Edwards, 1847, p. 58).

Larry trabalhava embalando e marcando os sacos de arroz. William Edwards (1847), que, assim como alguns outros viajantes, mostrava-se até certo ponto crítico ao emprego do trabalho escravo, acreditou que o cativo buscava sua liberdade – *"buy his papers"*. Todavia, para sua surpresa, ele negou tal intenção, ato que o viajante julgou ser pela relativa falta de preocupação e problemas – *"he did not have care or trouble"* – que o escravizado supostamente tinha.

Se Larry, por um lado, não almejava obter seus "papéis", por outro, havia cativos do local que sonhavam com a liberdade. "The aspirations of another of these blacks, were more exalted; for one day, as he sat ruminating upon air castles, his soul fired, perhaps, with the glorious 'excelsior' he burst out with, 'I wish I was a rich man, I would eat nothing but fresh fish'"¹⁴ (Edwards, 1847, p. 58).

Outrossim, ainda que Wallace tenha registrado que alguns indígenas também trabalhavam no engenho, a presença deles é mais frequentemente

¹³ Em tradução livre: "Sua província estava enchendo e marcando os sacos, e sendo pagos por todos um preço acima de certo número, ele ganhava, regularmente, entre dois e três dólares por semana. Pensamos, é claro, que Larry estava no bom caminho para ser um homem livre e, em nossa inocência, sugerimos que ele estivesse juntando dinheiro para comprar seus papéis. Mas ele dispersou todas essas noções com a resposta sentenciosa: 'Eu não compro minha liberdade, porque não sou um tolo'. Ele tinha um bom mestre, ele tinha uma esposa e não tinha preocupações nem problemas. Assim ele se contentou".

¹⁴ Em tradução livre: "As aspirações de outro desses negros eram mais exaltadas; pois um dia, enquanto estava sentado ruminando sobre seu sonho acordado, sua alma disparou, talvez, com o glorioso 'excelsior' com que explodiu: 'Eu gostaria de ser um homem rico, não comeria nada além de peixe fresco'".

notada nas cercanias da propriedade. Ao longo do igarapé Iritiri, bem como em outros furos e braços do rio Maguari, habitavam diversas famílias de indígenas que vivam da caça, pesca, agricultura, coleta e venda de produtos florestais.

Henry Bates notou a existência das habitações desses indígenas quando debateu sobre a geografia de Maguari. Ele aponta que “There are many other ramifications, creeks or channels, which lead to retired hamlets and scattered houses, inhabited by people of mixed white, Indian, and negro descent”¹⁵ (Bates, 1892 [1863], p. 38).

Os registros dessas propriedades emergem principalmente em meio às narrativas de pequenas excursões que os naturalistas faziam aos arredores do engenho de Benjamin Upton. John Warren, em uma dessas ocasiões, teve a chance de visitar o sítio de um tapuio “altamente estimado” chamado “Senhor Ramundo”, que morava no local com suas dez filhas.

Walking up the bank, we saluted the proprietor, and requested permission to examine the beauties and curiosities of the place, which was readily granted us. The grounds connected with the estate were very extensive, and well supplied with fruit trees and curious plants of many kinds¹⁶ (Warren, 1851, p. 226).

Na extensa propriedade do Sr. Raimundo, eram cultivados diversos tipos de frutas – Warren (1851) destaca, por exemplo, a banana e o abacaxi. As produções desses sítios, com frequência, abasteciam os mercados da capital paraense, como o do Ver-o-Peso. Henry Bates (1892 [1863]) comenta que, na viagem por rio até o engenho de Benjamin Upton, é possível encontrar, aqui e acolá, alguns indígenas cruzando o rio em suas “montarias”, levando frutas e peixes para Belém.

Nesse sentido, Rosa Marin (2000, p. 7) é mais uma vez esclarecedora ao comentar, em relação à ocupação das cercanias da capital do Pará, que “todas as unidades se distribuía[m] as margens do rio e ainda penetraram na malha intrincada de igarapés e furos formadores deste primeiro círculo da agricultura que, cada vez mais, girava em torno do mercado de Belém”.

Além dos sítios dos indígenas, também existiam diversas outras propriedades agrícolas ao longo do rio Maguari e seus afluentes. Luly Fischer

¹⁵ Em tradução livre: “Existem muitas outras ramificações, riachos ou canais, que levam a vilarejos afastados e casas espalhadas, habitadas por mestiços de brancos, índios e negros”.

¹⁶ Em tradução livre: “Subindo a margem, saudamos o proprietário e pedimos permissão para examinar as belezas e curiosidades do lugar, que prontamente nos foi concedida. Os terrenos ligados à propriedade eram muito extensos e bem providos de árvores frutíferas e plantas curiosas de vários tipos”.

(2017) aponta que a região do rio Maguari já vinha sendo ocupada desde o final do século XVII, fato possível de ser comprovado através dos diversos registros de sesmarias do período.

Assim, quando navegando pelos arredores da propriedade de Benjamin Upton, emerge dos relatos de viagem a existência de grandes propriedades com plantações de cana-de-açúcar. William Edwards (1847, p. 60), por exemplo, narra a visita que fez a uma propriedade chamada por ele de “Corrientiores”, pertencente a um “homem branco”, que, em outros tempos, havia sido uma grande *plantation*.

Frequentemente, todavia, no roteiro dos viajantes, estava a propriedade chamada “Laranjeiras”, nas proximidades do engenho de Upton. John Warren (1851) registra que lá existia um entreposto militar e de fiscalização, que contava, inclusive, com uma pequena tropa e um arsenal bélico utilizado na prevenção do contrabando de bens estrangeiros pelos rios e igarapés da região.

O comandante local, chamado por Warren de “Sr. Prout” e por Wallace apenas de “Sr. C.”, era um grande entusiasta das ciências naturais, que auxiliava, sempre que possível, na formação de coleções (William Edwards, por exemplo, teria conseguido ali um pequeno conjunto de conchas).

Ainda que o foco principal deste trabalho seja o engenho de Maguari, registrar a existência das outras propriedades demonstra que os igarapés, rios e lagos dos arredores da propriedade de Upton já vinham sendo ocupados desde o final do século XVII – mesmo que, não poucas vezes, os mapas da época registrem aquela área como um grande vazio.

Ademais, apreender o processo de ocupação da área também nos abre a possibilidade de ajuizar as diversas relações de trocas comerciais estabelecidas entre as propriedades da região, bem como amplia o horizonte para que futuros estudos possam ajudar a povoar partes dos mapas oitocentistas ainda em branco.

4 CONCLUSÃO

Ainda que sejam escassas, as poucas fontes que registraram a existência do engenho de Maguari permitem perceber que ele foi um notável estabelecimento, cuja história remonta a mais de cem anos de ocupação. Sobre o “antigo regime”, o local foi a propriedade de um homem destacável da sociedade paraense, que, nos finais de semana, evadia-se para lá com membros da aristocracia de Belém (Edwards, 1847).

Sob a direção de Benjamin Upton, tornou-se um conhecido e prestigiado engenho de arroz e serraria, com produção voltada, principalmente, para o mercado português. É neste momento que emerge a maior quantidade de registros do local, feitos por viajantes naturalistas que visitavam o sítio recreativamente e para a realização de estudos e coletas.

Com a falência do comércio do americano em Belém, Antonio José de Miranda adquire o engenho. Há um grande hiato nas informações sobre o sítio enquanto este esteve sobre a posse de Miranda. É apenas na década de 1880 que novos registros vão surgir informando que Francisco Acácio Corrêa, o Barão de Guamá, havia adquirido o local.

Muitos foram os usos dados ao engenho. Com Upton, a propriedade era focada na produção de arroz e na exploração da madeira através de sua serraria. Já no final do século XIX, o local vê suas atividades se diversificarem, conforme aponta matéria veiculada pelo periódico *Diário de Notícias*, que informa que a estrutura do sítio contava com:

[...] olaria, com 2 machinas para fazer tijolos de todas as qualidades, prensas para fabricação mecânica de telhas francezas chatas, com cavas cunieira etc, amassadores, rodas para louça, 2 fornos um aberto e outro de abobada com chaminé etc, serraria com serras circulares, motor à vapor e motor hydralico alimentado por 2 grandes açudes, e accessorias necessários para o serviço, como carros, animaes, barco, canôa, escaleres etc, casas para família e para trabalhadores, para aves e para gado, com estribarias e muitas arvores fructíferas. A propriedade comprehende mais de uma légua de terras (*Diário de Notícias*, 1893).

O local ganhou olaria, criação de animais, plantações de árvores frutíferas etc., demonstrando que, provavelmente, o estabelecimento comercial atuava em vários setores distintos. Da matéria também emerge, pela primeira vez, o tamanho da propriedade: mais de 1 légua (ou cerca de 5 quilômetros).

Identificar onde se localizava precisamente o antigo engenho ainda é tarefa incompleta. Ao longo do século XX, Belém sofreu um intenso processo de crescimento, que levou à urbanização de áreas antes distantes da capital. Prédios e propriedades – como a do engenho de Maguari –, que antes testemunhavam a ocupação desses locais, foram “engolidos” pela metrópole e jogados para o subsolo da memória da cidade.

Objetivamos, com este artigo, retirar da amnésia social a existência do engenho de Maguari. Com esse procedimento, esperamos chamar atenção para o processo de ocupação da região de fronteira entre Belém e Ananindeua – ainda hoje pouco clara –, bem como contribuir com a escrita de histórias localizadas em zonas periféricas.

REFERÊNCIAS

A Reação, [s. l.], 11 de agosto de 1889.

ANDERSON, D. A. Engenhos na Várzea: uma análise do declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia. In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. E. (org.). **Amazônia, a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 1991. p. 101-121.

ARAÚJO, L. M. **Representações marajoaras em relatos de viajantes: natureza, etnicidade e modos de vida no século XIX**. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

ARAÚJO, L. M. **O que os viajantes levaram: a cultura material marajoara em invenção nos museus brasileiros e norte-americanos**. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

BATES, H. W. **The naturalist on the River Amazons: a record of adventures, habits of animals, sketches of Brazilian and Indian life, and aspects of nature under the Equator, during eleven years of travel**. London: John Murray, 1892 [1863].

BEZERRA NETO, J. M. Histórias urbanas de liberdade: escravos em fuga de Belém, 1860-1888. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 28, p. 221-250, 2002.

CARULA, K. **Darwinismo, raça e gênero**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

CASTRO, E. M. R.; MARIN, R. E. A. **No Caminho das Pedras do Abacatal**. 2. ed. Belém: NAEA, 2004.

CUEVA, O. T. **Freedom in Amazonia: the black peasantry of Pará, Brazil, 1850-1950**. 2007. Dissertation. (Doctor of Philosophy) – Graduate Faculty of Arts and Sciences, University of Pittsburgh, Pittsburgh, 2011.

Diário de Notícias, [s. l.], 11 de maio de 1893.

EDWARDS, W. H. **A voyage up the river amazon including a residence at Pará**. 1. ed. New York: D. Applenton & Company, 1847.

- FISCHER, L. R. C. **Diagnóstico Fundiário e Projeto de Apuração do Remanescente Patrimônioal**. 1. ed. São Paulo: Acquarello, 2017.
- HEMMING, J. **Fronteira amazônica**. São Paulo: EDUSP, 2009.
- KIDDER, D. P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: províncias do Norte**. Brasília, DF: Senado Federal, 2008 [1845].
- KURY, L. B. 2001. A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil. **Revista Brasileira de História**, [s. l.], n. 41, v. 21, p. 157-172, 2001.
- LIMA, C. O. **A experiência de campo de Alfred Russel Wallace na Amazônia oitocentista: viagem, ciência e interações**. 2014. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2014.
- LISBOA, K. M. **A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARIN, R. E. A. Camponeses, Donos de Engenhos e Escravos na Região do Acará nos Séculos XVIII E XIX. **Papers do NAEA**, Belém, n. 153, p. 1-29, 2000.
- MUNIZ, J. P. **Patrimônios dos Conselhos Municipaes do Estado do Pará**. Lisboa: Aillaud & C., 1904.
- NAXARA, M. R. C. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília, DF: Editora da UnB, 2004.
- NUNES, F. A. Nas cercanias da Belém oitocentista: entre fazendas, sítios, olarias e engenhos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, Belém, v. 05, n. 01, p. 75-89, 2018.
- O Liberal do Pará**, [s. l.], 11 de maio de 1893.
- PANTOJA, A. R. L. **Terra de Revolta**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2014.
- PATACA, H. Coletar, preparar, remeter, transportar – práticas de História Natural nas Viagens Filosóficas portuguesas (1777-1808). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, n. 4, v. 2, p. 125-138, 2011.
- PLANCK, J. William H. Edwards & the Amazon. **Greene County History**. North Carolina, Vol. 37, No 2, p. 11-16, 2013.

POSSAS, H. C. G. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. *In*: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. (org.). **Museus dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 159-174.

PRATT, M. L. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

RICCI, M. Do patriotismo à revolução: história da cabanagem na Amazônia. *In*: RICCI, M. (org.). **Contando a História do Pará**: da conquista a sociedade da borracha. Belém: Motion, 2002. p. 225-266.

SALLES, V. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. 3. ed. Belém: IAP, 2005.

SANJAD, N. R. **A coruja de minerva**: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907). Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010.

SANTOS, S. F.; COSTA, D. M. Um sítio arqueológico, vários museus: o caso do Engenho do Murutucu, Belém/PA. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, DF, v. 12, n. 6, p. 105-122, 2017.

SARGES, M. N. **Belém**: riquezas produzindo a Belle Époque. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SARRAF-PACHECO, A. **À margem dos “Marajós”**: cotidiano, memórias e imagens da “cidade-floresta” Melgaço-PA. Belém: Paka-Tatu, 2006.

SENADO. **Anais do Senado**: livro 5. Brasília, DF: Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Subsecretaria de Anais do Senado Federal, 1869.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SOUZA, F. F. **Criados, escravos e empregados**: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). 2017. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

SPRUCE, R. **Notes of a Botanist on the Amazon & Andes**. Londres: Macmillan and Co., Limited, 1908.

Treze de Maio, [s. l.], 6 de setembro de 1845.

Treze de Maio, [s. l.], 25 de abril de 1854.

Treze de Maio, [s. l.], 22 de fevereiro de 1856.

VIANNA, A. **A Villa do Pinheiro**. Belém: Typ. e Enc. Instituto Lauro Sodré, 1906.

VINTON, J. A. **The Upton Memorial, a genealogical record of the descendants of John Upton of North Reading, Mass.** Massachusetts: E. Upton & Son, Bath, ME, 1874.

WALLACE, A. R. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**. Brasília, DF: Senado Federal, 2004 [1889].

WARREN, J. E. **Pará or Scenes and Adventures on the Banks of the Amazon**. Nova York: G. P. Putnam, 1851.

WATRIN, O. S.; HOMMA, A. K. O. **Evolução do uso da terra do Engenho Murutucu: história, geografia e ecologia**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.





Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 1 • jan-abr. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536





BELÉM POR OUTROS ÂNGULOS: CONSTRUÇÕES DE PAISAGENS DE FRONTEIRA ATRAVÉS DO AUDIOVISUAL

**BELÉM FROM THE OTHERSIDE: CONSTRUCTIONS OF
BORDER LANDSCAPES THROUGH AUDIOVISUAL**

Victória Ester Tavares da Costa  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Flávio Leonel Abreu da Silveira  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

RESUMO

Neste artigo, propomos discussões acerca de produções audiovisuais realizadas em Belém do Pará e acerca de como elas modificam e são modificadas pela cidade. Ao partirmos do diálogo com realizadores/as, sendo um coletivo e uma empresa produtora, principalmente, notamos o engajamento deles em relação ao universo registrado/narrado. Em um contexto urbano como o da capital paraense, nota-se que as produções que nascem do e no cotidiano, vinculadas às complexas paisagens fronteiriças amazônicas citadinas, podem ser evocadas/interpretadas/compartilhadas pela e na experiência etnográfica. Com base nas trocas entre os campos do cinema e da antropologia e impulsionados pelas etnografias de rua e da duração, apresentamos reflexões preliminares sobre a construção das noções de *paisagens de fronteira* através de produções audiovisuais realizadas nos bairros Jurunas e Terra Firme, de Belém. Nos voltamos a *espaços descentrados* para pensarmos outras maneiras de praticar, de simbolizar e de representar essa “metrópole amazônica”, envolvendo elaborações *ético-estéticas* e técnicas que revelam a composição e/ou dimensões do imaginário urbano nessa região.

Palavras-chave: audiovisual; Belém; paisagens; fronteira; Antropologia; urbanidade.

ABSTRACT

In this article we propose discussions about audiovisual productions carried out in Belém do Pará and how they modify and are modified by the city. When we start from the dialogue with filmmakers, being a collective and a production company, mainly, we notice their engagement in relation to the recorded/narrated universe. In an urban context such as the capital of Pará, it is noted that the productions that arise from and in everyday life, linked to the complex Amazonian city border landscapes, can be evoked/interpreted/shared by and in the ethnographic experience. Based on exchanges between the fields of cinema and anthropology and driven by street and duration ethnographies, we present preliminary reflections on the construction of notions of border landscapes through audiovisual productions carried out in neighborhoods Jurunas and Terra Firme, of Belém. We return to decentered spaces to think about other ways of practicing, symbolizing and representing this “Amazonian metropolis”, involving *ethical-aesthetic* and technical elaborations that reveal the composition and/or dimensions of the urban imaginary in this region.

Keywords: audiovisual; Belém; landscapes; frontier; Anthropology; urbanity.

1 PERCURSOS INICIAIS

A produção de imagens no mundo urbano e, aqui, mais diretamente na cidade de Belém (PA), implica o localizar-se (tanto de realizadores, quanto de pesquisadores) no espaço-tempo da cidade, considerando as tensões e as fronteiras simbólico-culturais que nela se assentam. Nesse sentido, partimos da perspectiva local e situada (Haraway, 1995), das experiências evocadas pelos moradores de áreas socialmente vulneráveis em termos de condições e qualidade de vida – porque empobrecidas no contexto citadino –, tentando compreender quais referências são trazidas à tona a partir de suas agências, em suas produções/intervenções audiovisuais. Tais colocações nos parecem pertinentes, principalmente, não só porque dizem respeito ao tema da autoria quando se pensa a construção audiovisual na Amazônia¹, mas também porque são aplicáveis aos desdobramentos sensíveis das feições do imaginário urbano nesse contexto de significativa heterogeneidade sociocultural.

Desse modo, para investigar a feitura cotidiana das paisagens urbanas belenenses, enveredamos pelas ruas dos bairros Jurunas e Terra Firme, como *loci* desta pesquisa, a fim de dialogar com realizadores audiovisuais organizados em coletivos² que vêm tecendo, por meio do audiovisual, registros sobre sua percepção de seus lugares de pertença. A escolha dos bairros e de interlocutores/as deu-se pela constatação da frequência e de especificidades das produções que vêm sendo realizadas pelas pessoas e nesses lugares. Considerando a criação desses grupos, bem como a intensificação das atividades deles, é possível observar produções desde o ano de 2018, em que há essa intencionalidade de se colocarem e suas vizinhanças nas artes. Para a observação deste texto, que integra a reflexão da tese em andamento da primeira autora sob orientação do segundo autor, foram escolhidos os coletivos Cine Clube TF e Tela Firme e a Negritar Filmes e Produções, que se tratam de grupos distintos sobre sua formação, mas cuja dinâmica de trabalho e articulação perpassa por uma produção cultural ativa social e politicamente em seus locais de pertença.

¹ Apoiados em reflexões de Gaston Bachelard (1988, 2009), Gilbert Durand (1989) e Michel de Certeau (1994).

² Por “coletivos” entendemos a união de pessoas em torno de um objetivo comum. Coletivos audiovisuais, como visto em campo, têm como interesse a feitura coletiva de vídeos para contar/registrar histórias (nesses casos, sobre os bairros), sem necessariamente haver formação profissional ou equipamentos de filmagem como prioridade. Assim, o sentido da coletividade também se amplia para o “fazer com”, que subverte individualidades em várias atividades, especialmente, no contexto de bairros periféricos, apontando, também, para sua atuação sociopolítica nesses lugares.

Trataremos, neste texto, especificamente de imagens *sobre* e *da* Amazônia Oriental³, cujas representações historicamente perpetuam uma noção de exotização e imutabilidade. A região mobiliza uma série de símbolos e imaginários construídos e reforçados desde os processos de colonização do Brasil, que remetem ao século XVI, encontrando reverberações na contemporaneidade, seja no ensino escolar, seja nas artes, seja nas mídias não apenas a nível internacional, mas também dentro do país. Vânia Costa (2011), por exemplo, tem pesquisado sobre o modo como se referem à região nos telejornais nacionais; já Victória Costa (2013), analisa como veículos impressos tratam da musicalidade (entre outras expressões artísticas) local associada à floresta e a outros elementos que reforçam essa imagem. Assim, constitui-se a ideia de uma Amazônia que desconsidera os mais diversos contextos existentes em cada localidade e que, conseqüentemente, também desconsidera as múltiplas imagens ligadas às formas e aos estilos de vida amazônicos aqui existentes. Mesmo na própria região, encontramos incongruências internas que se devem, principalmente, ao desconhecimento e/ou às disputas de poder, também históricas, na vasta área que a compõe⁴.

Há que se ressaltar que o território amazônico abrange nove países da América do Sul – a Pan-Amazônia – e que, no contexto brasileiro, representa enorme porção do país⁵, o que torna irrealis quaisquer narrativas que se queiram homogeneizadoras sobre essa área e sobre suas populações, seus costumes e suas paisagens. Trata-se, portanto, de uma região com uma enorme heterogeneidade sociocultural associada às possibilidades ecossistêmicas presentes no Bioma e é composta por (bio e etno)diversidades e pluralidades de mundos que, por vezes, estão pouco presentes nos discursos que mais repercutem país afora. Desse modo, destacaremos aqueles referentes às urbanidades amazônicas e às suas complexidades vinculadas às formas de praticá-las que emanam de coletivos amazônidas.

No que tange às representações e criações imagéticas, buscamos discutir as características inerentes às diversas autorias no campo do audiovisual, a partir desse recorte amazônico. Partindo do princípio de que

³ Ao utilizarmos *sobre* e *da*, referimo-nos, respectivamente, ao que é produzido acerca da região, que diz respeito à Amazônia, e ao que é feito a partir dela, necessariamente, nela localizada.

⁴ Existem grupos com poderes historicamente adquiridos e mantidos, cuja manutenção se baseia em relações e articulações *sobre* e *na* região. São instituições ou grupos que têm o interesse de que a Amazônia seja vista a partir de certas imagens que lhes são favoráveis. Sobre o assunto e as oligarquias locais ver Emmi e Marin (1996).

⁵ A chamada Amazônia Legal compreende os estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amazonas, Pará, Amapá, Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão.

construímos e somos construídos pela cidade, considerando-se a vida vivida e as (inter)agências paisageiras urbanas, ressaltamos que o fazer audiovisual vincula-se a um lugar (Certeau, 1994), tratando-se de uma construção social que acontece cotidianamente a partir de um conjunto de práticas localizadas, já que “o homem simultaneamente representa e é a paisagem” (Silveira, 2009, p. 73). Deste modo, através da antropologia urbana, aproximamos-nos destes sujeitos que produzem imagens *na* e *da* cidade (Eckert; Rocha, 2013a) a fim de compreendermos suas interpretações acerca das elaborações de si, do seu meio e do audiovisual (que se torna, também, parte integrante dessas concepções) que, em conjunto, constituem dimensões das paisagens de pertença ao mundo urbano contemporâneo de Belém.

Ainda no âmbito das urbanidades, nosso propósito neste estudo é o de contemplar detidamente porções da cidade de Belém que são pouco mencionadas como espaços de vida e sociabilidade, pelo menos no que diz respeito às mídias e aos noticiários cotidianos, por carregarem certo estigma de pobreza e de violência, distante dos ideais de ambientes turísticos ou de serviços voltados às camadas médias na cidade, comumente encontrados em divulgações turístico-publicitárias.

Para falarmos das representações ligadas *aos* espaços, partiremos de alguns exemplos de obras e de realizadores audiovisuais *na/da* cidade, assim como observações de campo feitas até o momento. Como métodos para esse percurso, temos como base a etnografia de rua (Eckert; Rocha, 2013a), que compreende deambulações interessadas nos bairros Jurunas e Terra Firme. Assim, a observação das dinâmicas cotidianas e os diálogos com interlocutores é o que torna possíveis as reflexões sobre a composição da cidade de Belém. Assim, é realizada a aproximação dessas vizinhanças e em suas camadas existentes. Caminhar por essas fronteiras se insere no âmbito da antropologia urbana. Também contamos com a etnografia da duração (Eckert; Rocha, 2013b), para entender como as camadas de tempo se perpetuam e se modificam na cidade, e as etnografias virtual (Pereira; Mendes, 2020) e expandida (Domínguez Figaredo, 2012) como modo de trazer as observações feitas no âmbito do digital e da internet, em publicações em mídias sociais dos grupos pesquisados.

Ao tratarmos do audiovisual que compõe e registra suas interpretações *das/nas* paisagens de fronteiras cidadinas enquanto participa delas, percebemos que um entre-lugar⁶ emerge onde as dinâmicas socioespaciais e

⁶ Entendemos como um espaço de liminaridade, como em Victor Turner (1974), em que a porosidade permite fluxos e misturas, onde acontece aquilo que não é comum nem a

micropolíticas (Foucault, 2006, 2010) acontecem. Nesse sentido, olhamos-nos aos enredos, aos criadores, ou às paisagens no contexto citadino de Belém para pensarmos a produção audiovisual elaborada em certos bairros da metrópole. Para tanto, começaremos dialogando sobre a Amazônia urbana.

Assim, tendo como base as etnografias de rua na primeira sessão falaremos da ocupação da cidade de Belém do Pará, apresentando como a elaboração destas paisagens é basilar para os contextos citadinos contemporâneos e como ela influencia na criação artística. Posteriormente, refletimos sobre a agentividade do audiovisual frente às questões sociais e paisageiras para, no último momento, concluirmos demonstrando, com exemplos, o modo como estes grupos produtores de audiovisual vêm agindo na prática, com exemplos, observações de campo e trechos de entrevistas.

2 FLUXOS DAS ÁGUAS E DAS RUAS: A FORMAÇÃO BELENENSE DA E NA AMAZÔNIA URBANA

Belém – a capital do estado do Pará – localizada na região norte do Brasil, foi fundada a partir de seu contato com as águas, mais especificamente a partir da baía do Guajará e o rio Guamá. A expansão de seu território aconteceu, primeiramente, pelas margens que acompanhavam os cursos d'água (Moreira, 1966). Posteriormente, a ocupação adentrou por áreas que, apesar de suas diferentes formações, também tinham e têm, até hoje, contato com os ambientes hídricos, seja por meio de igarapés⁷, canais⁸ ou do vasto arquipélago que compõe a capital⁹, seja pelo contato com a cotidiana chuva, já que é uma região de clima equatorial quente e úmido.

A maior parte de Belém é formada por áreas de baixadas¹⁰. Em tais áreas, vários trechos são alagadiços (por vezes, bairros quase inteiros) e

um lado, nem ao outro, é o espaço de (re)invenção, apesar de, também, muitas vezes ser legado às margens.

⁷ Estreitos cursos d'água e, mesmo, braços de rios que correm por Belém, e que, no decorrer da ocupação da cidade, por vezes, foram aterrados para se tornarem logradouros e ruas. Noutras situações, transformaram-se em canais, como mostrado por Soares (2016).

⁸ Canais são igarapés que se tornaram esgoto pluvial ou sanitário, segundo Soares (2016).

⁹ Eidorfe Moreira fala sobre os aspectos da insularidade belenense, sempre refletindo sobre a influência das águas na cidade, por sua forte presença em diversas partes da urbe, em especial, a paisagem das ilhas. O autor diz que a “água é o elemento dinamizador da cidade” (Moreira, 1989, p. 63).

¹⁰ A categoria “baixada” é discutida por Silveira e Soares (2012). Os autores se referem às áreas mais baixas de Belém, situadas em zonas de várzeas, compreendidos como lugares de habitação das camadas mais empobrecidas da população belenense, onde as relações cotidianas das pessoas com os ecossistemas ribeirinhos e os espaços praticados comportam lugares de pertença na urbe.

sofrem com inundações sazonais decorrentes dos “tempos de chuvas” mais fortes e dos transbordamentos dos cursos hídricos. A isso, soma-se a falta de atenção do poder público (e, em parte, da própria população) no que diz respeito ao saneamento básico, englobando questões de lixo e resíduos em geral, tratamento de água potável e mesmo as condições de moradia, vários fatores que resultam em prejuízo para os habitantes destes espaços. Quanto à ocupação das áreas de várzea, sabemos que os bairros da capital paraense têm uma disposição contrastiva no espaço urbano: os bairros mais baixos, alagadiços, são habitados por pessoas de classes baixas, lado a lado de bairros considerados de classe média e média alta, com empresas, prédios e instituições que configuram certo poder político e econômico no espaço urbano. Entre os bairros não há um distanciamento estritamente geográfico, como morros ou áreas “afastadas” (caso se considere a existência de um “centro”): eles são ao mesmo tempo distantes e próximos entre si. Tal tensionamento leva às experiências simbólicas cotidianas de distanciamento e de proximidade na metrópole amazônica, o papel de articular e de elaborar as diferenças socioespaciais nos lugares ocupados, ou mesmo, de certa noção fronteira de diferenças entre classes nesses contextos.

Nosso estudo vem reforçar a necessidade de que se fale cada vez mais sobre a Amazônia citadina e sobre as dinâmicas que compõem suas paisagens urbanas. As imagens da região evocam as exuberâncias florestais associadas aos dilemas ecológicos e sociais contemporâneos, amplamente explorados nas mídias. Por outro lado, observamos que pouco se fala sobre as experiências *das/nas* urbanidades amazônicas e sobre a significativa ausência de verde urbano na capital paraense, se considerarmos o atual contexto da cidade¹¹. Para além de certas imagens verdejantes e de turismo, é preciso reconhecer que as complexidades da Amazônia urbana e suas paisagens estão atravessadas por possibilidades e por paradoxos, pois as imagens poéticas (Bachelard, 2009) se mesclam às tensionais na configuração da urbe, constituindo possibilidades distintas quanto ao imaginário acerca da metrópole amazônica. A cidade, na perspectiva do antropólogo José Guilherme Magnani, é

[...] mais do que um mero cenário onde transcorre a ação social, é o resultado das práticas, intervenções e modificações impostas pelos mais diferentes atores (poder público, corporações privadas, associações, grupos de pressão, moradores, visitantes, equipamentos,

¹¹ A contribuição de Silveira (2020) evidencia o debate sobre a escassez de cobertura vegetal na cidade de Belém, em um balanço da produção sobre o tema a partir de diferentes áreas do conhecimento.

rede viária, mobiliário urbano, eventos etc.) em sua complexa rede de interações, trocas e conflitos. Esse resultado, sempre em processo, constitui, por sua vez, um repertório de possibilidades que, ou compõem o leque para novos arranjos ou, ao contrário, surgem como obstáculos (Magnani, 2009, p. 132).

Nesse sentido, observar a cidade é ter contato com suas dinâmicas, mas, por certo, também com algumas parcelas da “complexa rede de interações” de que o autor fala, considerando a sua duração e os processos que estão em curso. Segundo Rocha e Eckert (2011),

[...] para tratar da cidade como objeto temporal, a etnografia da duração destaca as intrigas, as diversidades de imagens e de dramas que configuram o cotidiano citadino, apreendidos como uma espécie de mapeamento simbólico do emaranhando dos ritmos vividos por seus habitantes em múltiplos territórios. Na investigação do caráter inacabado do viver urbano, a preocupação de pesquisa se concentra nas estruturas espaçotemporais sob as quais se assentam os fenômenos da alteridade e da experiência humana no mundo urbano contemporâneo, fazendo-nos, como antropólogos, coautores da experiência urbana que é objeto de nossas etnografias (Rocha; Eckert, 2011, p. 108).

Portanto, é de suma importância que observemos a cidade a partir de suas camadas, daquilo que foi e não é mais, o que continua sendo, o que surgiu ou reapareceu após certo tempo. O tempo é simbólico e também é materializado na cidade, por isso, investigar essas experiências urbanas através do audiovisual nos possibilita refletir sobre esses fenômenos e complexificá-los, à medida em que enveredamos pelas narrativas de quem as compõe nas paisagens de Belém.

A existência de um ou mais centros ligados à concentração de poder e econômica, bem como de criação de narrativas, ou mesmo, de direitos (conforme mencionou Joyce Cursino, uma das interlocutoras desta pesquisa) define áreas, territórios, fronteiras, lugares praticados por determinados coletivos, espaços em tensão na urbe. Sendo assim, o *locus* deste estudo remete ao que está fora do que, comumente, é considerado como “centro” no mundo urbano de Belém.

Parece-nos, no entanto, que esse “centro” é móvel, pois depende da perspectiva a partir da qual se está falando, situando-o e, certamente, vendo-o. De certa forma, referimo-nos ao que normalmente não é conhecido, porque não é mostrado nos cartões postais, nas narrativas e criações cotidianas que veiculam determinadas imagens da cidade de Belém, já que geograficamente

se encaixariam nos bairros mais populosos e pobres da metrópole, e que entendemos como *paisagens de fronteira simbólica*¹², definindo territórios e lugares praticados na urbe por determinados coletivos e seus agenciamentos cotidianos, onde a subjetividade e a objetividade da vida vivida se mesclam num saber viver que não se distancia do fazer paisagens urbanas.

No âmbito de tais paisagens, e a partir de relatos ouvidos em campo, notamos que, apesar de tratarmos de determinados bairros de Belém – Jurunas e Terra Firme – existem experiências urbanas de socialização/sociabilidade (Simmel, 1983) vividas nesses espaços, que são compartilhadas por seus habitantes ao longo da cidade, considerando-se os trânsitos, as trocas, os costumes que ocorrem e fluem junto/entre/além destas áreas mencionadas e que se estendem por boa parte da Região Metropolitana de Belém (RMB). Isso reforça a ideia de que as fronteiras simbólicas existentes são móveis – os territórios, de certa forma, deslocam-se com os sujeitos, indo além dos limites dos bairros, mesclando-se noutros lugares da cidade, revigorando estas paisagens.

Joyce Cursino, jornalista, atriz, realizadora audiovisual e idealizadora da Negritar Filmes e Produções e do Telas em Movimento, iniciativas que serão tratadas mais à frente, mencionou que, em certo momento, percebeu o movimento de fazer audiovisual, mostras, cineclubes, dentre várias atividades que envolvem o cinema em vários bairros de Belém, mas que estavam espalhados. Para ela, “Então, a proposta do Telas, na verdade, foi juntar esse movimento e mostrar que, na verdade, nós somos muitos, né? Nós estamos gritando aos quatro ventos em diferentes territórios e expandindo essas narrativas, assim”¹³.

Deste modo, notaram que essa pertença às “periferias” (termo geralmente usado por estes grupos para se autodenominarem) é

¹² No campo da geografia, estudiosos como André-Louis Sanguin (2015, p. 390) desenvolveram pesquisas acerca do conceito de paisagens de fronteira. Conforme o autor, tais paisagens são o produto de um conjunto de interações e processos de origem política, econômica e cultural que ocorrem no espaço. São espaços específicos na forma de áreas ou limites que podem unir ou separar lugares praticados. Quando se aborda o conceito de paisagem de fronteira, a dificuldade é separar a causa do efeito. Além disso, extrapolamos o sentido físico e “mapeável” para entendermos também o viés sensível dessas paisagens. Pierre Sansot (1983) argumenta que somos fortemente ligados à paisagem, nossos corpos, nossas identidades se conformam com a imagem da paisagem, que é também fruto da história e da memória coletiva vinculadas aos lugares. Um conjunto que está em constante transformação, que se soma à especificidade de lidar com atributos de um entre-lugar, de fronteira, nos espaços praticados. Uma paisagem é fronteira porque estabelece limites – implicando, em termos simmelianos (Simmel, 1983), certas distâncias e aproximações culturais – num dado contexto relacional, para o caso que nos interessa, na urbe.

¹³ Entrevista de pesquisa concedida por Joyce Cursino, em 08 de novembro de 2021.

compartilhada, com experiências que se aproximam nas cotidianidades e nas relações desses/nesses espaços. Assim, aliando ao entendimento de paisagem enquanto um processo e sua força vibrante, também em Sansot (1983),

A paisagem é o que não precisa ser explicado, trazido à luz porque todos nós vivemos juntos, e quando falamos sobre isso, é no modo do implícito ou com um sotaque e uma sugestão de convivência que escapa do homem exterior e o designa como tal, mesmo que ele tenha um bom conhecimento biológico do ambiente (Sansot, 1983, p. 66).¹⁴

Tal entendimento também é partilhado por Silveira (2009), uma vez que, possibilitadas pelos afetos e relações (Simmel, 1996), as paisagens de fronteiras simbólicas de que trataremos aqui são construções *do* imaginário em que as relações emergem *dos* e *nos* lugares, a partir das dinâmicas videntes nestes contextos.

A fronteira é um entre-lugar; porém, aqui a entendemos também como o lugar dessa criação, da porosidade que absorve e que repele características, movimentos e atividades de todos os lados. Ao mesmo tempo que se fala sobre certa proximidade aos bairros do “centro”, o uso do audiovisual como ferramenta desses grupos fronteiros/periferizados faz com que, apesar do uso inicial de técnicas e linguagens antes restritas (por conta do acesso a equipamentos e conhecimento de manuseios e técnicas, por exemplo), esses produtores de som e de imagem possam se posicionar, colocando suas perspectivas em atuações coletivas como oficinas, mostras e fazeres construídos em dinâmicas grupais, reelaborando, as imagens acerca de seus lugares de pertença, suas fronteiras cotidianas.

Este artigo indica, no sentido de demonstrar como estas *paisagens de fronteira* se configuram no audiovisual enquanto narrativas sobre a cidade, caminhos intersubjetivos e socioespaciais para a compreensão de que suas construções têm transversalidades de diversas ordens, discussão necessária em análises feitas sobre e a partir das fronteiras do/no mundo urbano contemporâneo. Assim, trazemos para debate um conjunto de obras audiovisuais disponíveis na internet, entendidas como procedimentos de etnografias virtual (Pereira; Mendes, 2020) e expandida (Domínguez Figaredo, 2012), bem como experiências de campo – observações feitas por meio da etnografia de rua (Eckert; Rocha, 2003) – e diálogos com realizadoras audiovisuais. Assim, debruçamo-nos sobre as urbanidades possíveis na capital paraense.

¹⁴ Original: “*Le paysage, c’est ce qui n’a pas besoin d’être explicité, porté à la lumière parce que nous le vivons tous ensemble, et, lorsque nous en parlons, c’est sur le mode du sous-entendu ou avec un accent et une pointe de connivence qui échappe à l’homme du dehors et qui le désigne comme tel, même s’il possède une bonne connaissance biologique dudit milieu*” (Sansot, 1983, p. 66).

3 AUDIOVISUAL E (RE)CONSTRUÇÕES DE PAISAGENS URBANAS

Nos anos 1960 e 1970, houve um movimento conhecido como “Nuevo Cine Latinoamericano”, em uma época marcada por intensos embates políticos na América Latina. O cinema se revelou como uma das armas possíveis para confrontar regimes ditatoriais, levantando discussões filosóficas de abrangência *ético-estética*, envolvendo temas sociais profundos e ideologias políticas. Sobretudo, nota-se que esse movimento também ficou marcado pelo registro de cotidianos através das perspectivas de realizadores latinos, portanto, *de dentro* (Magnani, 2002) de determinados contextos de tensão sociocultural ligados às lutas por liberdade.

Nesses termos, parte da América Latina passa, então, a ser filmada por aqueles que antes eram os personagens, olhados de fora e com certo distanciamento e, não raro, pelo colonizador. Ângela Pryhston fala sobre esse movimento que também foi chamado de Terceiro Cinema, quando

[o] conceito de Terceiro-Mundo serve a partir dos anos 60 – para além das delimitações eufemísticas e conservadoras da geografia contemporânea – para estabelecer uma unidade de cunho libertário e idealista. Os processos de descolonização, de conscientização social e de luta política desencadeados no globo ao longo deste período (deste estendido 1968) não se esgotam em si mesmos: eles fazem parte da grande crise da modernidade que implica também numa reorganização (ou desorganização) cultural em todos os cantos do globo. Reafirmamos, então, que uma das mais diretas e evidentes influências da consciência terceiro-mundista (e todas as suas implicações) foi a própria constituição da idéia de Terceiro Cinema (Pryhston, 2009, p. 82).

Esse conceito discutido pela autora faz referência às fronteiras, uma vez que o cinema, à época, passou a ser um “lugar” em que uma nova perspectiva *ético-estética* se tornava possível a partir de contextos sociopolíticos e lutas por liberdade em países sujeitos às violências totalitárias, associadas às expropriações do capitalismo globalizado. Nesse sentido, os realizadores “terceiro-mundistas” voltaram suas câmeras às paisagens vividas por sua gente ressaltando as experiências dessas pessoas.

Ora, tais paisagens são justamente os territórios existenciais desses coletivos, seus lugares de e em disputas com agentes internos e externos aos interesses locais e situados, especialmente, no mundo urbano, e é por isso que várias cidades da América Latina também configuraram fronteiras simbólicas vinculadas às expressões *ético-estéticas* não-hegemônicas, onde

confluíam as vivências cotidianas e as bagagens estrangeiras em diversas paisagens. Tratam-se de construções filmicas que evocam a mistura, como mencionado por Néstor Canclini (1997), mas que também se colocam como agentes de novas elaborações, seja da cidade e suas paisagens, seja do enredo pensado. A criação tem, no fluxo das fronteiras, uma de suas principais características, que transborda na obra elaborada, trazendo especificidades. No Brasil, um dos representantes deste movimento foi Glauber Rocha, com a “Eztetyka da Fome”, evocada pelo artista, que também postula sobre as narrativas do Cinema Novo. Eis, abaixo, um trecho do manifesto:

A situação das artes no Brasil diante do mundo: até hoje, somente mentiras elaboradas da verdade (os exotismos formais que vulgarizam problemas sociais) conseguiram se comunicar em termos quantitativos, provocando uma série de equívocos que não terminam nos limites da arte, mas contaminam sobretudo a terreno geral do político. Para o observador europeu, os processos de criação artística do mundo subdesenvolvido só o interessam na medida que satisfazem sua nostalgia do primitivismo; e este primitivismo se apresenta híbrido, disfarçado sob as tardias heranças do mundo civilizado, heranças mal compreendidas porque impostas pelo condicionamento colonialista (Rocha, 1965).

Assim como o “Nuevo Cine Latinoamericano”, a Estética da Fome tratava diretamente sobre esse olhar cada vez menos “exótico” e equivocado, propondo criações que partissem do cotidiano, de dentro. A partir do entendimento de que o fazer audiovisual é uma forma sensível da vida social – logo, também, é uma das dimensões paisageiras *do* e *no* mundo (urbano, ou não) – produzindo misturas interessantíssimas de experiências estéticas, expressões culturais e críticas ao mundo moderno – e, não raro, reconfigurando fronteiras entre tradição e modernidade; campo e cidade; erudito e popular, voltamo-nos a experiências estéticas elaboradas na Amazônia, principalmente, quando tensionadas à certas imagens estabelecidas sobre ela. Nesse sentido, como propõe Isaac Pipano (2022), trata-se de (re)situar o olhar desde um lugar de pertença que “[s]e em um primeiro momento” defronta-se com

as imagens [que] são tomadas pelas palavras de ordem e pelas significações dominantes, no limite, eliminando as imagens, é com alguns dispositivos que a experiência é relançada, se distanciando da representação do conhecido para trazer o cinema como um camerar – “outras formas de ver e ouvir a cidade” (Pipano, 2022, p. 13).

Ora, esse “relançar” é, em realidade, um lançar-se criticamente àquilo que é dado como o evidente, como uma espécie de senso comum em relação à região amazônica, a certos clichês elaborados e reificados interna e externamente. A partir daí, o *camerar* possibilitaria “outras formas de ver e ouvir a cidade”, falando exatamente sobre perspectivas distintas que têm surgido através do audiovisual. Para o contexto que nos interessa – a cidade de Belém –, grupos como Negritar Filmes e Produções, Tela Firme e Cine Clube TF, têm se voltado aos registros de áudio e vídeo envolvendo narrativas/histórias (ficcionais e documentais, as últimas com maior frequência), cujos enredos e tessituras *ético-estéticas* são declaradamente ligados aos bairros que compõem essas fronteiras simbólicas – e seus territórios existenciais/de pertença a lugares – das quais estamos falando.

Esses grupos supracitados tratam-se, portanto, de coletivos ou produtoras independentes que têm, enquanto características principais, a produção de obras a partir de suas vivências cotidianas, buscando a valorização de comunidades “periféricas” e a “democratização do cinema”, como reforçado nas mídias sociais digitais dos Telas em Movimento.

4 AS PRÁTICAS NAS/DAS RUAS: CRIAÇÕES E EXPERIÊNCIAS DAS RUAS

Neste tópico apresentamos algumas imagens de vídeos feitos por grupos dos bairros Jurunas e Terra Firme, com o intuito de reificar o apresentado nos tópicos anteriores sobre a apropriação do audiovisual dos bairros. O Tela Firme, por exemplo, é um coletivo que surgiu no bairro da Terra Firme, que promove atividades de cineclube (exibições de filmes seguidos de debates acerca das obras) e, também, realiza obras audiovisuais com equipe composta principalmente por moradores do bairro. Em maio de 2021, o coletivo produziu uma série de vídeos intitulada “Nós na Tela”¹⁵, com quatro episódios, que foram divulgados através de suas redes digitais (*Facebook* e *Instagram*), com relatos e memórias de pessoas que fazem parte da história do bairro, portanto, evocando as potências da memória coletiva vinculadas ao lugar de pertença na cidade.

Os relatos de Zé da Pracinha, dona Zuleide, seu Manoel da Vera Cruz e dona Regina, por exemplo, são acompanhados de imagens das ruas do bairro da Terra Firme, de pessoas em suas atividades rotineiras e suas casas.

¹⁵ Primeiro episódio da série “Nós na Tela” encontra-se disponível no Instagram do coletivo Tela Firme (Tela Firme, 2021).

Figura 1 – Terra Firme na série “Nós na Tela”



Fonte: Capturas de tela do episódio 1 da série “Nós na Tela”, do Coletivo Tela Firme (Tela Firme, 2021).

A partir da criação das imagens poéticas (Bachelard, 1988) pelo coletivo, consideramos a construção do audiovisual também pelo viés do sensível, da imaginação criadora de seus moradores. Portanto, são imagens criadas a partir de práticas e símbolos cotidianos que relacionam várias pessoas e diversos grupos entre si, quando se evoca a noção do pertencimento ao bairro – sendo e fazendo parte destes lugares como cidadãos que vivem nas áreas de baixadas –, ou ainda, de sua vinculação ao mundo urbano belenense a partir de um lugar situado nas fronteiras culturais cidadinas, que se manifestam na arquitetura das casas, na disposição das ruas e nas atividades que compõem as dinâmicas desses bairros. Assim, nos roteiros, nas falas, nas imagens em movimento emergem referências diretas a esses espaços de Belém.

A *websérie* intitulada “Pretas na Pandemia” (Websérie [...], 2023), por exemplo, contou em cinco episódios diversas histórias de mulheres que passaram por diferentes situações e dificuldades financeiras, familiares e trabalhistas causadas pela pandemia da Covid-19 na cidade de Belém. A série ficcional destaca personagens negras das “periferias” da metrópole, indicando que foram elas as mais atingidas em todas as instâncias, apresentando dados estatísticos trazidos por Joyce Cursino, que dirigiu a série. Ela é fundadora da Negritar Produções, que é uma produtora independente que tem como propósito tratar de questões sociais e ambientais em suas obras e atividades realizadas nos bairros da capital, especialmente sobre e com as suas populações negras.

Do mesmo modo que Joyce, Mayara Coelho e Suane Melo, os demais integrantes da Negritar têm origem em espaços considerados “periféricos” em relação à cidade de Belém. Mayara e Suane, respectivamente, roteirista e diretora de fotografia, vêm de Benevides (município que fica a cerca de 30

quilômetros de Belém) e da Vila da Barca¹⁶ (comunidade belenense que já foi considerada uma “favela de palafitas”). Estas reforçam o posicionamento da produtora de buscar a democratização do cinema no contexto urbano de Belém. Assim, não somente em suas obras, mas também nos cursos de curta duração oferecidos pela produtora, bem como nas exposições realizadas nos bairros, ambas defendem o fazer “cinema *de e para* as periferias”, portanto, voltado à vida vivida nas baixadas da metrópole amazônica.

Essa característica revela o cerne dos grupos aqui trabalhados, seja enquanto empresa, como a Negritar, seja enquanto coletivo, como o Cine Clube TF ou o Tela Firme: a intenção final é retornar essas obras para as pessoas que participaram de suas feitura, para os bairros que foram cenário e protagonistas destas histórias. Há o movimento interno de fomentar o registro das narrativas destes lugares e de fazer com que essas vizinhanças reconheçam a si nas telas e o cinema enquanto uma possibilidade, agora mais palpável.

Como forma de colocar em prática esse objetivo de popularizar a linguagem cinematográfica em contextos empobrecidos da cidade, foi criado o Telas em Movimento. Trata-se de um projeto que surgiu como um festival de cinema em 2019, idealizado também por Joyce, com a união de vários coletivos de audiovisual da região associados às lideranças comunitárias locais, especialmente, de Belém, em favor do que denominam de “democratização do cinema”. O seu objetivo-base, conforme Cursino (2022), gira em torno do fato de que

Hoje, ele é um projeto de democratização de acesso ao cinema. Ele nasceu com esse objetivo, mas se tornou isso não só nas periferias de Belém, mas nas periferias e comunidades da Amazônia, porque hoje o nosso alcance é regional. A gente trabalha tanto nos municípios paraenses, como também fora do estado – esse ano a gente vai pro Maranhão, já temos articulação em Manaus e, se você é de outro estado da Amazônia, também pode chamar a gente, que a gente dá um jeito de chegar lá. E a ideia é sempre construir essas parcerias em cada localidade, criar uma vivência audiovisual pra que essa ferramenta seja usada por quem é do território pra propagar, denunciar e fazer a defesa dos seus territórios e da sua cultura, a partir do olhar de quem é do lugar, né? E não de algo que é imposto como narrativa única e, geralmente, uma narrativa colonizadora (Cursino, 2022).

¹⁶ Souza (2011) reflete sobre a cotidianidade das pessoas que habitam essa área que foi e que é afetada pelos processos de urbanização e, conseqüentemente, de modificação das paisagens urbanas, bem como pela sua relação com o rio.

Nota-se, em sua fala, a intenção de levar não apenas a exibição fílmica às localidades, mas também de instigar o fazer cinema entre elas, o “camerar”, no sentido de Pipano (2022) como ferramenta desses grupos no contexto amazônico. Através de oficinas de cinema e da construção de um produto em cada uma delas, percebemos essas agências nas fronteiras simbólicas e culturais *na* e *da* urbe, envolvendo a construção de narrativas a partir “do olhar de quem é do lugar” em relação à cidade num sentido mais geral e aos bairros de camadas socioeconômicas mais altas. Revelam, assim, as dinâmicas tensionais relativas à heterogeneidade sociocultural no mundo urbano contemporâneo de Belém.

Em decorrência dos problemas que emergiram no período mais crítico da pandemia da Covid-19, a edição de 2021 do Telas em Movimento aconteceu com planejamento específico para levar auxílios básicos às comunidades atingidas diretamente pelos dilemas sanitários vividos na cidade. Os coletivos participantes do projeto uniram-se e criaram um financiamento coletivo (arrecadação de dinheiro através de um site/plataforma na internet) para levar informações aos *bairros de fronteiras simbólicas* sobre os cuidados com o coronavírus e, também, distribuir produtos de higiene e cestas básicas a famílias em situação de vulnerabilidade.

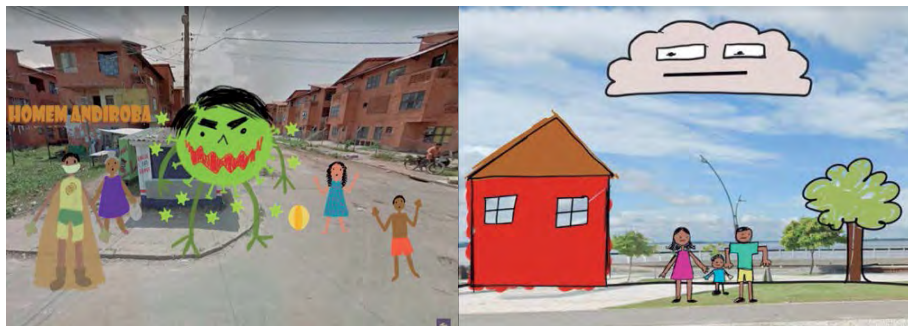
Além desse trabalho de intervenção social, também houve a elaboração de ações criativas, como a que ocorreu na Vila da Barca, denominada “I Mostra de Projeções das Quebradas”, resultando em oficinas de audiovisual ministradas para crianças, que criaram “super-heróis para combater o coronavírus”. O produto foi o vídeo “Telas da Esperança” (Telas [...], 2021), uma animação com base nos desenhos e roteiros criados pelas crianças, com personagens detentores de “superpoderes” que remetem ao cotidiano local, como o “Homem Andiroba”¹⁷ e o seu “chicote de açaí”¹⁸. Além disso, destacam-se as paisagens urbanas escolhidas como cenários para tais histórias, como a Vila da Barca (mostrando suas casas de alvenaria, após o processo de “reurbanização”, e não suas palafitas) e o Portal da Amazônia¹⁹, conforme vemos nas imagens abaixo:

¹⁷ Andiroba é uma árvore comum na Amazônia, sabe-se que de sua semente é extraído o óleo muito utilizado em tradições e medicina populares. Por suas propriedades anti-inflamatórias e curativas, a recorrência à utilização da andiroba acontece para o tratamento de diversos tipos de enfermidades.

¹⁸ Fruto comum na Amazônia, o consumo do açaí faz parte da alimentação cotidiana da população em vários municípios amazônicos, também é fonte de renda de famílias ribeirinhas (Bassalo, 2011).

¹⁹ Trecho da orla de Belém, ponto turístico situado às margens da baía do Guajará, com quiosques de restaurantes e algumas quadras de esportes em sua extensão, localizado no bairro do Jurunas.

Figura 2 – Cidade, coronavírus e super-heróis pelo olhar das crianças



Fonte: capturas de tela do vídeo “Telas da esperança” (Telas [...], 2021).

Segundo integrantes da Negritar, as experiências de oficinas e exibições em diversas localidades amazônicas trazem enriquecimento para seus trabalhos, no sentido de elaboração de histórias com detalhes e “profundidade”, proporcionado por conversas e aproximações das pessoas de cada comunidade. Desse modo, o cinema figura como uma ferramenta produtora de autonomia às comunidades pelo seu caráter reflexivo, dinamizando aprendizagens em torno de temas como cidadania: seja para quem ensina, seja para quem aprende, como aponta Suane:

Tudo, absolutamente tudo que a gente faz, a gente leva e a gente traz um pouquinho. E eu acho que até a gente acaba mais levando que deixando, porque eles têm umas experiências maiores do que a nossa e a gente acaba tomando isso pra nossa verdade, também. A gente tá em vários lugares de conflitos, de terras, não sei o quê... a gente tá ali, do lado, brigando junto. E é isso que a gente entende e compreende enquanto cinema, enquanto a democratização, né, que não é... mega-filme, não é um não sei o quê, não é só isso. É você ter acesso a tudo, né? Ter acesso ao conhecimento mais básico que se possa ter [...] a gente quer democratizar desse jeito, né, demarcando os nossos territórios e demarcando que quem a gente quer que assista é aquela galera que tá ali todo dia, que não tem acesso ao cinema. A gente sabe que é muito difícil o acesso ao cinema.²⁰

Em suas falas, por diversas vezes, as produtoras fizeram referência ao “cinema de guerrilha”²¹, que conscientemente fazem, também, por saberem que as temáticas levantadas e debatidas em suas obras adentram questões sociais e políticas que, apesar de não receberem incentivo financeiro,

²⁰ Entrevista de pesquisa concedida por Suane Melo, em 08 de novembro de 2021.

²¹ A expressão se refere a obras feitas com baixo orçamento ou nenhum orçamento, devido à falta de apoio voltado a temas culturais de parte da gestão pública.

tornam essas mulheres aliadas de grupos e de comunidades das quais se aproximam com a intenção que vai além de filmar. Há necessidade de tornar o produto importante para a luta e/ou história das pessoas com quem conviveram durante não só do processo/a dinâmica de “camerar” juntos, mas também da montagem e da finalização da obra. Assim, são criadas relações que extrapolam a produção audiovisual e que alcançam um sentido de familiaridade, de aproximação e de vínculos de outras ordens nos contextos em que tais experiências coletivas intersubjetivas emergem.

À medida em que as percepções *ético-estéticas* de quem cria essas histórias são transformadas em escolhas coletivas que revelam cenários urbanos, as narrativas criadas simultaneamente (re)constroem essas paisagens de fronteira a partir de olhares situados nos entre-lugares (simbólico-práticos e afetivos) que evidenciam pontos de vista sobre a cidade de Belém, suas formas de sociabilidade e conflitos (Simmel, 1983) no cotidiano. A manifestação desses imaginários sobre o urbano ocorre nas telas, através das lentes das câmeras, dos sons captados, das histórias contadas e dos cenários escolhidos para as obras gestadas nas “perifas” (outra variação do termo “periferia” utilizado pelas pessoas com quem dialogamos).

Nessa linha, é importante ressaltar o funcionamento das produções audiovisuais independentes²², em que as escolhas técnicas e estéticas estão diretamente ligadas aos acessos possíveis. Dessa forma, considerando-se as dificuldades de construir ou de criar uma locação em estúdio, com frequência as escolhas dos cenários se dão a partir dos espaços disponíveis aos realizadores. A dinâmica da produção independente faz com que os lugares acessíveis se tornem cenários narráveis, formando parte do enredo mostrado na produção fílmica. Essa característica agrega certo sentido de documentação, visto que são filmadas ruas, praças e espaços públicos, assim como as casas de integrantes das equipes ou familiares. Joyce Cursino e Suane Melo mencionam o seguinte:

Joyce: [...] as nossas outras obras, desde a primeira temporada do “Pretas”, a gente grava na minha casa, assim, tem muito cenário que é na minha casa, casa da minha mãe que é no Jurunas, né? Agora, aí já passou por várias reformas a minha casa, aí nem dá pra perceber que é o mesmo lugar, assim...

²² Tipo de produção que não tem, em geral, patrocínios ou financiamentos que deem conta do orçamento, ou de parte da verba necessária para a realização da obra. Sendo assim, é realçada a partir de recursos da equipe ou outros meios colaborativos (como por exemplo financiamento coletivo).

[...]

Suane: [...] Cada vez que a gente vai é um cenário diferente. O local é o mesmo, mas a estrutura fica diferente.²³

São espaços cotidianos que compõem a vida cidadina e são “recortados” conforme as evocações que a narrativa suscita e revelam as dinâmicas das transformações das paisagens urbanas de Belém não apenas no dia a dia, mas ao longo das temporalidades vividas no bairro. Um mesmo ambiente se transforma em vários cenários com alterações, seja de proposta narrativa, seja de proposta técnica, explorando novos ângulos, cores, composição do ambiente, por exemplo, de acordo com as dinâmicas da vida vivida no bairro e as experiências temporais de seus habitantes. A simultaneidade de tempos e espaços vividos (DaMatta, 1997), também traz uma vivência entre o coletivo e o individual, visto que as experiências em relação à casa também se tornam compartilhadas, neste sentido do “camerar” e registrar o mundo urbano de Belém.

O Cine Clube TF, idealizado e coordenado pela professora de português Lília Melo, é formado principalmente por alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Brigadeiro Fontenelle, localizada no bairro da Terra Firme. Em novembro de 2014, na madrugada do dia 5, ocorreu uma série de homicídios em bairros das baixadas de Belém, após a morte de um cabo da Polícia Militar envolvido em uma milícia no bairro da Terra Firme (Uma [...], 2014). A chacina causou muito medo nos moradores do bairro, revolta dos familiares e dos conhecidos das vítimas, reverberando em ações nos bairros Terra Firme, Jurunas, Guamá, Marco, Tapanã e Sideral (Chacina [...], 2015). Foi quando a professora teve a ideia de criar um projeto para afastar seus alunos do que considera o “caminho de criminalidade e brutalidade”, promovendo discussões internas sobre os dilemas vividos pelos jovens, que também agregam as temáticas de raça e classe.

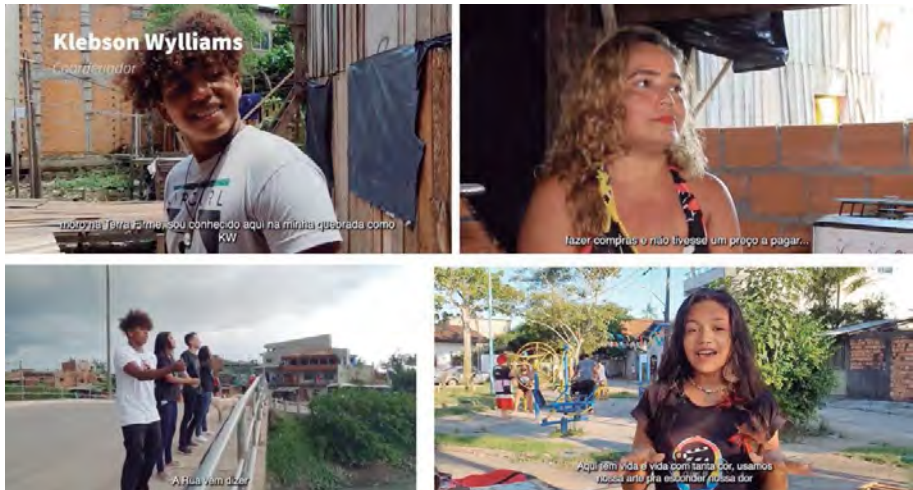
O coletivo Cine Clube TF é dividido em alguns Grupos de Trabalho (GTs), cada um deles voltado a uma prática artística: PoAme-se (direcionado para a escrita e para o recitar), PeriferArt (trabalhos com artes visuais), Perifa Incena (grupo de teatro), Perifsons (grupo de canto e de música), o Cine Dance (voltado para a dança) e o Petricor, que é o grupo responsável pelo registro de fotos e de vídeos, que capta imagens de todos os GTs e projetos concebidos pelo coletivo.

²³ Entrevista de pesquisa concedida por Joyce Cursino e Suane Melo, em 08 de novembro de 2021.

No último trimestre do ano de 2021, o Cine Clube lançou três vídeos em seu canal do YouTube: “Cine Dance: o pulsar do corpo preto” (Cine [...], 2021); “PoAme-se: amor, liberdade e poesia preta” (PoAme-se [...], 2021) e “O Amor Tem Cheiro de Pimenta e Cominho” (O Amor [...], 2021). Todos esses vídeos são baseados em relatos de pessoas que têm algum contato com o coletivo (os dois primeiros são com integrantes e, o terceiro, com a mãe de um jovem que faz parte do Cine Clube TF), que contam suas histórias de vida e como se relacionam com o bairro.

Essas obras têm como cenário as casas desses *personagens* e se situa na Terra Firme através das falas deles e de algumas imagens da rua em relação à cidade, como podemos observar na Figura 3.

Figura 3 – A casa e a rua nos filmes do Cine Clube TF



Fonte: capturas de tela dos filmes “Cine Dance: o pulsar do corpo preto” (Cine [...], 2021); “PoAme-se: amor, liberdade e poesia preta” (PoAme-se [...], 2021) e “O Amor Tem Cheiro de Pimenta e Cominho” (O Amor [...], 2021), do Cine Clube TF.

Nesses filmes, o bairro é trazido como o lugar de ação e pertença (Certeau, 1994) do coletivo à “quebrada” (outro termo que usam para se referir a estas áreas fronteiriças). Seus integrantes e personagens trazem o simbolismo da casa para as ruas, na tentativa de subverter, através de suas narrativas, a gramática social que relaciona ao espaço público da urbe e, especificamente, às paisagens de fronteira, o perigo e as negociações cotidianas feitas que possibilitam e que compõem o transitar e o habitar (n)esses bairros.

A familiaridade/domesticidade que fazem parte da casa, também constituem a rua na baixada, sem negar a existência das tensões, mais

tornando-as parte integrante desta vida urbana; remetendo, também, à confusão entre o público e o privado, discutido por DaMatta (1997). As questões íntimas, da casa, passam a ser debatidas também nas ruas através das manifestações artísticas, tornando o bairro essa extensão da morada e o sentimento de pertencimento ainda mais intenso. As vicissitudes do dia a dia se transformam em narrativas contadas audiovisualmente por esses jovens.

O Cine Clube TF tem várias ações pela cidade, especialmente no seu bairro de origem, a Terra Firme. O coletivo é convidado, através de seus GTs (como o de dança, música e de poema, por exemplo), a participar em eventos na capital, como ocorreu na 24ª Feira Pan Amazônica do Livro e das Multivozes, de 2021 (Juventude [...], 2021). O GT de audiovisual figura, na maioria das vezes, pelas ações de documentação das atividades, que, posteriormente, ficam disponíveis nas redes digitais do coletivo. Vale ressaltar suas ações nesses espaços *on-line*, como Facebook e, principalmente, Instagram, uma vez que, em tempos de eventos e ações do Cine Clube TF, há intensa produção de conteúdos para esses canais, assim como o incentivo para que o público e para que os próprios participantes publiquem e marquem a página do Cine Clube TF, estimulando a divulgação e a repercussão de seu trabalho.

Sobre os recursos técnicos utilizados pelo coletivo, a professora Lília Melo relata:

Ela [uma das integrantes do Cine Clube TF] foi na bicicleta captando essas imagens e, óbvio, quando tu estás andando na periferia, tu és o tempo todo interrompido pelo cachorro, pelo ônibus, pelo cavalo, pela carroça, pelo num sei o quê, por uma briga... e tudo isso é captado, né, os sons. E aquilo que antes que era algo pela falta de recurso, do tipo assim: “cara, eu não tenho microfone de lapela”; “eu não tenho não sei o quê”; “eu não tenho como captar e isolar sons então vai assim mesmo”, virou uma estética, entendeste? Aquilo, quando tu assiste o vídeo, *a periferia entra em ti*, invade, tu fecha os olhos e tu fala “tô lá”, né? Então, pra começar (diz que pra começar, depois de uma hora falando), eu diria que essa produção audiovisual, ela tá diretamente atrelada por essa realidade que, muitas vezes, exclui dos direitos que eles têm. E aí gera um produto que traz a identidade sócio-histórico-cultural desse sujeito que tá inserido nesse território que ele pertence e pode modificar, e tem modificado com a produção artística, com esse produto, né? Porque esse produto retorna pra comunidade, porque esse produto, ele vai ser exibido em uma praça em que ninguém vai, né? Uma praça que é tida como um *ponto receoso* de deslocamento em que as pessoas passam porque têm que passar pra chegar em casa quando volta do trabalho. E aí, eles,

com arte, intervêm nesse ponto, transformando um ponto receoso de deslocamento em um ponto de *produção cultural e socialização* dessa produção. Porque a vizinha vem pra fora, pra ver, de fato, a mulher que vende cheiro verde, é porque ela soube que o filho dela fez alguma coisa e vai passar no telão, entendeste? E aí, quando volta pra casa, volta com uma outra relação, com esses jovens, com essa produção e acham até legal, né, dizem assim: “olha, que bacana, o menino nem é pichador, ele pintou o muro da escola”, né? Então, tudo isso eles têm feito, eles têm registrado e isso tem tido um retorno.²⁴

A narrativa acima revela não somente as motivações, os princípios e as ações do Cine Clube TF, mas também é extensivo aos demais grupos tratados neste artigo. O reconhecimento da pertença às paisagens citadinas e às suas situações de fronteira na metrópole reverberam nas agências dos coletivos, que se apropriam criativamente do fazer audiovisual como forma e expressão social sensível ligada à reconfiguração dos espaços e dos sentidos das paisagens praticadas no contexto urbano. As narrativas que emergem a partir das forças compartilhadas da imaginação criadora (Bachelard, 1988) de seus habitantes dinamiza o imaginário urbano (Certeau, 1994), a partir de processos de afirmação política que mobilizam dimensões *ético-estéticas* novas e promissoras nas baixadas de Belém, evocando aspectos da “identidade sócio-histórico-cultural” nos produtos finais – vídeos, filmes, sonoridades, *graffitis*, performances, entre outros – que se querem transformadores tanto de uma realidade quanto das experiências citadinas dos jovens, como apontado pela professora.

Sendo assim, o retorno de determinadas produções coletivas para a sociedade torna-se, também, uma forma de modificar positivamente os vínculos com os lugares praticados pelos coletivos urbanos que vivem nas baixadas belenenses. Portanto, há complexos desdobramentos em termos físicos e simbólicos no cotidiano das pessoas, visto que essas obras tocam suas perspectivas sobre os próprios locais habitados – e suas relações com as ruas, as casas, os muros, os espaços comuns, os igarapés, a fauna e flora urbanas, entre outros – promovendo laços afetivos e estéticos ligados às diversas formas de sociabilidades entre os moradores e seu entorno, o que (re)fundamenta uma ética com o bairro – onde os problemas do lixo, da poluição hídrica, da falta de segurança, enfim, das formas de injustiça social são evocados. Fica nítido, assim, que a produção de diversos eventos contribui para a vida cotidiana nas/das paisagens presentes no mundo urbano

²⁴ Entrevista de pesquisa concedida por Lília Melo, em 08 de novembro de 2021.

contemporâneo de Belém, sem deixar de destacar a observação simmeliana dos conflitos, basilares para as relações sociais e que mantém vínculos.

No trecho apresentado da fala da professora Lília Melo, é possível perceber ainda como o contexto que o Cine Clube TF integra, e seus modos de fazer audiovisual, também transformam a cidade através das imagens captadas. Desde os equipamentos disponíveis para sua utilização, passando pelo enredo apresentado e chegando em características, como a própria paisagem sonora citada por Lília, que interferem no que ela descreve como esse processo de imersão no qual “a periferia entra em ti”. Como se todos aqueles elementos (que tocam o sensível) confluíssem para que o produto daquela obra aproximasse o espectador do bairro da Terra Firme.

Outra questão importante levantada tanto pelo coletivo quanto pela produtora, é que a devolutiva para a comunidade se torna, além de um momento de estímulo da produção audiovisual e a demonstração de que é possível fazê-lo naquela vizinhança, as mostras e exposições, que também reconfiguram a cidade. Cada evento que acontece em praças, em ruas, locais públicos de bairros de fronteira, vistos a partir do estigma²⁵ da violência, convida a vizinhança a se (re)apropriar destes espaços, a (re)ocupá-los cada vez mais, também reforçando práticas possíveis, ou mesmo costumes e tradições históricas, as quais têm se modificado ao longo dos anos.

Tais coletivos, no nosso ponto de vista, vêm (re)configurando seu meio através do fazer audiovisual, considerando-se todas as fases do seu fazer: na concepção, durante a produção e na distribuição das obras. Os grupos organizados em torno de suas escolhas *ético-estéticas*, portanto, envolvidos com a elaboração de narrativas sobre a cidade, são formados por equipes de pessoas que moram em bairros de baixada, situados fora dos centros de poder e de “direitos”. As criações (re)configuram essas áreas da cidade de Belém, sob outros vieses, conforme falamos no início deste texto.

As dimensões fronteiriças *da/na* cidade de Belém pulsam nas narrativas criadas nos contextos das periferias da urbe, pois emergem das equipes e de vivências cotidianas, bem como dos diálogos que seus integrantes coproduzem e prezam por incluírem no seu processo de concepção da

²⁵ Sobre a noção de “estigma”, um autor como Erving Goffman (1982) afirma que se trata de categorizações produzidas pela sociedade em que se busca “encaixar” os sujeitos, fazendo com que os atributos imaginados em relação a outrem, tornem-se expectativas (de características ou mesmo de performances) frente a grupos específicos. As baixadas, nesse sentido, referem-se a porções da cidade que foram estigmatizadas ao longo dos anos, seja pelas mídias, seja por moradores de outras áreas. Algumas vezes, os moradores dos próprios bairros internalizam essa imagem sobre seu entorno, o que reflete em suas práticas *da/na* urbe.

obra coletiva. As escolhas criativas mobilizam os limites de suas paisagens fronteiriças a partir de seus lugares de ação no mundo urbano, ampliando possibilidades e tensionando-se em relação às assimetrias socioambientais vigentes na cidade. As baixadas são, assim, lugares de fronteira, pois estão em constante fluxo, contando com a influência (tensional, por certo) de ambos os lados que toca; simbólicas, já que não estão geograficamente demarcadas, mas revelam dinâmicas, limites imaginários e certa fluidez; e paisagens, justamente porque indicam os processos de pertencimento e de (con)figurá-las sendo a expressão de suas feições urbanas, aliados às dinâmicas criadas pelas interações cotidianas que implicam relações de afeto (Simmel, 1996) e tocam o sensível (Sansot, 1983; Silveira, 2009) na produção simbólica da espacialidade do lugar que representa o bairro (Guamá; Terra Firme) no contexto urbano belenense.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos trazer reflexões que estão em andamento sobre o papel da produção audiovisual no fazer paisagens cidadinas. Portanto, através da empresa Negritar Filmes e Produções e dos coletivos Cine Clube TF e Tela Firme, com atuações diferentes, mas que convergem no que tange à valorização das narrativas localizadas em áreas periféricas de Belém, apresentamos de que forma suas atuações mobilizam percepções e imaginários sobre o cotidiano urbano. No âmbito das baixadas de cidade de Belém, mais diretamente o bairro do Jurunas e da Terra Firme, o fazer audiovisual e o fazer paisagem são processuais, alimentam um ao outro, pois é a partir do universo sensível das formas sociais – envolvendo laços afetivos e, mesmo, conflitos – que os coletivos humanos se entrelaçam ativamente nas/dinâmicas dos lugares praticados, configurando suas feições socioambientais e urbanas, sendo, por isso mesmo, eles próprios as paisagens. Em tais paisagens, as ações cotidianas dos habitantes dos bairros se ligam às formas de sociabilidades criativas e festivas, (re)definidoras dos contornos das fronteiras urbanas em Belém, por intermédio do seu questionamento à possibilidade de atravessamentos, pelo convívio ou pelo “borramento” dos limites, pela possibilidade de praticar a cidade de distintas formas, já que elaboram agenciamentos coletivos na metrópole amazônica, redefinindo as suas feições. Por isso, revelam-se como expressões do imaginário urbano.

Filmar a cidade – a Belém contemporânea – através de sensibilidades, de criatividade e do acesso a equipamentos e ao seu domínio técnico, permite que pessoas ressaltem o pertencimento e as experiências vinculadas ao lugar (o bairro, a baixada, a “perifa”, a “quebrada”), o que revela urbanidades amazônicas pouco contempladas, mas certamente pulsantes na metrópole. Narrar a própria rua, as filmagens do tempo presente que reverberam no passado não ou pouco registrado destas pessoas (a partir das histórias ouvidas por familiares moradores dos bairros) e no futuro, com perspectivas de quem pratica e modifica a cidade no hoje, ao nosso ver, é um modo de reverberar e complexificar imagens e imaginários acerca da região ao se aproximar do viver cotidiano dessas pessoas e dessas ruas, logo, dessas fronteiras.

Considerar a relevância das narrativas que emanam de uma outra centralidade de poder – não hegemônico, coletivo, ligado a paisagens vernaculares – para reivindicar o direito à cidade, o que demanda a reinvenção da urbe, ou mesmo, (re)criações ético-estéticas *das/nas* baixadas, contribui para vislumbrarmos a Amazônia Urbana pelos seus paradoxos e pelas suas possibilidades no contexto brasileiro e, acima de tudo, para compreendermos as forças sociais que dela emanam a partir do cotidiano e que repercutem no audiovisual contemporâneo feito nessas áreas citadinas.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BACHELARD, G. **A poética do devaneio**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BASSALO, T. F. R. **Diálogos com a metrópole**: um estudo antropológico sobre moradores da ilha do Maracujá em relação de proximidade com Belém (PA). 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHACINA em Belém completa 1 ano e crimes permanecem sem solução. **G1 Pará**, Belém, 03 nov. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/11/chacina-em-belem-completa-1-ano-e-crimes-permanecem-sem-solucao.html>. Acesso em: 10 maio 2022.

CINE Dance: o pulsar do corpo preto. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo canal Cine Club TF. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o-GL2mWiNQU>. Acesso em: 20 out. 2021.

COSTA, V. '**À sombra da floresta**': os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade e colonialidade no telejornalismo da Rede Globo. 2011. Tese (Doutorado em Comunicação) – Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

COSTA, V. E. T. **O cenário musical paraense contemporâneo e a midiatização nacional**: uma análise da Revista Bravo!. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade da Amazônia, Belém, 2013.

CURSINO, J. **Democratização do cinema**. 1 story. Belém, 25 mar. 2022. Instagram: joycecursinoo. Disponível em: www.instagram.com/joycecursinoo. Acesso em: 25 mar. 2022.

DAMATTA, R. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DOMÍNGUEZ FIGAREDO, D. Escenários híbridos, narrativas transmedia, etnografia expandida. **Revista de Antropologia Social**, Madrid, Vol. 21, p. 197-215, 2012. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2811769>. Acesso em: 14 jun. 2021.

DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**. Tradução de Hélder Godinho. Lisboa: Presença, 1989.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 1-22, 2003.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. **Antropologia da e na cidade**: interpretações sobre as formas da vida urbana. Porto Alegre: Marcavizual, 2013a.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. **Etnografia da duração**. Porto Alegre: Marcavizual, 2013b.

EMMI, M. F.; MARIN, R. E. A. Crise e rearticulação das oligarquias no Pará. **Revista IEB**, São Paulo, n. 40, p. 51-68, 1996.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2006.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 231-249.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

JUVENTUDE da Terra Firme participa da Feira do Livro. **Belém.com.br**, Belém, 01 dez. 2021. Disponível em: <https://belem.com.br/noticia/5159/juventude-da-terra-firme-participa-da-feira-do-livro>. Acesso em: 29 jun. 2022.

MAGNANI, J. G. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MAGNANI, J. G. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 129-156, 2009.

MOREIRA, E. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa Universitária, 1966.

MOREIRA, E. 1960. Amazônia: o conceito e a paisagem. Rio de Janeiro: Agência da SPVEA, *In*: OREIRA, E. 1989. **Obras reunidas de Eidorfe Moreira**. Belém: CEJUP, (vol. I).

O AMOR tem cheiro de pimenta e cominho. [*S. l.: s. n.*], 2021. 1 vídeo (16 min). Publicado pelo canal Cine Club TF. Disponível em: <https://youtu.be/GVfABQ5dcM>. Acesso em: 20 out. 2021.

PEREIRA, S. C. S.; MENDES, S. P. C. Um debate sobre o campo online e a etnografia virtual. **TECCOGS: revista digital de tecnologias cognitivas**, São Paulo, n. 21, p. 196-212, jan./jun. 2020.

PIPANO, I. Camerar a cidade. *In*: MIGLIORIN, C.; PORTUGAL, A. (org.). **Fazer cinema fazer cidade**. Rio de Janeiro: Áspide, 2022. p. 13-27.

POAME-SE: liberdade, amor e poesia preta. [*S. l.: s. n.*], 2021. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo canal Cine Club TF. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mDSghYa_vp8. Acesso em: 6 out. 2021.

PRETAS na Pandemia. Joyce Cursino. Belém: Negritar produções, 2021. Disponível em: https://youtube.com/playlist?list=PL1OWNfjtAuR_cdNCR0V1neeW6dOf3T4nY&si=6goepLsIVRvd4jSc Acesso em 27 de março de 2024.

PRYSTHON, A. Do Terceiro Cinema ao cinema periférico: estéticas contemporâneas e cultura mundial. **Periferia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 79-89, 2009.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. Etnografia de duração nas cidades em suas consolidações temporais. **Política & Trabalho: revista de ciências sociais**, João Pessoa, n. 34, p. 107-126, abr. 2011.

ROCHA, G. A estética da fome. **Revista Civilização Brasileira**, n. 3, julho de 1965. Disponível em: <http://www.contracampo.com.br/21/esteticadafome.htm>. Acesso em: 28 de março de 2024.

SANGUIN, A. L. Paisagens de fronteira: variações em um importante tema da Geografia Política. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 389-410, 2015.

SANSOT, P. Identité et paysage. **Les Annales de la recherche urbaine**, [s. l.], v. 18, p. 65-72, 1983.

SILVEIRA, F. L. A. A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar. *In*: SILVEIRA, F. L. A.; CANCELA, C. D. (org.). **Paisagem e cultura: dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade**. Belém: EDUFPA, 2009. p. 71-83.

SILVEIRA, F. L. A. As florestas urbanas e sua insularidade nas paisagens belenenses contemporâneas: dilemas do patrimônio biocultural na metrópole amazônica. *In*: BRITTO, R. M.; MOKARZEL, M. O. (org.). **Camadas de memórias do patrimônio musealizado: Museu do Forte do Presépio, Espaço Cultural Casa das Onze Janelas e o Bosque Rodrigues Alves-Jardim Botânico da Amazônia**. Belém: Programa de Pós-Graduação em Artes/UFPA, 2020. p. 43-84.

SILVEIRA, F. L. A.; SOARES, P. P. M. A. As paisagens fantásticas numa cidade amazônica sob o olhar dos taxistas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 153-167, 2012.

SIMMEL, G. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

SIMMEL, G. A filosofia da paisagem. **Política & Trabalho**: revista de ciências sociais, João Pessoa, v. 12, p. 15-24, 1996.

SOARES, P. P. M. A. **Memória ambiental na Bacia do Una**: estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento em Belém (PA). 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SOUZA, A. K. **Vila da Barca, das palafitas ao conjunto habitacional**: análise sobre a (im)permanência dos moradores na área. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

TELA FIRME. **Estão preparados para conhecer um pouco mais da história do nosso povo da TF?** 1 post. Belém, 12 dez. 2021. Instagram: tela_firme. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CPbqIKbDqHh/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

TELAS da esperança – mostra de animação. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Telas em Movimento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IFHnkmz76ls>. Acesso em: 27 nov. 2021.

TURNER, V. **O processo ritual**: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

UMA noite para nunca mais esquecer. **DOL**, Belém, 09 nov. 2014. Polícia. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/policia/noticia-308536-uma-noite-para-nunca-mais-esquecer.html?d=1>. Acesso em: 10 maio 2022.

WEBSÉRIE Pretas na Pandemia. [S. l.: s. n.], 2023. 5 vídeos (50 min). Publicado pelo canal Negritar Filmes e Produções. Disponível em: https://youtube.com/playlist?list=PL1OWNfjtAuR_cdNCR0V1neeW6dOf3T4nY&si=6goepLsIVRvd4jSc. Acesso em: 27 mar. 2024.





Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 1 • jan-abr. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536



EVOLUÇÃO HISTÓRICO-JURÍDICA DO DIREITO DAS MULHERES AO ACESSO À POSSE DA TERRA URBANA NO BRASIL

**HISTORICAL-LEGAL EVOLUTION OF WOMEN'S RIGHT TO
ACCESS URBAN LAND TENURE IN BRAZIL**

Thayanna Paula Neves Barros  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

RESUMO

A proposta deste artigo é analisar o contexto histórico no Brasil que estruturou o acesso à propriedade da terra sob critérios excludentes, pautados em marcadores sociais de gênero, raça e classe, os quais atuaram ainda sobre a construção da legislação correlata e, durante muito tempo, foram obstáculos ao acesso das mulheres à terra e à sua posse segura, direito que só mais recentemente, a partir dos anos 2000, foi fomentado pelas leis e políticas públicas de habitação e regularização fundiária. Para compreender este cenário, foram utilizados levantamentos histórico-bibliográfico e documental, acerca das legislações nacionais e Convenções Internacionais voltadas ao atendimento do acesso à posse da terra urbana e moradia adequada para as mulheres, bem como sobre a política de regularização fundiária de interesse social no Brasil e sobre os instrumentos urbanísticos intermediadores desses processos, de modo a compreender os avanços alcançados no ordenamento jurídico brasileiro quanto à garantia do direito à segurança da posse e de moradia digna às mulheres.

Palavras-chave: mulheres; regularização fundiária; posse segura; direito à moradia.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the historical context in Brazil that structured access to land property under exclusionary criteria, based on social markers of gender, race and class, which also acted on the construction of related legislation and, for a long time, were obstacles to women's access to land and its secure tenure, a right that only more recently, since the 2000s, has been promoted by laws and public policies on housing and land regularization. In order to understand this scenario, a historical, bibliographical and documental survey was used, about the national legislations and International Conventions directed to the attendance of the access to urban land tenure and adequate housing for women, as well as about the land regularization policy of social interest in Brazil and about the urbanistic instruments mediating these processes, in order to understand the advances achieved in the Brazilian legal system as to the guarantee of the right to secure tenure and decent housing to women.

Keywords: women; land regularization; secure tenure; right to housing.

1 INTRODUÇÃO

O direito de propriedade, historicamente, é um dos mais protegidos pela legislação brasileira e, conseqüentemente, considerado um dos mais seguros ou com maior segurança jurídica, prevalecendo, por diversas vezes, sobre o direito de posse, entendido, em geral, como de caráter acessório em relação à propriedade, apresentando um histórico de segurança jurídica menor em relação ao instituto da propriedade (Mastrodi; Alves, 2017).

O primeiro, assumiu, ao longo do tempo, suas características de acordo com o ordenamento jurídico e o momento histórico no qual esteve inserido, sendo compreendida a propriedade, genericamente, como a “relação histórica dada por um ordenamento à questão do vínculo jurídico existente entre um indivíduo e um bem” (Ribeiro, 2020, p. 23). No entanto, na Idade Moderna, com a expansão da força da burguesia, nasceu a compreensão da propriedade da terra como “garantidora de direitos e exclusividade ao seu titular” (Ribeiro, 2020, p. 23), dado o contexto de constituição da sociedade burguesa, fundada a partir da concentração de terras, dos cercamentos e da sua privatização; a renda da terra, antes voltada, principalmente, à subsistência de uma comunidade, absorveu a característica de exclusividade da propriedade imobiliária (Ribeiro, 2020).

Nessa lógica, a acumulação privada e a disputa entre indivíduos sobre determinados bens fizeram parte da estruturação do sistema capitalista e forneceram base para a acumulação de riquezas. Buscou-se, então, eliminar o compartilhamento dessas riquezas e fortalecer o direito de apropriação de alguns em detrimento de outros em situação de vulnerabilidade (Ribeiro, 2020) e, dado o cenário de transição para a economia capitalista e os processos de acumulação primitiva do capital, o uso comum da terra foi diretamente atingido para garantir a expansão das propriedades privadas. Nesse contexto, as mulheres foram umas das mais prejudicadas com a privatização da terra e perda da vida comunitária (Federici, 2017).

No Brasil, a origem da propriedade privada se relaciona diretamente às características da sua estrutura fundiária. O processo de ocupação do território brasileiro se deu de maneira peculiar; a princípio, por meio do sistema de capitanias hereditárias, que consistiam em porções de terras oferecidas aos nobres e pessoas mais abastadas, com o intuito de povoar a colônia e dividir a sua administração; seguido do mecanismo de concessão de sesmarias aos que possuíssem meios necessários para viabilizar o cultivo da terra e impedir a disseminação de propriedades improdutivas (Ribeiro, 2020).

Com a suspensão do sistema sesmarial pela Resolução nº 76, de 17 de julho de 1822 (Brasil, 1822), houve um período de ausência legislativa que disciplinasse o acesso à terra, o que gerou um aumento do processo de ocupação por meio da posse já identificado no período anterior, visto como uma alternativa àqueles que não tinham condições econômicas para solicitar uma sesmaria (Ribeiro, 2020). Assim, boa parte das ocupações do território brasileiro foram beneficiadas pelo princípio do “*utis possidetis*”, segundo o qual, aquele que ocupa a área é indicado como proprietário, o que fez surgir uma das figuras jurídicas de destaque na história nacional, referida nas legislações patrimonial e fundiária do Brasil como posseiro (Éleres, 2002, p. 26).

A limitação do acesso à terra no Brasil esteve ainda diretamente ligada ao mecanismo de exploração da mão de obra para o desenvolvimento das atividades econômicas. Com o fim do tráfico negreiro, a importação de mão de obra e a conseqüente migração do trabalho escravo para o trabalho livre/assalariado, assim como a restrição do acesso à terra, advinda da criação da Lei de Terras de 1850, Lei nº 601/1850 (Brasil, 1850), transferiu a característica de mercadoria à terra, até então atribuída ao escravo (Ribeiro, 2020). Tal restrição se fortaleceu com a instituição do Código Civil de 1916 (Brasil, 1916), que compreendia como proprietário aquele que primeiro registrasse o bem, prevalecendo o documento escrito sobre a ocupação de fato, confirmando o poder dos grandes proprietários de terra e os seus privilégios, manifestados pela concentração de terras nas cidades (Ribeiro, 2020).

Assim, a ocupação socioespacial dos espaços urbanos foi construída de forma diferenciada, a depender da classe social, do gênero e da raça e, neste último caso, também como resultado da ausência de políticas de integração racial no período pós-abolição (Ribeiro, 2020). Logo, a dificuldade de acesso à habitação provocou a periferização de populações com base nos referidos marcadores sociais e os levou à situação de extrema vulnerabilidade, intensificada pela intensa migração de pessoas do campo para a cidade, gerando uma grande concentração populacional urbana e o aumento das moradias precárias e localizadas em regiões periféricas, cenário este que se verifica ainda hoje.

As transformações do campo, sob a influência do mercado global de produção agrícola e exploração de minérios, agravaram ainda mais o processo de expulsão e migração campo-cidade; além disso, o desenvolvimento de novas tecnologias e a transformação de algumas cidades em grandes polos econômicos culminaram em outro tipo de processo migratório, não apenas

entre o campo e a cidade, como também entre cidades, voltado à busca de melhores oportunidades de emprego e diversidade no consumo de bens (Rolnik, 2019).

Verifica-se, portanto, que o crescimento acelerado das cidades, a concentração populacional urbana, a grande procura por oportunidades de acesso a empregos e às novas tecnologias, gerou um grande contingente populacional nos centros urbanos e a formação em larga escala de “assentamentos autoconstruídos” (Rolnik, 2019, p. 157), produzindo altos níveis de desigualdade, conforme antevisto por Henri Lefebvre (2001, p. 18), ao caracterizar o processo de “*implosão-explosão*” das cidades, segundo o qual, a aglomeração urbana intensa e a ocupação das áreas periféricas tomam maiores proporções à medida que a relação do capital com o espaço se transforma e a terra se torna, para além de um meio de produção, uma importante “reserva de valor” (Rolnik, 2019, p. 160).

No decorrer desse processo de urbanização do país, o urbanismo surgiu no Brasil entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, como tentativa de resposta ao complexo desenvolvimento dos núcleos urbanos. Entretanto, o modelo de urbanismo aplicado em diversas cidades brasileiras, conhecido como moderno, na realidade, correspondia a um instrumento para uma urbanização excludente, voltado ao embelezamento e saneamento das áreas centrais e à exclusão de grupos vulneráveis expulsos para áreas periféricas (Barreto; Rebouças, 2008).

Deste modo, as cidades brasileiras foram planejadas sob um viés discriminatório e segregador, pautado em uma vida urbana pública e privada precárias, que atingiu de forma intensificada as mulheres, principalmente pobres e negras, as quais, padecem com a segregação socioespacial, a precariedade de infraestrutura, a opressão social, manifestada através da violência urbana, da diferença de acesso a serviços e políticas públicas, serviços essenciais, oportunidade de emprego, entre outros elementos fundamentais para uma qualidade de vida na cidade (Tavares, 2008). Logo, a experiência do viver na cidade é traduzida de forma diversa por seus sujeitos, os quais têm seus corpos atravessados por estruturas de poder e mercado, que definem o seu lugar naquele espaço com base em marcadores de gênero, raça e classe.

Em se tratando da moradia, a camada social que vivencia com maior dificuldade o acesso a este direito e, conseqüentemente, ao direito à cidade, é a de baixa renda. Deve-se ainda levar em conta que o processo de exclusão e invisibilização decorrente da ausência de uma moradia digna incide de

maneira mais intensa sobre as mulheres e, principalmente, negras (pretas e pardas), as quais demandam ações específicas no desenvolvimento das políticas públicas, em especial, decorrentes de políticas habitacionais e programas de regularização fundiária. Nesse sentido, levando em conta as diversas funções assumidas pelas mulheres no seu dia a dia, dentro e fora da sua residência, observa-se o papel de protagonistas que estas desempenham em suas redes de apoio (Azeredo, 2010) para garantir a sobrevivência de toda uma comunidade. Logo, a segurança do seu direito de morar é fator determinante ao acesso à cidade e a uma vida de qualidade.

No entanto, como aponta Alfonsin (2009), a prática persistente de homogeneização do uso do espaço urbano leva à invisibilização da forma como esse espaço é utilizado e demandado de maneira diversa por homens e mulheres, assim como existem diferentes demandas entre as próprias mulheres e, considerando que elas ainda são as principais responsáveis pelas funções associadas à reprodução, como o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos e idosos, são as mais prejudicadas pela precariedade de serviços públicos essenciais e ausência de qualidade urbanística (Azeredo, 2010).

À medida que o Estado se omite nas áreas mais precárias da cidade, aumenta a responsabilidade assumida por essas mulheres, as maiores vítimas das desigualdades socioterritoriais (Cymbalista; Cardoso; Santoro, [2008?]), fato verificado, inclusive, através da sua maior dificuldade de acesso à terra. Conforme descrevem Deere e Léon (2003), “as mulheres foram em grande parte excluídas dos esforços estatais para a distribuição de terras, até recentemente, por razões legais, culturais ou ideológicas, estruturais e institucionais” (Deere; Léon, 2003, p. 125).

Ademais, ainda que não se possa deixar de considerar a importância dos avanços na legislação brasileira nos últimos anos acerca da garantia do acesso à segurança da posse às mulheres, contribuindo também para o fomento da reformulação de dinâmicas no interior das famílias e comunidades, relacionadas à valorização do papel da mulher e à prevenção de violências e abusos decorrentes da dependência da mulher em relação ao marido ou parente do sexo masculino, ressalta-se que persistem precariedades no atendimento das necessidades das mulheres quanto à garantia de moradia adequada e à promoção da sua vivência na cidade com segurança e equidade no acesso a direitos e oportunidades.

2 O PAPEL DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS DE OCUPAÇÃO INFORMAL DA TERRA URBANA E OS AVANÇOS ALCANÇADOS NA LEGISLAÇÃO

As heranças da estrutura fundiária patrimonialista e paternalista, constituída desde o período anterior à urbanização do país, e a restrição do acesso à propriedade da terra através da compra e venda, assim como, a exigência do registro do bem, prevalecendo este registro sobre a ocupação, de fato, resultaram em processos segregatórios de ocupação dos espaços urbanos e confirmaram o poder dos grandes proprietários de terra e os seus privilégios, manifestados pela concentração de terras nas cidades (Ribeiro, 2020).

Com a vigência da Lei de Terras, a disposição do espaço urbano também foi afetada, conforme demonstra Maricato (1997), ao revelar que essa lei foi determinante para a organização das ruas e casas localizadas nos núcleos urbanos, discriminando, de forma precursora no país as disposições de solo público e solo privado, além de exigir demarcações mais precisas das áreas correspondentes às propriedades privadas e fixar limites mais rigorosos sobre os espaços públicos e privados. Nessa conjuntura, a ocupação socioespacial dos espaços urbanos se deu, portanto, de forma segregada, com a exclusão de mulheres e homens negros, atingidos pela ausência de políticas de integração racial no período pós-abolição, o que resultou na dificuldade de acesso à habitação e levou à periferização dessa população, assim como à situação de extrema vulnerabilidade.

Somado a esse cenário de rompimento do “trabalho servil” (Maricato, 1997, p. 19), mudanças e reformas urbanas ocorreram no Brasil entre o fim do século XIX e início do século XX, e levaram a constituição de uma nova identidade às cidades que faziam parte da República, nas quais a população mais pobre, com destaque à população negra, foi, de acordo com a descrição de Maricato (1997, p. 19), “varrida para baixo do tapete” ou, em outras palavras, “expulsa das áreas centrais”.

Assim, nos primeiros anos do século XX, com a drástica mudança na cultura originalmente rural, agroexportadora do país e, especialmente, com a crise da lavoura cafeeira e a industrialização/urbanização, o Brasil foi levado a um intenso crescimento demográfico nos núcleos urbanos, que ampliou a necessidade de acesso à moradia e serviços urbanos (Maricato, 1997), ao mesmo tempo em que se intensificou a pauperização da população, conforme aponta Santos (1993, p. 10), ao descrever que o

processo de urbanização brasileiro demonstrou “uma crescente associação com o da pobreza, cujo *locus* passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo, a grande cidade”.

Diante disso, a progressiva industrialização, apesar de ter proporcionado o surgimento de novas formas de trabalho e produção, deixando de lado a essência agrária e investindo em um mercado interno mais forte e industrializado, trouxe, igualmente, efeitos negativos, dentre os quais, o deslocamento de um número exacerbado de pessoas das áreas rurais para os núcleos urbanos, na intenção de encontrar melhores condições de vida e emprego, no entanto, estes não conseguiam, na maioria das vezes, sequer ter acesso às condições mínimas de qualidade de vida, se deparando, na realidade, com “a concentração de pobreza, a ausência de saneamento básico, o desemprego, a fome, os altos índices de criminalidade, as epidemias, a insalubridade e o congestionamento habitacional nos cortiços” (Maricato, 1997, p. 27).

A precariedade das condições de vida e trabalho alastraram-se e tomaram uma grande proporção que a iniciativa privada, até então responsável pelo fornecimento de moradia à classe trabalhadora, caracterizadas pelas “vilas operárias das empresas” ou “moradia de aluguel” (Duarte, 2012, p. 99), não conseguiu responder à demanda de maneira adequada, havendo a necessidade de intervenção do Estado.

Foi então que, durante o Governo Vargas (1930), pela primeira vez, buscaram-se mecanismos para a resolução do problema habitacional, através de investimentos dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (1937-1964), ainda em formato de moradias de aluguel, visto que o mercado imobiliário por si só não tinha condições de atender o elevado número de pessoas à procura de moradia (Duarte, 2012). No entanto, as políticas habitacionais implementadas não demonstraram tanta força, uma vez que os programas públicos de habitação não alcançaram os objetivos esperados, constituindo-se mais um mecanismo de marketing político (Maricato, 1997).

Os problemas habitacionais se intensificaram com a introdução no ordenamento jurídico da Lei do Inquilinato de 1942 (Brasil, 1942), a qual pretendia, por meio da interrupção do aumento dos valores de aluguéis, proporcionar mais facilidade no acesso à moradia àqueles que não tinham condições financeiras; contudo, a estagnação desses valores causou, na realidade, o desinteresse aos adeptos à atividade imobiliária, que não enxergavam mais vantagens no negócio, ocasionando novamente o afugentamento da população pobre da área urbana central, em direção a

áreas periféricas, posto que o interesse pela propriedade privada tomou o lugar dos aluguéis (Duarte, 2012).

Nesse cenário de consolidação da crise habitacional no Brasil, segundo Duarte (2012), a partir de 1950, iniciaram os debates em torno da criação de políticas públicas que pudessem solucionar os problemas sociais resultantes do êxodo rural e da intensa industrialização, principalmente pelo fato de que durante esse período foi crescente o processo de urbanização do país. A procura de mecanismos para a resolução das dificuldades habitacionais prosseguiu até a década de 1960, quando de fato foi dado o pontapé inicial para a criação de projetos de viabilização da aquisição da casa própria.

Pouco tempo depois, em 1962, no Governo de João Goulart ocorreram reformas de base que impulsionaram o enfrentamento dos problemas urbanos. Nesse período, também foi criado o Conselho Nacional de Habitação (CNH) e elaborado o projeto de lei com a finalidade de criar o Conselho de Política Urbana (COPURB), destinados a promover medidas para cessação da crise urbana causada pelo desenvolvimento urbano acelerado, especialmente quanto ao elemento habitação (Duarte, 2012).

Com a saída de João Goulart, em 1964, e o estabelecimento do regime militar, o governo voltou sua atenção à questão habitacional, inclusive com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), instituídos pela Lei nº 4.380 de 21 de agosto de 1964 (Brasil, 1964). Os recursos financeiros destinados para a habitação foram em grande escala, como ainda não tinha se visto no país; entretanto, o que houve, na realidade, foi a intensa verticalização das cidades, e a destinação da maioria dos imóveis aos cidadãos de classe média e alta. O fato é que, como assinala Ferreira (2005), ao invés de essas políticas terem proporcionado o acesso à terra para a população de baixa renda, elas acabaram gerando uma valorização exagerada da terra, favorecendo, principalmente, as empresas de infraestrutura e obras públicas.

À vista disso, não foram realmente levados em consideração, para a aplicação desses investimentos em habitação, os benefícios a serem alcançados pela população necessitada. Na realidade, tais investimentos foram transformados em objeto de um sistema que favorecia os interesses do governo, da iniciativa privada e da classe média (Ferreira, 2005). Logo, enquanto a economia mostrava altos índices de crescimento, o Banco Nacional de Habitação e o Sistema Financeiro de Habitação mantiveram suas atividades, prevalecendo, nesse momento, os interesses da ascendente classe média urbana, ao passo que a população pobre continuava a ser expulsa para as periferias das cidades (Duarte, 2012).

Nesse sentido, Santos (1993) evidencia que a especulação imobiliária gerou um mercado de escassez, que levou à dificuldade de acesso à terra e habitação, assim como a indisponibilidade de imóveis leva à especulação, e ambos ocasionaram a “periferização da população mais pobre” (Santos, 1993, p. 96). Em razão desse cenário, o início da década de 1970, como aponta Ferreira (2005), foi marcado pela organização de movimentos populares formados por trabalhadores e moradores de ocupações irregulares, com a finalidade de obter a regularização de suas moradias e investimentos do governo voltados ao acesso a serviços básicos e infraestrutura urbana.

Ao mesmo tempo, emergiram também movimentos organizados por mulheres, que reivindicavam melhores condições de “moradia, escola, transporte, reforma agrária e melhores salários” (Teles, 2017, p. 89), além da implantação de creches nos bairros, já que muitas trabalhavam fora do lar para ajudar a manter a família. Então, esses grupos de mulheres – mães e donas de casa –, começaram a se organizar nas diversas regiões do país, inclusive, aproximando-se dos movimentos feministas e estendendo a sua compreensão para além dos problemas da comunidade, como evidencia Teles (2017, p. 86): “as mulheres da periferia começavam a se sensibilizar por seus problemas específicos, cada vez mais agravados pelas condições de vida e trabalho”.

Na década de 1970, um importante movimento popular de reconhecimento nacional, a princípio chamado Movimento do Custo de Vida, liderado por mulheres da periferia e pela Igreja, iniciado em São Paulo, mas que se estendeu para outros estados, reuniu pessoas que buscavam reivindicar “seus direitos a moradia, escola, transporte, reforma agrária e melhores salários” (Teles, 2017, p. 89).

O ano de 1975, conhecido como o Ano Internacional da Mulher, foi assim nomeado por iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que no Brasil, de fato, apresentou diversas ações de grupos de mulheres e feministas, que tomavam as ruas, pela garantia dos seus direitos enquanto sujeito mulheres, mas também enquanto cidadãs. As reivindicações pelo acesso à moradia e ao solo urbano, assim como aos serviços urbanos essenciais, também estiveram fortemente presentes nos debates da época, destacando-se o impacto da ausência de garantia desses direitos às mulheres, moradoras de áreas periféricas, principalmente por “estarem mais presentes e realizando atividades vinculadas organicamente ao seu espaço de moradias”, como alerta Ramos (2019, p. 962).

À vista disso, procurando atender às pressões da população, dentre elas a exigência de regularização dos loteamentos urbanos (Leonelli, 2010), foi criada a Lei nº 6.766/79 (Brasil, 1979), responsável pela regulamentação do parcelamento do solo urbano, além de prever responsabilidades para o loteador em condição de irregularidade. Entretanto, a referida lei, à época, não alcançou os resultados desejados, uma vez que impunha inúmeras exigências para o procedimento de regularização dos loteamentos, além da elevação dos valores dos lotes (Duarte, 2012), difíceis de serem alcançados pelas populações de baixa renda, ocasionando o avanço das ocupações urbanas informais.

No início da década de 1980, a crise econômica que se instaurou no Brasil acarretou também na extinção do Banco Nacional de Habitação e do Sistema Financeiro de Habitação. O governo adotou uma política de recessão e com os salários cada vez mais desvalorizados (Duarte, 2012), ficando ainda mais difícil para a parcela carente da população conseguir comprar a tão sonhada casa própria. Assim, a crise econômica prosseguiu nos anos de 1980 e 1990, e repercutiu tanto sobre demandas sociais quanto ambientais nas áreas urbanas, elevando os índices de desigualdade social (Duarte, 2012). Tal situação gerou prejuízos não só para a população que vivia em precárias condições de vida, como também para as cidades de maneira geral, que, ao se expandirem de forma acelerada, ultrapassavam, inclusive, os limites das áreas consideradas seguras para construção de moradias (Ferreira, 2005).

Em razão do cenário apresentado, a década de 1980 foi marcada pelo amadurecimento dos ideais de reformulação das políticas urbanas e pela maior articulação de movimentos sociais por melhorias na qualidade de vida urbana, como através da Conferência Nacional das Associações de Moradores (CONAM), criada em 1982, com enfoque “às questões do direito à cidade, incluindo a luta pela moradia digna, saúde, transporte, educação, meio ambiente, trabalho, igualdade de gênero e raça, assim como a democratização em todos os níveis” (Alves; Souza, 2017, p. 3), e do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, em 1985, em que um de seus principais objetivos era alcançar a democratização do espaço e da cidade.

Ademais, em 1987, foi constituído o Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNUR), o qual pretendia lutar contra a segregação espacial e social presente nas cidades brasileiras e, em 1989, instituiu-se a União Nacional por Moradia Popular, com a missão de, conforme apontam Alves e Souza (2017, p. 4), “articular e mobilizar os movimentos de moradia, lutar pelo direito à moradia, por reforma urbana e autogestão e assim resgatar a esperança do povo rumo a uma sociedade sem exclusão social”.

As pressões realizadas pelos movimentos sociais resultaram na inclusão dos artigos 182 e 183, sobre a política urbana, na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), além de, posteriormente, com a Emenda Constitucional nº 26/2000 (Brasil, 2000), se estabelecer o direito à moradia como um direito social, discriminado no artigo 6º da Carta Magna, proporcionando maior atenção às políticas de habitação.

Importa ressaltar também que, ao longo do tempo, houve um crescimento da participação de mulheres enquanto líderes das organizações de base, associada à maior afiliação de mulheres autônomas e chefes de família aos movimentos por moradia, fato que, como destacam Levy, Latendresse e Carle-Marsan (2013, p. 320), “libera todo um potencial de *empowerment* e de emancipação ao mesmo tempo individual e coletivo para essas mulheres, habitualmente marginalizadas no plano socioeconômico e político”.

Logo, tais mudanças no interior dos próprios movimentos sociais, com o aumento da liderança de mulheres, levou ao avanço da compreensão do papel das mulheres na produção da cidade e da preocupação com políticas habitacionais direcionadas ao atendimento das necessidades das mulheres, considerando o apontado por Levy, Latendresse e Carle-Marsan (2013, p. 321), sobre o fato de que “as mulheres constituem maioria entre aqueles que necessitam e reivindicam o acesso à moradia”. À vista disso, a transição para a década de 2000 foi marcada também pela maior atenção às demandas das mulheres, principalmente, as de baixa renda, acerca das políticas habitacionais, o que se tornou, segundo Levy, Latendresse e Carle-Marsan (2013, p. 321), “motivo de reflexão para os diversos atores, sobretudo as ONGs, as redes que trabalham pelo direito à cidade, as agências de cooperação internacional e o MPM¹”.

Ao mesmo tempo, a crescente luta pela renovação dos instrumentos urbanísticos, de planejamento urbano e política urbana ganhou ainda mais força e alcançou o fortalecimento do texto constitucional sobre política urbana, com a implementação do Estatuto da Cidade em 2001 (Brasil, 2001), que regulamentou a utilização da propriedade com fins de assegurar o interesse coletivo e o equilíbrio ambiental, através da função social da propriedade, assim como trouxe instrumentos para a concretização da função social da cidade, do direito à cidade e da gestão democrática, e a redefinição da função do Plano Diretor municipal, obrigatório para cidades com mais de 20.000 (vinte mil) habitantes e/ou integrantes de regiões metropolitanas e aglomerados urbanos, além de destacar-se como um significativo instrumento para a concretização da regularização fundiária urbana.

¹ Movimento Popular por Moradia.

Em 2003, criou-se, então, o Ministério das Cidades, importante instituição de conscientização e combate às desigualdades sociais, com o intuito de ampliar o acesso à moradia e o direito à cidade (Brasil, 2005a). No mesmo, ano ocorreu a I Conferência Nacional das Cidades, na qual se estabeleceram os princípios-base da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, dentre os quais: “direito à cidade para todos; direito à moradia digna e à terra urbanizada; direito ao saneamento ambiental; direito à mobilidade, transporte público e ao trânsito seguro; função social da cidade e da propriedade; gestão democrática” (Brasil, 2005a, p. 12).

Em 2005, foi também incluída na II Conferência Nacional das Cidades, a pauta de gênero entre as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, ao se designar a promoção do “desenvolvimento social, econômico e ambiental que combata a desigualdade social, racial, de gênero e regional, e que tenha como meta a ocupação menos desigual do território brasileiro” (Brasil, 2005a, p. 13). Salienta-se que, um ano antes, em 2004, foi promovida a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a qual introduziu o acesso à moradia enquanto requisito para promoção do bem-estar e qualidade de vida para as mulheres, juntamente com a saúde, infraestrutura, equipamentos sociais e recursos naturais (Conferência [...], 2004).

Nessa mesma Conferência, organizações da sociedade civil e o Movimento Popular por Moradia (MPM) lutaram pela instituição, no Brasil, de políticas públicas voltadas à questão de gênero, o que resultou na adoção de algumas importantes recomendações acerca do acesso à propriedade da terra pelas mulheres, a ampliação do seu acesso à qualidade de vida nos bairros e melhores condições de habitação, dentre as quais, são apontadas por Levy, Latendresse e Carle-Marsan (2013): a concessão do título de propriedade em nome da mulher; promoção de urbanização dos bairros pobres; investimentos em programas de moradia popular com prioridade no atendimento de mulheres chefes de família, vítimas de violência; e famílias monoparentais.

Como resultado dos debates ocorridos na Conferência, foi lançado o I Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (PNPM), em 2005, o qual trazia enquanto prioridade a ampliação do acesso à terra e moradia pelas mulheres e como um de seus objetivos a criação de programas sociais de habitação e moradia (Brasil, 2005a). No entanto, em 2008, o II Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres apontou avanços através das ações do I PNPM quanto às demandas das mulheres apenas sobre a posse da terra rural, demonstrando pouca efetividade acerca das ações na área

urbana, ressaltando ainda, a importância da titulação da propriedade em nome da mulher, uma vez que foi observado que, quando o título é fornecido em nome do homem, na maioria dos casos, ele vende o imóvel, colocando em situação de vulnerabilidade a esposa e os filhos (Brasil, 2008).

Estes questionamentos levaram, no ano de 2009, durante a vigência do governo do presidente Lula, a implementação da Lei nº 11.977/2009 (Brasil, 2009), que dispunha sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e sobre a regularização fundiária de assentamentos localizados nas áreas urbanas, estabelecendo a adoção de medidas que garantiram pela primeira vez a inscrição do título de legitimação de posse, preferencialmente, em nome da mulher, conforme redação dos artigos 48, inciso V e 58 §2º da referida lei (Brasil, 2009). Tal medida foi mantida desde então, inclusive pelo novo marco legal da Regularização Fundiária, instituído pela Lei nº 13.465 de 2017 (Brasil, 2017), com a preferência de concessão de direitos reais em nome da mulher e o atendimento prioritário de famílias chefiadas por mulheres.

3 O ACESSO DAS MULHERES À SEGURANÇA DA POSSE DA TERRA URBANA E À MORADIA ADEQUADA ATRAVÉS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A experiência das mulheres nas cidades caracteriza-se por diferentes dimensões, resultantes de escalas de poder reproduzidas nesses espaços, que se refletem sobre os corpos, as habitações, os bairros, as cidades e as nações (Galetti; Drumond, 2020). Logo, complexas relações se constroem nesses lugares, as quais podem ser mecanismos para abusos, exclusões e dificuldade de acesso a direitos básicos para uma vida digna.

Essas relações de poder construídas a partir de visões biologizantes, com base nas diferenças entre os sexos, se firmaram em práticas e representações sociais e culturais, organizando toda uma vida social e reproduzindo, ao longo do tempo, uma estrutura que distribui desigualmente o poder entre os sexos (Alfonsin, 2009). Por este ângulo, Bourdieu (2012, p. 17) evidencia que “a divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’ [...], ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, [...], cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado nos corpos e no *habitus* dos agentes”.

A partir dessa lógica, as cidades apresentaram, desde a sua fundação, ideologias que desconsideraram perspectivas e necessidades das mulheres, e

continuam marcadas por esse modelo de construção. O próprio planejamento urbano e as políticas urbanas e habitacionais nas cidades brasileiras, em geral, não se mostram, por exemplo, preocupados com questões específicas relacionadas às condições de vida das mulheres nesses espaços.

Considerando que as mulheres, via de regra, e por razões históricas, assumem as responsabilidades com o trabalho doméstico e reprodutivo, estão mais intimamente ligadas ao espaço de moradia e seu entorno, logo, são diretamente afetadas por políticas habitacionais e urbanísticas, assim como pela (in)segurança do direito de morar (Alfonsin, 2009). Desse modo, fatores como “qualidade da casa, sua localização, as possibilidades de acesso aos serviços básicos como saneamento, água encanada, luz elétrica, transporte público, pavimentação, equipamentos de saúde, educação e lazer” (Alfonsin, 2009, p. 3) são determinantes para a garantia da qualidade de vida dessas mulheres, principalmente, quando desempenham dupla jornada de trabalho – dentro e fora do lar.

Ressalte-se que o direito à moradia esteve consagrado desde bem antes da sua instituição no ordenamento jurídico brasileiro, em instrumentos jurídicos internacionais, como a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, que estabelecia em seu artigo 25, item 1, que “todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação [...]” (UNESCO, 1998, p. 5). E, além da referida Declaração, diversos outros documentos internacionais versaram sobre a temática, como o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, o qual previu no artigo 11, § 1º, que “os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas [...]” (OAS, 1966, p. 5).

Do mesmo modo, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, de 1966, que atentou para a importância da garantia do direito à habitação independente de raça, cor ou etnia, como o discriminado no texto do seu artigo V, alínea “e”, item iii, e tais preceitos foram, posteriormente, incorporados pela legislação brasileira por meio do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288 de 2010 (Brasil, 2010), em capítulo destinado ao tratamento do direito à moradia, que prevê nos artigos 35 a 37, a garantia de implementação de políticas públicas que assegurem o direito à moradia adequada à população negra, reintegrando-a à dinâmica urbana e promovendo melhorias em sua qualidade de vida e no ambiente em que vivem, bem como o acesso à assistência técnica e jurídica

em processos de regularização fundiária e melhoria habitacional, levando em conta as peculiaridades sociais, econômicas e culturais da população negra (Brasil, 2010).

Por outro prisma, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, assegura o direito à habitação em condições de igualdade entre mulheres e homens, no seu artigo 14, item 2, alínea “h”, o qual determinou que os Estados-Partes deveriam adotar as medidas necessárias para o alcance deste direito (ONU, 2013).

Portanto, esses instrumentos internacionais introduziram em seus textos importantes dispositivos de destaque e protecionismo ao direito à moradia, observados os marcadores de gênero e raça, que somados às pressões dos movimentos sociais no Brasil, proporcionaram também a ampliação do enfoque na legislação nacional, com a designação, por exemplo, de *status* constitucional ao direito à moradia, por meio da sua inserção como direito social no texto da Constituição Federal de 1988 pela Emenda Constitucional nº 26/2000 (Brasil, 2000), bem como através da criação de normas infraconstitucionais sobre o tema.

A princípio, na história das Constituições brasileiras, anteriores a do ano de 1988, pouco foi tratado sobre a questão do direito à moradia. Nas Constituições de 1824 (Brasil, 1824) e 1891 (Brasil, 1891), não houve abordagem específica quanto ao tema; mais adiante, na Constituição de 1934 (Brasil, 1934), foram incluídos os direitos sociais e as garantias e direitos individuais, entretanto, o direito à moradia ainda não aparecia de forma relevante, porém, pela primeira vez destacou-se a função social da propriedade, no artigo 113, item 17 da referida Constituição.

De forma semelhante, a Constituição de 1937 (Brasil, 1937), outorgada por Getúlio Vargas, em um processo de golpe de Estado, também não trouxe nenhum dispositivo destinado ao tratamento específico ao direito à moradia, ressaltando-se que, durante o período de vigência desta, considerando o contexto histórico em que o Brasil se encontrava, houve a inobservância de diversos direitos sociais e garantias fundamentais. Por outro lado, com a promulgação da Constituição de 1946 (Brasil, 1946), houve uma ampliação dos direitos sociais: com a instituição do direito à propriedade privada (artigo 145, §16); de uma categoria de usucapião *pró-labore* e para fins de moradia (artigo 156, §3º); contando ainda com a presença novamente da disposição relativa à função social da propriedade (artigo 147) e; destacando-se o princípio da existência digna, presente na redação do artigo 145. Contudo,

tendo em vista o regime ditatorial instaurado no país, grande parte dos direitos alcançados não obteve efetividade.

Quanto à Constituição de 1967 (Brasil, 1967) e a Emenda Constitucional nº 1 de 1969 (Brasil, 1969), que deu nova redação à primeira, não foram promovidos avanços no trato dos direitos sociais e fundamentais; pelo contrário, por conta do momento político conflituoso enfrentado no país, tais direitos passaram por um retrocesso e durante algum tempo deixaram de ser garantidos. E, enfim, em 1988, após diversas discussões e várias emendas, em 5 de outubro, promulgou-se a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 1988), trazendo o resgate dos direitos e garantias fundamentais, incluído o direito à moradia que, a princípio, apresentava-se de forma indireta, a partir da interpretação dos artigos 182 e 183, referentes ao capítulo voltado à Política Urbana.

Aos referidos artigos se somaram: o estabelecimento da competência dos entes federativos para a realização de programas sociais de construção de moradias e melhoria das condições de habitação (artigo 23, IX); e da competência da União na instituição de normas gerais de desenvolvimento urbano, incluindo habitação (art. 21, XX); além da garantia de salário mínimo aos trabalhadores, de modo a permitir-lhes o sustento de necessidades básicas, como a moradia (artigo 7º, IV); e, também, a manutenção e fortalecimento de direitos ressaltados em constituições anteriores, como o da função social da propriedade (artigo 5º, XXIII).

Contudo, foi com a promulgação da Emenda Constitucional nº 26/2000 (Brasil, 2000) que o direito à moradia recebeu o *status* de direito social, compreendido entre os demais direitos do artigo 6º da Constituição de 1988, que define como direitos sociais a “educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (Brasil, 1988, cap. II, art. 6).

A partir desse avanço constitucional, foi dado o impulso necessário para a criação de outros mecanismos postos no ordenamento jurídico relacionados ao planejamento urbano e à promoção da moradia, que até então vinham sendo regulados pela Lei nº 6.766/79 (Brasil, 1979) – de parcelamento e uso do solo –, a qual dispunha acerca da execução dos desmembramentos e loteamentos em solo urbano, bem como dos requisitos de infraestrutura necessários para esse fim, compreendida enquanto um marco evolutivo sobre a ordem regida pelo Código Civil de 1916 (Brasil, 1916), altamente protecionista no que dizia respeito à propriedade privada.

Outro instrumento reformador, instituído após a Constituição de 1988 (Brasil, 1988), foi a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 (Brasil, 2001), também conhecida como Estatuto da Cidade, destinada a regulamentar o capítulo sobre a Política Urbana na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), a fim de auxiliar os governos municipais na gestão do meio ambiente urbano e no combate aos conflitos urbanos, sociais e ambientais, resultantes do desenvolvimento acelerado das cidades.

Ressalta-se o papel de destaque dado aos municípios na Constituição e instrumentalizado no Estatuto da Cidade para a direção do planejamento urbano local, bem como para a condução da organização espacial da cidade, conforme disposição constitucional que determina que “compete aos municípios: VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano” (Brasil, 1988, cap. IV, art. 30, inc. VIII). Ao mesmo tempo em que o Estatuto da Cidade regulamentou os instrumentos urbanísticos atribuídos na Constituição e reforçou o papel dos municípios nos processos de gestão e ordenamento do solo, também incluiu novas ferramentas de apoio aos procedimentos regulatórios de ocupação, uso e desenvolvimento do solo.

Além disso, outra importante medida trazida pelo Estatuto da Cidade foi a atribuição de destaque à função do Plano Diretor, necessário para o planejamento urbano adequado, que se tornou obrigatório na ocorrência dos casos elencados no artigo 41, da Lei nº 10.257/2001. Nessa perspectiva, a essencialidade do Plano Diretor é enfatizada por Lira (2014, p. 266), ao evidenciar que “a ocupação do espaço urbano não se pode fazer aleatoriamente, impondo-se, como inafastável, a formulação de um plano diretor, consubstanciando um planejamento essencial à apropriação equilibrada do dito espaço, sem exclusões e segregações sociais”.

Salienta-se, ainda, uma das principais inovações promovidas pelo Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), o definido no artigo 2º, que dispõe sobre os critérios que devem orientar a política urbana, apresentando o direito às cidades sustentáveis como uma de suas principais diretrizes, e entendendo o direito à moradia também como um dos vieses para a concretização desse modelo de cidade. E, para a materialização do direito social à moradia, destaca-se o mecanismo da regularização fundiária de assentamentos informais em áreas urbanas, conforme redação dos incisos I e XIV do referido artigo.

Portanto, o Estatuto da Cidade (Brasil, 2001) constituiu-se um diploma legal que apresentou mudança de paradigmas, vindo para complementar

as lacunas dos dispositivos constitucionais sobre política urbana e fornecer assistência ao poder público no controle da gestão urbana, conforme fatores econômicos, sociais e ambientais adequados à realidade atual da sociedade, inclusive, proporcionando aos municípios maior autonomia, com vistas à recuperação de suas políticas de desenvolvimento urbano local. Apesar dessas mudanças, ainda não havia sido introduzido, até então, no ordenamento jurídico brasileiro, instrumento normativo que estabelecesse, de forma clara, a garantia da posse da terra às mulheres e a titulação em seu nome, o que só veio a acontecer com a criação da Lei nº 11.977/2009 (Brasil, 2009), instituidora do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Diante disso, ressalte-se a intensa atuação dos movimentos populares pela promoção e garantia de direitos sociais, como o direito à moradia, que nos primeiros 10 anos da década de 2000 alcançaram importantes avanços na legislação, como exemplo, a Lei nº 11.124 de 16 de junho de 2005 (Brasil, 2005b), instituidora do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República, criou-se o Ministério das Cidades (2003) e, em seguida, o Conselho das Cidades (2006).

Em 2009, com o estabelecimento do Programa de Aceleração do Crescimento II (PAC), destinou-se capítulo específico à questão atinente ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), instituído pela Lei nº 11.977 de 07 de julho de 2009 (Brasil, 2009). A referida lei veio regulamentar também o processo de regularização fundiária dos assentamentos localizados em áreas urbanas, apresentando uma série de medidas – jurídicas, urbanístico-ambientais, socioeconômicas – a serem seguidas para a regularização de interesse social, pretendendo fornecer, para além do título de posse, a adequação da área, de modo a garantir também a qualidade de vida da população e o acesso a serviços públicos.

O artigo 48 da Lei nº 11.977/2009 (Brasil, 2009) apresenta os princípios que deveriam ser observados nas ações de regularização fundiária, com o propósito de que, por meio da garantia do direito à moradia, ocorresse também a concretização da cidadania, através: da ampliação do acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda; da articulação de políticas setoriais de habitação, meio ambiente, saneamento básico e mobilidade urbana; da participação dos interessados nas etapas da regularização; da promoção da resolução extrajudicial de conflitos; e da concessão do título, preferencialmente, à mulher.

Nota-se que, pela primeira vez, é deliberada a concessão do título de legitimação de posse/propriedade em nome da mulher, passo importante para transformações no meio urbano, pois, segundo afirma Alfonsin (2009), a regularização fundiária deve ser compreendida como um dos processos para alcançar a reforma urbana, por meio da qual homens e mulheres precisam ser vistos enquanto sujeitos, mantida pela Lei nº 13.465 de 2017 (Brasil, 2017), a qual não trouxe maiores avanços quanto à questão de gênero, porém salvaguardou a conquista da preferência de concessão de direitos reais em nome da mulher e o atendimento prioritário de famílias chefiadas por mulheres.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do panorama apresentado, constata-se, a princípio, que são consideráveis os avanços na legislação brasileira, especialmente nos últimos treze anos, acerca da promoção do acesso das mulheres à posse segura da terra urbana e da viabilização de determinadas ações voltadas às mulheres no interior de políticas públicas e programas de governo relacionados à moradia e regularização fundiária urbana, sob forte influência de instrumentos normativos internacionais com enfoque na garantia de direitos humanos e na igualdade de gênero, somados, ainda, às pressões e reivindicações dos movimentos sociais e de mulheres em todo país.

Tais medidas se materializaram com a inserção, no ordenamento jurídico brasileiro, do primeiro dispositivo legal direcionado, especificamente, ao atendimento prioritário das mulheres responsáveis pela unidade familiar, nos processos de regularização fundiária urbana e em políticas e programas de habitação, em termos de titulação e acesso a recursos implementados na execução destes.

No entanto, desde então, não houve maiores avanços legais que correspondam às demandas da cidade fática, formada por interesses conflitantes entre classes sociais e por uma diversidade de gênero, cor, orientação sexual, faixa etária, entre outros elementos, que necessitam, para além de planejamentos tecnocráticos, da construção de leis e mecanismos direcionados a uma política urbana a partir da escuta dos cidadãos que vivenciam essa cidade fática.

Depreende-se, portanto, que esta participação democrática, principalmente dentro de processos de regularização fundiária urbana,

esbarra ainda na timidez do tratamento dessa questão na legislação, a qual não lhe oferece um caráter impositivo, como condição para efetivação da titulação, fim esperado com a regularização, deixando margem para o seu não cumprimento; além da persistente atuação política insuficiente no sentido de elaborar e implementar a instrumentalização dessa participação social (Saule Júnior, 2004).

É necessário ainda levar em conta que o modelo tradicional de aquisição de propriedade de terras – pautado na compra e venda e no registro perante o Cartório, há muitos anos seguido no Brasil, fundado sob raízes patrimonialistas, patriarcais e racistas – revela um cenário persistente pouco favorável ao acesso da terra pelas mulheres, principalmente negras (pretas e pardas), em geral, chefes de família, atingidas pelos índices mais elevados de *déficit* habitacional, incluída a ausência de moradias que correspondam às necessidades habitacionais e a forte presença de habitações que não atendem aos requisitos mínimos habitacionais, assim como a dificuldade de acesso à água tratada, coleta de esgoto, rede de energia elétrica e outros elementos de infraestrutura urbana básica e serviços.

Nesse contexto, somam-se às dificuldades de acesso à segurança da posse da terra, a ausência de oportunidades de crédito, emprego, educação etc., caracterizando obstáculos ainda maiores para o alcance da autonomia dessas mulheres e da sua independência financeira, as quais, conseqüentemente, são levadas à maior exposição a situações de vulnerabilidade e violência, principalmente, em se tratando das mulheres pobres e negras, que vivenciam a opressão de maneira intensificada, resultado da interação entre marcadores sociais de gênero, raça e classe.

Logo, a ampliação da abordagem de gênero nas legislações e, conseqüentemente, no desenvolvimento de programas de regularização fundiária para o acesso à segurança da posse e da moradia digna, não deve ser entendida apenas como uma atuação em face das mulheres, voltada a conduzi-las a uma posição de alvo preferencial de atendimento em políticas e programas de governo. O intuito dessa abordagem deve ser, na verdade, a implementação de ações para dirimir as desigualdades em razão do gênero, envolvendo transformações estruturais, como novas dinâmicas sobre: a divisão sexual do trabalho; a diminuição da violência doméstica; o acesso ao trabalho formal, à educação e aos cuidados com a saúde sexual e reprodutiva; a obtenção de autonomia e recuperação da autoestima; e a diminuição do estresse e da depressão (Carloto, 2004).

REFERÊNCIAS

- ALFONSIN, B. M. Cidade para todos/Cidade para todas – Vendo a cidade através do olhar das Mulheres. *In*: ALFONSIN, B. M.; FERNANDES, E. (org.). **Direito Urbanístico: estudos brasileiros e internacionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 253-264.
- ALVES, A. L.; SOUZA, L. O. Movimento Social de Moradia e Política Social de Habitação: a participação das mulheres na luta pelo direito à moradia. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS, 2., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1-10. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180124/101_00460.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 jun. 2022.
- AZEREDO, V. G. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 103, p. 576-590, jul./set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/ytN3F4Y7zJJG7rn5NBbkHdG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2020.
- BARRETO, J.; REBOUÇAS, M. De dona de casa para dona da casa: os diversos papéis exercidos pelas mulheres nos processos de regularização fundiária de ocupações urbanas. *In*: GOUVEIA, T. (org.). **Ser, fazer e acontecer: mulheres e o direito à cidade**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2008. p. 76-95.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Império, [1824]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 15 out. 2022.
- BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1891]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 15 out. 2022.
- BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1934]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1937]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1946]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [1967]. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 10 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.598, de 20 de agosto de 1942**. Dispõe sobre aluguéis de residências e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1942]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4598-20-agosto-1942-414411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 mar. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969**. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1969. Brasília, DF: Presidência da República, [1969]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm. Acesso em: 08 dez. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000**. Altera o artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Brasília, DF: Congresso Nacional, [2000]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc26.htm. Acesso em: 5 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negócios do Império, [1850]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm. Acesso em: 15 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916.** Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1916]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em: 5 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.** Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1964]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4380.htm. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.** Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1979]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm. Acesso: 10 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o conselho gestor do FNHIS. Brasília, DF: Presidência da República, [2005]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111124.htm. Acesso em: 5 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009.** Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm. Acesso: 10 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12288.htm. Acesso em: 15 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.** Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. **Plano Amazônia Sustentável:** diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2008. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/estruturas/225/_arquivos/1___plano_amaznia_sustentvel_225.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.

BRASIL. **Resolução nº 76, de 17 de julho de 1822.** Manda suspender a concessão de sesmarias futuras até a convocação da Assembléia Geral Constituinte. Rio de Janeiro: Secretaria do Império, [1822]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/Legimp-F_63.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

BRASIL. **Um exercício de gestão democrática.** Brasília, DF: Conselho das Cidades, 2005. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/ArquivosPDF/Publicacoes/UmExerciciodeGestaoDemocratica.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2022.

CARLOTO, C. M. Ruptura ou reforço da dominação: gênero em perspectiva. *In:* GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero.** São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 149-156.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. 1., 2004, Brasília, DF. **Anais [...].** Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. 164 p.

CYMBALISTA, R.; CARDOSO, P. M.; SANTORO, P. F. **Plano diretor participativo e o direito das mulheres à cidade.** [S. l.: s. n.], [2008?]. Disponível em: https://www.academia.edu/3137949/Plano_Diretor_Participativo_eo_direito_das_mulheres_%C3%A0_cidade. Acesso em: 10 fev. 2021.

DEERE, C. D.; LÉON, M. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 100-153, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/PfNz4Q4XQSVJqwSzz7cb4vx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2021.

DUARTE, M. C. S. **Meio ambiente e moradia:** direitos fundamentais e espaços especiais na cidade. Curitiba: Juruá, 2012.

ÉLERES, P. **Intervenção territorial federal na Amazônia**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, J. S. W. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: SIMPÓSIO INTERFACE DAS REPRESENTAÇÕES URBANAS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO, 1., 2005, Bauru. **Anais [...]**. Bauru: Unesp: Sesc, 2005. p. 1-20. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5666586/mod_resource/content/1/propurb.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

GALETTI, C. C. H.; DRUMOND, N. Direito à cidade: revisitando o conceito de Henri Lefebvre sob uma perspectiva marxista feminista. **Revista Vernáculo**, Curitiba, n. 45, p. 109-137, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/download/73312/40913>. Acesso em 10 dez. 2020.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEONELLI, G. C. V. **A construção da Lei Federal de parcelamento do solo urbano 6.766: debates e propostas do início do século XX a 1979**. 2010. 294 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-04092013-172142/publico/TeseLeonelliGiselaCunhaVCorrig.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

LEVY, C.; LATENDRESSE, A.; CARLE-MARSAN, M. Movimento Popular Urbano e Mulheres no Brasil: Uma Experiência de Feminização das Políticas Públicas de Habitação. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 18, n. 63, p. 310-334, 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/8023>. Acesso em: 10 jul. 2022.

LIRA, R. P. Direito Urbanístico, Estatuto da Cidade e Regularização Fundiária. **Revista de Direito da Cidade**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 261-276, abr. 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/10493/8265>. Acesso em: 15 jul. 2022.

MARICATO, E. **Habitação e cidade**. 7. ed. São Paulo: Atual, 1997.

MASTRODI, J.; ALVES, E. S. A segurança jurídica da posse como pressuposto do direito fundamental à moradia. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 27-49, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/23262>. Acesso em: 12 dez. 2020.

OAS. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. [S. l.]: OAS, 1966. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

ONU. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher**. Brasília, DF: ONU Mulheres, 2013. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

RAMOS, D. H. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, set./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2019-4612>. Acesso em: 10 jan. 2021.

RIBEIRO, A. L. R. C. **Racismo estrutural e aquisição da propriedade: uma ilustração na cidade de São Paulo**. 1. ed. São Paulo: Contracorrente, 2020.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SAULE JÚNIOR, N. **A proteção jurídica da moradia nos assentamentos irregulares**. Porto Alegre: Fabris, 2004.

TAVARES, R. B. Forma urbana e relações de gênero. In: GOUVEIA, T. (org.). **Ser, fazer e acontecer: mulheres e o direito à cidade**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2008. p. 11-22.

TELES, M. A. A. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Alameda, 2017.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília, DF: Unesco, 1998. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423?posInSet=1&queryId=38bdaad4-467c-4237-b9b8-c0a61f4f46eb>. Acesso em: 10 fev. 2021.

Submissão: 23/02/2023 • Aprovação: 09/02/2024



Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 1 • jan-abr. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536



DESAFIOS DOS MIGRANTES PARA A OCUPAÇÃO E VIVÊNCIAS NA AGROVILA LEONARDO D'VINCI, NA RODOVIA TRANSAMAZÔNICA, NA DÉCADA DE 1970

FOREST ON THE GROUND, FEET ON THE ROAD, HANDS IN THE HOE: THE DAILY LIFE OF AGROVILLAGE LEONARDO D'VINCI IN THE TRANSAMAZONIAN, IN THE 1970S

Pedro Sérgio Santos da Costa



Universidade Federal do Pará (UFPA), Altamira, PA, Brasil

César Martins de Souza



Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

José Antônio Herrera



Universidade Federal do Pará (UFPA), Altamira, PA, Brasil

RESUMO

No projeto de construção da rodovia Transamazônica, 1970, estava prevista a implementação de núcleos populacionais para receber os migrantes e servir de base para o desenvolvimento da agricultura familiar, como a Agrovila Leonardo D’Vinci, próxima a Altamira. A partir de pesquisa de campo, observando o cotidiano e dialogando com moradores que chegaram na década de 1970, se evidencia os desafios e dificuldades que enfrentaram, o que acabou por expulsar diversas famílias, enquanto os que permaneceram precisaram reinventar suas práticas, ao mesmo tempo em que a própria agrovila era reinventada de sua proposta original. Assim, surgiram transformações nas paisagens e nas práticas sociais desde a chegada dos moradores, advindos de diversas regiões do país, que partiram para a Amazônia em busca de melhorias em suas condições de vida.

Palavras-chave: assentamentos rurais; migração; Transamazônica; Amazônia.

ABSTRACT

In the project for the construction of the Transamazonica highway, 1970, was planned the implementation of population centers to receive migrants and serve as a basis for the development of family farming, such as Agrovillage Leonardo D’Vinci, close to Altamira. From field research, observing daily life and dialoguing with residents who arrived in the 1970s, the challenges and difficulties they faced are evidenced, which ended up expelling much families, while those who remained needed to reinvent their practices, at the same time in which the agrovillage it was reinvented from its original proposal. Thus, transformations emerged in landscapes and social practices, since the arrival of residents from different regions of the country, who left for the Amazon in search of improvements in their living conditions.

Keywords: rural settlements; migration; Transamazonian; Amazon.

1 INTRODUÇÃO

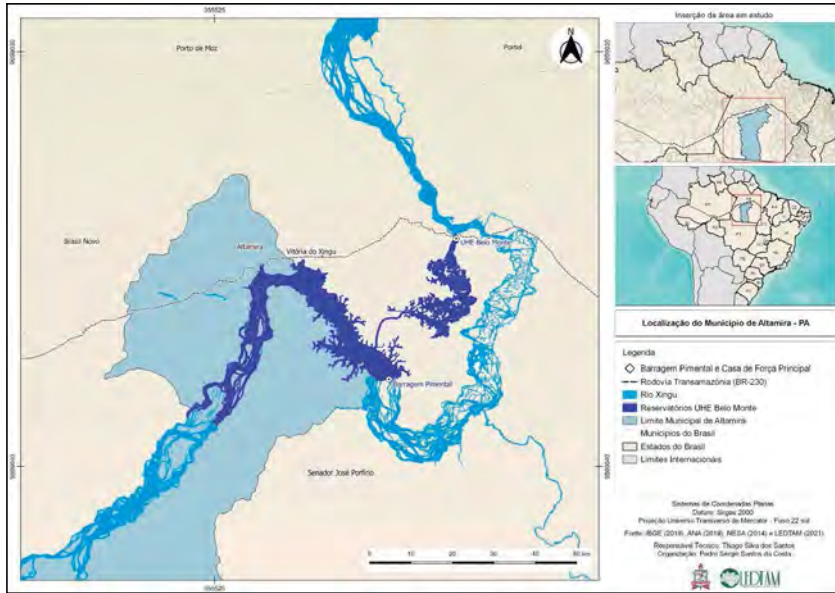
A Amazônia de longa data tem sido foco geográfico do capitalismo, pois, como afirma Herrera (2013), o capital é movimentado pelo que chama de “ditadura do dinheiro” de acordo com as oportunidades que aparecem, onde quer que estejam. Contudo, sua presença é seguida de degradação e desorganização sociais profundas marcadas pelas mudanças nas relações de produção, no ambiente, na saúde, e em tudo que seja necessário mexer ou eliminar para imposição de sua lógica. Ditadura do dinheiro, capitalismo ou capital e qualquer de suas flexões e sinônimos são senão manifestações impulsionadas pelo pensamento desenvolvimentista em todos os seus âmbitos e nuances de ordem pessoal, coletiva, nacional ou mundial (Barbosa, 2013).

Em 1970 foi iniciada a construção da rodovia Transamazônica, durante o governo do general-presidente Emílio Garrastazu Médici, que pretendia atravessar o país, no sentido Leste-Oeste, e promover o deslocamento de populações do Nordeste afetadas por uma grande seca histórica naquele momento e do Sul do Brasil, despossuídos de terras para trabalhar. A Transamazônica se constituía em eixo principal do Plano Integrado de Colonização (PIC), que projetava a construção de uma estrada principal, entrecortada por estradas perpendiculares que permitiam acesso aos lotes de terra repassados aos agricultores familiares que migraram para a região (Rego, 2020).

Em seu estudo sobre a arquitetura de todo o projeto da Transamazônica, Rego (2020) afirma que a rodovia foi pensada como um caminho moderno para o progresso, apesar do descompasso teórico em sua arquitetura, entre a ideia e a proposta que não se enquadrava em um projeto “moderno”. O autor explica que o projeto foi pensado como um caminho para a modernização do país, abrindo novas vias de colonização e trazendo vilas e cidades planejadas, em uma estrutura de urbanismo-rural, já implementada no Sul do país. O urbanismo-rural seria a construção de uma infraestrutura de serviços urbanos em vilas, denominadas agrovilas (as menores, com uma infraestrutura básica de saúde e educação), agrópolis (ampliando os serviços com banco e correios) e rurópolis (como pequenas cidades, com serviços, hospitais e comércio) para viabilizar a instalação de famílias migrantes, integradas aos lotes dos agricultores.

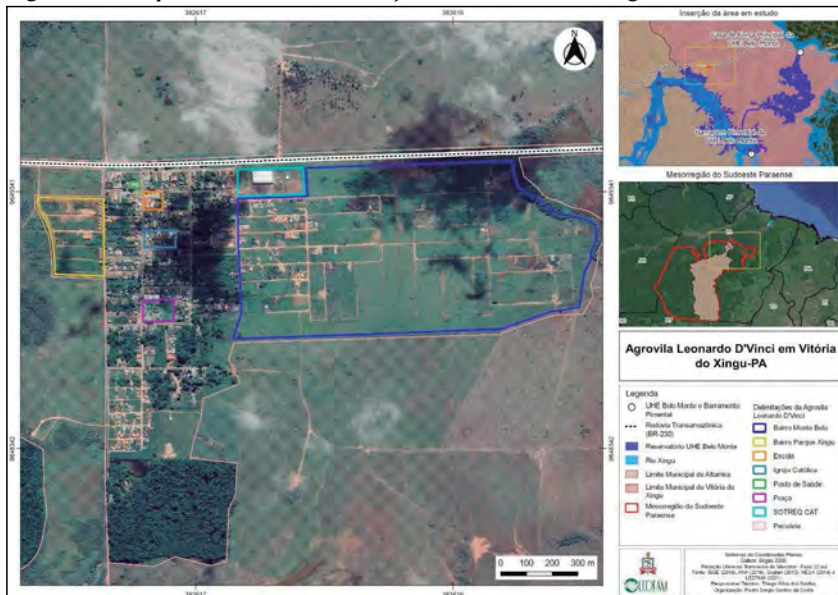
O urbanismo-rural foi o modelo utilizado no planejamento e construção da Agrovila Leonardo D’Vinci (doravante ALDV), localizada a 18 km de distância de Altamira-PA (Figura 1), a cidade que se constituiu em um dos principais eixos da Transamazônica e 27 km do município de Vitória do Xingu ao qual se encontra atualmente vinculada (Figura 2).

Figura 1 – Mapa de Localização de Altamira



A ALDV foi construída para viabilizar a chegada e instalação de migrantes, em sua maioria nordestinos que teriam de enfrentar, o que Maia, Castro e Guerra (2021) consideram ser o desafio de fugir da seca para se estabelecer em uma região desconhecida: a Amazônia.

Figura 2 – Mapa da ALDV e localização em Vitória do Xingu



No presente texto, busca-se compreender a chegada dos migrantes na ALDV na década de 1970 e os desafios e dificuldades enfrentados naquele momento pelos moradores em busca de se estabelecer na região amazônica, ao ouvirmos o século XXI suas memórias sobre os eventos vivenciados na década de 1970, quando de sua chegada à Amazônia.

Assim, realizamos observação em diversas visitas a campo, entre os anos de 2013 e 2018, bem como entrevistas com 23 pessoas, além de diversos diálogos informais, com moradores que migraram do Nordeste e Sul do país para a Amazônia e se estabeleceram na agrovila. Ainda que neste artigo não apareçam as falas de todos os interlocutores, suas concepções são fundamentais para compreender a complexidade do processo construção de um cotidiano na agrovila, construída pela ditadura civil-militar brasileira, na década de 1970, pois este artigo se insere em um projeto maior intitulado “Amazônia e Patagônia: história, memória e literatura em grandes projetos de integração e desenvolvimento” que se dedicou a compreender os impactos socioambientais provocados por grandes projeto na Amazônia, com apoio da PROPESP–UFPA.

2 VISITANDO A ALDV

Para realizar o presente artigo partiu-se de uma pesquisa de campo, realizando observação *in loco* e entrevistas, em diversas visitas a localidade, dialogando com moradores antigos que vivenciaram as transformações decorrentes do período de construção da rodovia. Para Barth (2000), a pesquisa de campo exige que a teoria e os conceitos sejam problematizados na práxis social, na análise da vida tal como ela ocorre nas vivências cotidianas dos sujeitos “[...] devemos tentar olhar para nosso objeto de estudo sem que nossa visão seja excessivamente determinada pelas convenções antropológicas herdadas” (Barth, 2000, p. 108).

Os recursos de narrativas e às memórias de moradores da agrovila como fonte principal, se dão em função de permitir adentrar no universo de quem vivenciou na prática o processo de construção da rodovia e a implementação dos núcleos de colonização, para compreender a visão de quem não aparece em fontes como imprensa, relatórios e projetos oficiais sobre a Transamazônica.

Estas pessoas foram excluídas das narrativas nacionais, que ignoraram as saudades de quem ficou e a esperança de uma vida nova e melhor, de migrantes que buscavam e ambicionavam, muitas vezes se frustravam

e retornavam, enquanto outros prosseguiram como que impulsionados por uma “força desconhecida” como afirma Ianni (2004, p. 3). Nas visões desenvolvimentistas sobre os grandes projetos, como a Transamazônica, em geral são colocados em destaque, presidentes, ministros, governadores, empresas e outros sujeitos, mas ignora-se ou coloca-se em subalternidade as pessoas que partiram em busca de trabalho, renda e um lugar para viver junto com suas famílias.

Ao usarmos o termo “Grandes Projetos” o que se tem em mente são os Grandes Projetos da Amazônia, tais como Usinas Hidrelétricas, Estradas e Linhas de Transmissão. Reis e Nascimento (2018) sustentam que Grandes Projetos da Amazônia são aqueles empreendidos com grande impacto ambiental, social, econômico e político e que “historicamente têm sido implantados na região visando à exploração das riquezas minerais e à produção de energia para atender às demandas dos grandes centros industriais do Sul e Sudeste do país e do exterior” (Reis; Nascimento, 2018, p. 320-321).

Tais projetos, normalmente, são pensados de fora e para fora da região. Essas grandes obras na região amazônica, ignoram as especificidades e necessidades das comunidades e do meio ambiente atingidos e resultam invariavelmente em rompimento das raízes e heranças culturais desses grupos. É um modelo de empreendimento que, mesmo em meio a protestos e resistência de décadas, continuam sendo aplicados, causando transformações problemáticas nos âmbitos sociais, econômicos e culturais, dentre outros.

Grandes projetos como as Rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá e as hidrelétricas de Balbina, no Amazonas e Tucuruí, no Pará, funcionavam como eixo para possibilitar os deslocamentos populacionais e, ao mesmo tempo, serviam de infraestrutura para implantação de indústrias na Zona Franca de Manaus e a exploração de recursos minerais no Pará, além de se constituírem na base de uma cartografia do desenvolvimento que tinha na Amazônia seu epicentro.

O desenvolvimento da pesquisa reunindo memórias de migrantes, nas entrevistas e documentos, se dá a partir do método indiciário de Carlo Ginzburg (1987), que enxerga os pesquisadores como os detetives no sentido de reunir diversas fontes, como indícios importantes para a compreensão da realidade social. Além disso, esse método também interpretativo é “centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores. Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, *baixos*, fornecem a chave para aceder aos produtos mais elevados do espírito humano” (Ginzburg, 1987, p. 150).

A pesquisa é vista, nesta perspectiva, muito além da coleta, manipulação e análise das narrativas, reportagens, imagens ou dados bibliográficos, pois os gestos, os olhares, as feições, tom de voz, o não dito, a frase destacada, a sensibilidade em determinados assuntos conscientes/controlados e/ou não, dentre outros indícios podem revelar mais do que atitudes formais e são parte de um processo importante que não conseguimos encontrar assim nas fontes escritas.

Em nossas visitas à ALDV, buscamos estabelecer diálogos com os moradores e interagir com eles nos lanches, em caminhadas e em alguns momentos participando de suas atividades cotidianas. Essa abordagem permite que se chegue mais perto da perspectiva dos sujeitos, um importante alvo nas pesquisas qualitativas, já que se pretende apreender as experiências de vida e a visão de mundo deles, compreendendo os significados que atribuem às suas próprias trajetórias, respeitando suas singularidades e visões de mundo, bem como o direito que possuem à privacidade, em suas memórias marcadas por fortes elementos subjetivos.

Além das gravações em áudio e suas transcrições e das anotações das impressões, outro ponto valorizado – por sua relevância no auxílio à clareza, percepção e entendimento do que está textualizado em palavras – foi o registro das observações em imagens por meio fotográfico, das paisagens naturais e urbanas, conforme indicações dos entrevistados, bem como coleta de imagens de satélite, via pesquisa no *Google Earth*, e ainda coleta de imagens de documentos e de outras imagens impressas tendo em vista, para compreender a relação entre imagens da cartografia e as narrativas.

Quanto aos sujeitos de pesquisa, como já foi mencionado neste texto, foram realizadas vinte e três entrevistas, porém a maior parte do conteúdo e, portanto, de tempo dedicado aos diálogos foram concentrados em doze pessoas, que vivem desde o surgimento da ALDV, bem como do papel de liderança que possuem na comunidade.

Halbwachs (1990), nessa perspectiva, ensina que para a confirmação ou recordação de qualquer lembrança longínqua, ou mais ou menos próxima, as testemunhas das circunstâncias e ocorrências, num sentido material e sensível, não são obrigatórias, mas uma possibilidade metodológica importante para a realização da pesquisa. A carência de um acervo documental ou de fontes escritas que pudessem ser utilizadas neste trabalho torna ainda mais relevante ouvir os moradores, pois eles próprios são fonte fundamental para se compreender a realidade social, de modo que partimos para pesquisa com os relatos orais.

Contudo, as memórias lidam com os imponderáveis, como problematiza Portelli (1996), pois as narrativas orais são fundamentais por permitir dialogar com as pessoas que vivenciaram experiências em outros momentos e que as rememoram, trazendo novos aspectos e interpretações, marcados por suas subjetividades:

A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis (Portelli, 1996, p. 8).

Por mais que as memórias tragam algumas dificuldades por serem manifestas no presente sobre o passado, de acordo com Barth (2000), permitem uma forma de gestão do passado no tempo presente, relevante para a compreensão da realidade social. Portelli (1996) entende que a pesquisa com relatos orais sobre tempos passados não deve ignorar que as falas são atravessadas intrinsecamente por subjetividades construídas no presente.

O primeiro contato com interlocutores da comunidade foi com o catarinense Genesino Catarino¹, o qual encontramos por meio das citações ao seu nome, realizadas em pesquisa de Lessio (2013) acerca da urbanística local. A partir de indicações desse morador, e das sucessivas indicações feitas pelos outros interlocutores, fomos avançando no conhecimento de outros migrantes que chegaram na década de 1970 na ALDV. Dialogamos, portanto, com entrevistados: 04 (quatro) profissionais de educação da vila, dentre eles o senhor Ailton Lima e Clara Santos, paraenses; 03 (três) profissionais de saúde, Maria da Boa Vontade, paraense; o presidente da Associação de Moradores João Silva, maranhense; o primeiro líder religioso da comunidade Bispo Dom Erwin Kräuttlter; 08 (oito) moradores residentes a mais de 30 anos na agrovila, dentre eles Genesino Catarino, Paulo Maranhão e Maria Serena, mineira.

No presente artigo não aparecem trechos das falas de todos os interlocutores, contudo o diálogo com eles foi fundamental para a construção da pesquisa e desse texto e compreender as dinâmicas sociais na ALDV na década de 1970, já que as reflexões e dados são construídos a partir das falas de interlocutores.

¹ Todos os nomes de interlocutores neste artigo são fictícios para preservar suas identidades. É mantido apenas o nome de Dom Erwin, Bispo Emérito do Xingu, por ser uma figura pública, o que não torna possível a utilização de nome fictício, ressaltando-se, contudo, que ele autorizou o uso de seu nome.

3 UM LUGAR PARA MORADIA, LAZER E TRABALHO

O Bispo Emérito da Diocese do Xingu, D. Erwin Kräuttl², acompanhou o surgimento da agrovila e afirma que: “Na época, a única agrovila construída no lado leste da Transamazônica a partir de seu marco inaugural foi a Agrovila Leonardo D'Vinci”³. O bispo lembra que havia muitas pessoas chegando de todos os estados do Nordeste e Sul do país e que isto foi um fator complicador das relações, pois em sua visão, “quando as pessoas não se conhecem se estranham”. Segundo ele, as suas primeiras ações, então, foram no sentido de achar caminhos viáveis para tentar unir os moradores, de forma que a ideia principal foi constituir uma nucleação, além da criação de uma comunidade. A Nucleação de Comunidades é uma estratégia coletiva de ajuda a comunidades, integrada às ações de governo, tendo em vista treinamento para geração da renda, desenvolvimento de técnicas agrícolas e complementação alimentar; além disso, tem em vista estimular atividades desportivas, sociabilidade e dá apoio psicossocial.

O senhor Catarino conta que a escola da agrovila foi edificada logo após a construção do barracão onde ficava a COBAL, a poucos metros de onde atualmente é a sua casa. Sua esposa⁴ lembra também uma informação parcialmente desconhecida dos dirigentes atuais da escola, de que as primeiras professoras dessa escola foram contratadas pelo INCRA e tratava-se de duas freiras, cujos nomes eram: Francisca Zilmar Nobre Cardoso e Maria da Guia Nobre Cardoso.

Em parceria com esta escola, algumas manifestações de festas folclóricas eram realizadas anualmente pela Igreja Católica. Porém, tradições míticas ou lendárias parecem pouco expressivas na comunidade, contudo desde 1973 a festa de Nossa Senhora Aparecida era/é sempre realizada em outubro de cada ano. Na ocasião, as freiras da igreja local organizavam quermesses nas quais eram montadas barracas para venda de comidas, ao passo que durante a festa tocava-se forró e carimbó até raiar o sol⁵. Durante o dia até o ocaso o povo ficava livre para dançar e festejar, “eles dançavam a noite toda” diz dona Serena. Outra festa anualmente comemorada eram as

² Entrevista concedida pelo Bispo Dom Erwin Kräuttl, em 17 de setembro de 2016. Bispo Prelado Emérito do Xingu, nasceu na Áustria. Após ordenação em 1965, chega ao Pará/Brasil, atuando em defesa dos direitos humanos e do meio ambiente possui diversos prêmios e menções honrosas nacionais e internacionais.

³ Anteriormente a agrovila era vinculada ao município de Souzel (atualmente, Senador José Porfírio).

⁴ Entrevista concedida por Maria Serena, em 17 de setembro de 2016.

⁵ Entrevista concedida por Maria Serena, em 17 de setembro de 2016.

festas juninas organizadas pela Escola D’Vinci, estas ocorriam num campo espaçoso no centro da vila, no mesmo local onde ficava a antiga escola e onde pessoas aproveitavam para socializar em jogos de vôlei, futebol entre outros esportes e brincadeiras. Enquanto umas brincavam, outras se preparavam para a festa⁶.

D. Erwin recorda que a primeira missa na agrovila foi celebrada por ele, ainda como padre, em 24 de junho de 1973. Quando perguntado a respeito das dificuldades dos moradores que procuraram se estabelecer na agrovila e arredores, declara: “Me lembro que andávamos quilômetros para enterrar defuntos, outros enterravam no quintal, no inverno as estradas eram intrafegáveis [...] os atendimentos médico e odontológico eram inexistentes [...] não havia infraestrutura alguma”⁷.

Lembra ainda que das pessoas que vieram nas primeiras levas, ao que chama de *Colonização Nordeste-Norte*, apenas uma pequena parcela permaneceu nas agrovilas, agrópolis e rurópolis, as demais ou “incharam” a cidade de Altamira ou foram embora para outro lugar, na maioria das vezes retornando a seus lugares de origem. Eles retornavam devido às dificuldades de adaptação à região amazônica, muito diferente de seus lugares de origem, bem como por em muitos casos ter ocorrido a demora no apoio oficial, o que levou os migrantes a se sentirem “abandonados” no meio da floresta”.

O que se seguiu foi um segundo movimento de colonização ao qual denomina de *Colonização Sul-Norte ou Centro-Norte*, que era composto de famílias dos estados do Paraná, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Recorda que estas famílias, diferentemente das nordestinas, possuíam um poder aquisitivo melhor e chegavam à região inicialmente de navio até o porto de Vitória do Xingu. Mas, devido a um acidente que vitimou dezenas de pessoas, os migrantes passaram a ser trazidos de avião, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão responsável pelos projetos de ocupação da Amazônia.

Uma das estratégias para este povoamento foi trazer do Nordeste famílias com muitos membros e, simultaneamente a isto, o bispo lembra que “ocorria a instalação de quartéis do exército em Altamira, Itaituba e Marabá”. Nesse ponto, D. Erwin adverte: “Tem que olhar o fundo [contexto] da questão [...]”⁸. Em sua concepção, os discursos eram pretextos, pois, na *política interna*, o objetivo era o de dar terra a quem não tinha, com isso

⁶ *Idem.*

⁷ Entrevista concedida pelo Bispo Dom Erwin Kräuttlter, em 17 de setembro de 2016.

⁸ Entrevista concedida pelo Bispo Dom Erwin Kräuttlter, em 17 de setembro de 2016.

evitava-se a proliferação de um cenário de violência e pressão fundiária, devido às tensas relações entre os agricultores que trabalhavam em terras que não lhes pertenciam e os fazendeiros na região nordestina.

Mas também havia muitos conflitos por terra no Sul do país, de forma que o foco nestas regiões impulsionava o processo da chamada “ocupação” da Amazônia e, ao mesmo tempo, intentava-se diminuir as pressões e conflitos no campo no Sul e no Nordeste Na *política externa* D. Erwin afirma que:

[...] o projeto era geopolítico, o fantasma de perder a Amazônia para os Americanos ou outro povo qualquer pairou sempre sobre os militares, é um absurdo, isso é contra tudo [...] questioneei desde o início: o que é que se quis? Devemos lembrar que o plano era militar, havia uma maquiagem militar de distribuição de terra, *dois pontos*, reforma agrária, esta reforma agrária era entendida como mera distribuição de lotes de 100 ha para famílias (grifo nosso)⁹.

Martins de Souza e Souza (2021) apontam que o fato de o projeto não ter considerado as dificuldades de adaptação à região amazônica, bem como as distâncias entre agrovilas e lotes de terra, acarretou problemas sérios para os migrantes, pois o governo demonstra manter o foco da distribuição de terras sem um programa mais amplo de investimento que considerasse de forma mais abrangente outras variáveis como saúde, educação, relações de parentesco, deslocamento e transportes.

Importante pontuar que somente recebia terra quem tivesse família e de preferência numerosa, indivíduos sozinhos não recebiam lotes. Mas havia situações diferentes, como é o caso de Catarino, cujo primeiro filho nasceu ao se instalarem na ALDV, a esta altura ele já havia recebido lote e casa urbana. Vale frisar que, embora o governo dissesse estar realizando uma reforma agrária, o que existiu foi apenas uma distribuição de terra, pois uma reforma agrária deveria contemplar um amplo projeto de terras que considerasse demandas socioambientais e necessidades dos agricultores e suas famílias, como afirma Catarino:

Não havia infraestrutura, as pessoas desanimaram e foram embora, esperavam somente receber o título definitivo do lote e então vendiam para algum fazendeiro, por isso é que se vê hoje estas enormes propriedades de terra [...] a geografia era pra ser diferente, primeiro deveriam haver lotes de 100 hectares da faixa [A Rodovia Transamazônica] até certo ponto pra dentro, depois as glebas com 500 hectares e somente depois seriam as grandes fazendas [...]¹⁰.

⁹ *Idem.*

¹⁰ Entrevista concedida por Genesino Catarino, em 29 de agosto de 2016.

Outro aspecto questionado pelo bispo é quanto à crença de que o problema do Nordeste eram suas terras secas, mas isto, segundo ele, era apenas uma propaganda enganosa, pois “como dizia o bispo emérito da diocese de Afogados da Ingazeira (PE), D. Francisco Austregésilo de Mesquita Filho o problema do Nordeste não é a seca é a cerca”¹¹, ou seja, havia água em poços artesianos e açudes, mas o “povo pequeno” não tinha acesso, estes ficavam circunscritos nas áreas das grandes fazendas. Quando os nordestinos ouviram falar que havia terra e água em abundância, vieram rapidamente, mas faltavam outros ingredientes para fixá-los na terra. Ao que parece, as famílias do centro-sul só vieram em massa depois que viram com os próprios olhos aquilo que ao menos pelos noticiários *parecia* ser verdade, como relembra Catarino:

O povo do sul só veio pra cá por conta das propagandas que lançaram [o governo] na televisão, fizeram uma *pintura* [asfalto] no chão, que ia do aeroporto até o local da inauguração [aprox. 14 quilômetros] e jogaram isso na TV dizendo que tinha terra pra todos (lotes), asfalto e tudo mais, então o pessoal do sul se animou e veio pra cá¹².

A outra vertente da colonização da Transamazônica foi a *sulista*, esta empreendeu-se por meio de propagandas inverossímeis para atrair agricultores despossuídos de terras no Sul do Brasil, com objetivo semelhante aos elaborados para os do Nordeste, ou seja, povoar a Amazônia. O programa de colonização, por outro lado, intentava afastar as ameaças de conflitos entre sulistas rurais “pequenos” e sulistas rurais latifundiários, já que os sulistas que se deslocavam para a Amazônia eram, em geral, agricultores sem terras próprias ou com propriedades muito pequenas que dificultavam o desenvolvimento de suas atividades na região de origem e que em muitos casos se viam ameaçados pelos grandes proprietários do Sul (Martins de Souza, 2014). A população de D’Vinci era composta, portanto, de pessoas do Centro-Oeste, Sul e Nordeste do país.

Independentemente da época e contingente populacional que compunha a ALDV, sua *história* está muito ligada à cidade de Altamira desde o início da Transamazônica. Como a agrovila fica a apenas 18 quilômetros da cidade, movimentos populacionais em uma refletia na outra, mas quase sempre no sentido Altamira-agrovila. Em uma pesquisa realizada logo após a construção da Transamazônica, Fleming-Moran e Moran (1978) afirmam que muitas das famílias que desistiam da vida nas agrovilas próximas a Altamira se dirigiam para esta cidade e isto também aconteceu no sentido D’Vinci-Altamira.

¹¹ Entrevista concedida por Genesino Catarino, em 29 de agosto de 2016.

¹² *Idem*.

A Transamazônica se constituía em mais do que um projeto de colonização e ocupação da Amazônia, mas também em uma estratégia civilizatória da ditadura. Uma concepção euro, etno e urbanocêntrica que propunha através do urbanismo-rural baseada na imposição de uma forma de organização social para os migrantes na Amazônia. Segundo diversos moradores, após a seleção e instalação dos colonos, uma estratégia de “doutrinação”, “equalização”, “educação”, “apagamento dos vícios” e ensino de técnicas agrícolas seria aplicada, pela convivência, pelos sulistas (mesmo que não soubessem dessa tarefa) aos nordestinos, em tese, esse era o plano, pois, como afirmam Martins de Souza e Souza (2021), se partia do pressuposto etnocêntrico de que os sulistas seriam mais empreendedores e deveriam se constituir em modelo aos demais, segundo uma visão desenvolvimentista adotada pelo governo.

4 NO LOTE E NA AGROVILA

De maneira geral, o que ocorria é que a partir do momento em que o colono recebia seu lote rural e sua casa na agrovila, começava uma nova etapa de desafios em sua vida. Além das dificuldades próprias de lidar com o seu próprio desconhecimento na região amazônica, tais como pragas, severo clima tropical, animais selvagens e doenças, havia também fatores de ordem econômica e logística relacionados à produção, transporte e venda do que seria plantado e colhido e ainda conflitos entre os moradores.

Além disso, embora se diga que os colonos tenham recebido treinamento para o trabalho na agricultura, certamente para algumas circunstâncias muitos não estavam preparados, como afirma:

Aqui aconteceu assim, no primeiro ano eles [INCRA] trouxeram o arroz do Rio Grande do Sul que é plantado dentro d'água e davam pro colono, mas não dava certo pros colonos plantarem aqui, esse arroz é acostumado dentro d'água, pra plantar no seco secou tudo, não saía arroz de jeito nenhum, saía o cacho e secava [...] eu plantei só um saco e meio, aí como eu fui fazer casas no 46, no Brasil Novo, eu vi lá um arroz que um cara plantou e tava bonito, tudo madurinho, eu fui lá e combinei com ele assim, se você guardar dez sacos de arroz desse aqui, na época eu venho comprar, ele confiou na minha palavra e guardou onze sacos e meio de arroz pra mim, eu comprei por cinquenta cruzeiros cada saco, plantei tudo na minha primeira horta, deu quinhentos sacos de arroz¹³.

¹³ Entrevista concedida por Genesino Catarino, em 29 de agosto de 2016.

Para Catarino, “a terra era boa, o problema era a semente que não servia pra terra daqui [...] o povo espalhou boato que a terra era ruim, eu não tive esse problema, tá aí o cacau (*Theobroma cacao*) aí ó”¹⁴, referindo-se aos 270 pés dessa fruta plantadas em seu quintal. Não obstante a peculiaridade de suas experiências, é certo que de maneira geral havia problemas que dificultavam a produção agrícola dos colonos de D’Vinci.

Walker (1997), em seu estudo sobre a agricultura na Transamazônica, lista ainda outras dificuldades corroboradas nos depoimentos dos moradores, tais como: falta de conhecimento dos tipos de solo, - devido entre outros motivos a um treinamento superficial limitado ao modo de plantar/colher; tipos de semente inadequados ao tipo de terra e clima amazônicos, fornecidos pelo Incra; ineficiência no acompanhamento técnico dos plantios já realizados; estradas intrafegáveis que encareciam o transporte da produção; proliferação de pragas e doenças nas lavouras e nas pessoas.

Havia ainda um ineficiente e limitado atendimento de saúde na Transamazônica que em alguns casos poderia ser determinante, dado que num contexto em que a agricultura dependia em grande parte da força do trabalhador já muitas vezes enfraquecido pelas doenças, como muitos não obtinham atendimento médico adequado e dependiam muitas vezes do apoio social de diversas instituições, como a Casa de Irmã Serafina (Freitas; Miléo; Parente, 2021). Ao falar sobre o abandono de terras pelos moradores, Catarino considera que “acabava era o povo indo embora mesmo! Ia ficar aqui pra morrer?”¹⁵.

Esses fatores foram cruciais para gerar grandes dificuldades para a construção da agricultura na Transamazônica e, bem assim, na ALDV e seu entorno produtivo no período inicial de colonização e ainda por um período entre cinco e dez anos depois, como demonstram estudos encomendados pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) em 1997 (Walker *et al.*, 1997).

Além disso, as culturas que possuíam menor tempo de vida como as “hortaliças deveriam ser localizadas mais próximas dos centros consumidores” (Walker *et al.*, 1997, p. 84–85). Ocorreram então diversas desistências e abandonos por parte dos migrantes, sobretudo do Nordeste do país, devido às muitas dificuldades que enfrentavam. Os que persistiam em permanecer na agrovila depois da década de 1980, se reorientavam,

¹⁴ *Idem.*

¹⁵ *Idem.*

se adaptavam e sobreviviam como podiam, muitos se aplicavam no cultivo de hortaliças, raízes comestíveis, árvores frutíferas e criação de pequenos animais em seus quintais.

Segundo as falas de diversos moradores que migraram na década de 1970, as sementes e treinamentos agrícolas aplicados, além de insuficientes, eram também incompletos, temporários e inadequados à região. Quando não havia mais para onde recorrer só havia duas saídas: partir ou se endividar junto aos bancos, com os empréstimos para plantio e investimentos em suas propriedades, isto quando se conseguia tal proeza. Fora estas atividades, outras poucas alternativas foram surgindo conforme as oportunidades e necessidades apareciam, como declara Catarino:

O primeiro comércio depois da COBAL foi o meu [...] eu comprava no Gois¹⁶, o primeiro comércio era na sete [rua Sete de Setembro em Altamira], era o maior comércio que tinha na época, ele era de frente onde é a Gazim¹⁷ agora do outro lado rua, depois da CAIXA [Agência da Caixa Econômica Federal], eu comprava lá e vendia no meu comércio que era na frente da minha primeira casa na travessa. [...]

Eu fui atrás de serviço no INCRA, não conseguia ficar parado, e eles me colocaram na equipe que ia construir as casas do D'Vinci. Quando a gente chegou aqui não tinha nada, só juquirá [mato denso], aí nos esperamos uma semana pro trator chegar e limpar a área, daí a primeira coisa que a gente fez foi um barracão bem grande¹⁸.

Como foi possível perceber, a trajetória dessa comunidade se entrelaça com a da Transamazônica em muitos pontos, uma vez que a vila teve seu surgimento e desenvolvimento intimamente ligados às estratégias gerais do governo para a rodovia. Assim, tanto na agrovila quanto em outros lugares espalhados pela BR-230, foi necessário um grande esforço por parte dos que decidiam ficar e enfrentar as dificuldades, como os *pioneiros* Catarino e Maranhão.

As atividades de Catarino e Maranhão se aproximam das conclusões da pesquisa de Fleming-Moran e Moran (1978) sobre a ALDV de que progressivamente na agrovila, planejada para desenvolver de forma equilibrada e autônoma, se exacerbaram as desigualdades já existentes entre os moradores, relegando muitos à condição de sobrevivência com subempregos em terras alheias, ao invés de realizar suas próprias produções.

¹⁶ Um comércio de alimentos e outros produtos para o lar no atacado em Altamira, que permanece atualmente em funcionamento.

¹⁷ Um comércio de móveis e eletrodomésticos que funciona no centro de Altamira.

¹⁸ Entrevista concedida por Genesino Catarino, em 1º de setembro de 2016.

5 PROMESSAS, PROJETOS, DESISTÊNCIAS E ABANDONOS

Diante das muitas dificuldades enfrentadas, muitos moradores não conseguiram permanecer na agrovila e foram embora após vender seus lotes rurais e seus lotes e casas urbanas, principalmente para alguns de seus vizinhos que chegaram com mais recursos oriundos sobretudo da venda pequenas propriedades ao Sul do país, isto quando simplesmente não abandonavam tudo, pois, como disse Maranhão: “até 1981 era facinho conseguir uma casa aqui era só ter família, tinha várias (casas) sem gente dentro, quando o cabra tinha família o INCRA dava se num tinha não dava”¹⁹.

Interessante notar a concepção dos três mais antigos moradores da agrovila em relação à partida dos que desistiam: “[...] muita gente foi embora ficou poucos, venderam os lotes, porque o sem-terra não quer terra, ele quer lote pra vender pro fazendeiro, venderam tudo de graça e foram embora”²⁰; “[...] se eu fosse outro eu também tinha ido embora, mas eu num tinha medo de trabalho duro e nem de mosquito não sinhô”²¹; “o governo fez a parte dele, nós agora devia fazer a nossa parte né mesmo?”²².

Essa visão conservadora e um pouco mais alinhada com os discursos oficiais do período ignora as dificuldades enfrentadas pelos migrantes e passa a definir inclusive as desigualdades a partir da lógica mercantil, como se o abandono da Transamazônica fosse simplesmente explicado pelas relações comerciais relativas ao valor da terra. Esta fala estigmatiza os que foram obrigados a partir de volta a seus lugares de origem, para exaltar a si próprios como os migrantes com “mais coragem e honestidade”, colocando de lado qualquer tentativa mais contextual de compreensão dos dramas sociais.

Os interlocutores acreditam que o governo “cumpriu sua parte”, não tendo culpa, portanto, nos problemas decorrentes do processo de colonização, e apontam para uma espécie de fraqueza dos que partiram. Por outro lado, Fleming-Moran e Moran (1978) argumentam que havia uma realidade tão desfavorável aos migrantes, que fazia com que muitos desanimassem e desistissem, em alguns casos vendendo suas propriedades para fazendeiros locais, por valores abaixo do mercado.

Os colonos recebiam simultaneamente com o lote rural, uma casa construída na vila. Segundo Lessio (2013), nesses lotes estavam previstos espaços para horta, pomar e criação de animais de pequeno porte e que:

¹⁹ Entrevista concedida por Paulo Maranhão, em 23 de setembro de 2016.

²⁰ Entrevista concedida por Genesino Catarino, em 1º de setembro de 2016.

²¹ Entrevista concedida por José Manso, em 10 de setembro de 2016.

²² Entrevista concedida por Paulo Maranhão, em 23 de setembro de 2016.

O modelo de organização do urbanismo rural previa que com o desenvolvimento das atividades nos lotes produtivos [...] a produção para subsistência deixaria de ser necessária, pois seria mais barato comprar os itens para a alimentação da família do que produzi-los em pequena escala (Lessio, 2013, p. 40).

Estes lotes urbanos podiam variar de 500 m² a 3.000 m², as casas, por sua vez, eram feitas de madeira (cujas medidas eram: 6m frente por 11m ou 12m de profundidade) com tábuas sobrepostas horizontalmente ou no dizer dos moradores: “escamadas”. Seu telhado era de amianto, assoalho separado do chão, cujas primeiras e únicas na ALDV foram separadas em três conjuntos de dezoito casas, cada conjunto, dependendo do conjunto em que estava localizada a casa suas portas e janelas eram pintadas nas cores verde, amarelo ou azul. Os nomes das ruas eram dados em função da cor dessas portas e janelas, assim havia a rua verde, rua amarela e rua azul.

Figura 3 – Casa do INCRA, localizada na Rua Amarela na ALDV



Fonte: Acervo dos autores.

Até setembro de 2016, mês da coleta da imagem acima, a casa se encontrava fechada, assim como outras duas do mesmo modelo, há alguns anos, conforme informações da vizinhança. Estas três ruas somadas a mais seis travessas e uma vicinal, perfaziam o total de logradouros da vila. Nelas havia alguns postes de transmissão de energia elétrica e em alguns destes também havia iluminação, contudo, a energia funcionava somente entre 18h e 22h aproximadamente já que era gerada por motor a diesel. O imóvel tornou-se residência de uma família desde que fora desativada

após a chegada de energia elétrica proveniente de Linhas de Transmissão da cidade de Tucuruí, no Pará, em 15 de junho de 1998. Segundo um morador, a água era encanada até as casas dos moradores e com qualidade para o consumo, oriunda de um poço artesiano construído pelo INCRA. Quando questionados a respeito do destino do lixo doméstico, a resposta uniforme dos entrevistados era a de que os resíduos eram queimados no quintal.

O quintal era um local de muitas atividades e utilidades para os moradores, dado que ele era o espaço em que geralmente se localizava uma fossa²³ onde eram depositados os dejetos sanitários, já que não havia coleta pública de lixo. Nesse mesmo quintal eram plantadas culturas de subsistência, assim como eram criados pequenos animais para consumo familiar. O que separava uma propriedade da outra eram cercas de arame farpado, todavia estas eram apenas para evitar que as criações fugissem.

6 REINVENTANDO O COTIDIANO NA ALDV

Para Certeau (2008), a vida cotidiana de uma comunidade, seja um bairro, uma agrovila ou equivalente, se organiza por meio da articulação de pelo menos duas dimensões: os comportamentos e os benefícios simbólicos. Os comportamentos se manifestam nos contatos interpessoais, nos modos de vestir, nos códigos de cortesia, bem como nos espaços em que frequenta ou se ausenta. Os benefícios simbólicos se traduzem nas expectativas do que se pretende auferir por conta dessa ou daquela maneira de se comportar no interior dessa comunidade. Desse modo, a vida cotidiana, nesses termos, se apresenta como uma espécie de convenção coletiva tácita historicamente construída em prol de benefícios simbólicos. Para tanto, os indivíduos se valem na coletividade de estratégias que embora racionais, não chegam a ser sistematizadas e se imbricam na produção, uso e formalidades sociais.

Esta, contudo, era uma estratégia civilizatória, presente nas políticas implementadas pelo governo. A preocupação da ditadura não era somente a de transferir populações e diminuir ou controlar os conflitos no campo em outras regiões, mas construir práticas econômicas coladas a ideia de sociabilização como instrumento civilizador, que ignora desejos subjetivos e práticas culturais, visando criar uma ideia de coletividade “inventada”, já que as trajetórias e origens dos migrantes eram muito diferentes entre si.

²³ Longe de ser uma fossa séptica moderna com separações para purificação e despejo no sistema de coleta de esgoto público era apenas um buraco lacrado no qual eram despejados os dejetos residenciais.

Mas, esta dimensão existente na vila não alcançava os lotes rurais. A partir dos relatos dos moradores, se percebe que ocorreu um fenômeno de separação social entre colonos que tinham seus lotes rurais próximos à vila e os que moravam mais afastados estava ocorrendo já desde os primeiros meses após o assentamento deles. Por força de um cotidiano logisticamente imposto àquelas pessoas e ainda devido à distância, estradas intrafegáveis e falta de transporte, as pessoas que moravam mais para dentro dos travessões²⁴ e, portanto, mais distantes da vila passaram a ir cada vez menos a ela, embora também possuíssem uma casa na vila. Com isto uma diferenciação nos hábitos de contato com a natureza e mesmo alimentação foram se aprofundando.

As pessoas que moravam no fundo dos travessões saíam pouco de lá, a não ser para fazer compras, resolver alguma questão de saúde ou muito raramente visitar algum parente, ou amigo na vila e aproveitar para participar da missa. Uma declaração que confirma o grau de dificuldade de deslocamento é do senhor Maranhão que mesmo tendo chegado dez anos depois dos primeiros moradores, conta que apenas uma vez por mês ou menos se dirigiam a Altamira para fazer compras e que “todas às vezes era sofrido”, devido o aperto nos veículos de transporte²⁵, calor, poeira, solavancos e distância da estrada até sua casa (o ônibus não entrava na agrovila)²⁶; se para ele que morava na agrovila era difícil o que dizer dos que moravam ainda mais distante, ou seja, nas “profundezas” das vicinais?

Em função dessas questões estes colonos acabaram construindo suas casas nos lotes rurais e lá permaneciam isolados por meses, assim tinham um contato mais próximo com o meio ambiente e até suas criações iam além de porco, galinhas e patos que eram criados nos lotes urbanos da vila. A caça de pacas, antas, tatus e outros animais selvagens tornou-se um hábito, enquanto para os que tinham seus lotes avizinados à Comunidade D’Vinci era algo que mais e mais se tornava distante de seu cotidiano, o que explica o relato de Maranhão ao declarar: “nós vez ou outra comprava dos colono dos travessão umas caça”²⁷. Nota-se nessa declaração uma clara distinção de categoria feita pelos próprios moradores, ou seja, para eles

²⁴ Travessões eram as estradas vicinais que atravessavam a Transamazônica de forma perpendicular. Nos travessões foram implementados boa parte dos lotes da colonização oficial.

²⁵ Algumas vezes se deslocavam de carona, outras de ônibus, mas a maneira habitual era do chamado “Pau de Arara” que consiste em um caminhão ou caminhonete adaptado (na carroceria) para carregar passageiros.

²⁶ Entrevista concedida por Paulo Maranhão, em 23 de setembro de 2016.

²⁷ *Idem*.

havia os moradores da vila e os colonos do travessão. Esse é um cenário de conflitos e de hierarquização da sociedade a partir da reinvenção das lógicas sociais. A categorização demarca a estigmatização, pois as falas dos interlocutores indicam que os moradores da vila se consideravam superiores aos que residiam no travessão.

Num cenário como este, os moradores conversavam à porta de suas casas mesmo após escurecer, como narra Serena, que, segundo ela mesma declara (e seu esposo confirma), não gostava de sair muito, por isso ficava sentada na frente de sua casa a observar o movimento das pessoas nas ruas, ela conta que não havia praças de lazer, mas ao menos um jogo de futebol em campos improvisados era possível avistar ao cair da tarde. Outros, como seu marido, aliavam a este cenário um rádio “ao pé do ouvido” que dava as notícias de Belém e transmitia o programa evangélico “A Voz do Cenáculo” da instituição religiosa a qual ele se declara membro, a “Igreja Adventista da Promessa”²⁸.

Este parece ter sido o cenário mais regular do cotidiano da vila por um bom tempo, é claro que não foram esquecidas todas as dificuldades que estes moradores enfrentaram na chegada à região, mas não se deve perder de vista que passados os primeiros anos, os que permaneceram reinventaram seus modos de vida. Não são características individuais que definem a permanência, mas o apoio da família extensa daqueles que vieram em grupos maiores e contavam com uma rede de apoio e sociabilidade, bem como de muitos que já possuíam recursos próprios que serviram para ampliar suas possibilidades econômicas, diversificação de atividades e sustento do grupo doméstico.

Ao que tudo indica, os intentos do governo militar, como afirma Rego (2020), de fazer com que houvesse uma influência cultural dos sulistas sobre os nordestinos nunca se concretizou. Havia rivalidades, disputas por terras, bem como etnocentrismo com os nordestinos, o que levava esta iniciativa a ser equivocada desde sua origem, pois não devia se tratar de influência cultural, e sim a implementação de políticas efetivas que possibilitassem uma vida adequada para todas as pessoas e que pudessem vivenciar suas práticas culturais na construção de sociabilidades e trocas interculturais e não como uma forma de submissão dos migrantes de uma região pelos de outra.

²⁸ Entrevista concedida por Maria Serena, em 05 de setembro de 2016.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Paulo Freire defende que “Temos de saber o que fomos e o que somos, para saber o que seremos” (Freire, 1978, p. 18). Aplicando essa assertiva aos grupos sociais da ALDV, buscou-se compreender neste artigo quem foram os *leodavincianos* e como reinventam seu cotidiano na agrovila diante das mudanças abruptas em suas vidas, com o deslocamento de suas regiões de origem para a Amazônia.

Em meio às dificuldades já problematizadas neste artigo e que levaram à expulsão de muitas famílias que chegaram na década de 1970, as que permaneceram encontraram nas redes de sociabilidade o apoio necessário para enfrentar os desafios que se avolumavam, pois havia uma distância entre o planejado e o prometido e o que vivenciaram na prática, no cotidiano na ALDV. Muitos desistiram de suas casas e de seus sonhos de uma vida melhor na Transamazônica, pois não se desenhava uma vida melhor em seus horizontes na região amazônica, mas uma série de dificuldades e impossibilidades econômicas, afetivas e muitas vezes sem contar com uma rede extensa de parentes e amigos que lhes servissem de apoio e incentivo para permanecerem.

Para os moradores a ALDV não era apenas o sonho de uma vida melhor com terra própria para cultivar, mas também o lugar de moradia de encontro com os vizinhos, de brincadeiras, de conversas e de enfrentamento das muitas dificuldades que vivenciaram. Eles tinham de se deslocar entre lote e agrovila, sofrer preconceito, não contar com o apoio mais amplo de políticas de reforma agrária e proteger seus familiares, principalmente as crianças.

A reforma agrária não tinha um sentido prático nas vidas dos migrantes que se estabeleceram na ALDV, pois o governo distribuiu terras, mas não implementou amplas políticas sociais que possibilitassem o desenvolvimento de atividades econômicas e também o fortalecimento das relações sociais no novo espaço, pois o sonho de uma vida melhor, muitas vezes virou o pesadelo para aqueles que foram abandonados em uma região distante de seus lugares de origem e em uma realidade diferente.

Mesmo com as dificuldades, as desigualdades na ALDV, com recursos diferentes para os moradores, com visões e políticas diferentes para sulistas e nordestinos, com estereótipos, a agrovila continua existindo e trazendo possibilidades de vida para seus moradores, muitos dos quais chegaram na década de 1970 ou que descendem destes pioneiros.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, A. F. O bom e velho desenvolvimentismo. **Teoria e Debate**, São Paulo, 17 maio 2013. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2013/05/17/%EF%BB%BFo-bom-e-velho-desenvolvimentismo/>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. 1. ed. Tradução John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. 7. ed. Tradução Efraim Alves. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FLEMING-MORAN, M.; MORAN, E. F. O Surgimento de classes sociais numa sociedade planejada para ser igualitária. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 69, p. 1-38, 1978.
- FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FREITAS, L. G.; MILÉO, I. S. O.; PARENTE, F. A. As ações sociais da Irmã Serafina Cinque na Transamazônica (1970-1979) e as aproximações teóricas de Paul Ricoeur sobre o sentido de esperança. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 34, n. 55, p. 99-112, dez. 2021. Disponível em <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/6467>. Acesso em: 09 dez. 2021.
- GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. 1. ed. Tradução Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 1. ed. Tradução Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- HERRERA, J. A. Resistência e Conflitos Sociais na Amazônia Paraense: a luta contra o empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte. 2013. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 8, n. 16, p. 130-151, ago. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19861>. Acesso em: 25 ago. 2018.
- IANNI, O. **Capitalismo, violência e terrorismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- LESSIO, T. L. **Leonardo da Vinci, Pará: um olhar sobre a ocupação territorial na rodovia Transamazônica**. 2013. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MAIA, R. E. F.; CASTRO, R. R. A.; GUERRA, G.A.D. A Transamazônica a partir da narrativa de uma família camponesa migrante. 2021. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 34, n. 55, p. 39-53. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/6408>. Acesso em: 09 dez. 2021.

MARTINS DE SOUZA, C. Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica. **Revista Contemporânea**, Niterói, v. 1, p. 1-19, 2014. Disponível em: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/5_Ditadura_grandes_projetos_e_colonizacao_no_cotidiano_da_Transamazonica.pdf. Acesso em: 01 out. 2016.

MARTINS DE SOUZA, C.; SOUZA, M. C. O. B. Entre esperanças e desafios: os nordestinos na colonização da Transamazônica na década de 1970. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 34, n. 55, p. 99-112, dez. 2021. Disponível em <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/6363>. Acesso em: 08 dez. 2021.

PORTELLI, A. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Niterói, v. 1. n. 2, p. 58-72, dez. 1996. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/site/?cat=30>. Acesso em: 1 out. 2016.

REGO, R. L. Arquitetura e urbanismo na Transamazônica: entre o real, o imaginário e o utópico. **Nova Revista Amazônica**, Bragança, PA, v. 8, n. 1, p. 45-60, jan./abr. 2020. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/8620> Acesso em: 10 dez. 2021.

REIS, J. F. G.; NASCIMENTO, D. M. Grandes Projetos na Amazônia: a Hidrelétrica de Belo Monte e seus efeitos sobre os acidentes de trânsito. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 14, p. 317-348, maio/ago. 2018.

WALKER, R. T. *et. al.* **As contradições do processo de desenvolvimento agrícola na Transamazônica**. 1. ed. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1997.



NOVOS CADERNOS NAEA

RESENHA





Novos Cadernos NAEA



v. 27, n. 1 • jan-abr. 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536



RESENHA

BOLLE, WILLI. **BOCA DO AMAZONAS: SOCIEDADE E CULTURA EM DALCÍDIO JURANDIR**. SÃO PAULO: EDIÇÕES SESC SÃO PAULO, 2019. 352 P.

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior  
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Gabriel Carvalho da Silva Leite  
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

BOCA DO AMAZONAS: O EXTREMO NORTE DE UMA TOPOGRAFIA SOCIOCULTURAL DO BRASIL

1 À GUISA DE INTRODUÇÃO

Com a publicação, no ano de 2019, de *Boca do Amazonas: sociedade e cultura em Dalcídio Jurandir*, último volume da trilogia iniciada com *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin* (Bolle, 1994) e continuada com *grandesertão.br: o romance de formação do Brasil* (Bolle, 2004), o professor e crítico literário Stefan Wilhelm Bolle, conhecido como Willi Bolle¹, encerra aquele que foi seu principal projeto de pesquisa ao longo de mais de duas décadas, a saber, a elaboração de uma topografia cultural do Brasil, partindo da metrópole/megacidade paulistana, através do sertão, até a Amazônia (Bolle, 2022).

Para retratar essa última região, que foi famosamente enunciada como estando “à margem da história” do Brasil (Cunha, [1909] 1999), Bolle optou pela obra de um autor também à margem – nesse caso, do cânone literário nacional –, Dalcídio Jurandir (Ponta de Pedras-PA, 1909 – Rio de Janeiro-RJ, 1979), cujo “ciclo do extremo norte”, composto por dez romances, apresenta, com amplitude e profundidade ímpares, a história cotidiana e a cultura da Amazônia.

Ilustrado pelo conceito bakhtiniano de cronotopo, que se refere à indissociabilidade fundamental entre as relações temporais e espaciais, artisticamente assimiladas em literatura (Bakhtin, 2018), Willi Bolle interpreta o ciclo romanesco dalcidiano como um *roman-fleuve*, noção que, sob essa ótica, não se restringe à acepção metafórica originalmente empregada por Romain Rolland – qual seja, a de um romance em série que acompanha, ao longo de gerações, a trajetória de um indivíduo ou grupo familiar –, expressando também um sentido literal, o de ser uma obra “[...] que tem como eixo topográfico o sistema fluvial do maior rio do mundo” (p. 15).

¹ Nascido na Alemanha, em 1944, e radicado no Brasil, onde esteve pela primeira vez em 1966, Willi Bolle é Doutor em Literatura Brasileira (1971) pela Ruhr-Universität Bochum (RUB) e Professor Titular Sênior de Literatura na Universidade de São Paulo (USP), instituição na qual obteve os títulos de Licenciado em Letras (1968) e Livre-Docente em Literatura Alemã (1984). Também é ator formado pela Escola de Arte Dramática da USP e foi Professor Convidado na Stanford University, na Freie Universität Berlin (FU Berlin), na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) (Plataforma Lattes, 2023).

Esse método de interpretação, sensível ao que, na Geografia Humana contemporânea (Sposito, 2018), tem-se designado de espacialidades e temporalidades, orienta, também, o método de exposição empregado no livro em comento. Assim, após uma introdução e um capítulo inicial sobre o processo de criação e de recepção do “romance fluvial” de Dalcídio Jurandir, seguem-se quatro partes, cada qual correspondente a um dos cenários em que se passa o enredo; espaços esses integrantes de uma região cultural, a embocadura (“boca”) do Rio Amazonas, que é tributária de todos os períodos fundamentais da história pós-colombiana da Amazônia, recorrentemente referenciados e aludidos ao longo do ciclo romanesco, ambientado, por sua vez, na década de 1920, em plena fase de declínio e crise da economia da borracha.

2 A SÍNTESE DE UMA VIDA REGIONAL RURAL E URBANA (GEO) GRAFADA E DATADA

A obra pode ser sintetizada, assim, a partir daqueles quatro cenários mencionados. O primeiro deles é a Ilha do Marajó, que Willi Bolle considera ser uma síntese da Amazônia, e que ambienta os três romances iniciais analisados pelo autor, a saber: *Chove nos campos de Cachoeira* (Jurandir, [1941] 2019a), *Marajó* (Jurandir, [1947] 2008) e *Três casas e um rio* (Jurandir, [1958] 2018a). Nesse cenário, introduz-se o leitor, com base em seu autor de referência, no ambiente típico do interior amazônico ribeirinho, onde o personagem central das obras de Dalcídio Jurandir, Alfredo (filho de pai branco letrado e de mãe preta, doméstica e semianalfabeta), é devidamente contextualizado ainda menino.

A ambientação no Marajó revela a natureza e a vida cotidiana do interior amazônico, assim como suas estruturas neocoloniais apresentadas por Dalcídio Jurandir em suas obras; mas, ao mesmo tempo, situa este autor em suas relações e atuações sociais e políticas e contatos literários e acadêmicos que o levaram a estabelecer um excelente retrato etnográfico e sociológico da vida amazônica.

No cenário marajoara, mais que uma micro-história, Bolle nos apresenta uma geografia e uma socioantropologia onde se têm personagens devidamente situados em camadas sociais, suas condições de vida, suas assimetrias sociais, seus sentimentos e seus imaginários ligados à floresta e aos rios, e a partir dos quais o menino Alfredo vislumbra sua futura formação escolar na capital paraense; cidade esta que compõe o segundo cenário da obra.

Nesse segundo cenário, de natureza urbana, são os bairros centrais da capital que servem de referência espacial para a base analítica a que o autor se propõe a dar conta, especialmente a partir do quarto romance estudado: *Belém do Grão-Pará* (Jurandir, [1960] 2004). A Belém do momento histórico apresentado começa a viver o declínio da borracha. Nela, o autor apreende de Dalcídio Jurandir as aventuras de Alfredo já adolescente, aos doze anos, para quem a vida urbana é revelada em territórios socialmente distintos, e que Bolle identifica como sendo: o da classe média empobrecida (exemplificada pela família que hospeda Alfredo em Belém), o da classe dominante, o da classe operária e o da classe dos excluídos ou moradores das baixadas de Belém; estas que constituirão o terceiro cenário a ser explorado pelo autor a partir das outras obras analisadas.

Nesse terceiro cenário, são as mazelas da periferia e suas ricas sociabilidades que servem de referência analítica para Bolle a partir de cinco romances de Dalcídio Jurandir: *Passagem dos Inocentes* (Jurandir, [1963] 1984), *Primeira Manhã* (Jurandir, [1967] 2019b), *Ponte do Galo* (Jurandir, [1971] 2017), *Os Habitantes* (Jurandir, [1976] 2018b) e *Chão dos Lobos* (Jurandir, [1976] 2019c). Tida por Willi Bolle como a principal inovação temática de Dalcídio Jurandir – haja vista a superação do regionalismo tradicional nessas obras –, o autor problematiza a questão da pobreza e da vida cotidiana das baixadas, devidamente contextualizadas na formação socioespacial amazônica, quando então a ocupação dessas áreas, geomorfologicamente alagadas ou alagáveis, mas socialmente produzidas (Trindade Júnior, 1997), acentua um processo que se reconhece atualmente como sendo a primeira fase da metropolização de Belém e que a definiu, a partir da segunda metade do século XX, como uma metrópole compacta, em contraponto ao outro momento que sucede àquele primeiro, e que passaria a revelar um movimento mais acentuado de dispersão populacional e econômica na malha urbana expandida (Trindade Júnior, 2016).

A paisagem urbana, a reprodução social nas baixadas, o desencanto com a educação formal, o aprendizado cotidiano no ambiente da rua, a prostituição na cidade grande e a aposta na educação como meio de superação da pobreza, são algumas das questões que Bolle extrai da rica narrativa de Dalcídio Jurandir ao problematizar as mazelas urbanas e suas particularidades no quadro regional e, especialmente, em uma cidade decadente como Belém, dado o declínio da economia da borracha, mas, ao mesmo tempo, com perspectiva de futuro, vislumbrado pela dinâmica sinalizada para a Amazônia a partir do processo de sua integração ao restante do País.

Tais questões são muito bem mostradas por Bolle, seja no romance que tem os bairros centrais como principais cenários, seja naqueles outros cujo foco se volta para os bairros periféricos. Neles, a ideia de “topografia social” parece bem exposta quando são colocados em acento temas como a cidade dividida em territórios sociais; os limites espaciais e socioculturais entre centro e periferia; a ostentação e a decadência da vida urbana nos seus espaços públicos e em suas construções; as contradições espacializadas entre classes operárias e classes mais solváveis ou aparentemente solváveis; a proliferação de espaços de exclusão em suas diferentes expressões urbanas; a cidade de valores decadentes, de oportunismos políticos e de práticas ilegais; a presença de “elementos históricos retrógrados” em face da cidade “portadora de futuro”, de sonhos, de utopias e de horizontes sociais possíveis; a desagregação da história oficial pelo descortinamento de uma vida cotidiana nem sempre tão visível; a grafia social dos “topos”, dos lugares, tão bem composta, justaposta e superposta, e que dá sentido a uma cidade reconhecida na sua urbanidade conflitante e contraditória.

Por fim, o último cenário presente em *Boca do Amazonas* é representado pela pequena cidade de Gurupá, quando a narrativa volta à vida interiorana marajoara, acompanhando a trilha geográfica do autor analisado, que, após ter saído do Marajó e ter morado em Belém, retorna ao arquipélago para assumir um cargo público e, ao mesmo tempo, escrever seu último livro do “ciclo do extremo norte”: *Ribanceira* (Jurandir, 1978). O “romance fluvial”, dessa forma analisado, acompanha o próprio périplo do autor estudado (Marajó-Belém-Marajó).

Bolle, nesse momento, faz uma espécie de cotejo com a pesquisa de Charles Wagley (1977), que também estudou essa pequena cidade do ponto de vista etnográfico. Na narrativa, o personagem central do romance analisado, Alfredo, já com vinte anos, ao assumir um emprego público na cidade de Gurupá, desenvolve outras sociabilidades que servem de pressuposto para a análise da sociedade e da cultura em Dalcídio Jurandir na embocadura do Rio Amazonas.

Ainda que esse cenário seja comprimido em uma única obra, Bolle explora com maestria um outro aspecto da vida regional, a pequena cidade da embocadura do Amazonas, uma espécie de misto entre a vida mais rural do primeiro cenário e a vida mais urbana do segundo e do terceiro cenários. Na pequena cidade ribeirinha, que representa a volta de Alfredo já adulto ao Marajó, como nos demais romances, as falas dos personagens definem o protagonismo dos sujeitos amazônicos. Retomam-se aqui alguns

outros elementos já vistos sob alguns aspectos nos romances anteriores, mas exploram-se ainda outros extraídos do mundo literário dalcidiano: a cultura letrada e a cultura oral; os termos amazônicos em forma de glossário de uma cultura regional; o micropoder, representado pelos agentes da administração pública; os traços do coronelismo e do patriarcalismo movidos pelos interesses de acumular capital; as crenças, mitos, lendas e festas como parte da cultura local; e a denúncia da miséria e da penúria de sobrevivência mediada por mudanças e permanências.

Ao imergir na obra dalcidiana nesse “ciclo do extremo norte”, Bolle ressalta a importância desse autor sem necessariamente alçá-lo ao patamar daqueles outros que definem uma obra-prima da literatura universal; evitando-se, com isso, equiparações. Empreende, em vez disso, uma leitura que não o coloca sob a luz das premissas daquele tipo de literatura, assumindo como propósito de estudo sua vinculação efetiva às principais características de sua composição, ou seja, o romance realista documental e semidocumental; nesse caso, roteirizado por meio do *roman-fleuve* em torno da embocadura de um rio, que, inclusive, ajuda a nomear a obra de Bolle.

Relevante também se faz destacar os pontos que Bolle reconhece como centrais nos romances para o entendimento das relações sociais amazônicas e seus respectivos cenários, dentre os quais se tem: i) o espaço e o tempo como elementos históricos reais; ii) a perspectiva micro-histórica de um universo familiar e de suas interações; iii) o protagonista como observador participante; iv) a natureza da obra como “romance de formação” da sociedade e, ao mesmo tempo, assumido como um “romance social”; v) o elemento erótico como parte do enredo; vi) o mapeamento da sociedade por meio de seus personagens, de suas espacialidades e temporalidades; vii) o engajamento do autor com a causa dos pobres; viii) a construção de um glossário amazônico a partir dos diálogos e dos elementos da vida cotidiana e da geografia regional; ix) os sentimentos dos sujeitos e o imaginário amazônico expressos na narrativa confiada aos personagens; e x) a dimensão autorreflexiva do ciclo de uma obra tida e apresentada como sendo de ficção.

Ao longo dos romances analisados, Bolle destaca, ainda em Dalcídio, as relações de poder sob a perspectiva dos senhores e dos excluídos; a mediação entre a cultura letrada e a dos caboclos; as habitações e os habitats como observatórios da sociedade; a questão da qualidade da educação formal e sua relação com a posição social das pessoas; as subjetividades, sociabilidades e sensibilidades do indivíduo diante dos valores e ideários do

grupo e da sociedade que o rodeiam; a luta de classes e os conflitos familiares; a imagem edênica da Amazônia e de seus sujeitos e a sua desmontagem como retrato regional; bem como a presença da figura feminina e o olhar de vanguarda sobre as condições de gênero.

3 UMA OBRA NECESSÁRIA: CONTRIBUIÇÕES À COMPREENSÃO DE UM AUTOR E DE SUA REGIÃO

Através da obra *Boca do Amazonas*, Bolle desloca olhares para o espaço amazônico e nos sugere importantes pontos de reflexão sobre o “ciclo do extremo norte” de Dalcídio Jurandir, mas também sobre a Amazônia urbana e ribeirinha, tão presentes e tão marcantes na obra desse autor.

Isso porque, o livro chama a atenção para uma arquitetura literária, nem sempre tão perceptível à primeira vista e que dá coerência aos romances, vistos em conjunto, por meio de um ponto de conexão: o elemento hídrico. Este, e o bioma de que faz parte, manifestam-se em situações de presença e de ausência e que se passam em todos os cenários apresentados pelo escritor amazônico. As obras nos permitem conhecê-lo de perto, não simplesmente como um dado natural, mas envolvido por toda a sua aura histórica e cultural que o colocam como parte de uma socrionatureza presente nos trópicos úmidos. Esse reconhecimento na obra de Dalcídio revela, nos escritos de Bolle, sua concepção de história e de geografia, muito bem extraídos de sua narrativa por alguém que associa com perspicácia a crítica literária às demais ciências da humanidade.

A figura de um personagem central, protagonista da narrativa nas obras apresentadas, ganha uma pluralidade de vozes e de sujeitos na análise que Bolle faz nos romances do “extremo norte”. Mais que o personagem Alfredo, em *Boca do Amazonas* o protagonismo se transfigura em um sujeito coletivo, a sociedade amazônica, que, por sua vez, não existe sem suas temporalidades e suas espacialidades, conferindo e estendendo, *ipso facto*, a centralidade do personagem a uma região, muito bem conhecida por um autor que com ela se confunde.

No fundo, Alfredo é Dalcídio e Dalcídio somos todos nós, que viemos do interior da floresta, seja porque na região assumimos a condição de migrantes rural-urbanos, seja porque tivemos pais, avós, bisavós ou algum parente que fizeram trajetos semelhantes aos de Alfredo. Somos, assim, parte de uma história social que conosco se confunde e, por isso, com ela nos

identificamos e nos fazemos pertencentes de uma mesma região. A leitura da obra de Bolle nos possibilita espelhar perfeitamente esse tipo de identidade e de pertencimento. E isso acontece quando nos situamos, nos localizamos e etnograficamente nos georreferenciamos em sua topografia social, mas, igualmente, quando nos reconhecemos nas falas e nas histórias dos personagens contextualizados pelo autor a partir dos romances dalcidianos. O “dictio-narium” amazônico, por exemplo, de que fala Bolle, é algo vivo, se não totalmente no dia a dia da sociedade contemporânea amazônica, mas inegavelmente em nossas bem ou mal resguardadas memórias.

Para além da abordagem literária, a análise socioantropológica empreendida por Bolle nos retrata um Dalcídio como autor amazônico engajado, à frente do seu tempo, politicamente progressista, e que traduz em sua obra uma forma muito especial de denúncia e de fazer ciência social em uma perspectiva crítica, e que, por isso mesmo, precisa cada vez mais estar presente nos planos de cursos e bibliografias das ciências humanas e sociais. Nessa perspectiva, o livro *Boca do Amazonas* mostra a necessidade da obra de Dalcídio Jurandir compor também, como leitura obrigatória, a formação de profissionais da Geografia, da História, da Sociologia, da Antropologia, da Ciência Política e de outras ciências que estejam preocupadas com a topografia social e cultural do vasto e diversificado território brasileiro.

Por fim, não se pode deixar de mencionar o admirável esforço de Willi Bolle em conhecer profundamente mais um grande autor da literatura nacional. Com seu olhar de fora e de dentro, do Brasil e da Amazônia, não apenas emoldurou um retrato desse autor e de seus romances, mas também, para apreendê-lo da melhor forma possível, revisou e mobilizou grandes referências da literatura científica internacional, a exemplo de Walter Benjamin, Johann Goethe, Mike Davis, Fernand Braudel, Bertold Brecht, Charles Wagley etc., como também autores nacionalmente renomados, como Benedito Nunes, Alfredo Bosi, Antônio Rocha Penteado, Ernani Chaves, Boris Fausto, Milton Hatoum, dentre outros; sem esquecer de percorrer, todavia, a obra literária e científica de autores locais e regionais, como Edna Castro, Rosa Acevedo, Paulo Nunes, Auriléa Abelém, Zélia Amador de Deus, Eidorfe Moreira, Eliene Rodrigues, Gutemberg Guerra, Fábio Castro, bem como vários outros autores que problematizam questões e temas regionais.

Destaque especial merece ser dado, ainda, ao projeto desenvolvido por Willi Bolle com professores e alunos de escolas públicas da periferia de Belém sobre a leitura, a elaboração de roteiros cênicos e a representação teatral da obra de Dalcídio Jurandir. Trata-se de uma iniciativa muito rica e

louvável, que extrapola os muros institucionais da universidade e alcança um público mais do que necessário e prioritário. O relato de tal experiência tem um lugar especial na sua obra, justamente quando o autor em comento discute o segundo e o terceiro cenários do “romance fluvial” do escritor paraense; inserindo essa experiência de extensão universitária como parte de sua pesquisa e como parte de um dos capítulos de sua obra em que analisa o “ciclo do extremo norte”.

Trata-se, portanto, de uma obra que ajuda a ler Dalcídio, mas igualmente um empreendimento científico que estende a compreensão desse autor para além de seus romances. Assim concebida, *Boca do Amazonas* pode ser lida tanto antes de se mergulhar nos livros que compõem o “ciclo do extremo norte”, como também em momento posterior, quando o leitor cumpriu toda a leitura dos dez romances. Em qualquer um dos casos, é uma leitura necessária para amazônidas, que passam a se reconhecer na sociologia, na geografia, na história e na antropologia de Dalcídio, como também para leitores não amazônidas, especialmente para aqueles que, perseguindo um olhar descentrado do País e do mundo, buscam sair do Brasil midiático e superficial e imergir na topografia sociocultural e, especialmente, na literatura de um “Brasil profundo” ainda pouco conhecido.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Teoria do romance II: as formas do tempo e do cronotopo**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

BOLLE, W. **Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 1994.

BOLLE, W. **grandesertão.br: o romance de formação do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2004.

BOLLE, W. Boca do Amazonas: Paulo Nunes entrevista Willi Bolle. [Entrevista cedida a] Paulo Nunes. **Revista Voz da Literatura**, [s. l.], p. 4-28, out. 2022. Disponível em: <https://www.vozdaliteratura.com/post/paulo-nunes-entrevista-willi-bolle>. Acesso em: 08 set. 2023.

CUNHA, E. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, [1909] 1999.

JURANDIR, D. **Ribanceira**. Rio de Janeiro: Record, 1978.

- JURANDIR, D. **Passagem dos inocentes**. 2. ed. Belém: Falangola, [1963] 1984.
- JURANDIR, D. **Belém do Grão-Pará**. Rio de Janeiro: Ed.ufpa, [1960] 2004.
- JURANDIR, D. **Marajó**. 4. ed. Belém: Ed.ufpa, [1947] 2008.
- JURANDIR, D. **Ponte do Galo**. 2. ed. Bragança: Pará.Grafo, [1971] 2017.
- JURANDIR, D. **Três casas e um rio**. 4. ed. Bragança: Pará.Grafo, [1958] 2018a.
- JURANDIR, D. **Os habitantes**. 2. ed. Bragança: Pará.Grafo, [1976] 2018b.
- JURANDIR, D. **Chove nos campos de Cachoeira**. 8. ed. Bragança: Pará.Grafo, [1941] 2019a.
- JURANDIR, D. **Primeira manhã**. 2. ed. Belém: EDUEPA, [1967] 2019b.
- JURANDIR, D. **Chão dos Lobos**. 2. ed. Bragança: Pará.Grafo, [1976] 2019c.
- PLATAFORMA LATTES. Stefan Wilhelm Bolle. **Plataforma Lattes – CNPq**, Brasília, DF, 2023. Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0950366310938447>. Acesso em: 07 set. 2023.
- SPOSITO, E. S. (org.). **Glossário de Geografia Humana e Econômica**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: NAEA/UFPA, 1997.
- TRINDADE JÚNIOR., S-C. C. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997)**. Belém: Paka-Tatu, 2016.
- WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

N NOVOS
CADERNOS
NAEA




NÚCLEO DE ALTOS
ESTUDOS AMAZÔNICOS